



ISBN nº 978-65-01-11585-6

A INFLUÊNCIA DA MERENDA NO DESEMPENHO ESCOLAR: UMA ANÁLISE PARA O BRASIL NO ANO DE 2019

LUIZ FELIPE OTAKE¹
MARINA SILVA DA CUNHA²

ÁREA 5 – ECONOMIA SOCIAL E DO TRABALHO E DEMOGRAFIA

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre a política de merenda nas escolas públicas brasileiras e o desempenho escolar dos alunos do Ensino Médio. Foram utilizados os dados referentes aos alunos do Ensino Médio Tradicional obtidos pela edição 2019 do Saeb. Encontrou-se que escolas com maior percentual de alunos brancos e pais com ensino superior, bem como as localizadas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste têm melhores notas. Por outro lado, escolas com maior percentual de alunos que trabalham e alunos repetentes, situadas no Sul ou em capitais e com alta percepção de violência apresentam notas mais baixas. Ademais, a disponibilidade de merenda e a oferta de três ou mais refeições diárias mostraram uma relação positiva e significativa com o desempenho escolar.

Palavras-chave: desempenho escolar, merenda escolar, PNAE.

ABSTRACT

This study investigates the relationship between school meal policies in Brazilian public schools and the academic performance of high school students. Data were drawn from the 2019 edition of the Saeb, focusing on students in traditional high schools. The findings reveal that schools with a higher percentage of white students and parents with higher education, as well as those located in the Southeast, Central-West, and Northeast regions, achieve better scores. In contrast, schools with a higher percentage of working students and repeaters, those located in the South or in capital cities, and with a high perception of violence, tend to have lower scores. Additionally, the availability of school meals and the provision of three or more daily meals showed a positive and significant relationship with academic performance.

Key-words: academic performance, school meals, PNAE.

Classificação JEL: I20

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: ra123651@uem.br

² Professora Doutora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: mscunha@uem.br.

Embora a fome seja uma preocupação persistente da humanidade, ela ainda é um problema urgente e presente em países com economias de todos os níveis de desenvolvimento econômico. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, entre 2019 e 2021, aproximadamente 2,3 bilhões de pessoas em todo o mundo viviam com insegurança alimentar moderada ou grave (FAO, 2022). No Brasil, 116,8 milhões de pessoas conviviam com algum grau de insegurança alimentar em 2020, o que equivalia a mais da metade da população brasileira. Naquele ano, 19,1 milhões de pessoas enfrentaram a fome no País, o grau mais severo de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2021).

Para induzir esforços voltados à solução de problemas como a fome, além de outros de ordens econômica, social e ambiental, as Nações Unidas desenvolveram a Agenda 2030, composta por 17 objetivos que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2015). Um destes objetivos, o ODS 2, meta 2.1, pretende, até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. Além disso, o ODS 4, meta 4.1, visa, até 2030, garantir que todas as crianças completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

No Brasil, devido à sua importância, a educação se destaca como direito garantido pela Constituição Federal vigente, de 1988, no Artigo 205, que a estabelece como direito de todos e dever do Estado e da família. Em seu artigo 206, inciso I, a Constituição determina que o ensino será ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). No entanto, o aparato legal por si só não é suficiente para garantir a efetividade desses direitos. A evasão escolar e o baixo desempenho dos alunos são consequências preocupantes da falha em assegurar o cumprimento pleno da Constituição.

No contexto da merenda escolar e educação, cabe destacar que a fome está presente em 37,8% dos lares onde vivem crianças de até 10 anos (REDE PENSSAN, 2022). Diante da falta de alimentos em casa, a merenda se torna a principal fonte de alimentação para crianças em insegurança alimentar e é determinante para a permanência na escola e para o desempenho escolar desses alunos. Com uma má alimentação ou acesso restrito às refeições, a capacidade de aprendizagem dos alunos é reduzida, e sua formação é seriamente prejudicada.

A formação educacional debilitada apresenta consequências negativas para a situação econômica a nível individual e, de forma agregada, para a economia da nação. O nível de renda, as oportunidades de emprego e a produtividade são impactados pelo nível educacional do indivíduo. Desta forma, sob uma perspectiva macroeconômica, a educação exerce influência sobre o produto da economia, o nível de emprego e outras variáveis relacionadas.

Portanto, é fundamental estudar o nível da relação entre a política de merenda escolar e o desempenho educacional dos alunos da educação básica brasileira, de modo a analisar como o acesso à alimentação gratuita e de qualidade nas escolas contribui para a aprendizagem das crianças e adolescentes. O estudo dessa relação tem grande relevância para políticas e estratégias que visem ao desenvolvimento dos índices socioeconômicos do Brasil, ao possibilitar a elaboração de projetos e programas de Estado mais eficazes, que considerem os diversos fatores determinantes das variáveis econômicas.

O presente trabalho busca responder à seguinte questão: qual é a importância da política de merenda nas escolas brasileiras em relação ao desempenho escolar dos alunos da educação básica, no contexto da insegurança alimentar? Além disso, objetiva, de forma geral, analisar a relação entre a política de merenda nas escolas brasileiras e o desempenho escolar dos alunos da educação básica.

Considerando o estado de insegurança alimentar das crianças e adolescentes em idade escolar, a política de merenda escolar é fundamental para garantir o acesso desses alunos a uma

alimentação diária adequada. Uma dieta que seja nutritivamente debilitada ou insuficiente pode prejudicar o processo de aprendizagem. Portanto, como hipótese inicial, considera-se que os estudantes que têm acesso a uma merenda escolar de qualidade e em quantidade suficiente apresentam desempenho escolar superior àqueles com acesso deficiente a essa política.

Para atender aos objetivos da pesquisa, este trabalho está dividido em cinco tópicos, além desta introdução e das considerações finais. No tópico seguinte, é elaborado o referencial teórico, com uma revisão da literatura que aborda os efeitos econômicos da educação, os determinantes do desempenho escolar e a relação entre alimentação e desempenho escolar. O segundo tópico é dedicado à análise do PNAE, abordando seu funcionamento, evolução e abrangência. No quarto, é tratado sobre o conceito de insegurança alimentar e sua dimensão no Brasil. No quarto capítulo, são apresentados os materiais e métodos utilizados, incluindo o modelo empírico e as bases de dados empregadas. Por fim, o quinto é dedicado à apresentação e discussão dos resultados.

2 EDUCAÇÃO, ECONOMIA E ALIMENTAÇÃO

2.1 A EDUCAÇÃO E SEU EFEITO MULTIFACETADO

A educação é uma prática desenvolvida pela humanidade há muitos milênios e sua constante evolução também transforma o seu próprio significado. O filósofo grego Platão (2007) considerava a educação como um despertar, pelo qual o homem poderia se tornar um cidadão virtuoso. Já Rousseau (1995) acreditava que a educação deveria capacitar o indivíduo a agir de acordo com seus interesses naturais e não sob a influência de regras impostas externamente, pois é dessa maneira que ele poderia verdadeiramente alcançar autonomia e autodeterminação. No Brasil, um dos educadores mais expoentes, Paulo Freire (2005), defendia que a educação é um instrumento de conscientização e libertação das opressões sociais.

O processo educacional não é um fluxo e seu produto não expira ou deprecia ao longo do tempo. A teoria econômica do capital humano aborda a educação como um processo cumulativo, cujo produto acumula-se, resultando na melhoria das condições socioeconômicas do indivíduo. Segundo essa abordagem, a educação torna as pessoas mais produtivas, aumenta seus salários e influencia o progresso econômico. Conforme Mincer (1958), um dos principais autores da teoria do capital humano, desenvolveu uma função que descreve o retorno dos indivíduos, baseada principalmente em sua educação, mais especificamente a escolaridade, e sua experiência. Com base nessa função, Mincer mostrou empiricamente que o nível de educação de uma pessoa está correlacionado positivamente com seus salários e oportunidades de emprego.

Além de Mincer (1958), Schultz (1961) e Becker (1964) também contribuíram com esta abordagem, em que a educação passou a ser estudada como um determinante de diversos aspectos socioeconômicos de um indivíduo ou de uma nação. A concepção de que a educação tem impacto relevante em outras variáveis, como as de aspectos social, econômico e até biológico, é confirmada pela teoria e por evidências encontradas em estudos sobre o tema.

Para Obradović (2009), Schultz sugere que a educação, como forma de investimento em capital humano, poderia ser traduzida em produtividade e crescimento da renda. Nessa concepção, o retorno dos investimentos em educação é mais alto do que o retorno dos investimentos em outras formas de capital. Por sua vez, Cunha e Heckman (2010) mostraram empiricamente que investimentos em educação desde tenra idade têm um impacto significativo na redução da pobreza e na melhoria dos resultados econômicos ao longo da vida.

O nível de educação também é capaz de impactar a saúde de um indivíduo, como mostrado por Grossman (1972), que realizou um estudo na tentativa de determinar os fatores que influenciavam a demanda por saúde. A investigação empírica mostrou que a educação

possui um coeficiente positivo e estatisticamente significativo na curva de demanda por saúde. Ou seja, quanto maior a educação de um indivíduo, espera-se que maior seja sua demanda por saúde. Com relação à criminalidade, Lochner e Moretti (2007) atestaram que a educação aumenta o salário futuro, o que tende a reduzir o nível de criminalidade enquanto aumenta o custo de oportunidade do crime.

Esses estudos mostraram uma relação entre a educação, pobreza, renda, desemprego e outras variáveis. A contribuição realizada pelos autores foi comprová-la de forma empírica, utilizando, para tal, dados e equações econométricas. Esta contribuição possibilitou uma medição do impacto da educação em algumas variáveis, como a renda e o desemprego, servindo de base para a formulação de políticas públicas nas áreas educacional, econômica e social.

2.2 OS DETERMINANTES DO DESEMPENHO ESCOLAR E A FUNÇÃO DE PRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO

Dada a característica determinante da educação em diversos fatores socioeconômicos, torna-se elementar investigar as variáveis que determinam os resultados, como a qualidade e eficiência, do processo educacional. Os estudos de interesse para este trabalho situam-se na área econômica e os mais notáveis foram desenvolvidos nos Estados Unidos e aplicados a esse país.

Os estudos que investigam a relação entre desempenho dos estudantes e os “insumos educacionais” têm seu início considerado na segunda metade do século XX, quando o sociólogo James Coleman publicou, nos Estados Unidos, um relatório que ficou conhecido como Coleman Report. O estudo foi encomendado pelo governo federal dos EUA como resposta à seção 402 da Lei dos Direitos Civis de 1964, que determinava a necessidade de apresentação de um inquérito sobre a falta de disponibilidade de oportunidades educacionais iguais para indivíduos por motivo de raça, cor, religião ou origem nacional em instituições educacionais públicas de todos os níveis nos Estados Unidos (COLEMAN *et al.*, 1966).

Com base em uma amostra de mais de 500 mil alunos, Coleman *et al.* (1966) pretendiam identificar quais os atributos que determinavam o desempenho escolar dos estudantes. Entre os atributos investigados, estavam as características físicas da escola, a oferta de programas curriculares e extracurriculares e as características pessoais, sociais e acadêmicas dos professores e do corpo discente da escola. O resultado obtido pela pesquisa mostrou que os professores e alunos negros estavam desigualmente segregados dos professores e alunos brancos. Um outro resultado encontrado na mesma pesquisa frustrou seus formuladores: os dados mostraram que as diferenças nos recursos das escolas eram pouco relevantes para explicar o desempenho desigual dos alunos, ou seja, os resultados sugeriam, de maneira simples, que a escola fazia pouca diferença quando comparada aos outros atributos investigados.

No entanto, a conclusão mais importante do relatório foi a descoberta de que as características socioeconômicas dos alunos eram o fator que melhor explicava seu desempenho escolar. Dessa forma, características como a origem racial e étnica, a classe social e a escolaridade dos pais dos alunos apresentavam maior relevância que os investimentos financeiros nas escolas, os salários dos professores e o número de alunos na sala para explicar o desempenho educacional dos discentes.

Em sua pesquisa, Coleman *et al.* (1966) utilizaram um modelo que é convencionalmente chamado de função de produção da educação. Esta função busca explicar de que forma os insumos educacionais, como o investimento público na educação, a estrutura física da escola e as características sociais, econômicas e familiares dos alunos se transformam em produtos educacionais, como o êxito no mercado de trabalho, o número de formandos e o desempenho

em avaliações (VECCHIA, 2014). De forma análoga, a função de produção da economia é aplicada para determinar quais atributos (input) determinam o produto educacional (output).

A função de produção da educação é uma variante da função de produção da firma, que, segundo Pindyck e Rubinfeld (2013, p. 194), “indica o produto máximo (volume de produção), q , que uma empresa produz para cada combinação específica de insumos”. Ela pode ser representada conforme a Equação (1), em que q é o volume da produção e A , B , C e D são os insumos utilizados no processo produtivo.

$$q = f(A, B, C, D) \quad (1)$$

Muitos estudiosos aplicaram versões desta função para investigar a relação entre a qualidade da escola e o desempenho dos alunos (FELÍCIO; FERNANDES, 2005). Dentre eles, destacam-se Coleman et al. (1966), como citado anteriormente, e Hanushek (1986).

Hanushek (1986) examinou os resultados das pesquisas sobre a economia da educação e da escolarização. Na maioria das pesquisas analisadas, os coeficientes dos parâmetros relacionados às despesas educacionais, como o tamanho da classe, a escolaridade, experiência e educação do professor e o gasto por aluno foram estatisticamente insignificantes. Como conclusão principal do artigo, o autor aponta a ausência de relação mecânica entre insumos e produtos educacionais.

No contexto brasileiro, alguns estudos sobre este tema foram elaborados por Barros *et al.* (2001), Caprara (2020) e Machado; Cunha e Borchers (2023). Barros *et al.* (2001) utilizam dados sobre jovens residentes das áreas urbanas das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil para investigar o impacto de quatro tipos de determinantes do desempenho educacional: qualidade e acesso aos serviços educacionais, custo de oportunidade do tempo, recursos disponíveis nas famílias e os recursos disponíveis na comunidade. O estudo concluiu que a escolaridade dos pais, especialmente a da mãe, é consistentemente a mais significativa na determinação do desempenho escolar dos jovens. Conjuntamente, os demais resultados revelaram, para Barros *et al.* (2001, p.37), “um importante mecanismo de geração de desigualdade de oportunidade e de transmissão intergeracional da pobreza”.

Caprara (2020), por sua vez, utilizou dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2013 para investigar o impacto da condição de classe dos estudantes brasileiros da educação básica sobre seu desempenho educacional. Como resultado, o autor verificou que a classe social está frequentemente associada ao desempenho dos alunos em matemática e língua portuguesa e que as condições externas à escola desempenham um papel significativo na formação das experiências práticas dos alunos.

Machado; Cunha e Borchers (2023) também utilizaram dados do Saeb, mas referentes à edição de 2015. Com seu estudo, as autoras objetivaram investigar os determinantes do desempenho escolar e identificar as diferenças entre as disciplinas de Matemática e Português nas turmas estudadas. O resultado encontrado foi similar ao relatado por outros autores na literatura sobre o tema. No geral, alunos brancos e amarelos, com maiores níveis de renda, de escolas particulares e que frequentam escolas com baixa violência e cujos diretores possuem experiência acima de seis anos tendem a apresentar notas maiores que, respectivamente, alunos não brancos, com menores níveis de renda, de escolas públicas e que frequentam escolas com alta violência e cujos diretores possuem pouca experiência.

Com relação às diferenças nas disciplinas mencionadas, os resultados encontrados por Machado, Cunha e Borchers (2023) mostraram que os meninos apresentam maior proficiência em matemática e as meninas, em português. Além disso, a proficiência dos alunos em matemática foi maior do que em português, mas com assimetrias entre as séries do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. O estudo confirmou que, em 2015, ainda persistiam desigualdades no desempenho educacional de crianças e jovens no Brasil. As

diferenças observadas foram majoritariamente determinadas pelo nível socioeconômico das famílias e pela natureza das escolas, públicas ou privadas.

No entanto, em poucos estudos a situação alimentar dos alunos é considerada um fator direto de determinação de seu desempenho escolar. Nos estudos aplicados aos Estados Unidos, o Coleman Report encontrou evidências de que, no sul metropolitano do país, o aluno com mais frequência frequenta uma escola que distribui almoços gratuitos. Mas a disponibilidade de programa de almoço gratuito não foi diretamente estudada como um determinante do desempenho escolar, porque, segundo Coleman *et al* (1966), estes programas eram disponibilizados especificamente para alunos de famílias de baixa renda, o que impossibilitou a avaliação de igualdade ou desigualdade com base na presença ou ausência de discrepâncias.

Nos estudos aplicados ao Brasil, a condição alimentar também não é explicitamente analisada. Na maioria dos casos, o acesso à merenda escolar ou a situação alimentar dos alunos está internalizada em variáveis como a renda familiar ou a situação econômica da família, o que, de fato, parece apresentar forte relação. A pouca disponibilidade de pesquisas acerca desta relação, na área da economia, pode ser atribuída à escassez de dados em relação à alimentação e desempenho escolar. Em muitos estudos, mais especificamente os situados na área da saúde, são utilizados dados primários sobre a condição alimentar da população.

Apesar disso, essas pesquisas fornecem uma base teórica para o estudo do tema, que serve como ponto de partida para outros estudos aplicados a diferentes áreas, como a econômica.

2.3 TEORIAS E EVIDÊNCIAS DA RELAÇÃO ENTRE DESEMPENHO ESCOLAR E ALIMENTAÇÃO

Em estudos aplicados à investigação da relação entre a alimentação e o desempenho escolar, grande parte deles encontraram evidências consistentes da existência desta relação positiva. Assim, a alimentação deficiente, em quantidade ou qualidade, tem impacto negativo em diversas atividades cotidianas que requerem atenção, como o processo de aprendizagem.

Para Benton (2010), existe uma quantidade substancial de evidências que sustentam a ideia de que, em países subdesenvolvidos, a falta de nutrientes durante fases críticas do desenvolvimento cerebral resulta em consequências duradouras para o desenvolvimento intelectual, com implicações evidentes tanto para o bem-estar individual quanto para o progresso econômico de nações inteiras. Já Florence, Asbridge e Veugelers (2008) realizaram um estudo no Canadá, utilizando dados de 4.589 alunos, que investigou a associação entre a qualidade geral da dieta e o desempenho acadêmico. Os resultados apontaram que os alunos com diminuição na qualidade geral da dieta tiveram significativamente mais chances de ter um desempenho ruim na avaliação.

A disponibilidade de programas de refeições gratuitas, mesmo que somente em um período, é capaz de melhorar o desempenho de alunos em atividades que demandam funcionamento psicossocial e acadêmico. Nos estados unidos, um estudo realizado por Murphy *et al.* (1998) objetivou determinar a existência de uma relação entre a participação em um programa de café da manhã escolar e medidas de funcionamento psicossocial e acadêmico em crianças em idade escolar. Utilizando dados de observações transversais e longitudinais de uma amostra de aproximadamente 130 estudantes de baixa renda de três escolas, os autores concluíram que o estudo fornece evidências sólidas de que uma maior adesão ao programa de café da manhã escolar está correlacionada, a curto prazo, com uma melhoria no desempenho dos alunos em diversas áreas psicossociais e acadêmicas.

No Brasil, a alimentação escolar é um direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado. Ela é promovida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que realiza repasses de recursos financeiros federais a Secretarias Estaduais de Educação e a

Prefeituras Municipais para aquisição da alimentação escolar. Sobre esse programa, um estudo realizado por Gomes (2009), utilizando uma base de dados com informações nutricionais de 20.000 alunos de 1.100 escolas públicas brasileiras, mostrou que alunos com deficiências nutricionais eram mais propensos a frequentar a escola principalmente por causa da merenda. Além disso, foi constatado que municípios com maior vulnerabilidade tinham uma maior probabilidade de seus alunos frequentarem a escola devido à alimentação fornecida.

Em Belo Horizonte, Izidoro *et al.* (2021) realizou um estudo acerca da influência do estado nutricional no desempenho escolar das crianças do Ensino Fundamental de uma escola da cidade que eram assistidas pelo Programa Saúde na Escola. Os resultados mostraram que a maioria das crianças apresentaram um baixo desempenho, com aquelas que estavam acima do peso obtendo resultados inferiores especialmente em atividades de escrita e matemática.

A análise dessas teorias e evidências expõe que a existência de programas de alimentação escolar, como o PNAE, desempenha um papel importante no aprimoramento da educação, pois melhora o produto educacional (output). Como apresentado nesta seção, o nível desse produto guarda uma relação positiva com a renda e as oportunidades de emprego de um indivíduo e, de forma agregada, com o produto e o nível de emprego de uma economia. Desta forma, estudos que visam analisar esta relação e a eficiência de programas de alimentação escolar podem contribuir para a construção de uma base teórica sólida a ser utilizada no desenvolvimento dessas políticas públicas.

3 HISTÓRICO, EVOLUÇÃO E ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

3.1 O HISTÓRICO E A EVOLUÇÃO DO PNAE

Muitas décadas antes da institucionalização da alimentação escolar como política governamental em 1955, a origem da merenda escolar remonta ao início do século XX, quando o estado de Mato Grosso foi pioneiro ao implementar essa iniciativa, como evidenciado pelos estudos de Coimbra (apud BEZERRA, 2002 p. 32)³. Nesse estado, em 1908, a instituição filantrópica “Seleta Criativa Humanitária” manteve escolas com merendas gratuitas aos seus alunos e aos de outras escolas, atendendo cerca de mil alunos por ano. Outras experiências semelhantes, com maior ou menor intensidade, ocorreram nos estados do Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Piauí, até a metade do século XX.

Já na década de 50, foi estruturado, pela primeira vez, um programa de merenda escolar com abrangência nacional sob a responsabilidade pública, mediante um plano intitulado de Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil (BRASIL, 2023). Esse plano abrangeu inquéritos nutricionais, expansão da merenda escolar, programas regionais, apoio à indústria de alimentos, enriquecimento de alimentos básicos e outros itens. (SILVA, 1995). Desse plano, se deu a criação da Campanha de Merenda Escolar (CME), em 1955, que consistiu em incentivos à alimentação escolar, promoção de aquisição de produtos alimentícios, inclusive no mercado internacional, e em estudos e providências para a melhoria do valor nutritivo e barateamento das refeições escolares (BRASIL, 1955).

Um caráter importante dessa Campanha foi a existência de doações de produtos para a merenda escolar, como leite em pó, por órgãos internacionais de origem nos Estados Unidos. Seguiram-se outras alterações nesta política, como a mudança do nome para Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), em abril de 1956. Junto a essa mudança, tem-se a volta das doações de produtos alimentícios pelos Estados Unidos, que possibilitou a implementação da CNME, mesmo que de forma precária, no contexto do pós-guerra e expansão do mercado e

³ COIMBRA, Marcos; MEIRA, João Francisco Pereira de; STARLING, Mônica Barros de Lima. **Uma história da alimentação escolar no Brasil**. Belo Horizonte: MEC/INAE, 1982.

da influência americana via financiamentos e doações para outros países do mundo (BEZERRA, 2002, p. 41).

Em setembro de 1965, a política passou por nova mudança e seu nome foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). Somente a partir de 1979 é que passou a ser chamada de Programa Nacional de Alimentação Escolar, nome que se mantém até hoje (BRASIL, 2023). Cabe destacar a importância que a promulgação da Constituição Federal de 1988 teve para a consolidação do PNAE, ao estabelecer, em seu Artigo 208, a alimentação escolar como direito do educando e dever do Estado (BRASIL, 1988).

Uma das grandes mudanças no Programa ocorreu em 1994, quando da descentralização do PNAE. Até 1993, o programa era conduzido de maneira centralizada, de forma que o órgão responsável elaborava os cardápios, comprava os alimentos por meio de licitação, contratava laboratórios especializados para realizar o controle de qualidade e cuidava da distribuição dos produtos em todo o País. Em 1994, foi realizada a descentralização do Programa, por meio de convênios com os municípios, envolvendo as Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal. A elas foi atribuída a responsabilidade de atender tanto os alunos de suas próprias redes de ensino quanto os das redes municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização (BRASIL, 2023).

Desde então, outras modificações ocorreram, como a extinção, em 1998, da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que havia sido responsável pela gestão do PNAE entre 1983 e 1997. Após sua extinção, o Programa passou a ser gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Nos anos seguintes, a criação do Programa Fome Zero, em 2003, do Programa Mais Educação, em 2007, do Programa Dinheiro Direto na Escola, em 2009, e do Programa de Apoio à Conservação Ambiental e Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, em 2011, também levaram a alterações no PNAE (LIMA *et al.*, 2023).

Ainda cabe citar outros fatos importantes ao desenvolvimento do Programa, como a criação de diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas e a normatização do nutricionista como responsável técnico da alimentação escolar e elaboração de cardápios, em 2006, e a realização de parcerias criadas para o aprimoramento do Programa. Além disso, houve a introdução da alimentação como direito social na Constituição e a implantação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) nos municípios, em 2010, e as diversas ações para o fortalecimento da participação da agricultura familiar no PNAE. Mais recentemente, foram realizadas alterações em caráter temporário no programa, devido à pandemia de Covid-19 (LIMA *et al.*, 2023).

Por fim, foram operadas, ao longo dos anos, diversas mudanças no investimento aplicado ao PNAE, o que se traduziu em alterações nos valores repassados pelo órgão gestor do Programa. Em 1998, quando ocorreu a consolidação da descentralização do PNAE, o valor *per capita* diário destinado ao Ensino Fundamental era de R\$0,13, equivalente a aproximadamente U\$0,13, considerando que o câmbio entre o Real e o Dólar naquele período era de 1 para 1 (NERO; GARCIA; ALMASSY JUNIOR, 2023). Para corrigir a inflação e, em alguns casos, elevar a capacidade de aquisição de alimentos, o valor repassado pelo órgão administrador vem aumentando ao passar dos anos.

Em seu artigo, Nero, Garcia e Almassy Junior (2023) elaboraram uma análise sobre a projeção da variação entre os recursos financeiros destinados ao PNAE e a média da cesta básica do País entre 1995 e 2020. Segundo os autores, ao comparar os dados sobre o investimento no PNAE durante o período de descentralização com a média do IPCA e o valor médio da cesta básica nacional, observou-se que o reajuste aplicado pelo Governo no programa de alimentação escolar superou tanto o índice do IPCA quanto o valor médio da cesta básica. Isso permitiu concluir que o governo federal aumentou os recursos destinados ao PNAE ao longo de sua fase descentralizada, beneficiando um número crescente de alunos.

3.2 O FUNCIONAMENTO DO PNAE

Atualmente, o PNAE é coordenado pelo FNDE, uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação e responsável pela execução de políticas educacionais desse Ministério (BRASIL, 1968). O Programa consiste na transferência de recursos financeiros federais para beneficiar estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica, com o objetivo de contribuir para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial dos alunos, melhorar a aprendizagem e o desempenho escolar, além de promover hábitos alimentares saudáveis por meio de ações de educação alimentar e nutricional, fornecendo refeições que atendam às suas necessidades nutricionais durante o período escolar (BRASIL, 2009).

Para tal, o FNDE repassa os recursos financeiros, em parcelas, para os estados (Secretarias de Estado da Educação), o Distrito Federal, os municípios (Prefeituras Municipais) e as escolas federais, também denominadas de Entidades Executoras, que realizam a aquisição dos gêneros alimentícios para o atendimento da alimentação escolar. Os valores repassados pela Autarquia são calculados pela soma dos valores a serem repassados para cada aluno atendido, que é obtida da seguinte forma (BRASIL, 2020):

$$VT = A \times D \times C \quad (2)$$

Em que VT = valor a ser transferido; A = número de alunos; D = número de dias de atendimento; C = valor *per capita* para a aquisição de gêneros para o alunado. Ainda, o valor *per capita* repassado varia de acordo com o nível e tipo de ensino em que o aluno está matriculado, que, em 2019, era estabelecido pela Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 (BRASIL, 2013): a) R\$ 0,30 para os alunos matriculados no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos – EJA; b) R\$ 0,50 para alunos matriculados na pré-escola, exceto para aqueles matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; c) R\$ 0,60 para os alunos matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; d) R\$ 1,00 para os alunos matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de sete horas na escola ou em atividades escolares, de acordo com o Censo Escolar do INEP/MEC e; e) R\$ 1,00 para os alunos matriculados em creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos.

Adicionalmente, para os alunos do Programa Mais Educação haveria complementação financeira de forma a totalizar o valor *per capita* de R\$ 0,90 e, para os alunos que frequentam, no contraturno, o AEE, o valor *per capita* era de R\$ 0,50. Além dos valores repassados pelo FNDE às Entidades Executoras, à título de execução do Programa, essas também são responsáveis pela complementação dos recursos, de forma que a alimentação escolar atendesse às características previstas na legislação do Programa (BRASIL, 2013).

4 A DIMENSÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

Tão antiga quanto a história da humanidade, a fome tem permeado quase todas as sociedades que já vieram a existir e feito parte da gênese, desenvolvimento e queda das mais diversas civilizações. Em seu livro *Geografia da Fome*, publicado pela primeira vez em 1946, o mais expoente ativista brasileiro contra a fome, Josué de Castro, escreveu:

Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome. Mesmo nosso continente, chamado o da abundância e simbolizado até hoje nas lendas do Eldorado, sofre intensamente o flagelo da fome. E, se os estragos desse flagelo na

América não são tão dramáticos como sempre foram no Extremo Oriente, nem tão espetaculares como se apresentaram nos últimos anos na Europa, nem por isso são menos trágicos, visto que, entre nós, esses estragos se fazem sentir mais sorrateiramente, minando a nossa riqueza humana numa persistente ação destruidora, geração após geração. (CASTRO, 1984, p. 48)

Ao trazer uma visão universal e histórica da fome, Castro (1984) contribui com o entendimento do significado social mais importante deste fenômeno. No entanto, o “passar fome” assume diferentes sentidos, como abordado por Leme (2021), que separa o conceito da fome em três. Segundo a autora, a língua inglesa diferencia a fome em três termos: *hunger*, *starvation* e *famine*. *Hunger* refere-se à fome biológica e momentânea, quando o corpo precisa de calorias e envia um sinal ao cérebro pedindo comida, uma sensação que tanto ricos quanto pobres podem experimentar. Já *starvation* é a intensificação desse estado, seja em um nível individual ou coletivo, até um ponto crítico. Por fim, *Famine* é a incapacidade de um grupo social de se alimentar adequadamente por um período, devido à falta de acesso a alimentos em quantidade suficiente para garantir uma vida saudável. Trata-se de uma escassez alimentar coletiva. É este último sentido, de *Famine*, que é abordado por Castro (1984) e, também, neste trabalho.

Em seu livro, o autor afirma que a “descoberta” da fome foi um dos maiores descobrimentos do século XX. Ainda, Castro (1984, p. 279) entende que as raízes da fome no Brasil são o passado histórico do nosso país, que viveu lutas desarmônicas dos grupos humanos com os quadros naturais, quase sempre iniciadas pelo elemento colonizador, indiferente a qualquer coisa que não trouxesse benefício direto e imediato aos seus objetivos de aventura mercantil. Essa aventura atravessa os períodos econômicos brasileiros: o da caça ao índio, do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do café, da mineração, da borracha, e, mais próximo da atualidade, da industrialização artificial, sustentada pelas barreiras alfandegárias e pelo regime de inflação. São essas aventuras de prosperidade efêmera que, para o autor, corrompem os processos de criação de riqueza no País (CASTRO, 1984, p. 280).

Assim, a principal abordagem em relação à fome é realizada a partir do conceito de insegurança alimentar. Até a década de 1970, o conceito de segurança alimentar ainda não havia sido estabelecido e acreditava-se que a causa principal da fome era a produção insuficiente de alimentos. Na década de 1980, essa situação começou a mudar, com a noção de que o real problema não era de produção, mas de iniquidade na distribuição dos alimentos (PEREIRA, 2008). Nesse cenário é que se encontra a construção da ideia de Segurança Alimentar (SA).

Em Olinda, no ano de 2004, a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional definiu segurança alimentar como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2004).

Essa noção foi reafirmada pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. No texto, estão presentes outros elementos que constituem o conceito de segurança alimentar de forma mais ampla e abrangente, como o entendimento de que a SA também deve compreender a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos, a promoção da saúde, a qualidade dos alimentos, as características culturais do País e a produção e acesso ao conhecimento (BRASIL, 2006).

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), insegurança alimentar é definida como a falta de acesso regular a uma quantidade suficiente de

alimentos seguros e nutritivos para o crescimento e desenvolvimento normais, além de uma vida ativa e saudável. Além disso, a insegurança alimentar pode ser medida e qualificada em três categorias: a) Segurança alimentar até Insegurança alimentar leve: quando há incerteza sobre a capacidade de obter alimentos; b) Insegurança alimentar moderada: quando uma pessoa tem dinheiro ou recursos insuficientes para uma dieta saudável, incerteza sobre a capacidade de obter alimentos ou provavelmente pulou refeições ou ficou sem comida ocasionalmente e; c) Insegurança alimentar grave: quando uma pessoa ficou sem comida ou passou um dia inteiro sem comer em alguns momentos durante o ano.

Outro termo utilizado em textos sobre a insegurança alimentar é “fome”. Apesar das palavras “fome” e “insegurança alimentar” serem utilizadas, em alguns contextos, como sinônimos, elas não possuem o mesmo significado. Segundo a FAO (2023a), a fome é uma sensação física desconfortável ou dolorosa causada pelo consumo insuficiente de energia alimentar. Ela se torna crônica quando não se consome regularmente uma quantidade suficiente de calorias para levar uma vida normal, ativa e saudável. Apesar de não passar fome, uma pessoa pode estar em insegurança alimentar. Isso porque ela pode ter acesso a alimentos suficientes para atender às suas necessidades energéticas, mas não têm certeza se isso será duradouro, ou pode ser obrigada a reduzir a qualidade e/ou a quantidade do que consome para conseguir sobreviver (FAO, 2023a).

Outro termo usado neste contexto é subnutrição, que significa que uma pessoa não consegue adquirir alimentos suficientes para atender às necessidades energéticas diárias mínimas, durante um período de um ano. A FAO define fome como sinônimo de subnutrição crônica (FAO, 2023b). Sobre essa temática, o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), intitulado de O Estado da Segurança Alimentar no Mundo, apresenta dados relevantes sobre a magnitude da insegurança alimentar global. Entre 2017 e 2019, 673 milhões de pessoas em todo o mundo estavam subnutridas. O número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave atingiu 703,3 milhões, enquanto 1,95 bilhão de pessoas enfrentavam insegurança alimentar moderada ou grave (FAO *et al*, 2020).

O relatório também traz dados sobre a situação brasileira. No nosso país, 3,9 milhões de pessoas viviam com insegurança alimentar grave e 43,1 milhões sofriam com insegurança alimentar moderada ou grave entre 2017 e 2019, mas não há dados sobre os subnutridos no período (FAO *et al*, 2020). Esse último número, de pessoas que vivem em insegurança alimentar moderada ou grave, equivale a cerca de 1/5 da população brasileira⁴. Ou seja, a cada 5 brasileiros, um vivia com insegurança alimentar.

Sobre programas de alimentação escolar, o relatório da FAO elogiou o PNAE, ao reconhecer ações do programa para promover a melhoria da qualidade dos alimentos ofertados e fomentar a agricultura familiar:

No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar aumentou a quantidade de frutas e vegetais em seus cardápios e reduziu a presença de alimentos altamente processados com grandes quantidades de açúcar e/ou sal. Ele também incentivou com sucesso as compras locais de pequenos agricultores por meio de mecanismos de compras públicas, o que contribuiu para o sucesso dos programas integrados (FAO *et al*, 2020, p. 155, tradução nossa).⁵

⁴ População brasileira de 210,1 milhões de pessoas, segundo IBGE. Estimativas da população. **População residente enviada ao Tribunal de Contas da União**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=17283&t=downloads>. Acesso em: 03 out. 2024.

⁵ No original: In Brazil, the National School Feeding Programme increased the quantity of fruits and vegetables in its menus and reduced the presence of highly processed foods containing high amounts of sugar and/or salt. It also successfully encouraged local purchases from smallholders through public procurement mechanisms, which added to the success of the integrated programmes.

Observa-se, portanto, a importância de programas como o PNAE no combate à insegurança alimentar no Brasil, principalmente entre crianças. Essas políticas contribuem não apenas para melhorar a nutrição das gerações mais jovens, mas também para fortalecer a produção agrícola local, gerando impactos positivos no combate à fome e na economia regional.

5 METODOLOGIA

Este trabalho utiliza como fonte de informações os dados do resultado do Sistema de Avaliação da Educação Brasileira (Saeb) do ano de 2019 para o Ensino Médio das escolas públicas de todo o território brasileiro. O Saeb é um sistema que engloba uma série de avaliações externas em grande escala, que possibilitam uma análise da educação básica brasileira e dos fatores que podem influenciar o desempenho dos estudantes.

O Saeb aplica testes e questionários a cada dois anos, na rede pública e em algumas amostras da rede privada de ensino do Brasil. Os testes cognitivos dos estudantes fornecem uma maneira de avaliar seu progresso de aprendizado, enquanto os questionários oferecem a oportunidade de examinar uma gama de aspectos, como o nível socioeconômico, os serviços sociais, a infraestrutura, a formação dos professores, o material didático e os programas estruturados (INEP, 2020).

Os testes do Saeb contêm itens de língua portuguesa e de matemática e são aplicados no 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª e 4ª séries do Ensino Médio (questões de ciências da natureza e ciências humanas são aplicadas apenas nos testes do 9º ano do Ensino Fundamental). Já os questionários são respondidos pelos alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª/4ª série do Ensino Médio, pelos professores, pelo secretário municipal de ensino, pelo diretor e pelo professor de educação infantil. Os testes e questionários possuem perguntas e itens diferentes para cada grupo, baseados em seu nível de conhecimento e informações que possuem.

Embora os resultados do Saeb 2021 já estejam disponíveis, o contexto em que esses dados foram coletados, com escolas fechadas, alunos sem acesso ao ambiente físico escolar e, em muitos casos, sem acesso à merenda escolar, prejudica a análise da relação entre a política de merenda escolar e o desempenho educacional dos alunos. Portanto, esta pesquisa optou por utilizar os dados da edição anterior do Saeb, de 2019. Essa edição conta com dados de aproximadamente 5,3 milhões de estudantes da educação básica brasileira, de aproximadamente 72 mil escolas públicas e privadas em todos os estados do Brasil. Os instrumentos das avaliações foram aplicados entre os dias 8 de novembro e 10 de dezembro de 2019.

Para este estudo, que tem como objetivo geral analisar a relação entre a política de merenda nas escolas brasileiras e o desempenho escolar dos alunos da educação básica no ano de 2019, são duas as variáveis de interesse: a proficiência do aluno nos testes aplicados e as características da merenda escolar. Outras variáveis a serem utilizadas neste estudo são as que, segundo a literatura empírica, são determinantes do desempenho escolar. Essas variáveis são divididas em três grupos: 1) as relacionadas às características individuais do aluno; 2) as ligadas às características da família e; 3) as referentes às características da escola.

Entre as variáveis referentes às características individuais, encontram-se o sexo e a cor/raça do estudante. Entre as variáveis ligadas às características da família, estão a escolaridade da Mãe, a escolaridade do Pai e a classificação socioeconômica do aluno. Por sua vez, para as características da escola, são consideradas as variáveis de região, a natureza pública ou privada da escola, o Indicador de Adequação de Formação Docente, a experiência média dos professores e a satisfação desses com o trabalho de professor.

As informações acerca da alimentação escolar são coletadas apenas por meio do questionário do diretor e dizem respeito à situação da merenda escolar na escola como um todo.

Não há, nos microdados do Saeb, informações acerca da situação alimentar dos alunos de forma individual. Portanto, a variável alimentação construída neste trabalho será agrupada a partir de três questões respondidas pelo diretor no seu questionário: 1) A escola oferece merenda aos(as) estudantes?; 2) [Avalie a afirmação de que] a quantidade de alimentos é suficiente para todos(as) e; 3) [Avalie a afirmação de que] os alimentos são de boa qualidade.

É realizada a regressão pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO), adotando a abordagem da função de produção da educação, em que a proficiência do aluno é a variável dependente e as variáveis explicativas são as características da merenda escolar e os outros três grupos de variáveis agrupados mencionados anteriormente. Para a elaboração do modelo econométrico, é utilizado como base o estudo de Borchers e Cunha (2023), que investigaram o impacto da satisfação do professor no desempenho acadêmico dos adolescentes. Assim, o modelo econométrico é definido como apresentado na Equação (2).

Assim, o modelo econométrico (1) foi estimado para duas variáveis dependentes, a média de notas da escola em Língua Portuguesa e em Matemática, por meio do método dos mínimos quadrados ordinários (MQO). Foi adotada a abordagem da função de produção da educação, como feito por Borchers e Cunha (2023), que investigaram o impacto da satisfação do professor no desempenho acadêmico dos adolescentes. Nesse contexto, a nota média da escola nas avaliações de Língua Portuguesa e de Matemática do Saeb 2019 para o Ensino Médio são as variáveis dependentes, enquanto as variáveis explicativas são aquelas mencionadas anteriormente.

$$\begin{aligned} \text{Desempenho} = & \beta_0 + \text{branco}\beta_1 + \text{rep}\beta_2 + \text{trab}\beta_3 + \text{mae_fund}\beta_4 + \text{mae_med}\beta_5 + \text{mae_sup}\beta_6 + \\ & \text{pai_fund}\beta_7 + \text{pai_med}\beta_8 + \text{pai_sup}\beta_9 + \text{ne}\beta_{10} + \text{se}\beta_{11} + \text{su}\beta_{12} + \text{co}\beta_{13} + \text{capit}\beta_{14} + \\ & \text{form_prof}\beta_{15} + \text{inse_2}\beta_{16} + \text{inse_3}\beta_{17} + \text{inse_4}\beta_{18} + \text{inse_5}\beta_{19} + \text{inse_6}\beta_{20} + \text{inse_7}\beta_{21} + \\ & \text{viol}\beta_{22} + \text{milit}\beta_{23} + \text{merenda_disp}\beta_{24} + \text{merenda_suf}\beta_{25} + \text{merenda_qua}\beta_{26} + \text{ref_4}\beta_{27} + \\ & \text{ref_47}\beta_{28} + \text{ref_7}\beta_{29} + \mu_i \end{aligned} \quad (3)$$

Foram removidas da base de dados as observações que continham valores ausentes em alguma das variáveis examinadas. Desse modo, a amostra final para este trabalho é composta de 11.086 escolas públicas brasileiras que contemplam o Ensino Médio Tradicional.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado das regressões do modelo econométrico (1) é apresentado na Tabela 1. Observa-se que, entre as variáveis de características pessoais e familiares, a escolaridade de nível superior da mãe tem o maior impacto positivo em Matemática e Língua Portuguesa. Isso sugere que alunos cujas mães possuem ensino superior têm melhor desempenho escolar comparados àqueles cujas mães têm escolaridade inferior. Em contrapartida, a variável com maior impacto negativo em Língua Portuguesa é o trabalho, enquanto em Matemática é a reprovação. Isso indica que os alunos que trabalham têm pior desempenho em Língua Portuguesa, e aquelas que já foram reprovadas têm notas inferiores em Matemática.

Em relação às variáveis de características ambientais, a que apresenta maior impacto positivo, tanto para a nota média em Língua Portuguesa quanto em Matemática, é a localização da escola na região Nordeste. Observa-se, também, que as escolas situadas na região Sul possuem notas menores que as situadas no Norte, que teve sua variável de região omitida. Outro resultado interessante é que as escolas localizadas em capitais brasileiras apresentam nota média inferior às situadas nas regiões interioranas, para ambas as disciplinas.

Quanto às variáveis de características da escola, os resultados foram semelhantes aos já encontrados na literatura. Verifica-se que, conforme o índice de nível socioeconômico (INSE) da escola aumenta, as notas médias também aumentam. Ou seja, quanto melhores as condições

socioeconômicas dos alunos que estudam na escola, melhor será o desempenho de seus alunos. Já a variável de violência mostra que, em escolas com alta percepção de violência, as notas médias em Língua Portuguesa e Matemática tendem a ser menores. Além disso, em escolas militares, as notas médias são mais elevadas, provavelmente devido ao efeito de seleção, que ocorre quando o acesso à escola ocorre por meio de processos seletivos.

Tabela 1: Estimativas da função de produção da educação, Língua Portuguesa e Matemática, Brasil, 2019

VARIÁVEIS	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA
INTERCEPTO	249.57 ***	249.71 ***
Características pessoais e familiares		
BRANCO (<i>branco</i>)	0.24 ***	0.30 ***
REPROVAÇÃO (<i>rep</i>)	-0.34 ***	-0.40 ***
TRABALHO (<i>trab</i>)	-0.23 ***	-0.17 ***
ENSINO FUNDAMENTAL MAE (<i>mae_fund</i>)	0.01	-0.03
ENSINO MÉDIO MAE (<i>mae_med</i>)	0.03 *	-0.04 *
ENSINO SUPERIOR MAE (<i>mae_sup</i>)	0.28 ***	0.38 ***
ENSINO FUNDAMENTAL PAI (<i>pai_fund</i>)	-0.03 *	-0.09 ***
ENSINO MÉDIO PAI (<i>pai_med</i>)	-0.07 ***	-0.15 ***
ENSINO SUPERIOR PAI (<i>pai_sup</i>)	0.14 ***	0.07 **
Características ambientais		
NE (<i>ne</i>)	9.22 ***	8.41 ***
SE (<i>se</i>)	3.14 ***	2.24 ***
SU (<i>su</i>)	-0.80	-2.60 ***
CO (<i>co</i>)	6.91 ***	6.08 ***
CAPITAL (<i>capit</i>)	-0.28	-3.35 ***
Características da escola		
FORMACAO PROFESSOR (<i>form_prof</i>)	0.11 ***	0.11 ***
INSE 3 (<i>inse_3</i>)	8.73 ***	9.44 ***
INSE 4 (<i>inse_4</i>)	16.87 ***	18.20 ***
INSE 5 (<i>inse_5</i>)	20.41 ***	22.00 ***
INSE 6 (<i>inse_6</i>)	29.00 ***	32.79 ***
INSE 7 (<i>inse_7</i>)	38.29 ***	59.16 ***
VIOLÊNCIA (<i>VIOL</i>)	-1.41 ***	-2.70 ***
MILITAR (<i>MILIT</i>)	4.67 ***	7.13 ***
Características da merenda		
DISPONIBILIDADE DE MERENDA (<i>merenda_disp</i>)	6.32 ***	5.87 **
SUFICIÊNCIA DE MERENDA (<i>merenda_suf</i>)	0.47	0.43
QUALIDADE DA MERENDA (<i>merenda_qua</i>)	-0.15	0.16
REFEIÇÕES 4 HORAS (<i>ref_4</i>)	-0.43	-0.01
REFEIÇÕES 4-7 HORAS (<i>ref_47</i>)	-0.63	-0.20
REFEIÇÕES 7 HORAS (<i>ref_7</i>)	3.75 ***	4.76 ***

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de INEP (2020)

Escolas que disponibilizam merenda a seus alunos obtiveram notas médias significativamente maiores que as que não disponibilizam, para ambas as disciplinas. O incremento na nota média dessas escolas é similar ao experimentado pelas escolas militares ou as situadas na região Centro-Oeste. Além disso, é próximo ao aumento de aproximadamente 18 pontos no percentual de alunos cuja mãe possui ensino superior. As escolas que oferecem três ou mais refeições aos alunos que permanecem mais de sete horas também obtiveram um aumento significativo em suas notas médias, indicando que a combinação de um maior tempo do aluno na escola e oferta de merenda pode elevar o desempenho escolar dos alunos.

As variáveis de quantidade de refeição também mostraram que escolas cujos alunos permanecem mais de quatro horas e oferecem pelo menos uma refeição e escolas cujos alunos permanecem entre quatro e sete horas e oferecem pelo menos três refeições não tiveram resultados significativamente diferentes das escolas que oferecem menos refeições para o mesmo período.

Em relação às características da merenda, que englobam as variáveis independentes de interesse desta pesquisa, foram obtidos alguns resultados significativos. Por outro lado, a suficiência e a qualidade da merenda dependem da percepção do diretor sobre esses dois aspectos, o que pode levar a distorções da real situação da escola ou à avaliação equivocada pela falta de parâmetros do que seria uma boa qualidade ou suficiência.

Os resultados obtidos neste trabalho corroboram os estudos que indicam que a alimentação escolar contribui para o desempenho acadêmico.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo examinar a relação entre a política de merenda nas escolas brasileiras e o desempenho escolar dos alunos do Ensino Médio em 2019. Os resultados obtidos confirmaram os achados de outros autores citados nesta pesquisa. Escolas com maior percentual de alunos brancos, e alunos cujos pais possuem ensino superior, tendem a apresentar notas médias mais altas, assim como as situadas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, e principalmente, Nordeste. Os resultados também mostraram que escolas com maior índice socioeconômico (INSE), escolas militares e aquelas com melhor formação dos professores obtiveram notas médias mais elevadas.

Em contrapartida, escolas com maior percentual de alunos que trabalham ou que já foram reprovados, além das situadas na região Sul ou em capitais e aquelas com alta percepção de violência, apresentaram notas médias menores. Quanto à merenda escolar, constatou-se que escolas que fornecem esse tipo de alimentação e aquelas que oferecem três ou mais refeições aos alunos que permanecem mais de sete horas na escola têm notas médias mais altas, indicando uma relação positiva entre o desempenho escolar, a disponibilidade de merenda e a quantidade de refeições ofertadas.

Este trabalho reforça a importância da política pública de merenda escolar em todos os níveis do ensino básico, ao demonstrar o impacto positivo da disponibilidade de merenda sobre o desempenho escolar. Recomenda-se, portanto, a ampliação de políticas como essa e o aumento de sua abrangência em todo o País, considerando que nem todas as escolas oferecem uma alimentação adequada e suficiente para seus alunos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane; SANTOS, Daniel Domingues dos; QUINTAES, Giovani. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 31, n. 1, p. 1–42, 2001. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3410/1/PPE_v31_n01_Determinantes.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

BENTON, David. The influence of dietary status on the cognitive performance of children. **Molecular Nutrition & Food Research**, v. 54, n. 4, p. 457-470, 2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20077417/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BEZERRA, José Arimatea Barros. **Comer na escola: significados e implicações**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira,

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/47456>. Acesso em: 02 out. 2024.

BORCHERS, Juliane; CUNHA, Marina Silva da. Impacto da satisfação do professor no desempenho acadêmico dos adolescentes. In: ANPEC SUL, 26, 2023, Curitiba. **Anais eletrônicos** [...]. Curitiba: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2023. Disponível em: https://www.anpec.org.br/sul/2023/submissao/files_I/i2-424f03b1d84dad3c189ca49d7833d464.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar. **Relatório Final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Olinda, 2004, p.17-20.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 02 abr. 1955. Seção 1, p. 0. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 out. 2024.

_____. Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 nov. 1968. Seção 1, p. 10178. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5537-21-novembro-1968-359186-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 out. 2024.

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 set. 2006. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11346-15-setembro-2006-545529-publicacaooriginal-58455-pl.html>. Acesso em: 02 out. 2024.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=17/06/2009>. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. PNAE. **Histórico**. Brasília, DF, 2023. Disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/historico>. Acesso em: 02 out. 2024.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 mai. 2020. Seção 1, p. 38. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>. Acesso em: 02 out. 2024.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. **Resoluções**. Brasília, DF, 17 jun. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2013/resolucao-cd-fnde-no-26-de-17-de-junho-de-2013#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20atendimento%20da,Nacional%20de%20Ali>

menta%C3%A7%C3%A3o%20Escolar%20%E2%80%93%20PNAE. Acesso em: 02 out. 2024.

CAPRARA, Bernardo Mattes. Condição de Classe e Desempenho Educacional no Brasil. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 4, p. e93008, 2020.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

COLEMAN, James Samuel. *et al.* **Equality of Educational Opportunity**. Washington, 1966. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED012275.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.

CUNHA, Flavio; HECKMAN, James Joseph. Investing in our young people. *In: NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH. Working Paper Series. [S. l], 2010. p. 1-30.* Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w16201/w16201.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Hunger and food insecurity**. 2023a. Disponível em: <https://www.fao.org/hunger/en/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

_____. **SDG Indicators Data Portal**. 2023b. Disponível em: <https://www.fao.org/sustainable-development-goals-data-portal/data/indicators/2.1.1-prevalence-of-undernourishment/en>. Acesso em: 02 out. 2024.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The state of food security and nutrition in the world: repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable**. Roma, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en?details=cc0639en>. Acesso em: 25 jan. 2024.

_____. **The state of food security and nutrition in the world: transforming food systems for affordable healthy diets**. Roma, 2020. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/9a0fca06-5c5b-4bd5-89eb-5dbec0f27274/content>. Acesso em: 02 out. 2024.

FELÍCIO, Fabiana de; FERNANDES, Reynaldo. **O efeito da qualidade da escola sobre o desempenho escolar: uma avaliação do ensino fundamental no Estado de São Paulo**. 2005, Anais. Belo Horizonte: ANPEC, 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/6357270>. Acesso em: 27 jan. 2024.

FLORENCE, Michelle; ASBRIDGE, Mark; VEUGELERS, Paul. Diet Quality and Academic Performance. **Journal of School Health**. v. 78, n. 4, p. 209-215, 2008. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18336680/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição.

GOMES, Sónia Maria Fonseca Pereira Oliveira. **Impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE sobre a nutrição dos alunos, defasagem e desempenho escolar**. 2009. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia,

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3770>. Acesso em: 05 out. 2024.

GROSSMAN, Michael. Front matter, The Demand for Health: A Theoretical and Empirical Investigation. *In: NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH. The Demand for Health: A Theoretical and Empirical Investigation.* [S. l.], 1972. p. 1-20. Disponível em: <https://www.nber.org/system/files/chapters/c3484/c3484.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2024.

HANUSHEK, Eric Alan. The Economics of Schooling: Production and Efficiency in Public Schools. **Journal of Economic Literature**, v.24, n. 3, p. 1141-1177, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2725865>. Acesso em: 27 jan. 2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Testes e Questionários do Saeb**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/testes-e-questionarios>. Acesso em: 28 fev. 2024.

IZIDORO, Gabriela da Silva Lourelli; SANTOS, Juliana Nunes; OLIVEIRA, Thaís de Souza Chaves de; MARTINS-REIS, Vanessa Oliveira. A influência do estado nutricional no desempenho escolar. **Revista CEFAC**, v. 16, n. 5, p. 1541–1547, set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/6KS9htwNvjnxHhDPV6cSNQF/#>. Acesso em: 05 out. 2024.

LEME, Adriana Salay. Josué de Castro e as metamorfoses da fome no Brasil, 1932-1946. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 28, n. 4, p. 1115–1135, out. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/PqpXgJyrCf4PbsgnFGL7zQf/>. Acesso em: 05 out. 2024.

LIMA, Débora Reis dos Santos; DIOGO, Shirley Silva; PEIXINHO, Albaneide Maria Lima; CABRINI, Danielle. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): marcos históricos, políticos e institucionais que influenciaram a política nos seus quase 70 anos de existência. **Revista de Alimentação e Cultura das Américas**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 20–44, 2023. Disponível em: <https://raca.fiocruz.br/index.php/raca/article/view/159>. Acesso em: 2 out. 2024.

LOCHNER, Lance; MORETTI, Enrico. The Effect of Education on Crime: Evidence from Prison Inmates, Arrests, and Self-Reports. **The American Economic Review**, v. 94, n. 1, p. 155–189, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3592774>. Acesso em: 27 jan. 2024.

MINCER, Jacob. **Investment in human capital and personal income distribution**. *Journal of Political Economy*, v. LXVI, n. 4, p. 281-302, 1958.

MURPHY, John Michael. *et al.* The relationship of school breakfast to psychosocial and academic functioning: cross-sectional and longitudinal observations in an inner-city school sample. **Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine**, v. 152, n. 9, p. 899–907, 1998. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/9743037/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 25 jan. 2024.

NERO, Dario da Silva Monte; GARCIA, Rosineide Pereira Muraback; ALMASSY JUNIOR, Alexandre Americo. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) a partir da sua gestão de descentralização. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S. l.], v. 31, n. 118, p. e0233056, jan. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/pfb3x4Dy3kCzLYHHFYCCB9d/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2024.

OBRADOVIĆ, Saša. Education and Economic Growth. **Lex et Scientia**. [S. l.], out. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/42437395_Education_and_Economic_Growth. Acesso em: 27 jan. 2024.

PEREIRA, Rosangela Alves; SANTOS, Leonor Maria Pacheco. A dimensão da insegurança alimentar. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 7s–13s, jul. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/WxVL6wk5X5BZKHTC7rT88vC/#>. Acesso em: 02 out. 2024.

PINDYCK, Robert Stephen; RUBINFELD, Daniel Lee. **Microeconomia**. Tradução de Daniel Vieira. 8. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

PLATÃO. **A República**. Trad. Ciro Mioranza. 2ª edição. São Paulo: Escala, 2007.

REDE PENSSAN. **I VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Olhar para a Fome. 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 26 jan. 2024.

_____. **II VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Olhar para a fome. 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/#elementor-action%3Aaction%3Dpopup%3Aopen%26settings%3DeyJpZCI6IjE2NzMiLCJ0b2dnbGUiOmZhbnHnlfQ%3D%3D>. Acesso em: 26 jan. 2024.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio; ou, Da educação**. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SCHULTZ, Theodore William. Investment in Human Capital. **The American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1–17, 1961. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1818907?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.

SILVA, Alberto Carvalho da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 9, n. 23, p. 87–107, jan. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/QjM4tDxH67FXSf7dvJ5k5qN/#>. Acesso em: 02 out. 2024.

VECCHIA, Daiana Dalla. **Análise da eficiência das instituições de educação superior públicas da região Nordeste do Brasil: 2008 a 2012**. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/16483>. Acesso em: 27 jan. 2024.



ISBN nº 978-65-01-11585-6

O AUXÍLIO EMERGENCIAL E A REDUÇÃO DA TAXA DE POBREZA NO BRASIL

Ana Cristina Lima Couto¹
Joaquim Miguel Couto²

ÁREA 5: ECONOMIA SOCIAL E DO TRABALHO E DEMOGRAFIA

RESUMO

A queda da taxa de pobreza no Brasil não depende apenas da diminuição da taxa de desemprego e da melhoria dos salários. Existe uma camada da população brasileira que dificilmente vai entrar no mercado de trabalho pelos mais diferentes motivos. Assim, o objetivo deste artigo é analisar a relação da taxa de desemprego, do Auxílio Emergencial e do Bolsa Família na taxa de pobreza do Brasil no período de 2012 a 2022. Utilizou-se dados da taxa de desocupação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e da taxa de pobreza expressa na Síntese dos Indicadores Sociais, ambas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Auxílio Emergencial (de 2020) demonstrou que mesmo com o aumento do desemprego neste período, a taxa de pobreza diminuiu no Brasil. Quando o valor do Auxílio Emergencial se reduziu e, depois, terminou, em 2021, a taxa de pobreza voltou a subir consideravelmente, mesmo com a queda do desemprego. O Auxílio Emergencial provou que o Estado tem que estar sempre à frente no combate à desigualdade da renda e da riqueza. Não será o mercado que vai lutar para que isso aconteça.

Palavras-chave: Auxílio Emergencial, Bolsa Família, Desemprego, Pobreza.

ABSTRACT

The fall in the poverty rate in Brazil does not depend only on the decrease in the unemployment rate and the improvement of wages. There is a layer of the Brazilian population that will never enter the job market for the most different reasons. Thus, the objective of this article is to analyze the relation of the unemployment rate, the Emergency Aid and the Bolsa Família on the poverty rate in Brazil in the period from 2012 to 2022. Data on the unemployment rate from the Continuous National Household Sample Survey and the poverty rate expressed in the Synthesis of Social Indicators, both surveys by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, were used. The Emergency Aid (2020) showed that even with the increase in unemployment in this period, the poverty rate

¹ Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: aclcouto@uem.br.

² Professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: jmcouto@uem.br.

decreased in Brazil. When the value of the Emergency Aid was reduced and then ended, in 2021, the poverty rate rose considerably again, even with the drop in unemployment. The Emergency Aid proved that the State must always be at the forefront in combating income and wealth inequality. It will not be the market that will fight for this to happen.

JEL: I31, I32, I39.

INTRODUÇÃO

“Quando as pessoas aprendem mais sobre o mundo e sobre si mesmas, podem tomar decisões melhores e ajudar a construir uma sociedade mais justa”
(Karl Marx, 1818-1883).

O alto desemprego e os baixos salários pagos no Brasil dificultam a redução da taxa de pobreza no país. No entanto, existe uma parcela da população que não participa do mercado de trabalho pelos mais diferentes motivos (doenças, incapacidade física ou mental, cuidadores de familiares etc.). Mesmo que o desemprego se reduza bastante e os salários se elevem, essa parcela excluída do mercado de trabalho dificilmente sairá da condição de pobreza. O baixo valor do Bolsa Família, existente até 2021, contribuiu pouco para uma redução mais expressiva da pobreza. Meneguete e Couto (2024), por exemplo, constataram, por meio de regressão com dados em painéis, que um aumento de 1% no repasse dos recursos do Programa Bolsa Família tem um impacto de cerca de apenas 0,03% na redução da pobreza no Brasil.

A crise econômica advinda da pandemia da Covid-19, porém, exigiu uma ação mais forte do Estado brasileiro. A criação do Auxílio Emergencial, em 2020, teve efeitos imediatos sobre a taxa de pobreza brasileira, mesmo com a elevação do desemprego. Por sua vez, a elevação substancial do valor do Auxílio Brasil (substituto do Bolsa Família), em 2022, impactou a taxa de pobreza também de forma imediata.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é analisar a relação da taxa de desemprego, do Auxílio Emergencial e do Bolsa Família “turbinado” na taxa de pobreza do Brasil no período de 2012 a 2022. Para tanto, utilizou-se a taxa de desocupação calculada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e da taxa de pobreza expressa na Síntese dos Indicadores Sociais, ambas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É considerado pobre aquele que não possui rendimentos suficientes para a manutenção de sua subsistência, de acordo com algum critério monetário estabelecido. Já a taxa de desocupação leva em consideração o número de desempregados em relação a população economicamente ativa (PEA).

Para cumprir o objetivo proposto, o trabalho foi dividido em três seções. Na primeira, é mostrado como a taxa de desemprego afetou a taxa de pobreza no Brasil, entre os anos de 2012 e 2019. Na segunda seção, é realizada uma breve exposição dos efeitos da pandemia da Covid-19 no país e a criação do Auxílio Emergencial. Na terceira seção, a análise evidencia que mesmo com a elevação da taxa de desemprego, em 2020, a taxa de pobreza se reduziu no Brasil. Já para 2021, a redução do desemprego veio acompanhado de um aumento da taxa de pobreza. Além disso, nesta seção, enfatiza-se o papel do novo valor do Bolsa Família na redução da pobreza no ano de 2022. Por fim, é apresentada a conclusão do estudo.

1 A TAXA DE DESEMPREGO E A TAXA DE POBREZA

Sabemos, pela vasta literatura publicada, que existe uma correlação positiva entre a taxa de pobreza e a taxa de desemprego. Uma elevação da taxa de desemprego causa um aumento da pobreza. Ao contrário, uma redução do desemprego diminui também a taxa de pobreza. A Tabela 1 mostra perfeitamente essa correlação positiva. A taxa de pobreza utilizada está baseada na linha de pobreza de US\$ 6,85 PPC 2017/dia, cujo valor nominal mensal *per capita* equivalia a R\$ 637,00. Entre os anos de 2012 e 2014, a taxa de desemprego declinou de 7,4% (2012) para 6,9% da PEA (2014). Com essa redução do desemprego, a taxa de pobreza no Brasil seguiu o mesmo sentido: caiu de 34,7% (2012) para 30,8% (2014).

Tabela 1: Taxa média anual de desemprego e taxa de pobreza no Brasil – 2012/2022

Anos	Taxa de desemprego	Taxa de pobreza
2012	7,4	34,7
2013	7,2	32,4
2014	6,9	30,8
2015	8,6	31,6
2016	11,7	33,7
2017	12,9	33,7
2018	12,4	33,3
2019	12,0	32,5
2020	13,8	31,0
2021	13,2	36,7
2022	9,3	31,6

Fonte: IBGE (2024a; 2024b).

A partir do ano de 2015, tivemos um aumento significativo da taxa de desemprego. A recessão de 2015 e 2016, com queda acumulada do PIB de 6,7%, derrubou a demanda por trabalho no Brasil. Nestes dois anos, a taxa de desemprego aumentou para 8,6%, em 2015, e para 11,7%, em 2016. A piora do desemprego afetou rapidamente a taxa de pobreza, que saltou para 31,6%, em 2015, e para 33,7%, em 2016.

No ano de 2017, o Brasil voltou a crescer. Porém, foi um crescimento bem modesto. O PIB aumentou apenas 1,3%. O baixo crescimento não conseguiu reduzir a taxa de desemprego, que continuou se elevando: 12,9% da PEA, em 2017. Felizmente, esse aumento da taxa de desemprego não afetou negativamente a taxa de pobreza, que continuou no mesmo patamar do ano anterior (33,7%).

Em 2018, o desemprego voltou a cair no país, depois de três anos em alta. A taxa de 12,4% refletiu imediatamente na redução da taxa de pobreza, que recuou para 33,3%. O mesmo efeito ocorreu no ano de 2019: enquanto a taxa de desemprego reduziu-se para 12,0%, a taxa de pobreza caiu para 32,5%.

Assim, os dados apresentados, para os anos de 2012 a 2019, deixam claro a evidente correlação positiva entre desemprego e pobreza. Quando o desemprego aumentava, a pobreza no país também se elevava. Já quando o desemprego se reduzia, a pobreza também caía. No entanto, a pandemia da Covid-19 mudou essa correlação.

2 A PANDEMIA DA COVID-19 E A CRIAÇÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

O ano de 2020 foi terrível para a humanidade. Uma doença, de origem chinesa, espalhou-se rapidamente pelo planeta. Tratava-se de um novo coronavírus, denominado Sars–COV2, ou simplesmente Covid-19. A doença passava de uma pessoa para outra pelo ar que se respirava ou pelo contato com objetos contaminados. Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi declarada uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde.

O problema do coronavírus fez com que várias cidades e estados brasileiros decretassem o chamado “isolamento social”: as pessoas deveriam ficar em casa e caso tivessem necessidade de sair para a rua a recomendação era evitar aglomerações. O Estado de São Paulo decretou isolamento social em 17 de março de 2020. Somente supermercados, farmácias, postos de gasolina e padarias poderiam abrir as portas a partir daquela data. O presidente da República, Jair Bolsonaro, foi contra o isolamento social, entrando em choque com os governadores e contrariando as recomendações da Organização Mundial de Saúde. Era o único governante do mundo contra o isolamento social.

Sem as medidas de isolamento social tomadas por governadores e prefeitos teríamos uma contaminação estimada de cerca de 20 milhões de pessoas em poucas semanas no Brasil. Isto tornaria impossível o atendimento médico de grande parte da população. Muitos morreriam sem assistência. Seria o colapso social, político e econômico do país. É preciso dizer, no entanto, que o isolamento social no Brasil nunca foi total.

A pandemia da Covid-19 e o necessário isolamento social iria levar a economia brasileira para uma recessão. O economista Luiz Gonzaga Belluzzo tinha isso como certo, mas explicou que não havia outro caminho a seguir para salvar vidas:

O Brasil caminha para uma depressão econômica. Combater a depressão econômica será tão importante para a vida dos brasileiros quanto combater o novo coronavírus. Ampliar o isolamento social e potencializar o maior sistema de saúde do mundo, o SUS, é urgente e incontornável. Os resultados desse processo exigirão também imediata ação das autoridades para minimizar os efeitos econômicos desta ‘parada súbita’ que tem o potencial de produzir uma depressão que somará incontáveis mortes aos já assustadores efeitos da pandemia (Belluzzo, 2022, p. 1).

Para a professora da Universidade Federal do Paraná, Maria Aparecida Bridi, a pandemia da Covid-19 provocou uma grande transformação no mercado de trabalho num período muito curto de tempo:

Atingiu toda a classe trabalhadora de formas diferenciadas: desemprego para uma grande parcela da população durante a pandemia, sobretudo naqueles segmentos econômicos que demandam tanto a presença física do trabalhador quanto a presença física dos clientes/usuários; efeitos imediatos no setor de serviços, tais como o turismo e toda a sua cadeia produtiva, hotelaria, aviação, restaurantes; a chamada “economia criativa”, shows, eventos, feiras, cinema, entre outros. Para outros segmentos, significou a intensificação do trabalho para quem continuou a trabalhar, caso de entregadores via plataformas digitais, profissionais de saúde, os trabalhadores remotos, aqueles que tiveram que migrar suas atividades para o ambiente doméstico, caso dos professores de educação básica à pós-graduação, cujas atividades profissionais passaram a ser realizadas a distância; os trabalhadores informais; os trabalhadores figurados como empreendedores, cuja condição de desproteção desnudou sua condição de vulnerabilidade (Bridi, 2020, p.141).

Como já foi dito, a expansão da pandemia da Covid-19 pelo Brasil exigiu o isolamento social. O fechamento das atividades econômicas, decorrentes disso, fez com que milhões de brasileiros perdessem sua fonte de renda. Assim, foi criado o Auxílio Emergencial destinado a atender as pessoas que perderam sua renda durante a pandemia da Covid-19. A proposta do governo federal, feita pelo ministro Paulo Guedes, era que o Auxílio Emergencial fosse de R\$ 200,00 por pessoa. O Congresso Nacional considerou este valor muito baixo, e aumentou o valor do auxílio para R\$ 500,00. Para não ficar por baixo, o presidente Jair Bolsonaro aumentou o valor para R\$ 600,00. Assim, em 2 de abril, a Lei n. 13.982, instituiu o Auxílio Emergencial no Brasil. O auxílio era de R\$ 600,00 por mês por pessoa e de R\$ 1.200,00 para as mulheres com filhos menores de idade. O auxílio era previsto para durar apenas três meses, mas foi prorrogado para cinco meses. O pagamento ocorreu entre abril e agosto.

A criação do Auxílio Emergencial era uma ruptura do que estava fazendo o governo Bolsonaro em matéria de política fiscal. Nas palavras de Laura Carvalho, “Ainda que parte das medidas aprovadas tenham partido de pressões da sociedade e de iniciativas do Congresso Nacional, o fato é que o Estado brasileiro atuou nessa crise de forma estimuladora, em clara ruptura com a estratégica anterior” (Carvalho, 2020b, p. 27).

Depois de cinco meses de pagamento do Auxílio Emergencial, em 2 de setembro, o auxílio foi prorrogado por mais quatro meses, até o final de 2020. Porém, seu valor caiu pela metade. Ao invés de receber R\$ 600,00 por mês, o valor passou a ser de R\$ 300,00. Para mães com filhos, o auxílio diminuiu de R\$ 1.200,00 para R\$ 600,00. Esta prorrogação era essencial, no entanto, a redução do seu valor foi um grave erro. Ou melhor, foi pura maldade do governo brasileiro. Na época, Luiz Gonzaga Belluzzo explicava a importância do Auxílio Emergencial para a economia brasileira:

No Brasil, prosseguem as discussões a respeito do auxílio emergencial – valor, cobertura e tempo de vigência. Os debates quase sempre estão concentrados no volume de gastos requeridos para a implementação do programa. Poucos se indagam sobre os efeitos desse dispêndio na reabilitação dos circuitos monetários, aí incluídos a retomada parcial das atividades, o faturamento das empresas, os ganhos de confiança das famílias beneficiadas. Em situação como esta, os governos não podem hesitar. Os Bancos Centrais e os Tesouros Nacionais têm de abandonar as regras que ordenam suas relações em tempos de normalidade (Belluzzo, 2022, p. 1).

Diante da situação calamitosa das classes mais baixas, o governo federal decidiu pagar um 13º salário para os beneficiados do Bolsa Família, no final de 2020. Era uma ajuda mais do que necessária. Neste quarto trimestre, a taxa de desemprego continuou muito elevada (14,2% da PEA). Além disso, Maria Aparecida Bridi lembrou que, além da taxa elevada de desemprego, ocorreu também uma queda da renda das pessoas que continuaram trabalhando durante a pandemia (Bridi, 2020).

O Auxílio Emergencial, desta forma, atingiu uma parcela significativa de brasileiros, desempregados e excluídos, e cujo valor era bem superior ao do Bolsa Família (média de apenas R\$ 180,00 por família). No ano de 2020, o Auxílio Emergencial beneficiou 68,3 milhões de brasileiros, e o valor total pago foi de R\$ 295,1 bilhões.

3 O AUXÍLIO EMERGENCIAL E A TAXA DE POBREZA NO BRASIL

Voltando a Tabela 1, notamos um fato diferente do que foi constatado para os anos de 2012 a 2019. Em 2020, a correlação entre desemprego e pobreza se inverteu: enquanto a taxa de desemprego aumentou significativamente neste ano, de 12,0% para 13,8% da PEA, a taxa de pobreza diminuiu de 32,5%, em 2019, para 31,0%, em 2020. Era a menor taxa de pobreza desde 2014 (30,8%), quando a taxa de desemprego era de apenas 6,9%. Ou seja, no ano de 2020, mesmo com uma taxa de desemprego dobrada (13,8%) em relação a 2014, a taxa de pobreza era a segunda menor da série.

O que explicava esta redução da pobreza em meio ao agravamento do desemprego no Brasil, em plena pandemia da Covid-19? A única explicação era a criação do Auxílio Emergencial, em abril de 2020.

O Auxílio Emergencial não beneficiou apenas as pessoas que perderam seus empregos em razão da pandemia. O Auxílio beneficiou também uma gama enorme de pessoas inempregáveis existente no Brasil. Trata-se de um expressivo contingente da população brasileira que é excluída do mercado de trabalho. Só a assistência financeira direta do Estado é capaz de retirar essas pessoas inempregáveis da miséria em que vivem. O crescimento da economia não vai melhorar a vida dessas pessoas. Uma série de razões explicam a existência dos inempregáveis: doenças, incapacidade física ou mental, idosos, cuidadores de pais e avós, entre outros.

No caso das pessoas que não procuram trabalho porque são responsáveis pelos afazeres domésticos, cuidado dos filhos ou de outros parentes, dados do IBGE do ano de 2022 destacam a presença da mulher nesta situação: 21,9% das mulheres pretas ou pardas, 18,0% para mulheres brancas. Já para os homens, esse percentual foi de 3,0% para pretos e pardos e 2% para brancos (IBGE, 2023).

Para estas pessoas inempregáveis, excluídas do mercado de trabalho, foi criado o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). No entanto, o valor do Auxílio Emergencial foi muito superior ao valor do Bolsa Família e permitiu a redução da taxa de pobreza no Brasil mesmo com a enorme taxa de desemprego resultante do isolamento social.

Retornando mais uma vez a Tabela 1, observamos outro fato curioso, agora em relação ao ano de 2021. Mesmo com a taxa de desemprego em queda (de 13,8%, em 2020, para 13,2%, em 2021), a taxa de pobreza teve um grande salto: saiu de 31,0% (2020) para o patamar de 36,7%, em 2021. Era a maior taxa de pobreza da série apresentada na Tabela 1.

O que aconteceu de significativo para que a taxa de pobreza no Brasil aumentasse tanto em 2021? A resposta é simples: o fim do Auxílio Emergencial. Fica evidente, portanto, que o Auxílio Emergencial, neste caso, era mais importante para reduzir a pobreza do que a taxa de desemprego.

Existia um clamor na sociedade brasileira para que o Auxílio Emergencial fosse estendido para o ano de 2021. No entanto, no início de dezembro de 2020, o presidente da República, Jair Bolsonaro, disse que era impossível prorrogar o Auxílio Emergencial para o ano seguinte em razão do déficit público. Luiz Gonzaga Belluzzo comentou a argumentação fajuta de Bolsonaro: “O capitão repetiu ser impossível prorrogar o mecanismo de transferência de renda sob risco de danos irreversíveis à economia nacional. Assumindo a roupagem de um típico economista, o presidente afirmou que a perpetuação do auxílio seria o caminho para o insucesso” (Belluzzo, 2020, p. 51). Belluzzo não concordava com tal afirmação, afinal a vida humana não tinha preço. Para ele, Bolsonaro falava como um economista ortodoxo neoliberal: “Na avaliação de certos economistas, a morte é mais barata que alguns dias de fechamento do comércio e de outros serviços. No Brasil, o presidente da

República e seus asseclas não se cansaram de afirmar a precedência da economia sobre as condições de vida e de sobrevivência dos cidadãos” (Belluzzo, 2020, p. 53).

No mês de março de 2021, ocorreu uma explosão de mortes por Covid no Brasil. Foram, no total, mais de 66 mil falecimentos, mais que o dobro do mês de fevereiro (30 mil). Com a expansão da Covid em todo o território nacional, as medidas de isolamento social tiveram que ser novamente ampliadas para evitar o colapso dos hospitais. Com isso, a taxa de desemprego no país voltou a aumentar: subiu para 14,9% no primeiro trimestre de 2021; mesma taxa recorde do terceiro trimestre de 2020. Parlamentares de orientação desenvolvimentistas, clamavam para a volta do Auxílio Emergencial. No entanto, os políticos de orientação liberal olhavam apenas o problema do déficit público. Infelizmente, temos que destacar aqui uma frase simbólica do escritor francês Victor Hugo: “Os privilegiados não têm ouvidos para os deserdados” (Hugo, 2019, p. 487).

Depois de muita discussão, foi criado um novo Auxílio Emergencial para combater os efeitos econômicos da pandemia. Os novos pagamentos começaram a ser feitos em abril. Foram apenas quatro parcelas. Os valores eram bem menores em relação ao primeiro auxílio, de 2020. Para pessoas sozinhas, o auxílio era de apenas R\$ 150,00 (antes era de R\$ 600,00). Para mais de uma pessoa por domicílio, o auxílio era de R\$ 250,00. E para mães com filhos, o valor era de R\$ 375,00 (antes era de R\$ 1.200,00). Esta redução do valor do Auxílio Emergencial tinha como justificativa, de acordo com o ministro da Economia, Paulo Guedes, preservar as contas federais, em razão do enorme déficit público. Nem todos concordavam com essa visão tacanha do ministro Paulo Guedes. Paulo Nogueira Batista Júnior afirmava que o Brasil não tinha uma situação fiscal fragilizada, que impedisse um Auxílio Emergencial mais robusto:

Feitas essas ressalvas, permanece, a meu ver, o fato de que a economia e as contas públicas brasileiras apresentam pontos fortes, entre eles a já mencionada posição do balanço de pagamentos em conta corrente, o regime de câmbio flutuante, o peso reduzido da dívida externa e, em especial, as elevadas reservas internacionais do País. Graças a isso a política econômica tem alguma margem de manobra [...]. Não existe emergência fiscal – pelo menos não uma emergência que se sobreponha à emergência da pandemia [...] Não era preciso, portanto, abandonar a toque de caixa, em nome da responsabilidade fiscal, o auxílio emergencial e outras medidas de combate à crise sanitária. Nem argumentar que a retomada do auxílio só é possível com a aprovação de uma reforma do regime fiscal constitucional (Batista Júnior, 2021c, p. 1).

O novo Auxílio Emergencial, de valor comparável ao Bolsa Família, e por apenas quatro meses, foi insignificante para reduzir a pobreza, em 2021. Ao contrário, a taxa de pobreza aumentou, pois no ano de 2020, o Auxílio chegava a R\$ 1.200,00 por mês, enquanto o Auxílio de 2021 era de no máximo de R\$ 375,00.

Por fim, no ano de 2022, tivemos uma redução da taxa de pobreza no Brasil. De acordo com a Tabela 1, a taxa de pobreza caiu de 36,7%, em 2021, para 31,6%, em 2022. Neste ano de 2022 não houve um novo Auxílio Emergencial. No entanto, observamos uma forte redução da taxa de desemprego: de 13,2%, em 2021, para 9,3% da PEA, em 2022. Isto, evidentemente, ajudou a reduzir a pobreza. Porém, somente a redução do desemprego não teria efeito tão significativo sobre a taxa de pobreza. Outra variável entrou nessa equação.

Em novembro de 2021, o governo Bolsonaro extinguiu o Programa Bolsa Família, em vigor durante 18 anos. Para seu lugar, criou o Auxílio Brasil. O novo programa de transferência de renda aumentou o valor médio dos benefícios de R\$ 189,00 por mês para R\$ 224,00, um reajuste de 20%. Embora o novo programa tivesse novas regras, era clara a intenção de apagar a marca ‘Bolsa Família’, que remetia a lembrança do ex-presidente Lula.

Não satisfeito com o aumento do valor médio do Auxílio Brasil, e já prevendo tempos difíceis para sua reeleição para presidente da República, Jair Bolsonaro, em dezembro de 2021, editou Medida Provisória estabelecendo um piso para o valor do Auxílio Brasil: R\$ 400,00 por mês. Dos 14,5 milhões de beneficiados do Auxílio Brasil, cerca de 13 milhões de famílias passaram a receber o piso mínimo de R\$ 400,00.

Conforme ressaltado por Antonio (2024), no final do ano de 2021, quando ocorreu a substituição do Programa Bolsa Família para o Programa Auxílio Brasil, além das mudanças nos critérios de elegibilidade do auxílio, houve um aumento substancial no número de famílias beneficiadas, elevando-se de aproximadamente 14,6 milhões para mais de 21 milhões. Além disso, o aumento no valor do benefício resultou em um acréscimo de 53% nos repasses em relação aos patamares de 2021, totalizando mais de 93 bilhões de reais.

Assistia-se o início da implantação do ‘comunismo bolsonarista’ no Brasil. Não se tratava de um comunismo clássico, com a apropriação dos bens de produção pelo Estado e a ditadura do proletariado. Nada disso. Jair Bolsonaro estava pouco preocupado com a classe trabalhadora e muito menos iria brigar com a classe rica dos proprietários do capital. O comunismo bolsonarista visava atingir a classe marginalizada da sociedade, que estava excluída do sistema econômico vigente. Esta classe marginalizada votava predominantemente em Lula para presidente da República. Assim, o comunismo bolsonarista, ao elevar a renda do Auxílio Brasil, visava os votos dos eleitores desta classe social. O comunismo bolsonarista tinha prazo de validade: dezembro de 2022, depois da eleição presidencial. O ultraliberal ministro da Economia, Paulo Guedes, via a implantação do comunismo bolsonarista de boca fechada. Possivelmente, tinha medo de ser demitido.

Mesmo com essa medida benéfica aos excluídos, Jair Bolsonaro continuava atrás de Lula nas pesquisas eleitorais. Teve que elaborar um novo plano. Assim, no dia 14 de julho, foi promulgada pelo Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional n. 001/2022, que ficou conhecida como ‘PEC Kamikaze’. Proposta pelo governo federal, a PEC Kamikaze liberava recursos para benefícios sociais, entre agosto e dezembro de 2022. Era claro o viés eleitoral da proposta. Os benefícios eram os seguintes: 1) Aumento do valor do piso do Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família) de R\$ 400,00 para R\$ 600,00 por mês; 2) Bolsa-caminhoneiro de R\$ 1 mil por mês; 3) Bolsa-taxista de R\$ 1 mil por mês; 4) Aumento do Vale-Gás para R\$ 120,00 a cada dois meses; 5) Subsídio à produção de etanol (no valor de R\$ 3,8 bilhões); 6) Pacote de R\$ 2,5 bilhões para transporte gratuito para idosos. Era previsto que a PEC Kamikaze iria custar ao governo federal cerca de R\$ 41,2 bilhões em 2022. A jornalista Consuelo Dieguez lembrou que Bolsonaro, quando candidato a presidente da República, em 2018, achava o Bolsa Família um programa para sustentar vagabundo: “Eleito presidente, Bolsonaro não apenas manteve o programa (que depois trocou de nome) como aumentou o valor do benefício, num movimento para atrair a simpatia dos mais pobres” (Dieguez, 2022, p. 126). Era o “pai” Bolsonaro atuando de novo em favor dos mais pobres, implantando o comunismo bolsonarista no Brasil. Mas essas medidas só seriam mantidas até dezembro de 2022. Paulo Guedes continuava assistindo o avanço do comunismo no Brasil sem questionamentos. Permanecia no seu cargo de ministro ultraliberal, aguardando a reeleição do “pai” Bolsonaro.

Desta forma, a elevação do valor do Auxílio Brasil, primeiro, para R\$ 400,00 por mês, e depois, para R\$ 600,00, foi fundamental para a redução da taxa de pobreza no Brasil no ano de 2022, não desmerecendo a queda da taxa de desemprego no período.

Em relação ao ano de 2023, a taxa de pobreza só será divulgada pelo IBGE em dezembro de 2024. No entanto, já podemos afirmar que a taxa será menor do que a de 2022. Isto, por dois motivos claros. Primeiro, porque ocorreu uma nova queda da taxa de desemprego neste ano de 2023 (de 9,3% da PEA, em 2022, para 8,0%, em 2023). Segundo,

porque houve um aumento no valor do Bolsa Família, que além dos R\$ 600,00 por mês, começou a pagar R\$ 150,00 por filho menor de idade. Desta forma, uma família que tivesse dois filhos menores, passava a receber R\$ 900,00 por mês de Bolsa Família.

Mas nem tudo são flores. No dia 30 de agosto de 2024, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, entregaram no Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2025. O Projeto não previa nenhum reajuste para o Bolsa Família em 2025. No ano de 2024, o Bolsa Família já tinha ficado também sem reajuste.

O não reajuste do Bolsa Família era um erro, pois era evidente, pelo estudo apresentado aqui, que o programa tinha grande impacto na redução da pobreza. E mais, um reajuste com base na inflação de 2023/2024 não seria tão custoso assim. Tomando a expectativa de inflação de 4% para 2025 e da inflação já verificada em 2023 (4,62%), o piso do Bolsa Família poderia ser reajustado para R\$ 653,00, e a ajuda por filho para R\$ 163,00. Isto manteria o poder de compra das famílias pobres, com base no que recebiam em 2023.

Feitas essas considerações, ressalta-se a importância do papel do Estado protetor, responsável pela promoção do bem-estar social, por meio de um “conjunto de intervenções estatais que visam garantir a provisão de um sistema de proteção social para a população” (Carvalho, 2020, p. 57). A garantia do bem-estar deveria ser uma das mais importantes preocupações do Estado, sobretudo num país como o Brasil, caracterizado por altas taxas de pobreza, de desemprego, de informalidade e de concentração de renda. Durante a pandemia a o Estado foi fundamental, seja na oferta de serviços de saúde prestados à população e na concessão de um auxílio emergencial para as pessoas que perderam renda e até para aquelas que nunca tiveram renda.

Como bem salientado por Carvalho (2020), com a crise humanitária decorrente da Covid-19 e a necessidade de transferências adicionais de renda, é importante retomar as discussões sobre a universalização ou focalização dos benefícios sociais e sobre os conceitos de renda básica universal. Apesar do Brasil contar com importantes programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, estes ainda são insuficientes para atender as necessidades de toda a população vulnerável, sobretudo daquelas que estão excluídas do mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos querem um país melhor para se viver. Mas, melhor para quem? Só para os afortunados, ou para todos (pobres e ricos)? O Estado tem que estar sempre a frente no combate à desigualdade da renda e da riqueza. Não vão ser as empresas que vão lutar por isso. No entanto, as reformas realizadas nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro favoreceram as classes empresariais e prejudicaram a classe trabalhadora e os excluídos (como o fim da Farmácia Popular no governo Temer). Um futuro melhor sempre é possível. Porém, mesmo em um regime democrático, o poder político da classe rica mantém o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo.

O que fica claro, com a análise anterior, é que somente com a redução da taxa de desemprego a pobreza no Brasil continuará elevada. Existe uma parcela da população que é inempregável. Mesmo com desemprego zero, essas pessoas não irão entrar no mercado de trabalho. Para esta população é necessária uma ajuda financeira do Estado. O Bolsa Família com piso de R\$ 600,00, mais R\$ 150,00 por filho, é uma contribuição satisfatória para contornar a pobreza dos excluídos neste momento. O BPC é outro programa essencial para

reduzir a pobreza. Porém, não se pode deixar que o valor do Bolsa Família e do BPC fiquem defasados em relação à inflação. Somadas a educação e a saúde públicas de qualidade, temos reais chances de reduzir significativamente a pobreza em nosso país.

Por fim, não podemos esquecer a circularidade da economia. O miserável está excluído do processo de consumo. Já com uma renda mínima garantida pelo Estado, o pobre entra no processo de consumo, dinamizando a economia através do efeito multiplicador da renda. O consumo dos excluídos aumenta as vendas do comércio e a produção das empresas, demandando mais mão de obra e, assim, reduzindo a taxa de desemprego. Enquanto houver fatores de produção ociosos, a ajuda aos excluídos será benéfica não só para os excluídos, mas para todo o sistema econômico brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, D. S. **O Programa Bolsa Família: uma análise dos impactos sobre o nível de pobreza no período de 2012 a 2022.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2024.

BATISTA JÚNIOR, P. N. A emergência é social, não fiscal. **CartaCapital**, São Paulo, 5 de março de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaao/a-emergencia-e-social-nao-fiscal>. Acesso em: 5 jul. 2024.

BELLUZZO, L. G. A vida humana tem preço? **CartaCapital**, São Paulo, n. 1138, p.50/53, 30 dez. 2020.

BELLUZZO, L. G. Em situações como de pandemia, governos não podem hesitar. **CartaCapital**, São Paulo, 30 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/artigo/belluzzo-em-situacoes-como-pandemia-governos-nao-podem-hesitar/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRIDI, M. A. A pandemia da Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 34, n. 100, 2020.

CARVALHO, L. **Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado.** São Paulo: Todavia, 2020.

DIEGUEZ, C. **O ovo da serpente** – nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

HUGO, V. **O homem que ri.** São Paulo: Martin Claret, 2019.

IBGE. **Estatísticas** – Sociais – Trabalho – PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) – Séries históricas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 4 set. 2024 (a).

IBGE. **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da**

população brasileira – 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. (Gráfico 8). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>. Acesso em: 4 set. 2024 (b).

MENEGUETE, I. O.; COUTO, A.C.L. Efeitos dos programas de Benefício de Prestação Continuada e Bolsa Família sobre a redução da pobreza no Brasil (2012-2022). **Observatorio de la Economia Latinoamericana**. Curitiba, v.22, n.4, p. 01-23, 2024.



ISBN nº 978-65-01-11585-6

O DILEMA “CARREIRA *VERSUS* FAMÍLIA”: UMA ANÁLISE DO PERFIL DAS MULHERES BRASILEIRAS QUE FAZEM O USO DE TRATAMENTOS PARA ENGRAVIDAR

Juliana Lopes Andrade de Souza¹

Marina Silva da Cunha²

ECONOMIA SOCIAL E DO TRABALHO E DEMOGRAFIA

RESUMO

O avanço tecnológico permite à mulher o poder de escolha em relação ao planejamento familiar e à contracepção. Diversos são os métodos para evitar a gravidez disponibilizados no mercado. Entretanto, a discussão “carreira *versus* família” ainda é um dilema na vida das mulheres, tendo em vista que, quanto maior a idade da mulher, ou seja, quanto mais ela adia a maternidade, menor a possibilidade de ela conseguir engravidar naturalmente. Nesse contexto, tratamentos para engravidar, muitas vezes, são necessários ou utilizados como uma alternativa quando há o adiamento da maternidade. O presente trabalho busca analisar o perfil das mulheres brasileiras que fazem o uso de tratamentos para engravidar e, assim, compreender suas decisões de fertilidade. Para isso, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 e, como metodologia, utilizou-se o modelo logit com razão de chances. Os resultados apontam que ser casada, ter concluído o ensino superior ou mais, já ter tido um filho, residir na região sul do país e ter um rendimento mais elevado aumentam as chances de a mulher fazer um tratamento para engravidar. A partir dessas informações, pode-se compreender os impactos das técnicas de reprodução no mercado de trabalho e na saúde dos indivíduos para o planejamento e para a gestão de políticas públicas e, assim, elaborar políticas a fim de minimizar os impactos do dilema “carreira *versus* família” para as mulheres.

Palavras-chave: Fertilidade. Mercado de trabalho. Tratamentos para engravidar. Políticas públicas.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá; e-mail: juliana-lobes-andrade@hotmail.com

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas e do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá e pesquisadora do CNPq, Brasil; e-mail: mscunha@uem.br

ABSTRACT

Technological advancement allows women the power of choice in relation to family planning and contraception. There are several methods to avoid pregnancy available on the market. However, the “career versus family” discussion is still a dilemma in women's lives, considering that the older a woman is, that is, the longer she postpones motherhood, the lower the possibility of her being able to get pregnant naturally. In this context, treatments to get pregnant are often necessary or used as an alternative when motherhood is postponed. The present work seeks to analyze the profile of Brazilian women who use treatments to become pregnant and, thus, understand their fertility decisions. For this, data from the 2019 National Health Survey were used and, as a methodology, the logit model with odds ratio was used. The results indicate that being married, having completed higher education or more, having already had a child, living in the southern region of the country and having a higher income increase the woman's chances of undergoing treatment to get pregnant. From this information, it is possible to understand the impacts of reproduction techniques on the labor market and on the health of individuals for the planning and management of public policies and, thus, develop policies to minimize the impacts of the “career versus family” dilemma for women.

Keywords: Fertility. Labor market. Treatments to get pregnant. Public policy.

Classificação JEL: J31, J13, J18

1 INTRODUÇÃO

O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho tem gerado consequências nas decisões de fertilidade e no planejamento familiar. As evidências nacionais e internacionais apontam o aumento da demanda por tratamentos para engravidar, como técnicas de reprodução assistida e congelamento de óvulos, também chamado de congelamento social. Tal fato pode ser explicado pelo adiamento da maternidade, tendo em vista que o dilema “*carreira versus família*” ainda se faz presente na vida das mulheres e a decisão de quando ter o primeiro filho é motivo de preocupação e planejamento. Os tratamentos para engravidar são sugeridos como uma alternativa e possibilidade de “reverter o relógio biológico” da mulher, que, devido ao adiamento ao ter o primeiro filho, por exemplo, enfrenta uma possível infertilidade. Tais tratamentos também são utilizados em casos de infertilidade por outros motivos, como doenças.

De acordo com a Associação Brasileira de Reprodução Assistida (2023), recomenda-se o congelamento de óvulos para as mulheres que desejam postergar a maternidade, preservando sua fertilidade. O mercado de reprodução assistida tem se popularizado nos últimos anos. Segundo dados do Relatório do Sistema Nacional de Produção de Embriões (2022), entre 2020 e 2022, 284.232 embriões foram congelados. Em relação aos óvulos, em 2020 e 2021, 154.630 óvulos foram congelados. Além disso, em 2022, o Brasil possuía 175 Centros de Reprodução Humana Assistida. Tais informações são relevantes para que seja possível compreender a magnitude e a potência desse mercado. O que se busca compreender ao longo deste trabalho é: qual é o perfil das mulheres brasileiras que fazem o uso de tratamentos para engravidar? Quais características aumentam as chances de a mulher fazer o uso de um tratamento para engravidar? Quais os impactos dessas tecnologias de reprodução no mercado de trabalho?

O objetivo geral do trabalho é analisar o perfil das mulheres brasileiras que fazem o uso de tratamentos para engravidar. Para isso, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) do ano de 2019

foi utilizada. A pesquisa se trata de um inquérito de saúde de base domiciliar, de âmbito nacional e é realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Utilizando tais dados, aplicou-se o modelo logit com razão de chances para compreender as características pessoais, regionais e do mercado de trabalho que aumentam as chances de as mulheres fazerem o uso de tratamentos para engravidar, sendo possível, então, traçar um perfil das mulheres que realizam esses procedimentos.

Além desta introdução e das considerações finais, este trabalho está dividido em três seções. A seção 2 se trata de uma revisão de literatura que está dividida em duas subseções. A primeira subseção apresenta diversos trabalhos que abordam o dilema “carreira *versus* família” que as mulheres enfrentam e as decisões sobre planejamento familiar e a segunda subseção discute o uso de tratamentos para engravidar como alternativas e suas consequências. A seção 3 apresenta os dados e a metodologia utilizada, enquanto a seção 4 apresenta e discute os resultados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O dilema “carreira *versus* família”

A participação das mulheres no mercado de trabalho tem aumentado ao longo dos anos e tal fato tem gerado consequências em todas as esferas relacionadas à vida da mulher. Ao ter que dividir seu tempo entre a carreira, os afazeres domésticos e a família, muitas mulheres optam por adiar a maternidade, ter menos filhos ou, ainda, não ter filhos. De acordo com o World Bank (2023), em 2021, a taxa de fecundidade total das mulheres no Brasil era de 1,6 filhos. Comparando com a taxa em 1980, que era de 4 filhos, é possível observar a diferença no tamanho médio das famílias.

A busca por um destaque na carreira é um dos fatores que influenciam as decisões relacionadas à fertilidade. De acordo com Jim (2023), mulheres com um nível maior de educação geralmente têm menos filhos que mulheres com níveis mais baixos de educação e controlam melhor a natalidade. Os incentivos são diferentes conforme os níveis de educação. Mulheres com níveis superiores de educação são mais propensas a ter trabalhos melhores e, conseqüentemente, ganham salários maiores. Para essas mulheres, as perdas de rendimentos por cuidar dos filhos são maiores, o que faz com que elas desejem menos filhos. Entretanto, destaca-se que, ao terem acesso à educação infantil paga ou parceiros que cooperam, as mulheres altamente educadas podem querer trabalhar mais e ter mais filhos do que as mulheres com níveis baixos de educação.

Em concordância, Winkler (2022) afirma que há, principalmente, dois fatores que determinam a decisão de uma mulher sobre ingressar no mercado de trabalho: o salário que ela recebe ofertando sua mão-de-obra no mercado de trabalho e seu salário-reserva, ou seja, o valor atribuído ao tempo que ela despende nas atividades domésticas e/ou cuidando dos filhos. A mulher ofertará sua mão-de-obra quando o salário de mercado for maior que seu salário-reserva. Apesar do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho em muitos países, esse acréscimo é desigual entre as regiões, o que sugere a necessidade de políticas públicas favoráveis à família para incentivar as mulheres.

Além da decisão em relação à quantidade de filhos, a decisão a respeito de quando ter o primeiro filho é motivo de preocupação para muitas mulheres. Segundo dados da OCDE (2023), em 2021, nos Estados Unidos, a idade média das mulheres ao terem o primeiro filho era de 29,4 anos, na União Europeia era de 31,1 anos e nos países da OCDE era de 30,9 anos. A idade média, em 1970, era de 26,1, 27,1 e 27,5, respectivamente. É relevante, então, compreender as consequências do adiamento da maternidade no mercado de trabalho.

Bratti (2023) investigou o adiamento da maternidade em diversos países e os resultados no mercado de trabalho e constatou que adiar a maternidade contribui para que as mulheres acumulem mais experiência de trabalho e capital humano. Por outro lado, o adiamento pode ter consequências negativas na fertilidade total das mulheres, ou seja, as mulheres que adiam estão mais propensas a ter menos filhos. Políticas favoráveis à família podem atenuar os efeitos negativos do adiamento, como a promoção de licença paternidade e creches públicas. Além disso, o uso de técnicas de reprodução como o congelamento de óvulos e a fertilização in vitro podem auxiliar as mulheres que optam por ter o primeiro filho mais velhas.

Andrade e Cunha (2021) analisaram o impacto do adiamento da maternidade nos rendimentos das mulheres no Brasil no ano de 2013. Os resultados indicaram que a idade das mulheres ao ter o primeiro filho aumentou ao longo do tempo e que o adiamento da maternidade influencia positivamente os rendimentos das mulheres e reduz a disparidade de gênero. Entretanto, tal adiamento pode trazer consequências à saúde da mulher e do bebê, tendo em vista que a gravidez após os 35 anos de idade pode ser considerada tardia por uma perspectiva médica.

Para manter ou incentivar as mulheres a entrarem no mercado de trabalho, especialmente as mães, são necessárias políticas públicas que foquem nesse público-alvo. De acordo com Giannelli (2015), em diversos países, os trabalhos das mulheres são mais vulneráveis que os trabalhos dos homens. Além disso, ao observar o status predominante das mulheres em seus empregos, nota-se uma parcela relevante de mulheres que trabalham por conta própria ou que trabalham de forma não remunerada nos negócios da família. Políticas de programas de treinamento foram identificados como uma forma de engajar o trabalho formal de mulheres em países em desenvolvimento. Ademais, ressalta-se a importância do acesso a creches públicas ou subsidiadas para o aumento da participação das mulheres na força de trabalho, bem como para a melhoria do bem-estar das crianças.

No que se refere aos cuidados com as crianças, deve-se compreender que há diferentes tipos de cuidados e que cada um deles apresenta um custo que pode impactar as decisões de fertilidade. Pronzato (2017) analisou os principais tipos de cuidados para crianças entre 1 e 2 anos em países da Europa e identificou quatro principais formas: educação formal, babás, cuidados pelos avós e cuidados pelos próprios pais. Os principais resultados indicam que a alta disponibilidade de educação infantil formal com baixo custo influencia positivamente a decisão de ter mais filhos, bem como ter o suporte dos avós ou a disponibilidade de imigrantes que trabalham como babás. Em contrapartida, tendo em vista que o acesso a uma educação formal de qualidade atualmente não está disponível a todos devido aos altos custos, as mulheres podem precisar trabalhar mais para proporcionar esse serviço aos filhos e, conseqüentemente, desejar ter menos filhos por isso.

Um outro debate, quando se pensa em políticas públicas que envolvem as mães, se relaciona à licença maternidade. No Brasil, o período de licença-maternidade tem duração de 120 dias e foi garantido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), mas o período varia entre diferentes países. Questiona-se se o período de licença é adequado e, ainda, qual seu impacto nas carreiras das mulheres. Kunze (2022) identificou que a licença-maternidade auxilia as mulheres a equilibrar o tempo dedicado ao trabalho e à família, porém uma licença prolongada pode causar danos às carreiras das mulheres, pois há evidências de discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho, além de perda de capital humano devido a uma longa interrupção da carreira. Verificou-se também uma probabilidade maior das mulheres retornarem ao mesmo empregador após a licença se o período não for tão longo. Ainda, as perdas de capital humano e salários são maiores para as mulheres com níveis superiores de educação em comparação àquelas com níveis mais baixos. Evidencia-se, novamente, a necessidade de políticas públicas com o intuito de reduzir os custos que as mulheres sofrem

associados ao nascimento de seus filhos. A licença-paternidade tem sido adotada por alguns países como uma alternativa para amenizar a discriminação de gênero.

Parece haver uma convergência na literatura a respeito da necessidade de políticas relacionadas aos cuidados de crianças. Entretanto, qual o impacto dessas políticas nas crianças? Gupta e Jessen (2023) analisaram as consequências de longo prazo para crianças da política de licença maternidade e das políticas de cuidados infantis, como acesso a creches ou pré-escola de forma gratuita e universal. Os resultados encontrados indicam que há efeitos positivos da educação infantil formal em crianças que apresentam origens menos favorecidas e efeitos medianos em crianças que apresentam origens mais favorecidas. Além disso, a qualidade do programa de educação infantil influencia nos resultados e, assim, deve ser cada vez mais aprimorada para que a política seja, de fato, efetiva. O estudo conclui que um investimento em educação infantil de qualidade e acessível à toda a população seria mais desejável se comparado a um aumento do período de licença-maternidade.

Em relação a políticas públicas que visam reverter declínios indesejados na fertilidade, Brainerd (2014) afirma que tais políticas podem apresentar certo efeito, mas os efeitos de mudanças sociais que resultam em queda da fertilidade são mais fortes. Em um estudo que abrangeu países da Europa Central e Oriental e países da antiga União Soviética, identificou-se que a taxa de fecundidade tem diminuído desde 1989 e está abaixo da taxa de reposição da população, o que indica que, no longo prazo, a população será radicalmente diminuída. O declínio da taxa de fecundidade apresenta como causa principal o adiamento da maternidade, além da diminuição da quantidade média de filhos por mulher. Em uma tentativa de mitigar os efeitos de uma possível diminuição e envelhecimento da população, governos utilizam incentivos para encorajar as pessoas a terem mais filhos, como bônus de nascimento, benefícios para crianças e créditos fiscais, porém, a efetividade de tais políticas tem sido debatida, tendo em vista que seus resultados são limitados, apresentando um modesto efeito causal na variável de interesse. Mudanças nos incentivos ao investimento em educação e ampliação das oportunidades econômicas apresentaram um impacto mais significativo na fertilidade.

No quesito políticas públicas, na literatura, questiona-se qual seria a política ideal que contribuiria de forma efetiva para amenizar o dilema “carreira *versus* família” que as mulheres enfrentam e promoveria a igualdade de gênero. Cattán (2016) avaliou o impacto da política pública de pré-escola universal gratuita na oferta de trabalho das mães em países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). O estudo identificou que tal política apresentou um efeito maior entre mulheres com rendimentos menores ou mães solo, pois, para elas, a acessibilidade é a principal barreira ao mercado de trabalho.

Entende-se que há uma escolha por parte das mães em como dividir o seu tempo entre trabalho e lazer que é limitada por uma restrição orçamentária. Nesse *trade-off*, assume-se que o tempo dedicado ao trabalho implica que a criança será cuidada por outra pessoa e que o tempo dedicado ao lazer representa que a própria mãe cuidará do filho. Sendo assim, a escolha da mãe dependerá do custo da pré-escola em relação ao rendimento líquido de seu trabalho, bem como da sua renda não relacionada ao trabalho, como apoio social ou rendimento do parceiro. Desse modo, a oferta universal gratuita de pré-escola contribuiria modificando a restrição orçamentária da mãe, mas sua efetividade depende das características de cada mulher. (CATTAN, 2016)

O custo de se ter um filho é, então, uma variável importante tanto no processo de tomada de decisão individual da mulher e da família quanto na criação de políticas públicas. Donni (2015) destaca a importância de mensurar corretamente o custo por criança em uma família para a criação de políticas públicas adequadas. Algumas questões devem ser feitas para que seja possível compreender esse custo: quanta renda uma família com filhos precisa em comparação a uma família sem filhos? Quanta renda uma família com filhos precisa para ter o mesmo nível de bem-estar que uma família sem filhos? Quanto uma família gasta com seus

filhos? Há estimativas tradicionais e empíricas referentes ao custo e seus resultados são próximos, apesar das estimativas empíricas mais recentes abrangerem uma diversidade maior de famílias. Os métodos mais recentes indicam que o custo de um filho varia entre 10% e 32% da renda da família. Tais estimativas devem ser utilizadas para orientar políticas de transferência e familiares.

2.2 Tratamentos para engravidar como alternativas

O mercado de trabalho tem passado por transformações nos últimos anos. O aumento da participação das mulheres na força de trabalho, o adiamento da maternidade, a redução da taxa de fecundidade e a diminuição do tamanho médio das famílias são características da sociedade contemporânea. Uma possível alternativa que tem sido debatida para contornar a situação seria o uso de tratamentos para engravidar. Diversas são as possibilidades de tratamentos, como inseminação artificial, fertilização in vitro (FIV), relação sexual programada, doação de óvulos. Porém, a criopreservação de oócitos, mais conhecida como congelamento de óvulos, tem se destacado nos últimos anos e, assim, tem chamado a atenção dos pesquisadores.

Por ser um tema relativamente recente, a literatura nacional a respeito do tema ainda é escassa, mas é possível observar o potencial do mercado de técnicas de reprodução no Brasil. Jardim (2022) estudou o mercado de fertilização in vitro no Brasil através de uma pesquisa de campo com o intuito de identificar os elementos socioculturais e emocionais motivadores do mercado. A autora destaca que o Brasil é o país da América Latina que mais realiza fertilizações in vitro. Tendo em vista que a maior presença no mercado é de mulheres acima de 40 anos, uma parcela das fertilizações in vitro é feita a partir da doação e recepção de óvulos. Nesse segmento, por meio da perspectiva da sociologia econômica e da sociologia das emoções, notou-se a presença do discurso de altruísmo, sacrifício e sagrado entre as mulheres.

Internacionalmente, o tema tem sido debatido há mais tempo e mais trabalhos discutem a relação entre gênero, tecnologia e preservação da fertilidade. Nos Estados Unidos, Inhorn (2017) identificou que o perfil de mulheres que congelam seus óvulos de forma eletiva são profissionais altamente educadas e de alto desempenho no mercado de trabalho, próximas dos 40 anos de idade e solteiras. Constatou-se que muitas mulheres profissionais adiam a maternidade não apenas devido às escolhas profissionais delas, mas também por não conseguirem encontrar parceiros comprometidos com o matrimônio ou, ainda, parceiros que apresentem o mesmo grau de instrução. Apesar de ser popularizado como uma solução para as mulheres, é importante mencionar os altos custos do procedimento de congelamento de óvulos, ou seja, a técnica ainda é inacessível à maioria das mulheres americanas, mesmo àquelas de classe média e que são instruídas. Além disso, o procedimento envolve desconforto corporal por utilizar medicamentos hormonais.

O custo e a falta de cobertura por parte dos planos de saúde são barreiras significativas ao acesso a procedimentos para engravidar, especialmente o congelamento de óvulos. Um estudo comparou mulheres estadunidenses e israelenses na tentativa de compreender as motivações para o uso do procedimento de congelamento de óvulos, além da forma de pagamento ou financiamento do procedimento. As mulheres analisadas utilizaram o procedimento por razões médicas, ou seja, de forma não eletiva. A maioria delas era formada por pacientes em tratamento de câncer e o restante apresentava outras condições médicas que ameaçavam a fertilidade, como endometriose grave ou tumores desmoides. Nos Estados Unidos, o custo do congelamento é raramente coberto por planos de saúde; já em Israel, o procedimento é coberto pelo plano nacional de saúde. Os resultados da pesquisa indicaram que o alto custo do procedimento para as mulheres que não possuíam cobertura do plano gerou estresse e pressão financeira, principalmente para as mulheres da classe trabalhadora e classe

média. Estas, tiveram que encontrar outras formas de financiar o procedimento, solicitando ajuda à família ou à comunidade. Já as mulheres de Israel, tiveram acesso gratuito ao tratamento e não tiveram que enfrentar desafios financeiros. De modo geral, o estudo salientou a importância da remoção das barreiras de acesso ao congelamento de óvulos, tendo em vista a preocupação com a futura saúde reprodutiva das mulheres. (INHORN et al., 2018)

O debate em relação ao perfil das pessoas que desejam e/ou têm acesso a técnicas de reprodução assistida deve, então, ser levado em consideração na análise para que haja também uma discussão com recorte étnico e racial. Nos Estados Unidos, um estudo que utilizou informações de clínicas de fertilidade entre 2012 e 2016 identificou que 66,5% dos ciclos de criopreservação de oócitos foram realizados em pacientes brancas, 9,6% em pacientes asiáticas, 7,1% em pacientes negras e 4,5% em pacientes hispânicas. Tal informação é relevante para que se amplie o debate em relação ao racismo estrutural e sistêmico e ao acesso dessa parcela da população à assistência médica. (KATLER et al., 2021)

Ainda quanto ao perfil das mulheres que realizam o procedimento de congelamento de óvulos, é importante compreender quais são os fatores que influenciam suas escolhas reprodutivas. Uma pesquisa que analisou mil mulheres entre 21 e 45 anos nos Estados Unidos identificou que 87,2% delas relataram conhecer o procedimento de congelamento de óvulos para preservação da fertilidade, mas apenas 25% considerariam essa opção. 29,8% das entrevistadas compreendiam as implicações do procedimento, entretanto, após todas serem devidamente informadas, 30% das mulheres passaram a considerar o procedimento. Ademais, a presença de algumas características se relacionou com uma maior probabilidade de fazer o procedimento, tais quais ser asiática, estar solteira e ser infértil. Ainda, as mulheres que consideraram o procedimento, estariam dispostas a pagar \$3.811,55 por ele. (MILMAN et al., 2017)

Deve-se considerar, ainda, que, por se tratar de vidas, o assunto envolve aspectos éticos e pessoais, além das considerações médicas. Segundo Esfandiari et al. (2019), nos Estados Unidos, mulheres entre 30 e 35 anos, que tiveram alguma experiência de infertilidade e que apresentavam níveis maiores de educação eram mais favoráveis ao procedimento eletivo de congelamento de óvulos. Além disso, outros fatores que influenciaram as decisões das mulheres em relação ao procedimento eram o acesso à informação a respeito do procedimento e se os médicos também apresentaram alguma informação sobre preservação de fertilidade. Destaca-se, assim, a importância do debate em relação ao tema pelos próprios médicos e estudantes de medicina para que possam orientar corretamente suas pacientes e garantir informações adequadas.

O congelamento social de óvulos, bem como os demais tratamentos para engravidar, deve ser estudado sob a perspectiva de saúde pública, tendo em vista seu impacto na formação de famílias. Até recentemente, o congelamento de óvulos era utilizado para propósitos médicos, isto é, para mulheres que enfrentavam tratamentos de câncer ou outras condições que prejudicavam a fertilidade. Entretanto, atualmente, a técnica tem sido utilizada por mulheres saudáveis e férteis, mas que apresentam o objetivo de adiar a maternidade por diversas razões. Assim, como a atual motivação para realizar o procedimento é a prevenção da infertilidade relacionada à idade, faz-se necessário o debate a respeito da extensão da possibilidade de adiamento da gravidez, ou seja, até que ponto o momento de uma mulher se tornar mãe pode ser uma escolha deliberada, tendo em vista os riscos relacionados à saúde da mulher e do bebê. Ademais, tal debate pode se estender à discussão se países que possuem técnicas de reprodução assistida financiadas publicamente deveriam incluir o congelamento social de óvulos em sua pauta. (BOROVECKI et al., 2018)

Como as técnicas de reprodução assistida são vistas como uma possível solução ao dilema “carreira *versus* família” das mulheres, é necessário compreender como esses procedimentos podem impactar o mercado de trabalho. Browne (2018) realizou um estudo a

respeito da relação entre tecnologia, fertilidade e políticas públicas e o impacto do adiamento da maternidade através do congelamento de óvulos no emprego e nas perspectivas de carreira das mulheres. A autora afirma que tecnologias de seguro de fertilidade estão se popularizando devido à prevalência de baixas taxas de natalidade de reposição da população em países ricos e à atração de tecnologias consideradas complementares ao congelamento de óvulos. Além disso, a autora destaca que a fertilidade não deveria ser vista como uma responsabilidade individual, mas, tendo em vista a interconectividade das decisões reprodutivas, deveria estar na pauta de políticas públicas, sendo necessária a criação de organismos reguladores eficazes para os serviços de seguro de fertilidade.

Mas qual seria a idade ideal para uma mulher congelar seus óvulos de forma eletiva? Segundo Mesen et al. (2015), as maiores probabilidades de sucesso, ou seja, de gestação e nascimento do bebê, através da criopreservação de oócitos foram identificadas em mulheres que realizaram o procedimento com menos de 34 anos de idade. O estudo, que foi conduzido nos Estados Unidos, identificou que o procedimento apresentou o maior benefício econômico em mulheres com 37 anos de idade, nas quais o custo para cada nascido vivo adicional no grupo de criopreservação de oócitos seria de \$28.759,00.

Com relação ao Brasil, na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), são disponibilizados dados a respeito de mulheres e seus companheiros que fizeram ou fazem tratamentos para engravidar. Estes dados serão apresentados e utilizados nas próximas seções para compreender o perfil das mulheres que responderam “sim” à esta pergunta no questionário da PNS. Apesar de a pesquisa não especificar o tipo de tratamento realizado, ao utilizar uma metodologia adequada para analisar os dados, é possível traçar o perfil dessas mulheres, compreender suas características pessoais e regionais, bem como as características do mercado de trabalho.

De modo geral, tendo em vista a relevância das decisões de fertilidade e planejamento familiar e suas consequências, bem como o aumento da procura por tratamentos para engravidar, observou-se que os trabalhos analisados apontam para a necessidade de aprofundamento do estudo a respeito do acesso a esses tratamentos no âmbito de políticas públicas e suas consequências para o mercado de trabalho.

3 METODOLOGIA

3.1 Dados

Para analisar o perfil das mulheres que fazem o uso de tratamentos para engravidar, bem como o impacto de suas decisões de fertilidade no mercado de trabalho brasileiro, o presente trabalho utilizará como base os microdados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada no ano de 2019. A PNS é um inquérito de saúde de base domiciliar, de âmbito nacional e é realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa tem como objetivo avaliar o desempenho do sistema nacional de saúde, as condições de saúde dos indivíduos e monitorar as doenças e agravos de saúde e fatores de risco associados.

A PNS faz parte do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD) do IBGE e utiliza a mesma infraestrutura amostral das demais pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE. Por fazer parte desse sistema, a PNS é uma subamostra da Amostra Mestra da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD). A pesquisa é delineada de modo a compreender os moradores de domicílios particulares permanentes do Brasil, exceto os moradores localizados nos setores censitários especiais.

No que se refere ao conteúdo, os principais eixos abordados na PNS-2013, ano anterior à pesquisa de 2019, são módulos de acesso e utilização dos serviços de saúde e o de cobertura de plano de saúde, medidas antropométricas e de pressão arterial, como também coleta de

sangue e urina e módulo sobre as condições de saúde da população. No ano de 2019, a pesquisa manteve a maioria dos módulos abordados anteriormente, mas apresentou algumas novas características. Houve a alteração da faixa etária, passando a considerar os moradores de 15 anos ou mais para entrevista individual, além da inclusão de novos módulos demandados, como o módulo de doenças transmissíveis, o módulo de práticas e comportamento sexual, o módulo de atendimento médico e o módulo de pré-natal do parceiro.

Para o presente trabalho, o módulo de maior interesse é o Módulo R, que apresenta o questionário sobre a saúde da mulher, especialmente as questões relacionadas ao planejamento familiar, gravidez e tratamentos para engravidar. Neste trabalho, foram selecionadas previamente apenas as informações sobre mulheres de 17 a 50 anos de idade.

3.2 Métodos

A metodologia utilizada neste trabalho será o modelo logit com razão de chances, no intuito de verificar a chance de determinada característica da mulher influenciar em sua decisão de fertilidade, especificamente na decisão de fazer algum tratamento para engravidar. De acordo com Greene (2018), em um modelo de escolha binária, o indivíduo se depara com duas opções e escolhe aquela que apresenta maior utilidade. A escolha binária pode acontecer entre fazer algo ou deixar de fazê-lo, bem como decidir entre duas opções de ações completamente diferentes. No presente trabalho, o objeto de pesquisa se direciona à escolha da mulher de fazer um tratamento para engravidar ou não, ou seja, trata-se de uma variável dependente binária de resultado 0/1.

Segundo Greene (2018), o modelo logit pode ser representado da seguinte forma:

$$\begin{aligned} Prob(Y = 1|\mathbf{x}) &= \frac{\exp(\mathbf{x}'\boldsymbol{\beta})}{1 + \exp(\mathbf{x}'\boldsymbol{\beta})} \\ &= \Lambda(\mathbf{x}'\boldsymbol{\beta}) \end{aligned} \quad (1)$$

onde $\Lambda(.)$ indica a função de distribuição logística. Tal modelo, assim como o modelo probit, têm o formato sigmoide e de sino de distribuições simétricas.

A fim de captar a chance de determinada característica da mulher influenciar sua decisão de realizar um tratamento para engravidar, será verificada a razão de chances em um modelo logit. Greene (2018) aponta que as chances a favor de um evento são a razão $Prob(Y = 1)/Prob(Y = 0)$. Em um modelo logit, as chances “a favor de $Y = 1$ ” são:

$$Chances = \frac{Prob(Y = 1|\mathbf{x})}{Prob(Y = 0|\mathbf{x})} = \frac{\exp(\mathbf{x}'\boldsymbol{\beta})/[1 + \exp(\mathbf{x}'\boldsymbol{\beta})]}{1/[1 + \exp(\mathbf{x}'\boldsymbol{\beta})]} = \exp(\mathbf{x}'\boldsymbol{\beta}) \quad (2)$$

Desse modo, quando uma variável se altera em uma unidade, a variação nas chances representa um efeito parcial.

O modelo logit a ser estimado no presente trabalho apresenta-se da seguinte forma:

$$\begin{aligned} tratamento &= \beta_1 + \beta_2 idade + \beta_3 idade2 + \beta_4 branca + \beta_5 casada + \beta_6 estudo1 \\ &+ \beta_7 estudo2 + \beta_8 estudo3 + \beta_9 estudo4 + \beta_{10} estudo5 + \beta_{11} parto \\ &+ \beta_{12} norte + \beta_{13} nordeste + \beta_{14} sudeste + \beta_{15} sul + \beta_{16} trabalha \\ &+ \beta_{17} rendimento + \beta_{18} urbana \\ &+ \varepsilon \end{aligned} \quad (3)$$

Na Equação 3, a variável *tratamento* indica se a mulher e seu companheiro já fizeram ou fazem algum tratamento para engravidar. *idade* indica a idade da mulher no momento em

que responde ao questionário; *idade2* é a idade da mulher ao quadrado, indicando a experiência; *branca* é uma variável binária igual a 1 se a mulher for branca e zero caso contrário; *casada* é uma variável binária igual a 1 se a mulher for casada e zero caso contrário; *estudo1* indica que a mulher é alfabetizada, mas não concluiu o ensino primário; *estudo2* indica que a mulher concluiu o ensino primário, mas não o ensino fundamental; *estudo3* indica que a mulher concluiu o ensino fundamental, mas não o ensino médio; *estudo4* indica que a mulher concluiu o ensino médio, mas não o ensino superior; *estudo5* indica que a mulher concluiu o ensino superior ou mais; *parto* é uma variável binária igual a 1 se a mulher já teve algum parto e zero caso contrário; *norte* identifica se a mulher vive na região norte do país; *nordeste* identifica se a mulher vive na região nordeste do país; *sudeste* identifica se a mulher vive na região sudeste do país; *sul* identifica se a mulher vive na região sul do país; *trabalha* é uma variável binária igual a 1 se a mulher trabalha e zero caso contrário; *rendimento* indica o rendimento domiciliar per capita (exclui o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico); *urbana* é uma variável binária igual a 1 se a mulher vive em zona urbana e zero caso contrário. As categorias omitidas para as variáveis explicativas são: não brancas, não casadas, não alfabetizadas, mulheres que nunca tiveram algum parto, mulheres que residem na região centro-oeste do país, mulheres que não trabalham e mulheres que vivem na zona rural.

Ademais, será estimada a seguinte equação para captar a chance de realizar um tratamento para engravidar de acordo com a faixa etária, considerando o intervalo de idade utilizado ao longo do trabalho, de 17 a 50 anos:

$$\begin{aligned} \text{tratamento} = & \beta_1 + \beta_2 30_34 + \beta_3 35_39 + \beta_4 40_50 + \beta_5 \text{branca} + \beta_6 \text{casada} \\ & + \beta_7 \text{estudo1} + \beta_8 \text{estudo2} + \beta_9 \text{estudo3} + \beta_{10} \text{estudo4} + \beta_{11} \text{estudo5} \\ & + \beta_{12} \text{parto} + \beta_{13} \text{norte} + \beta_{14} \text{nordeste} + \beta_{15} \text{sudeste} + \beta_{16} \text{sul} \\ & + \beta_{17} \text{trabalha} + \beta_{18} \text{rendimento} + \beta_{19} \text{urbana} \\ & + \varepsilon \end{aligned} \quad (4)$$

Na Equação 4, que inclui, além das demais variáveis explicadas anteriormente, as faixas de idade da mulher de 30 a 34 anos, de 35 a 39 anos e de 40 a 50 anos como variáveis binárias, a variável omitida é a faixa de idade de 17 a 29 anos.

Por fim, serão estimadas separadamente equações para captar as características de mulheres que já fizeram algum tratamento para engravidar e mulheres que fazem algum tratamento atualmente. Para mulheres que já fizeram tratamentos, a equação é a seguinte:

$$\begin{aligned} \text{jafeztratamento} = & \beta_1 + \beta_2 \text{idade} + \beta_3 \text{idade2} + \beta_4 \text{branca} + \beta_5 \text{casada} + \beta_6 \text{estudo1} \\ & + \beta_7 \text{estudo2} + \beta_8 \text{estudo3} + \beta_9 \text{estudo4} + \beta_{10} \text{estudo5} + \beta_{11} \text{parto} \\ & + \beta_{12} \text{norte} + \beta_{13} \text{nordeste} + \beta_{14} \text{sudeste} + \beta_{15} \text{sul} + \beta_{16} \text{trabalha} \\ & + \beta_{17} \text{rendimento} + \beta_{18} \text{urbana} \\ & + \varepsilon \end{aligned} \quad (5)$$

Para mulheres que já fazem tratamentos atualmente, a equação é definida da seguinte forma:

faztratamento

$$\begin{aligned}
 &= \beta_1 + \beta_2 idade + \beta_3 idade2 + \beta_4 branca + \beta_5 casada + \beta_6 estudo1 \\
 &+ \beta_7 estudo2 + \beta_8 estudo3 + \beta_9 estudo4 + \beta_{10} estudo5 + \beta_{11} parto \\
 &+ \beta_{12} norte + \beta_{13} nordeste + \beta_{14} sudeste + \beta_{15} sul + \beta_{16} trabalha \\
 &+ \beta_{17} rendimento + \beta_{18} urbana \\
 &+ \varepsilon
 \end{aligned}
 \tag{6}$$

Nas Equações 5 e 6, as demais variáveis dos modelos são as mesmas utilizadas nas equações anteriores.

3.3 Análise descritiva

A variável de interesse do presente trabalho, “tratamento”, ao ser abordada no questionário da PNS 2019, poderia apresentar como resposta que a mulher e/ou seu companheiro fazem atualmente algum tratamento para engravidar, que a mulher e/ou seu companheiro já fizeram algum tratamento para engravidar ou que nunca fizeram. Ao observar apenas as mulheres que responderam que fizeram ou fazem algum tratamento e suas respectivas idades, nota-se que há uma maior quantidade de mulheres entre os 26 e os 44 anos. Entre as mulheres que responderam que fazem algum tratamento atualmente, o maior número de respostas foi de mulheres com 30 anos de idade no momento da pesquisa. Já entre as mulheres que responderam que já fizeram algum tratamento para engravidar, o maior número de respostas foi de mulheres com 35 anos de idade no momento da pesquisa. A Figura 1 considera o recorte de idade utilizado no trabalho, que engloba mulheres de 17 a 50 anos de idade.

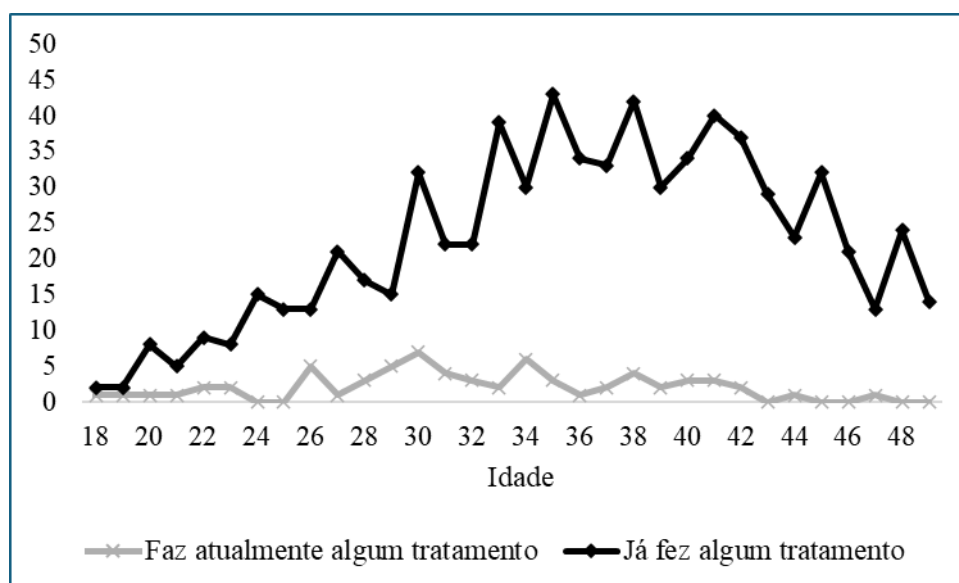


Figura 1 – Composição da idade das mulheres ao responderem o questionário e se fazem ou já fizeram algum tratamento para engravidar, Brasil, 2019

Fonte: Informações básicas da PNS.

Ao analisar as características pessoais das mulheres, de acordo com os dados da pesquisa, verifica-se que a idade média das mulheres que responderam ao questionário é de 33 anos de idade, 2,2% das mulheres fizeram ou fazem algum tratamento para engravidar, 34,4% são brancas ou amarelas, 34,6% são casadas e 27,8% já tiveram filhos, conforme apresenta a Tabela 1.

Tabela 1 – Análise descritiva dos dados, Brasil, 2019

Variável	Média	Desvio Padrão
idade	33,35	9,185
idade2	1196,669	616,501
tratamento	0,022	0,208
branca	0,344	0,475
casada	0,346	0,475
estudo1	0,177	0,381
estudo2	0,165	0,371
estudo3	0,113	0,316
estudo4	0,334	0,471
estudo5	0,192	0,394
parto	0,278	0,448
norte	0,221	0,415
nordeste	0,359	0,479
sudeste	0,199	0,399
sul	0,106	0,308
trabalha	0,528	0,499
rendimento	1,242	2,003
urbana	0,790	0,406

Fonte: Informações básicas da PNS.

Quanto à escolaridade, 17,7% das mulheres são alfabetizadas, mas não concluíram o ensino primário, 16,5% concluíram o ensino primário, mas não o ensino fundamental, 11,3% concluíram o ensino fundamental, mas não o ensino médio, 33,4% concluíram o ensino médio, mas não o ensino superior e 19,2% delas concluíram o ensino superior ou mais.

Em relação às características do mercado de trabalho, 52,8% das mulheres da pesquisa trabalham. Por fim, quanto às características regionais, 22,1% das mulheres vivem na região norte, 35,9% na região nordeste, 19,9% no sudeste e 10,6% na região sul. Além disso, 79% vivem em zona urbana.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, apresentam-se os resultados das regressões logísticas com razão de chances. Inicialmente, a variável dependente indica se a mulher faz ou fez algum tratamento para engravidar e as variáveis explicativas apresentam características pessoais da mulher, como idade cor ou raça, escolaridade, se é casada ou não, se já teve filhos ou não, bem como características do mercado de trabalho, por exemplo, se está empregada ou não, e o rendimento domiciliar, e características regionais, como a região do país em que ela mora e se vive em zona urbana ou rural. Assim, é possível observar o impacto que tais variáveis causam na chance de a mulher fazer algum tratamento para engravidar.

A Tabela 2 apresenta os resultados com a idade e, também, com as faixas de idade. Observando os resultados apenas para a equação com a idade, verifica-se que as variáveis “idade”, “idade2”, “casada”, “estudo5”, “parto”, “sul” e “rendimento” foram estatisticamente significativas. Ao analisar o coeficiente da variável “casada”, pode-se interpretar que mulheres casadas apresentam uma chance 126% maior de fazer um tratamento para engravidar. Quanto à escolaridade, mulheres com ensino superior ou mais apresentam uma chance 84% maior de utilizar de algum tratamento para engravidar. Além disso, já ter tido um filho, aqui representada pela variável “parto”, representa uma chance 616% maior de fazer um tratamento para engravidar. Quanto às características regionais, ser da região sul do Brasil apresenta uma chance 31% maior de fazer um tratamento. Por fim, quanto maior o rendimento domiciliar per capita e maior a idade, maiores as chances de fazer um tratamento para engravidar.

Tabela 2 – Modelo logit com razão de chances de fazer um tratamento para engravidar, idade e faixas etárias, mulheres, Brasil, 2019

Variável	Razão de chances	Variável	Razão de chances
idade	1,3061***	30 a 34 anos	1,4408***
idade2	0,9962***	35 a 39 anos	1,4351***
branca	1,1091	40 a 50 anos	1,1018
casada	2,1612***	branca	1,1021
estudo1	1,3168	casada	2,2009***
estudo2	0,8606	estudo1	1,3299
estudo3	1,2365	estudo2	0,8933
estudo4	1,2378	estudo3	1,2893
estudo5	1,8485*	estudo4	1,3048
parto	7,1622***	estudo5	1,9746*
norte	1,0502	parto	7,3387***
nordeste	1,1577	norte	1,0552
sudeste	0,9795	nordeste	1,1634
sul	1,3124*	sudeste	0,9825
trabalha	1,0429	sul	1,3141*
rendimento	1,0633***	trabalha	1,0652
urbana	1,1479	rendimento	1,0619***
constante	0,0000***	urbana	1,1443
observações	67.178	constante	0,0013***
pseudo R ²	0,1218	observações	67.178
		pseudo R ²	0,1188

Fonte: Dados da pesquisa. *: estatisticamente significativo a 10%. **: estatisticamente significativo a 5%. ***: estatisticamente significativo a 1%.

Verificando os resultados para a equação com as faixas de idade, as variáveis “30 a 34 anos” e “35 a 39 anos” foram estatisticamente significativas e sugerem que há uma chance maior de as mulheres realizarem tratamentos para engravidar em ambas as faixas de idade. As demais variáveis apresentaram comportamentos semelhantes aos da equação inicial.

Com o intuito de compreender o perfil das mulheres que já fizeram algum tratamento ou que fazem algum tratamento atualmente, a Tabela 3 apresenta os resultados de forma separada, destacando as características de mulheres que fizeram tratamentos em algum momento de suas vidas e características de mulheres que utilizam de tratamentos quando responderam ao questionário da pesquisa.

Tabela 3 – Modelo logit com razão de chances de fazer um tratamento para engravidar, mulheres que já fizeram algum tratamento e mulheres que fazem um tratamento atualmente, Brasil, 2019

Mulheres que já fizeram algum tratamento		Mulheres que fazem tratamento atualmente	
Variável	Razão de chances	Variável	Razão de chances
idade	1,3010***	idade	1,6862***
idade2	0,9963141***	idade2	0,9914***
branca	1,1028	branca	1,1398
casada	2,1274***	casada	2,6181***
estudo1	1,2424	estudo1	76067,61
estudo2	0,8487	estudo2	19150,86
estudo3	1,1860	estudo3	67391,37
estudo4	1,1831	estudo4	67109,8
estudo5	1,7443	estudo5	107619,4
parto	8,8847***	parto	1,053236
norte	1,0270	norte	1,3759
nordeste	1,0888	nordeste	2,1747*
sudeste	0,9787	sudeste	0,9767
sul	1,2966*	sul	1,5174
trabalha	0,9967	trabalha	1,68727*
rendimento	1,0625***	rendimento	1,0614***
urbana	1,1163	urbana	1,5946
constante	0,0000***	constante	0,0000
observações	67.178	observações	67.178
pseudo R ²	0,1337	pseudo R ²	0,0713

Fonte: Dados da pesquisa. *: estatisticamente significativo a 10%. **: estatisticamente significativo a 5%. ***: estatisticamente significativo a 1%.

Ao analisar os resultados apresentados na Tabela 3, de modo geral, observa-se que são semelhantes aos resultados verificados na tabela anterior, porém algumas variáveis deixaram de ser significativas e outras passaram a ser significativas em ambas as estimativas. Para mulheres que já fizeram tratamentos para engravidar em algum momento da vida, os resultados indicam que ser casada, já ter tido um filho, residir na região sul, ter maiores rendimentos e maior idade são características relevantes para buscar um tratamento para engravidar. Já para as mulheres que fazem tratamentos para engravidar atualmente, ser casada, residir na região nordeste, trabalhar, ter maiores rendimentos e maior idade são características importantes para procurar um tratamento para engravidar.

Os resultados encontrados corroboram os resultados verificados na literatura. Inhorn (2017), que analisou, de forma mais específica, o perfil das mulheres que realizam o procedimento de congelamento de óvulos de forma eletiva nos Estados Unidos. A autora identificou que as mulheres que congelam seus óvulos são profissionais altamente educadas, de alto desempenho no mercado de trabalho e próximas dos 40 anos de idade, assim como foi identificado no presente trabalho.

A hipótese inicial deste trabalho era de que mulheres com níveis mais altos de escolaridade e de rendimentos são mais prováveis de realizar um tratamento para engravidar, pois, de modo geral, tais mulheres adiam a maternidade por mais alguns anos e se dedicam à carreira profissional e aos estudos antes de se tornarem mães. Isso faz com que a mulher acumule capital humano e seja capaz de alcançar melhores posições no mercado de trabalho. As estimativas do trabalho sugeriram que quanto maior o rendimento da mulher, maiores as chances de ela fazer um tratamento para engravidar. Tal resultado foi verificado por Inhorn et al. (2018), que indicaram o alto custo dos procedimentos para engravidar e a falta de cobertura por parte dos planos de saúde, sugerindo que o acesso é maior para as mulheres que apresentam

maiores rendimentos ou que conseguem fazer o tratamento por meio de alguma política pública implementada. Destaca-se, então, a importância de analisar o uso de tais tratamentos como política pública no intuito de minimizar o efeito da desigualdade em termos de classes sociais. Para futuros trabalhos, sugere-se observar também as consequências do adiamento da maternidade na saúde física e mental das mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar o perfil das mulheres brasileiras que fazem o uso de tratamentos para engravidar utilizando dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) do ano de 2019, discutindo, assim, o impacto das decisões de fertilidade no mercado de trabalho. Com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho ao longo dos últimos anos, as mulheres têm optado por adiar a maternidade, ocasionando uma diminuição no tamanho das famílias e queda da fertilidade. As técnicas de reprodução assistida se popularizam, nesse contexto, como uma possível solução para o dilema “carreira *versus* família” que recai, sobretudo, às mulheres. Os trabalhos analisados nesta pesquisa apontam para a necessidade de aprofundamento do estudo a respeito desse tema no âmbito de políticas públicas e suas consequências para o mercado de trabalho.

Identificou-se, em diversos estudos, a queda da taxa de fecundidade em vários países e, com isso, políticas que tentam influenciar as decisões de fertilidade são analisadas. A oferta de mão-de-obra das mulheres é influenciada pelo salário que ela recebe no mercado de trabalho e seu salário-reserva, que pode ser compreendido como o valor atribuído ao tempo que ela despende nas atividades domésticas e/ou cuidando dos filhos. Quando o salário de mercado for maior que seu salário-reserva, a mulher ofertará sua mão-de-obra. Sendo assim, o custo de se ter um filho é uma importante variável tanto no processo de tomada de decisão individual da mulher e da família quanto na criação de políticas públicas. Logo, a literatura aponta para a importância de educação pública infantil de qualidade para incentivar as mulheres a ofertarem sua mão-de-obra.

Em relação ao uso de técnicas de reprodução assistida, em especial a criopreservação de oócitos, observou-se a potência desse mercado, tendo em vista o aumento significativo da demanda por esses serviços no Brasil e em vários outros países. Em geral, constatou-se que o perfil de mulheres que congelam seus óvulos de forma eletiva são profissionais altamente educadas e de alto desempenho no mercado de trabalho, próximas dos 40 anos de idade, brancas e solteiras. Apesar de ser apresentado como uma solução para as mulheres que desejam se dedicar à carreira, o custo e a falta de cobertura por parte dos planos de saúde são barreiras significativas ao acesso ao procedimento de congelamento de óvulos, além do desconforto corporal que o procedimento envolve por utilizar medicamentos hormonais.

Em concordância com os dados encontrados na literatura internacional, ao analisar o perfil das mulheres brasileiras que realizaram procedimentos para engravidar, verificou-se que o fato de a mulher ser casada, ter concluído o ensino superior ou mais, já ter tido um filho, residir na região sul do país e ter um rendimento mais elevado aumentam as chances de a mulher fazer um tratamento para engravidar. Apesar de não constar na PNS o tipo de tratamento realizado pela mulher, é possível observar que o elevado nível de escolaridade e um rendimento mais alto são variáveis que impactam fortemente as decisões de fertilidade.

6 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Relatório do Sistema Nacional de Produção de Embriões**. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/dadosabertos/informacoes-analiticas/sisembrio>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

ANDRADE, J. L.; CUNHA, M. S. da. The impact of postponing motherhood on women's income in Brazil. **Economia Aplicada**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 65-92, 2021. DOI: 10.11606/1980-5330/ea165870. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/165870>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA. **Congelamento de óvulos, embriões ou espermatozoides? Entenda para quais casos cada um é recomendado**. Disponível em: <<https://sbra.com.br/noticias/congelamento-de-ovulos-embrioes-ou-espermatozoides-entenda-para-quais-casos-cada-um-e-recomendado/>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BOROVECKI, A. *et al.* Social egg freezing under public health perspective: just a medical reality or a women's right? An ethical case analysis. **Journal of Public Health Research**, 2018, v. 7, p. 101-105.

BRAINERD, E. Can government policies reverse undesirable declines in fertility? **IZA World of Labor** 2014: 23, p. 1-10, maio 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRATTI, M. Fertility postponement and labor market outcomes. **IZA World of Labor** 2023: 117, v.2, p. 1-11, jan. 2023.

BROWNE, J. Technology, fertility and public policy: a structural perspective on human egg freezing and gender equality. **Social Politics**, 2018, v. 25, n. 2, p. 149-468.

CATTAN, S. Can universal preschool increase the labor supply of mothers? **IZA World of Labor** 2016: 312, p. 1-10, nov. 2016.

DONNI, O. Measuring the cost of children. **IZA World of Labor** 2015: 132, p. 1-10, mar. 2015.

ESFANDIARI, N. et al. Egg freezing for fertility preservation and family planning: a nationwide survey of US Obstetrics and Gynecology residents. **Reproductive Biology and Endocrinology**, p. 1-9, jan. 2019.

GIANNELLI, G. C. Policies to support women's paid work. **IZA World of Labor** 2015: 157, p. 1-10, jun. 2015.

GREENE, W. H. **Econometric Analysis**. New York: Pearson, 2018.

GUPTA, N. D.; JESSEN, J. Maternity leave versus early childcare—What are the long-term consequences for children? **IZA World of Labor** 2023: 438, v. 2, p. 1-12, maio 2023.

INHORN, M. C. The egg freezing revolution? Gender, technology, and fertility preservation in the twenty-first century. **Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences**, 2017, p. 1-14.

INHORN, M. C. et al. Medical egg freezing: how cost and lack of insurance cover impact women and their families. **Reproductive BioMedicine and Society Online** 2018: 5, p. 82-92, 2018.

JARDIM, M. C. O mercado de fertilização in vitro no Brasil: elementos socioculturais e emocionais presentes na doação e recepção de óvulos. **Política & Sociedade**. Florianópolis, v. 21, n. 51, p. 15-46, maio/ago. 2022.

KATLER, Q. S. et al. National egg-freezing trends: cycle and patient characteristics with a focus on race/ethnicity. **Fertility and Sterility**, v. 116, n. 2, p. 528-537, ago. 2021.

KIM, J. Female education and its impact on fertility. **IZA World of Labor** 2023: 228, v.2, p. 1-12, maio 2023.

KUNZE, A. Parental leave and maternal labor supply. **IZA World of Labor** 2022: 279, v.2, p. 1-10, jun. 2022.

MESEN, T. B. et al. Optimal timing for elective egg freezing. **Fertility and Sterility**, v. 103, n. 6, p. 1551-1556.e4, jun. 2015.

MILMAN, L. W. et al. Assessing reproductive choices of women and the likelihood of oocyte cryopreservation in the era of elective oocyte freezing. **Fertility and Sterility**, v. 107, n. 5, p. 1214-1222.e3, maio 2017.

OECD. **Age of mothers at childbirth and age-specific fertility**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/els/family/database.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2024.

PNS. Pesquisa Nacional de Saúde. Disponível em: <<https://www.pns.icict.fiocruz.br/>>. Acesso em: 06 jan. 2024.

PRONZATO, C. Fertility decisions and alternative types of childcare. **IZA World of Labor** 2017: 382, p. 1-9, set. 2017.

WINKLER, A. E. Women's labor force participation. **IZA World of Labor** 2022: 289, v. 2, p. 1-11, fev. 2022.

WORLD BANK. **Fertility rate, total (births per woman)**. Disponível em: <<https://genderdata.worldbank.org/indicators/sp-dyn-tfirt-in/>>. Acesso em: 10 dez. 2023.



ISBN nº 978-65-01-11585-6

A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E SEU IMPACTO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO (2012-2022)

Gabriel da Silva Valim¹
Ana Cristina Lima Couto²

ÁREA 5: ECONOMIA SOCIAL E DO TRABALHO E DEMOGRAFIA

RESUMO

O artigo aborda os impactos da Reforma Trabalhista de 2017 no mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2022. Inicialmente contextualiza as reformas estruturais em curso no Brasil, destacando a promessa de estimular o emprego. As mudanças propostas visavam fortalecer a negociação coletiva, flexibilizar a jornada de trabalho e ampliar a terceirização, buscando maior autonomia na definição de condições de trabalho. Foi feita uma análise comparativa pré e pós-Reforma buscando identificar as alterações nos regimes de contratação e as variações no índice de desemprego e nos indicadores do mercado de trabalho utilizados. Os dados utilizados foram obtidos do IBGE e da RAIS/Caged para o período de 2012 até 2022. As principais constatações foram que após a reforma, houve aumento na taxa de desemprego por desalento assim como flutuações na subutilização da força de trabalho e nas rotatividades. Houve redução da formalização e aumento da participação dos trabalhadores por conta própria. Observou-se ainda queda na renda média, inclusive, para trabalhadores formais.

Palavras-chave: Brasil, Reforma Trabalhista, Mercado de Trabalho, Flexibilização, Terceirização, Desemprego.

ABSTRACT

The article addresses the impacts of the 2017 Labor Reform on the Brazilian labor market between 2012 and 2022. Initially, it contextualizes the structural reforms underway in Brazil, highlighting the promise to stimulate employment. The proposed changes aimed to strengthen collective bargaining, make working hours more flexible and expand outsourcing, seeking greater autonomy in the definition of working conditions. A comparative analysis was carried out before and after the Reform seeking to identify the changes in the hiring regimes and the variations in the unemployment rate and in the labor market indicators used. The data used were obtained from IBGE and RAIS/Caged for the period from 2012 to 2022. The main findings were that after the reform, there was an increase in the unemployment rate due to discouragement, as well as fluctuations in the underutilization of the workforce and turnover. There was a reduction in formalization and an increase in the participation of self-employed workers. There was also a drop in the average income, including for formal workers.

Key-words: Brazil, Labor Reform, Labor Market, Flexibilization, Outsourcing, Unemployment.

Classificação JEL: J40, J41, J46.

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá e estudante de pós-graduação *lato sensu* no curso MBA Finanças e Controladoria da USP/ESALQ. E-mail: gabrielsvalim13@gmail.com.

² Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2017, foi aprovada a Reforma Trabalhista, que havia sido prometida durante o governo de Dilma Rousseff (2011 – 2016), no entanto, foi conduzida pelo então vice-presidente Michel Temer, que assumiu a presidência no segundo semestre de 2016. Essa reforma, que trouxe algumas mudanças, ficou conhecida como a reforma da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Segundo Krein (2019) o objetivo da reforma era estimular o emprego, com projeções indicando a criação de mais de dois milhões de postos de trabalho formais. O debate e a aceitação da reforma visavam atender às demandas econômicas e laborais do país. Para uma análise completa e contextualizada dos impactos no mercado de trabalho brasileiro entre 2017 e 2022, é essencial compreender o contexto político e as expectativas associadas à implementação dessa reforma.

As mudanças efetuadas visavam fortalecer a negociação coletiva entre empresas e sindicatos, conferindo maior relevância aos acordos em comparação à legislação em diversos aspectos. Essa abordagem, conhecida como negociação entre empregado e empregador, concedeu maior autonomia na definição de condições de trabalho, popularmente referida como "patrão e empregado".

Outras modificações relevantes foram a flexibilização da jornada de trabalho, permitindo a adoção de novos formatos de jornadas, e também novas formas de contrato de trabalho como por exemplo o trabalho intermitente, no qual o empregado é convocado apenas quando necessário. A terceirização foi expandida para todas as atividades da empresa, inclusive as atividades-fim, conforme estipulado pela Lei 13.429 de 2017. No que tange às férias, a reforma permitiu sua divisão em até três períodos, desde que um deles fosse de pelo menos 14 dias. Além disso, facilitou a adoção do banco de horas para a compensação de jornada. Em relação às demissões, a multa do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) foi reduzida para aproximadamente 20% do saldo em casos de demissão por acordo entre as partes.

Feitas essas considerações, o propósito deste estudo é realizar uma análise dos impactos da reforma trabalhista no mercado de trabalho brasileiro, com especial atenção voltada para o fenômeno do desemprego. Para atingir esse objetivo, o trabalho investigou as principais mudanças legislativas implementadas em 2017, com um foco destacado nos regimes de contratação. A abordagem adotada busca identificar e compreender as consequências dessas alterações no mercado de trabalho brasileiro, no período de 2017 a 2022 avaliando o comportamento dos indicadores do mercado de trabalho.

A base de dados utilizada foi da PNAD Contínua do IBGE, em que foram examinadas variáveis como emprego formal, desemprego, PIB, desalento, subutilização da força de trabalho, rotatividade, participação na força de trabalho, admissões e demissões, emprego intermitente, modalidades de contratação, categorias de empregadores, médias salariais, renda informal, informalidade e contribuição para a previdência.

O artigo está estruturado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção faz-se uma breve revisão de literatura sobre os principais aspectos da reforma adotada no Brasil. Na terceira seção, são apresentados e analisados os dados do desempenho do mercado de trabalho brasileiro a fim de verificar as mudanças ocorridas pós-reforma de 2017.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA NO BRASIL

Regiani (2022) destaca que a legislação trabalhista brasileira teve seu início na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, e foi moldada para regular as relações de trabalho e aprimorar as condições dos trabalhadores. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 foi concebida para proteger os direitos dos trabalhadores, abordando aspectos como horas de trabalho, salários, férias, licenças e segurança no trabalho. Nesse contexto, Souza e Alvarenga (2020) contribuem para a compreensão da legislação ao ressaltarem que a ocupação pode ser considerada uma categoria de trabalho.

Ao analisar o artigo 3º da CLT, Souza e Alvarenga (2020) interpretam a ocupação como qualquer atividade que envolva subordinação, pessoalidade, alteridade, onerosidade, não eventualidade e seja realizada por um indivíduo. Essa abordagem amplia a compreensão das disposições da CLT, conectando a regulamentação das relações de trabalho não apenas às condições gerais, mas também às características fundamentais das ocupações laborais. Assim, a análise de Souza e Alvarenga (2020) oferece uma perspectiva que enriquece a compreensão da CLT e destaca a importância da ocupação como elemento central nas relações trabalhistas no contexto brasileiro.

Segundo Cezar (2012) o histórico da legislação trabalhista no Brasil é marcado por uma evolução ao longo do tempo, com leis e regulamentações que visaram proteger os direitos dos trabalhadores, estabelecer condições de trabalho justas e promover a inclusão social. Abaixo, apresenta-se uma visão geral das principais etapas dessa evolução:

1. **Primeiros Passos:** As primeiras iniciativas de regulação do trabalho no Brasil datam do final do século XIX e início do século XX, quando começaram a surgir leis específicas que buscavam proteger certos grupos de trabalhadores, como marítimos e ferroviários. Em 1903, foi promulgada a primeira lei trabalhista do país, que regulamentava o trabalho de mulheres e menores.
2. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):** O marco mais importante na história da legislação trabalhista brasileira ocorreu em 1943, com a criação da CLT. Essa legislação consolidou as normas existentes e estabeleceu direitos e deveres tanto para empregadores quanto para empregados. A CLT estabeleceu regras sobre jornada de trabalho, férias, salário mínimo, sindicatos, entre outros aspectos fundamentais das relações de trabalho. Ela representou uma conquista significativa para os trabalhadores e se manteve como a principal referência legal até a Reforma Trabalhista de 2017.
3. **Reformas e Ajustes:** Ao longo das décadas seguintes, a legislação trabalhista passou por diversas reformas e ajustes para se adequar às mudanças na sociedade e na economia. Em 1967, houve uma tentativa de reforma mais significativa, que foi a **Reforma Trabalhista de 1967**. Esta foi uma reforma anterior à de 2017 e também trouxe mudanças nas relações de trabalho, incluindo a instituição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a regulamentação do trabalho temporário.
4. **Reforma Trabalhista de 2017:** Como mencionado anteriormente, em 2017, o Brasil passou por uma reforma trabalhista significativa, que introduziu mudanças substanciais na legislação, flexibilizando algumas normas e ampliando o poder de negociação entre empregadores e empregados.

Segundo Krein (2019), antes da reforma de 2017 a CLT tinha algumas características e um papel essencial quanto à seguridade dos trabalhadores, como por exemplo:

- a) **Rigidez das Regras:** A CLT se caracterizava pela imposição de regras trabalhistas rígidas, abrangendo aspectos como jornadas fixas de trabalho, normas relativas a horas extras, regras para demissões e outros pontos regulatórios. No entanto, essa rigidez muitas vezes confrontava-se com a diversidade e complexidade presentes em determinados setores econômicos e empresas. A padronização imposta pela CLT nem sempre era adequada para lidar com as particularidades específicas de cada atividade produtiva, gerando, assim, desafios à sua aplicação em um contexto diversificado
- b) **Proteção ao Trabalhador:** Uma das premissas basilares da CLT consistia na proteção dos direitos dos trabalhadores, o que se traduzia em aspectos fundamentais, tais como o pagamento de horas extras, férias remuneradas, 13º salário, licença-maternidade e a constituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outros benefícios. Essa proteção jurídica conferida aos trabalhadores representou um importante avanço na busca pela justiça social e equilíbrio nas relações trabalhistas. Porém, com a reforma implantada em 2017, essa característica foi duramente afetada.
- c) **Sindicalismo Fortalecido:** Era atribuído aos sindicatos um papel preponderante nas negociações coletivas e na representação dos interesses dos trabalhadores. Esse fortalecimento do sindicalismo possibilitou a organização coletiva e a articulação de demandas unificadas, atuando como um contraponto ao poder dos empregadores e favorecendo a defesa de direitos trabalhistas.
- d) **Inflexibilidade nos Contratos:** Outra característica relevante da CLT era a imposição de cláusulas obrigatórias nos contratos de trabalho, o que reduzia a flexibilidade nas negociações individuais entre empregado e empregador. Essa abordagem, embora garantisse um nível mínimo de proteção ao trabalhador, restringia a possibilidade de ajustar as condições de trabalho de acordo com as necessidades específicas de cada relação laboral.

2.2 A REFORMA TRABALHISTA DE 2017: PRINCIPAIS MUDANÇAS

Nas informações apresentadas no portal do Senado Federal, a reforma trabalhista foi implementada no Brasil durante o governo do então presidente Michel Temer, cujo projeto foi sancionado no dia 13 de julho de 2017, tornando-se a lei nº 13.467 que entrou em vigor 120 dias após a sua publicação, no dia 11 de novembro de 2017. O principal objetivo era promover alterações significativas na legislação trabalhista vigente. Essa reforma foi aprovada como uma tentativa de modernizar as relações de trabalho no país, visando tornar o mercado de trabalho mais dinâmico, competitivo e adequado às demandas do cenário econômico.

De acordo com Krein (2019), a reforma trabalhista, tal como delineada, configura-se como uma política pública voltada para garantir a subsistência da maioria da população, a qual necessita de emprego para sua manutenção ou é dependente de alguém que o requer. Dado que essas pessoas não possuem recursos acumulados e não têm a capacidade de produzir de forma independente, recorrem ao mercado para vender sua força de trabalho. Entretanto, sua capacidade de venda está intrinsecamente ligada à existência de alguém disposto a adquirir essa mercadoria, ou seja, um empregador.

Segundo Souza e Alvarenga (2020), os apoiadores da reforma trabalhista no Brasil argumentam, em grande parte, que a falta de flexibilidade no mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito aos direitos anteriormente considerados inflexíveis, é um dos

principais motivos para o aumento do desemprego. Propõem que o Estado adote uma postura neutra, permitindo que os direitos sejam estabelecidos e negociados em parte com base na oferta e demanda, buscando um equilíbrio de interesses entre empregados e empregadores, resultando na criação de novos empregos. Esses defensores fundamentam suas posições na Teoria Neoclássica, usando, por exemplo, a ideia de maior flexibilização dos salários.

De acordo com Carvalho (2017), as alterações no Artigo 461 da CLT propõem uma modificação nas normas relativas à necessidade de salários iguais para funções equivalentes, visando prevenir discriminações no ambiente de trabalho. Atualmente, a legislação proíbe a disparidade salarial para funções idênticas dentro da mesma localidade. Sugere-se que esse princípio seja aplicado exclusivamente no âmbito do mesmo estabelecimento. Além disso, ressalta-se que as cláusulas estabelecidas em acordos coletivos terão prevalência sobre esse princípio. O referido artigo também estabelece que as promoções poderão ser baseadas no mérito ou na antiguidade, em contraste com a prática atual que considera tanto o mérito quanto a antiguidade.

Segundo Filgueiras *et al.* (2019), no contexto brasileiro, embora a reforma trabalhista não tenha retirado de modo direto os direitos explicitados no artigo 7º da Constituição Federal, que versa sobre a regulamentação do salário mínimo, ela o fez de forma indireta, pois foram criados meios para restringir o acesso a direitos, tornando seu acesso mais difícil para os trabalhadores. Ao introduzir maior flexibilidade na remuneração, a Lei 13.467/2017 altera a característica de salário de benefícios como diárias de viagens, ajudas de custo e abonos. A habitualidade deixa de ser um elemento crucial para determinar se algo terá ou não caráter salarial.

De acordo com Trovão e Araújo (2020) as principais mudanças aprovadas na reforma trabalhista de 2017 foram as seguintes:

- a) **Negociação Coletiva:** A reforma deu mais força aos acordos coletivos entre empresas e sindicatos, permitindo que os acordos prevalecessem sobre a legislação em diversos aspectos, sendo assim a adoção da chamada negociação entre empregado e empregador, ou utilizando o termo popular “patrão e empregado”.
- b) **Jornada de Trabalho:** Permitiu a adoção de novos formatos de jornada, como a jornada 12 x 36.
- c) **Terceirização:** Ampliou a possibilidade de terceirização para todas as atividades da empresa, inclusive as atividades-fim (Lei 13.429 de 2017).
- d) **Férias:** Foi permitido que as férias podem ser divididas em até três períodos, desde que um deles tenha pelo menos 14 dias.
- e) **Banco de Horas:** Facilitou a adoção do banco de horas para compensação de jornada.
- f) **Demissão:** Reduziu a multa do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) para demissões em comum acordo para cerca de 20% do saldo.
- g) **Trabalho da Mulher:** Permitiu o trabalho de mulheres grávidas ou lactantes em locais considerados insalubres em grau médio ou mínimo, desde que haja autorização médica.

Essas são apenas algumas das mudanças aprovadas na reforma trabalhista de 2017. Vale ressaltar que ela gerou muitos debates e polêmicas entre os diferentes setores da sociedade, com defensores acreditando que as alterações impulsionariam a economia e o emprego, enquanto críticos argumentavam que as mudanças poderiam precarizar as condições de trabalho e enfraquecer a proteção ao trabalhador.

Segundo Silva e Maia (2018) a estratégia adotada pelo governo para justificar a reforma foi uma escolha política que privilegiou os donos do capital, os empresários, limitando os benefícios trabalhistas conquistados pelos trabalhadores. Segundo estes autores, por exemplo, no primeiro trimestre de 2015, 17,4% da população economicamente ativa estava desocupada. Em 2019, esse percentual aumentou para 24,8% (3.319 milhões de pessoas procurando

emprego). Segundo dados da PNAD Contínua, no primeiro trimestre de 2019, a proporção de pessoas desempregados por mais de dois anos apresentava taxas maiores entre as mulheres (28,8%), indivíduos com idade acima de 40 anos (27,3%), e trabalhadores que concluíram o ensino médio (27,4%).

De acordo com Krein, Gimenez e Santos (2018) a reforma teve um caráter estrutural e alterou significativamente as bases das relações de trabalho no país, desregulamentando e flexibilizando as condições de trabalho e enfraquecendo os direitos dos trabalhadores. Observando os impactos do trabalho intermitente, onde o mesmo foi introduzido na Medida Provisória 808 e promove ajustes no artigo 452-A e introduz os artigos 452-B a 452-H na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), delineando diretrizes operacionais. Estas incluem a especificação de que períodos inativos não devem ser remunerados e estabelecem a obrigatoriedade de que, caso o trabalhador receba um montante inferior ao salário mínimo mensal, ele deva complementar sua contribuição previdenciária para fins de aposentadoria.

A essência colocada pelo trabalho intermitente é de que ele permite que o empregador solicite o trabalho por um mínimo de uma hora, apresentando uma notável flexibilidade. No entanto a análise apresentada é que o trabalho intermitente tem como consequência primordial a intensificação extrema da subordinação do trabalho ao capital. Em contraste com um contrato de emprego convencional, onde o trabalhador está associado à realização de tarefas em intervalos de tempo predefinidos ao longo da jornada, o que lhe confere a capacidade de planejar e aproveitar sua vida fora do contexto laboral, no trabalho intermitente, o colaborador não possui um rendimento regular, resultando na ausência de garantias para assegurar sua subsistência.

Segundo Oliveira (2023) a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) define essa modalidade como um contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não ocorre de forma contínua, mas sim alternando períodos de atividade e inatividade. Os períodos podem ser estabelecidos em horas, dias ou meses, para qualquer tipo de atividade desempenhada pelo empregado. Além disso, o contrato deve ser formalizado por escrito e deve incluir explicitamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou ao montante devido aos demais empregados que desempenhem a mesma função no estabelecimento. O Quadro 1, extraído de Oliveira (2023), compara o contrato de trabalho por prazo indeterminado com o trabalho intermitente e com o trabalho informal.

Quadro 1 - Comparação entre os diferentes tipos de contrato de trabalho

Tipo de proteção previdenciária ou trabalhista	CLT	CONTRATO INTERMITENTE –CLT	TRABALHADOR INFORMAL
FGTS	SIM	SIM	NÃO
CONTRIBUIÇÃO AO INSS	SIM	SIM	NÃO
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	SIM	SIM	NÃO
FÉRIAS PROPORCIONAIS	SIM	SIM	NÃO
ADICIONAIS (PERICULOSIDADE, NOTURNO, ETC.)	SIM	SIM	NÃO
13º SALÁRIO PROPORCIONAL	SIM	SIM	NÃO
HORA EXTRA	SIM	SIM	NÃO
SEGURO DESEMPREGO PROPORCIONAL	SIM	NÃO	NÃO
VALE ALIMENTAÇÃO OU DEMAIS PROPORCIONAL	SIM	SIM	NÃO
DESCANSO SEMANAL REMUNERADO(DSR)	SIM	PROPORCIONAL AO DIA TRABALHADO	NÃO

Fonte: Oliveira (2023, p.11).

A respeito do trabalho intermitente segundo Marques *et al.* (2018) a o formalizar o trabalho intermitente, a Reforma introduz um modelo no qual o trabalhador fica disponível conforme as demandas do empregador, mas sem garantias como descanso remunerado e férias. Apesar de sua natureza formal, esse tipo de emprego não oferece segurança quanto à duração do trabalho e remuneração. Além disso, legaliza o pagamento abaixo do salário mínimo, exigindo apenas a remuneração proporcional à hora trabalhada. A Reforma, assim, institucionaliza a eliminação de direitos e garantias laborais, reduzindo a remuneração da força de trabalho e promovendo insegurança nas relações laborais e promovendo a precarização do mercado de trabalho.

Galvão *et al.* (2019) também abordam que a reforma trouxe mudanças nos padrões de negociação, deslocando o foco para novas modalidades de contratação, tipos de contrato de trabalho, quantidade de horas trabalhadas, remuneração e condições de trabalho, além do enfraquecimento dos sindicatos e da justiça do trabalho. As informações disponíveis no Ministério de Trabalho, segundo os autores, mostram que em 2018 havia 3.568 convenções coletivas e 19 mil acordos coletivos vigentes. Em relação aos ganhos reais, a maioria dos instrumentos apresentou reajuste acima da inflação, oscilando entre 0,1% e 1,2%. A recomposição das perdas salariais foi um tema importante nas convenções e acordos.

Oliveira e Amorim (2022) examinam como a implementação do neoliberalismo na política econômica brasileira, notadamente através da reforma trabalhista de 2017, influenciou as dinâmicas do mercado de trabalho. Esta reforma, que buscou a redução dos custos trabalhistas e a flexibilização das relações laborais, teve repercussões visíveis durante o período pandêmico. No segundo trimestre de 2020 de acordo com os dados disponibilizados na PNAD contínua, a taxa de inatividade atingiu 42,7%, um aumento significativo em relação aos 37,3% do trimestre anterior. Isso significa que cerca de quatro em cada dez indivíduos com 14 anos ou mais estavam inativos no início da pandemia. Ao longo do tempo, a taxa de inatividade gradualmente declinou, aproximando-se do patamar médio elevado que prevalecia antes da crise. Esse declínio pode ser atribuído, em parte, às mudanças nas relações de trabalho introduzidas pela reforma. Por exemplo, flexibilizações nas formas de contratação, como contratos intermitentes ou parciais, podem ter contribuído para a redução da taxa de inatividade à medida que as empresas se adaptaram a modelos mais dinâmicos de emprego.

3 O COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: ANTES E APÓS A REFORMA DE 2017

3.1 METODOLOGIA

Os dados da análise quantitativa foram obtidos PNAD Contínua (IBGE), tendo como principais elementos analisados a taxa de desemprego durante o período de 2012 a 2022, incluindo suas variações, tais como a taxa média de desemprego por gênero e por desalento. Outros indicadores contemplam os números relativos ao crescimento do PIB, a taxa de formalização do emprego (comparando o total de admissões e demissões), a taxa de rotatividade (2012-2019), as taxas combinada e composta da subutilização da força de trabalho no Brasil, a taxa de participação no mercado de trabalho (ocupação por setor), a taxa de “*subocupação*”, os dados referentes à população subutilizada na força de trabalho, as informações sobre a renda média do trabalhador (atualizadas pelo índice IPCA), a comparação entre os trabalhadores intermitentes no período de 2017 a 2021, a distribuição da população ocupada (com carteira assinada, sem carteira assinada e por conta própria), além das estatísticas sobre a renda informal

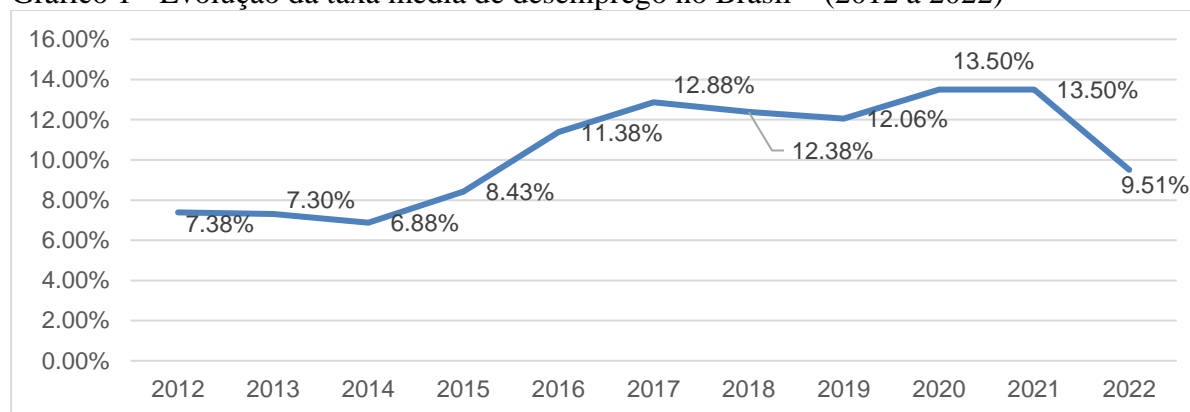
e sua proporção em relação à renda formal. Também foram utilizados dados do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/CAGED) /E-SOCIAL.

3.2 ANÁLISE DOS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Segundo os dados da PNAD Contínua (IBGE), o número da população com carteira assinada em 2017 era por volta de 33,3 milhões, ou seja, uma queda de aproximadamente 2%, quando comparado a 2016. Outra estatística a ser citada era o aumento de trabalhadores por conta própria no ano de implementação da reforma que era cerca de 23 milhões, quase 5% maior em relação a 2016 e os trabalhadores sem carteira assinada no mesmo ano tiveram um aumento percentual de 6% em relação a 2016.

A taxa média de desemprego no Brasil de 2012 a 2022 mostrou um reflexo do mercado de trabalho no período, e pode se dar destaque nos períodos da pré e pós-Reforma Trabalhista de 2017 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da taxa média de desemprego no Brasil – (2012 a 2022)

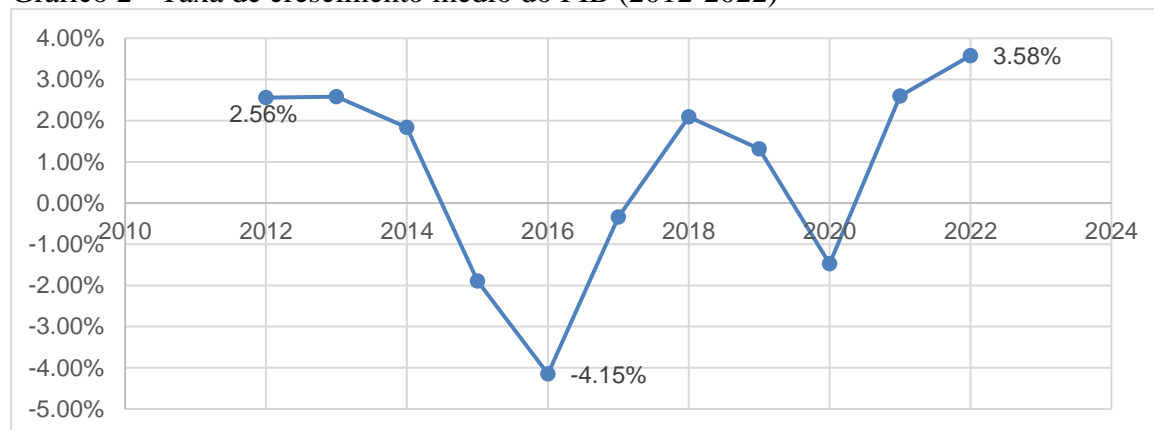


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Antes da reforma, observou-se uma diminuição inicial do desemprego até 2014, seguida por um aumento acentuado em 2015-2017 (chegando próximo a 13%). De acordo com os dados do Gráfico 2, o PIB teve uma queda nos anos de 2015 e 2016 refletindo desafios econômicos e uma recessão que teve efeitos sobre o mercado de trabalho. Após a Reforma Trabalhista, nos anos de 2018 a 2019, as taxas permaneceram elevadas, sugerindo que os impactos da reforma não foram imediatos, porém pode se perceber uma pequena recuperação no PIB que obteve um crescimento médio de 2,09% e 1,32% respectivamente.

A pandemia de 2020 contribuiu para uma alta temporária do desemprego, persistindo em 2021, que também refletiu negativamente no crescimento do PIB, que teve uma redução média de 1,47% em 2020. Contudo, em 2022, ocorreu uma significativa redução para 9,51%, e assim como a taxa de crescimento média do PIB que teve um aumento de 3,58% no mesmo ano e esses números indicam uma possível recuperação no mercado de trabalho e no cenário econômico.

Gráfico 2 - Taxa de crescimento médio do PIB (2012-2022)

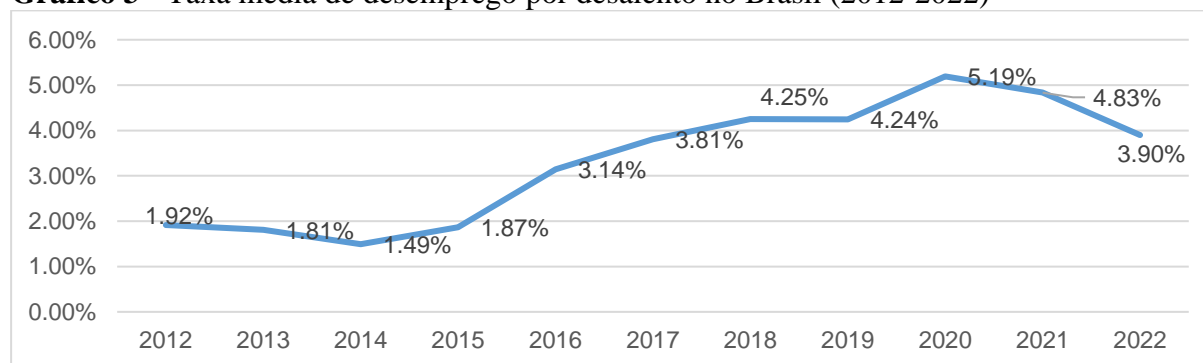


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

A taxa média de desemprego por desalento no Brasil de 2012 a 2022, indica a proporção de pessoas que desistiram de procurar emprego devido à desmotivação quanto às perspectivas do mercado de trabalho. Antes da Reforma Trabalhista (2012-2017), a taxa permaneceu relativamente estável conforme o Gráfico 3, porém no ano de 2016 a taxa foi para 3,14% (indicando um aumento de 1,27 pontos percentuais) em meio a uma crise econômica e política no período que culminou também em uma redução média de 4,15% do PIB. O aumento da taxa média permaneceu e atingiu 3,81% em 2017.

Após a reforma trabalhista (2017), a taxa continuou a crescer em 2018 e 2019 se mantendo nos 4,25% e 4,24% respectivamente, significando que a taxa se manteve alta. Durante a pandemia em 2020, a taxa atingiu seu pico em 5,19%, refletindo a incerteza e os desafios econômicos. Entretanto, a partir de 2021, houve uma queda gradual, alcançando 3,90% em 2022, indicando uma possível influência da recuperação econômica pós-pandemia e de políticas adotadas. A média mais elevada no período pós-Reforma (4,51%) em comparação com a pré-Reforma (2,29%) sugere um aumento significativo no desalento.

Gráfico 3 - Taxa média de desemprego por desalento no Brasil (2012-2022)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Ao analisar as medidas de subutilização da força de trabalho no período de 2012 a 2022 de acordo com a Tabela 1, percebe-se uma dinâmica com flutuações significativas nas taxas. A taxa combinada de desocupação por insuficiência de horas trabalhadas começou em 13,6% em 2012, atingindo seu ponto mais baixo em 2014 (11,5%), mas experimentou um aumento expressivo para 20,3% em 2021, seguido por uma redução para 15,0% em 2022. Essa medida reflete desafios na adequação da carga horária e empregabilidade ao longo do período, com um notável aumento após 2016.

A taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial mostrou uma tendência semelhante, iniciando em 12,5% em 2012 e atingindo seu pico em 2021 com 20,8%, seguido por uma queda para 15,5% em 2022. Este padrão sugere uma expansão nas categorias de desocupação e força de trabalho potencial ao longo do tempo.

A taxa composta de desocupação, subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e força de trabalho potencial começou em 18,4% em 2012, teve um aumento acentuado em 2016 para 21,0%, atingindo seu ápice em 2020 com 28,2%, mas declinou para 20,8% em 2022. Isso indica um período de significativa subutilização da força de trabalho, seguido por uma redução.

A taxa de “subocupação” por insuficiência de horas trabalhadas na população ocupada apresentou uma ligeira queda ao longo dos anos, partindo de 6,7% em 2012 para 6,3% em 2022, indicando uma relativa estabilidade nessa medida. O percentual de pessoas desalentadas na força de trabalho ampliada teve variações, começando em 1,9% em 2012, atingindo 3,8% em 2016, mas declinou para 3,8% em 2022. Essa medida evidencia períodos de desalento, seguidos por uma redução em 2022.

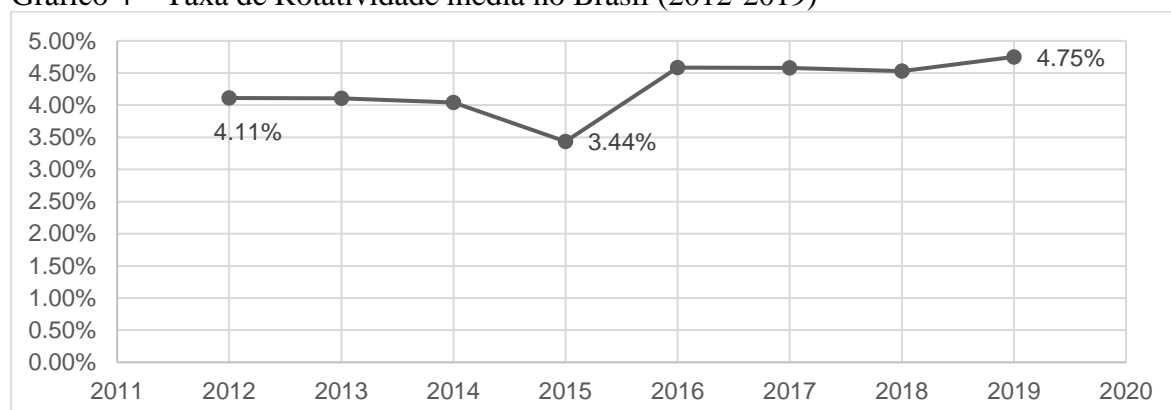
Tabela 1 - Medidas de subutilização da força de trabalho no Brasil – (2012-2022)

ANO	TAXA COMBINADA DE DESOCUPAÇÃO POR INSUFICIENCIA DE HORAS	TAXA COMBINADA DE DESOCUPAÇÃO E FORÇA DE TRABALHO POTENCIAL	TAXA COMPOSTA DE DESOCUPAÇÃO E SUBOCUPAÇÃO POR INSUFICIENCIA DE HORAS	TAXA DE PESSOAS DESALENTADAS NA FORÇA DE TRABALHO AMPLIADA
2012	13,6%	12,5%	18,4%	1,9%
2013	12,4%	11,6%	16,4%	1,8%
2014	11,5%	10,7%	15,1%	1,5%
2015	13,5%	12,7%	17,4%	1,9%
2016	16,3%	16,6%	21,0%	1,9%
2017	18,6%	18,5%	23,9%	3,8%
2018	18,7%	18,5%	24,4%	4,3%
2019	18,6%	18,1%	24,2%	4,2%
2020	20,0%	22,6%	28,2%	5,2%
2021	20,3%	20,8%	27,2%	4,9%
2022	15,0%	15,5%	20,8%	3,8%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

A taxa média de rotatividade no mercado de trabalho brasileiro de 2012 a 2019 indica o percentual de funcionários que deixam e são substituídos em uma empresa durante um ano. O Gráfico 4 apresenta que no período pré-reforma Trabalhista (2012-2017), a taxa manteve-se relativamente estável em torno de 4,11%, com um aumento em 2016 para 4,58%, possivelmente influenciado pela crise econômica e política na época. No período após a Reforma Trabalhista (2017-2019), a taxa de rotatividade permaneceu em 4,58% em 2017, indicando que as mudanças legislativas podem não ter tido impacto imediato. Contudo, em 2019, houve um aumento para 4,75%, sugerindo possíveis influências econômicas e políticas pós-reforma como a troca e transição de governo.

Gráfico 4 – Taxa de Rotatividade média no Brasil (2012-2019)

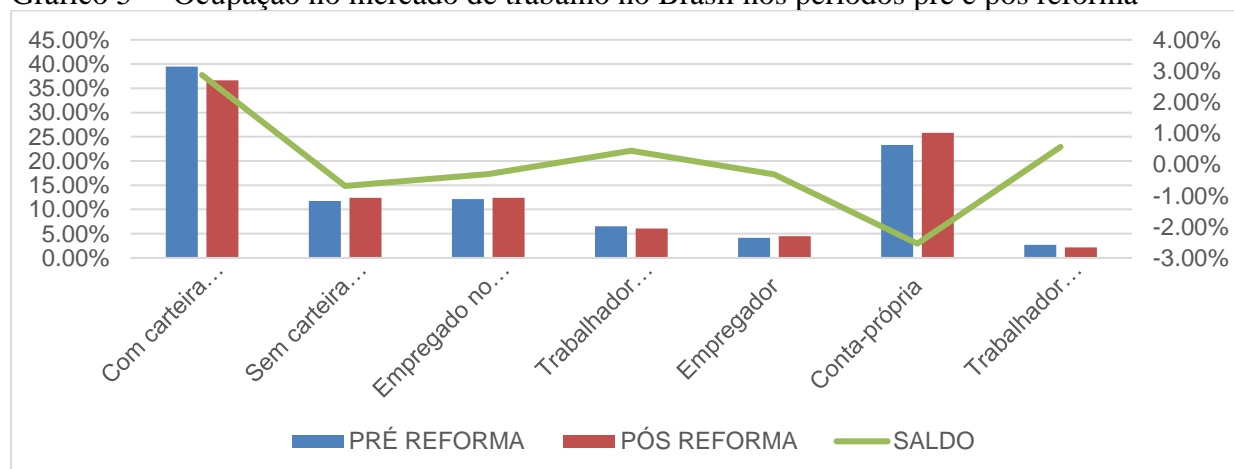


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/65. *Dados disponíveis até 2019.

O Gráfico 5 apresenta a distribuição percentual da ocupação na força de trabalho no Brasil e revela mudanças significativas nos padrões de emprego nos períodos pré e pós-reforma trabalhista de 2017. Antes da reforma, entre 2012 e 2017, a estabilidade predominava, com 39,49% dos trabalhadores possuindo carteira assinada e 23,29% atuando como conta-própria, indicando uma presença expressiva de trabalhadores autônomos ou empreendedores individuais. Após a reforma (2017-2022), observa-se uma redução na taxa de trabalhadores com carteira assinada para 36,61%, sugerindo uma possível flexibilização nas formas de contratação. Paralelamente, a categoria de conta-própria aumentou para 25,84%, indicando um crescimento nos trabalhadores autônomos.

O saldo geral entre as categorias evidencia uma diminuição de 2,87 pontos percentuais (p.p) nos trabalhadores com carteira assinada, uma queda de 0,69 (p.p) nos empregados sem carteira, uma redução de 2,54(p.p) nos trabalhadores por conta própria e uma diminuição de 0,32 (p.p) nos empregadores. Essas alterações refletem a influência da Reforma Trabalhista na natureza do emprego, indicando uma possível preferência por formas mais flexíveis de trabalho e uma redução nos contratos formais.

Gráfico 5 – Ocupação no mercado de trabalho no Brasil nos períodos pré e pós reforma



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

As admissões e demissões do período pré-reforma trabalhista (2012-2017), indicam uma relativa estabilidade inicial conforme apontado nos dados da Tabela 2, com saldos positivos

indicando um cenário mais favorável para as admissões. Contudo, uma queda significativa em 2015 e 2016 reflete desafios da crise econômica e política do período, resultando em mais demissões do que contratações.

Contudo uma recuperação parcial no saldo de admissões (indica o número de admissões subtraído do número de demissões) em 2017 (porém o número de admissões formais reduziu significativamente). Com a reforma trabalhista (2017), os anos seguintes testemunham uma recuperação e estabilidade no saldo de admissões, indicando um impacto nesse quesito, porém o número de admissões que era na casa dos 20 milhões entre 2012 e 2014 caiu para a casa dos 14 milhões após esse período.

No contexto da pós-Reforma (2020-2022) o ano de 2020 conforme indicado por IBGE (2023), o mercado de trabalho foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19, os efeitos dessa pandemia foram significativos. Contudo, em 2022, observou-se uma notável recuperação, com um aumento de 7,4% na população ocupada, o que representa um acréscimo de 6,7 milhões de pessoas.

O nível de ocupação registrou um aumento, passando de 53,2% para 56,6%, ao mesmo tempo em que a taxa de desocupação diminuiu, alcançando uma média de 9,3%. Adicionalmente, a população fora da força de trabalho reduziu em 2,0%, equivalendo a 1,3 milhões de pessoas a menos. Esses indicadores apontam para uma recuperação gradual e positiva do mercado de trabalho ao longo de 2022, resultando em um saldo positivo mais moderado. Entretanto, uma recuperação expressiva em 2021 e 2022 sugere uma retomada econômica, e aumento no número de admissões formais.

Em resumo, a reforma trabalhista parece ter contribuído para uma recuperação no saldo de empregos formais a princípio, porém o número de admissões formais se manteve estagnado até 2020, mas eventos externos, como a pandemia, influenciaram de maneira significativa o mercado de trabalho. O saldo positivo em 2021 e 2022 reflete a resiliência do mercado de trabalho, e a recuperação após o período pandêmico, que obteve seu melhor número em 2022 com cerca de 22 milhões de admissões e um saldo positivo de 2 milhões.

Tabela 2 – Quadro comparativo entre o total de admissões e demissões no Brasil (2012-2022)

ANO	TOTAL DE ADMISSÕES	TOTAL	
		DEMISSÕES	SALDO
2012	20.432.039	19.563.798	868.241
2013	20.942.051	20.211.364	730.687
2014	20.661.059	20.508.345	152.713
2015	16.861.712	18.487.263	-1.625.551
2016	14.172.042	15.543.405	-1.371.363
2017	14.084.869	14.208.298	-123.429
2018	14.887.209	14.430.131	421.078
2019	15.712.733	15.153.107	559.626
2020	14.283.016	14.002.517	280.499
2021	19.616.768	16.740.553	2.876.215
2022	22.243.441	20.232.075	2.011.366

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE/CAGED/IPEA data/Dimac.

De acordo com a Tabela 3 observa-se a evolução da população ocupada no Brasil com 14 anos ou mais de idade, podemos discernir distintas tendências no período pré-reforma trabalhista (2012-2017) e no pós-reforma (2017-2022). Durante o primeiro período, houve uma diminuição gradual na participação dos empregados, indicando possíveis desafios no mercado de trabalho assalariado. A categoria de conta própria registrou um crescimento significativo, indicando uma preferência crescente por trabalhos autônomos ou empreendedorismo. Por outro

lado, a participação dos trabalhadores auxiliares familiares diminuiu, sugerindo mudanças nas estruturas de trabalho familiar.

No período pós-reforma trabalhista, a redução na participação de empregados persistiu, atingindo 67,8% em 2022, indicando uma continuidade na diminuição da empregabilidade. Empregadores, após um aumento até 2017, apresentaram oscilações, atingindo 4,3% em 2022, indicando uma estabilidade após o crescimento inicial. Apesar de uma leve queda em 2022, a categoria de conta própria permaneceu elevada, sugerindo uma persistência na preferência por trabalhos autônomos mesmo após a reforma. A participação dos trabalhadores auxiliares familiares continuou a diminuir, atingindo 1,8% em 2022, indicando uma tendência contínua de redução nessa categoria de ocupação.

De acordo com as observações de Oliveira e Amorim (2022), é necessário abordar com cautela o movimento de recuperação do mercado de trabalho no Brasil. Isso se justifica, primeiramente, pelo fato de que os empregos com escassa ou nenhuma proteção social foram os que apresentaram uma recuperação mais rápida, aumentando sua participação no mercado de trabalho nacional. Em segundo lugar, após uma redução na relevância dos desempregados de longo prazo no total de desempregados em 2020, a situação demanda uma análise cuidadosa. Em suma, destaca-se a variável "Conta Própria" devido aos aumentos significativos no pré-reforma, sugerindo uma mudança duradoura nas necessidades ocupacionais em direção ao empreendedorismo ou autonomia. Enquanto isso, o emprego assalariado, representado pela categoria "Empregado", mostrou uma redução persistente ao longo dos dois períodos analisados.

Tabela 3 – População ocupada no Brasil com 14 anos ou mais de idade (2012-2022)

ANO	EMPREGADO	EMPREGADOR	CONTA PRÓPRIA	TRAB.AUXILIAR FAMILIAR
2012	70,7%	3,9%	22,4%	3,0%
2013	70,5%	4,0%	22,5%	3,0%
2014	70,6%	4,0%	22,6%	2,8%
2015	69,4%	4,3%	23,6%	2,7%
2016	69,1%	4,2%	24,4%	2,3%
2017	68,5%	4,6%	24,6%	2,4%
2018	68,1%	4,7%	24,9%	2,3%
2019	67,7%	4,6%	25,4%	2,2%
2020	67,5%	4,6%	25,8%	2,2%
2021	66,5%	4,1%	27,3%	2,1%
2022	67,8%	4,3%	26,0%	1,8%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

A Tabela 4, com dados do IBGE (2023) demonstra a população ocupada como empregado no setor privado, excluindo trabalhadores domésticos, durante os períodos pré e pós-reforma trabalhista (2012-2017 e 2017-2022, respectivamente), observam-se algumas tendências distintas. No período pré-reforma, de 2012 a 2017, a participação de empregados com carteira assinada iniciou em 75,8%, atingindo o ápice em 2014 com 78,1%, mas estagnou para 75,9% em 2017. Paralelamente, a categoria de empregados sem carteira assinada apresentou um aumento, mantendo próximo de 24,2% em 2012 para 24,1% em 2017.

No cenário pós-reforma, após 2017, a tendência de declínio na participação de empregados com carteira assinada continuou chegando a 73,5% em 2022. Este declínio sugere uma possível fragilidade na manutenção do emprego formal mesmo após a reforma. Contrariamente, a categoria de empregados sem carteira assinada continuou crescendo,

atingindo 26,5% em 2022. Este aumento pode indicar uma influência da reforma trabalhista na formalização do emprego no setor privado. É destacado uma queda persistente no número de trabalhadores com carteira assinada e um aumento notável na ocupação sem carteira assinada.

A participação de empregados com carteira assinada apresentou declínio, indicando desafios na manutenção do emprego formal. Em contrapartida, a categoria de empregados sem carteira assinada continuou crescendo, possivelmente influenciada pela reforma trabalhista. No entanto, vale ressaltar que a carteira assinada oferece benefícios valiosos, acesso a direitos trabalhistas (férias remuneradas, décimo terceiro salário, FGTS) e proteção previdenciária.

O declínio persistente na carteira assinada e o aumento na ocupação sem carteira destacam desafios na garantia de benefícios e segurança aos trabalhadores, enfatizando a importância do emprego formal.

Tabela 4 - População ocupada no Brasil no Setor privado (com carteira assinada e sem carteira assinada) – (2012-2022)

ANO	Com carteira de trabalho assinada	Sem carteira de trabalho assinada
2012	75,8%	24,2%
2013	76,7%	23,3%
2014	78,1%	21,9%
2015	78,2%	21,8%
2016	77,3%	22,7%
2017	75,9%	24,1%
2018	74,8%	25,2%
2019	74,2%	25,8%
2020	76,0%	24,0%
2021	74,5%	25,5%
2022	73,5%	26,5%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua.

A Tabela 5 apresenta a evolução das médias salariais no mercado de trabalho brasileiro de 2012 a 2022, destacando períodos pré e pós-Reforma Trabalhista (2017), que foi atualizada pelo índice do IPCA de 2022. Antes da reforma, de 2012 a 2017, observou-se uma queda constante nas médias salariais, tanto para trabalhadores com carteira assinada (de R\$ 5.058,15 para R\$ 3.762,08) quanto sem carteira assinada (de R\$ 3.098,65 para R\$ 2.243,67). Em 2022, as médias salariais eram de R\$ 2.822,87 para trabalhadores com carteira assinada e R\$ 1.950,67 para aqueles sem carteira, ou seja, significando uma redução ao ano de 2012. Esses dados sugerem que, a reforma trabalhista pode não ter contribuído para um aumento nas remunerações. Consequentemente podemos concluir que os dados apresentados ajudaram no aumento da precarização do mercado de trabalho.

Tabela 5 – Renda média dos trabalhadores com carteira assinada e sem carteira assinada no Brasil (2012-2022).

ANO	Média Com carteira assinada		Média Sem carteira assinada	
2012	R\$	5.058,15	R\$	3.098,65
2013	R\$	4.871,43	R\$	2.974,86
2014	R\$	4.701,51	R\$	2.854,50
2015	R\$	4.389,16	R\$	2.639,42
2016	R\$	3.920,84	R\$	2.393,64
2017	R\$	3.762,08	R\$	2.243,67
2018	R\$	3.669,74	R\$	2.256,91
2019	R\$	3.515,57	R\$	2.259,20
2020	R\$	3.453,99	R\$	2.359,21
2021	R\$	3.156,46	R\$	2.129,85
2022	R\$	2.822,87	R\$	1.950,67

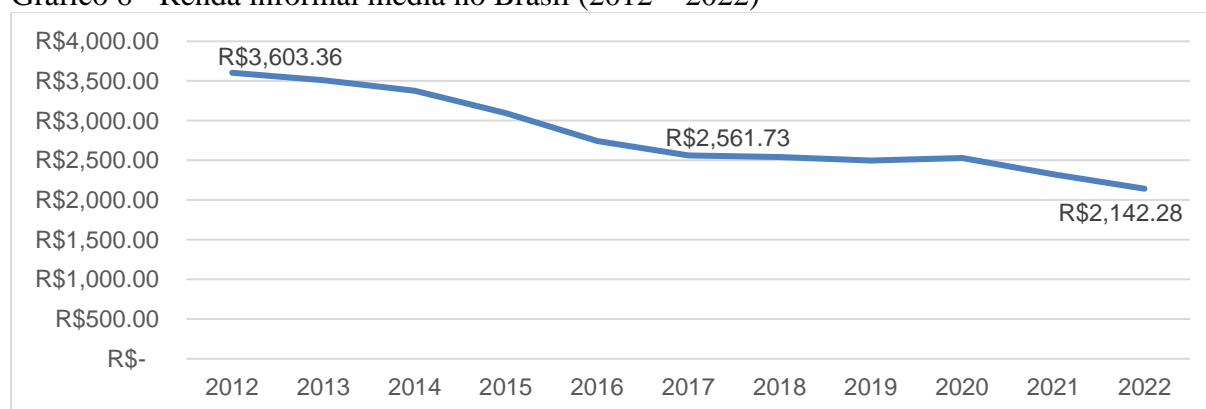
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD Contínua. Elaboração Ipeadata/Dimac. *Valores atualizados pelo IPCA de 2022.

Segundo dados de IBGE (2023), o número de trabalhadores por conta própria no Brasil, que representava 20,1 milhões em 2012, aumentou para 25,5 milhões em 2022, indicando um acréscimo de 5,5 milhões ao longo de uma década. Em comparação com 2021, houve um crescimento de 2,6%, o que equivale a 635 mil pessoas a mais em apenas um ano. Notavelmente, cerca de 74,3% dos trabalhadores por conta própria em 2022 não possuíam registro no CNPJ.

Conforme ilustração no Gráfico 6, a média da renda informal (valor médio entre a renda do trabalhador por conta própria e a média sem carteira assinada) começou em R\$ 3.603,36 em 2012, experimentando uma redução gradual nos anos seguintes. Esse declínio foi evidente em 2017 a média atingiu R\$ 2.561,73. Com a implementação da Reforma Trabalhista em 2017, a tendência de diminuição nos valores da renda informal persistiu. Entre 2017 e 2022, os valores médios continuaram a registrar quedas sucessivas, alcançando R\$ 2.142,28 em 2022. Isso sugere que a reforma pode não ter revertido imediatamente a trajetória descendente da renda informal e aumentado e a diminuído nos empregos formais no período.

A diminuição nos valores da renda informal ao longo desses períodos aponta para desafios persistentes enfrentados pelos trabalhadores informais, independentemente da implementação da Reforma Trabalhista. Fatores como instabilidade econômica, desemprego e mudanças no cenário do trabalho exerceram influência contínua.

Gráfico 6 - Renda informal média no Brasil (2012 – 2022)

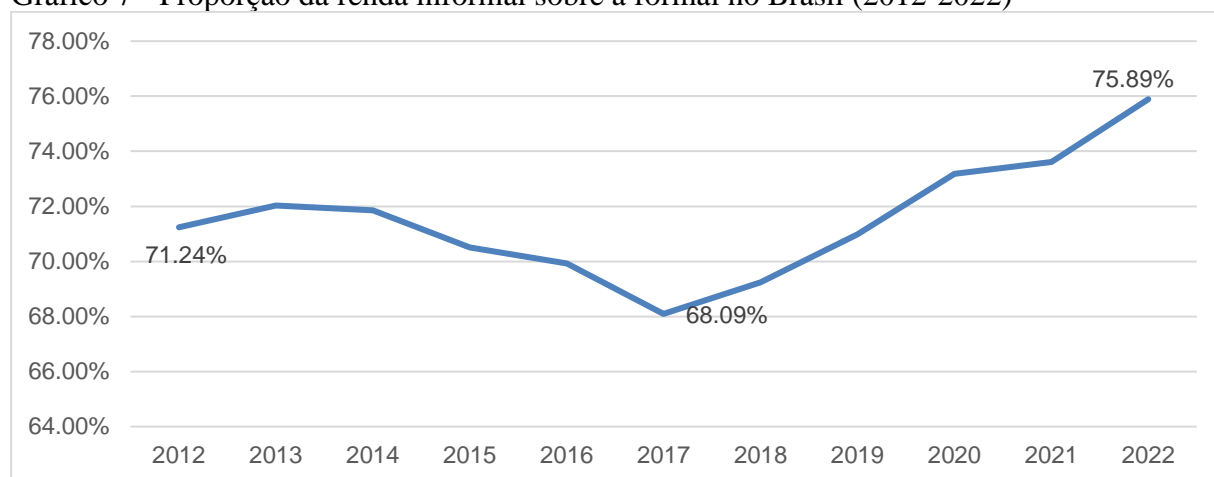


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD Contínua. Elaboração Ipeadata/Dimac.
*valores atualizados pelo IPCA.

Na fase pré-reforma trabalhista (2012-2017), observa-se uma tendência de decréscimo na proporção entre a renda informal e a renda formal com carteira assinada conforme o Gráfico 7. Iniciando em 71,24% em 2012, essa proporção diminuiu gradualmente para 68,09% em 2017, combinado com os dados da taxa de informalidade no Brasil conforme observadas no Gráfico 8 o ano de 2017 teve 39,8% de trabalhadores informais, um aumento em relação a 2016 (3,86%). Esse declínio sugere uma possível formalização do emprego durante esse período, indicando impactos de políticas econômicas e condições específicas do mercado de trabalho.

No cenário pós-reforma trabalhista (2017-2022) conforme observado no Gráfico 7 nota-se uma inversão nessa tendência. A partir de 2018, a proporção entre a renda informal e formal aumenta consistentemente, atingindo 75,89% em 2022.

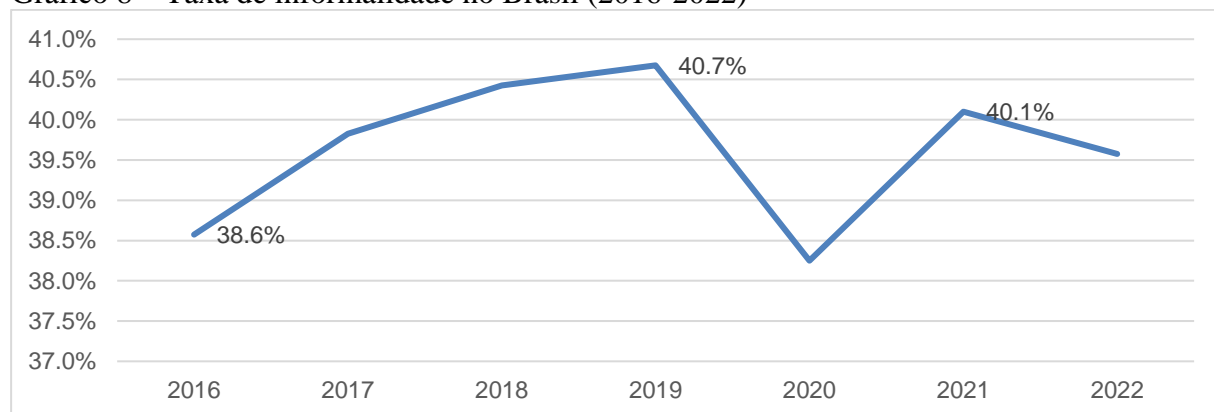
Gráfico 7 - Proporção da renda informal sobre a formal no Brasil (2012-2022)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD Contínua. Elaboração Ipeadata/Dimac.

*Valores atualizados pelo IPCA.

Gráfico 8 – Taxa de informalidade no Brasil (2016-2022)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD Contínua - Retrospectiva 2012-2022 - Médias Anuais.

Conforme os dados apresentados na Tabela 6, que representa a participação da população ocupada (14 anos ou mais de idade) em relação à contribuição para instituto de previdência, tanto no período pré-reforma trabalhista (2012-2017) quanto no pós-reforma (2017-2022), podemos analisar de duas formas.

No cenário pré-reforma, a contribuição para instituto de previdência teve uma leve variação, iniciando em 62,2% em 2012, atingindo o pico em 2016 com 65,8%, e declinando para 64,4% em 2017. Em paralelo, a não contribuição mostrou uma dinâmica inversa, com uma queda inicial em 2016 para 34,2%, seguida por um aumento leve para 35,6% em 2017.

No período pós-reforma, a tendência de declínio na contribuição para instituto de previdência continuou chegando a 63,7% em 2022. Paralelamente, a não contribuição também mostrou uma queda, atingindo 36,3% em 2022. Esses dados sugerem uma persistência na diminuição da participação dos trabalhadores que contribuem para a previdência, possivelmente indicando influência da reforma trabalhista nas escolhas relacionadas à previdência social.

Tabela 6 - População ocupada com dados de contribuição para Previdência – (2012-2022)

ANO	Contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho	Não contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho
2012	62,2%	37,8%
2013	63,3%	36,7%
2014	64,9%	35,1%
2015	65,4%	34,6%
2016	65,8%	34,2%
2017	64,4%	35,6%
2018	63,7%	36,3%
2019	63,1%	36,9%
2020	64,9%	35,1%
2021	63,4%	36,6%
2022	63,7%	36,3%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 2012-2022.

Os indicadores do período pós reforma apontam para uma contínua diminuição na participação dos trabalhadores que contribuem para a previdência. Nesse contexto, é fundamental ressaltar as múltiplas vantagens associadas à contribuição à previdência. Além de assegurar benefícios previdenciários, como aposentadoria, auxílio-doença e pensão por morte, a contribuição contribui para a construção de uma segurança financeira futura.

Observa-se que os períodos que tiveram maior taxa de contribuição à previdência são considerados como alguns anos de incerteza econômica e instabilidade no mercado de trabalho (2015,2016,2020), seja relacionado ao período onde o Brasil teve uma queda significativa no PIB(2015-2016) ou no período da pandemia (2019-2020), o que podemos concluir é que a população tendeu a buscar uma seguridade nesses períodos através na contribuição para a previdência social .

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a análise do desempenho dos diversos indicadores do mercado de trabalho no Brasil, considerando os períodos anterior e posterior à implementação da reforma trabalhista de 2017, destacam-se certas tendências que contribuem para uma percepção mais nítida das transformações ocorridas ao longo desse intervalo.

Antes da reforma, notou-se uma queda inicial no desemprego até 2014, seguida por um aumento acentuado em 2015-2017, refletindo desafios econômicos e uma recessão que impactou o mercado de trabalho. A implementação da reforma trabalhista não gerou impactos imediatos, com as taxas de desemprego permanecendo elevadas nos anos seguintes, sugerindo uma possível defasagem nos efeitos da legislação. A pandemia de 2020 contribuiu para o

aumento do desemprego, persistindo em 2021, refletindo negativamente no crescimento do PIB. No entanto, em 2022, houve sinais de recuperação econômica, indicando uma possível reversão do cenário desfavorável.

A taxa média de desemprego por desalento mostrou um aumento significativo após a reforma, sugerindo uma desmotivação crescente em relação às perspectivas do mercado de trabalho. A disparidade de gênero persistiu, com as taxas de desemprego para mulheres crescendo mesmo após a reforma, indicando desafios contínuos na equidade de oportunidades no mercado de trabalho.

A subutilização da força de trabalho apresentou flutuações significativas, refletindo desafios na adequação da carga horária e empregabilidade ao longo do tempo. A taxa de rotatividade no mercado de trabalho teve variações, indicando uma certa instabilidade nas relações empregatícias.

A reforma trabalhista parece ter influenciado a natureza do emprego, com uma redução nos contratos formais e um aumento nos trabalhadores por conta própria. O crescimento do emprego intermitente após a reforma destaca uma mudança nas modalidades de contratação e consequentemente representa um ponto negativo, pois esse tipo de contrato de trabalho tende a influenciar na diminuição da renda média dos trabalhadores e consequentemente não afeta de forma significativa no aumento de vínculos formais.

A renda média no mercado de trabalho apresentou uma tendência de queda, tanto para trabalhadores com quanto sem carteira assinada. A formalização do emprego não reverteu imediatamente a trajetória descendente da renda informal, destacando desafios persistentes para os trabalhadores informais.

Em relação à contribuição para a previdência, observou-se uma inversão na tendência após a reforma, com um aumento consistente na proporção entre a renda informal e formal. Essa mudança pode indicar um impacto nas condições de emprego e na formalização da contribuição previdenciária. Porém os números relacionados a contribuição da previdência no período pós reforma podem ser considerados de certa forma como um aspecto negativo quando relacionado a precarização do trabalho e expectativas dos trabalhadores (tanto formais quanto informais).

Em resumo, embora a reforma trabalhista tenha introduzido mudanças significativas no mercado de trabalho brasileiro, seus efeitos não foram uniformes nem imediatos. O período pós-reforma foi marcado por desafios persistentes, influências externas, como a pandemia, e uma gradual recuperação econômica.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Sandro Sacchet de. **Uma Visão Geral sobre a Reforma Trabalhista**. Política em Foco, 2017

CEZAR, Frederico Gonçalves. O processo de elaboração da CLT: histórico da consolidação das leis trabalhistas brasileiras em 1943. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, Brasília, v. 3, p.13-20, n. 7, 2012.

FILGUEIRAS, Vitor Araujo; LIMA, Uallace Moreira; SOUZA, Ilan Fonseca de. **Os Impactos Jurídicos, Econômicos e Sociais das Reformas Trabalhistas**. Caderno CRH, Salvador, v. 32, n. 86, p. 231-251, 2019.

GALVÃO, Andréia; CASTRO, Bárbara; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Reforma Trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo**, Campinas, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua: Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2022**. Ano 2023. Brasil.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2022: Características gerais dos domicílios e dos moradores**.

KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci; SANTOS, Anselmo Luis dos. **Dimensões críticas da Reforma Trabalhista no Brasil**. São Paulo: LTr, 2018.

KREIN, José Dari; COLOMBI, Ana Paula Fregnani. **Reforma Trabalhista: A Reforma Trabalhista em Foco: Desconstrução da Proteção Social em Tempos de Neoliberalismo Autoritário**, 2019.

MARQUES, Léa; HENRIQUE, Artur; TEIXEIRA, Daniel; ABÍLIO, Ludmila. **Informalidade: Realidades e Possibilidades para o Mercado de Trabalho Brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

OLIVEIRA, Tiago; AMORIM, Ricardo Luiz Chagas. Política econômica, neoliberalismo e mercado de trabalho no Brasil (2015-2021). **Revista Brasileira de Estudos do Trabalho**, v. 1, n. 2, p. 1-22, 2022.

OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de. **A Qualificação do Trabalhador Intermitente e sua Evolução no Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 2023.

REGIANI, Rogê Carlos Dias. **A reforma trabalhista implantada no Brasil em 2017 e seus reflexos sobre o desemprego no país**. Tese (Doutor em Ciências Sociais Aplicadas.) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2022.

SILVA, Sandro Pereira. A estratégia argumentativa da reforma trabalhista no Brasil à luz de dados internacionais. **Revista Brasileira de Direito do Trabalho**, v. 4, n. 1, p. 87-103, 2018.

SOUZA, Jefferson Queiróz de; ALVARENGA, Letícia Gomes. Considerações da Reforma Trabalhista: à luz da influência capitalista e da experiência internacional. **Revista Discente UNIFLU**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 1, n. 1, p. 61-74, 2020.

TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B. de . Reformas trabalhistas, flexibilização e novas formas de contratação: impactos sobre o mercado de trabalho no Brasil de 2012 a 2019. **RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, Campinas, SP, v. 2, n. 00, p. e020009, 2020.



ISBN nº 978-65-01-11585-6

O DESEMPREGO NO BRASIL (1995-2022): UMA PREOCUPAÇÃO CONSTANTE

RAFAEL LÍNEKER DE DEUS SILVA¹
RENATO SOARES DE OLIVEIRA²

ÁREA 5: ECONOMIA SOCIAL E DO TRABALHO E DEMOGRAFIA

RESUMO

O desemprego de uma nação demanda uma atenção especial de todo governante, independentemente do país, pois níveis elevados de desemprego podem acarretar em aumento da desigualdade social, pobreza, violência e criminalidade. No Brasil, ao longo dos últimos 30 anos, o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tem realizado a pesquisa oficial da taxa de desemprego buscando aprimorar sua metodologia, seja via PME - Pesquisa Mensal de Emprego até a PNAD Contínua. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a variação da taxa de desemprego brasileira entre os anos de 1995 e 2022. No estudo, foi analisada a taxa de desemprego nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer, além da gestão Jair Bolsonaro. Foi constatada uma profunda relação inversa entre a taxa de crescimento do PIB anual com a taxa de desemprego média anual.

Palavras-chave: Desemprego, governo, PIB.

ABSTRACT

A nation's unemployment demands special attention from every ruler, regardless of the country, as high levels of unemployment can lead to an increase in social inequality, poverty, violence and crime. In Brazil, over the last 30 years, IBGE, the Brazilian Institute of Geography and Statistics, has carried out official unemployment rate research seeking to improve its methodology, whether via PME - Monthly Employment Survey or Continuous PNAD. In this sense, the objective of this work is to analyze the variation in the Brazilian unemployment rate between the years 1995 and 2022. In the study, the unemployment rate was analyzed in the governments of Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff and Michel Temer, in addition to the Jair Bolsonaro administration. A profound inverse relationship was found between the annual GDP growth rate and the average annual unemployment rate.

Key-words: Unemployment, government, GDP.

Classificação JEL: E24, J01, J08.

¹ Aluno do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: ra57666@uem.br.

² Aluno do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: ra90244@uem.br.

1 INTRODUÇÃO

Uma reduzida taxa de desemprego é um objetivo de qualquer país. Neste sentido, o desemprego é uma preocupação constante da maioria dos governos e apesar de muitos acreditarem que a partir do aumento no número de empregos as empresas estimam sua produção, uma vez que existiriam mais pessoas com renda apta ao consumo, em realidade, é exatamente o contrário, a produção é que influencia nas taxas de desemprego, logo, uma produção crescente e capaz de absorver a diferença entre os indivíduos que entram no mercado de trabalho e aqueles que estão se retirando, além de atender às evoluções tecnológicas, seria capaz de diminuir a taxa de desemprego.

O conceito de emprego vai além da ideia do emprego formal, o chamado “registro em carteira” pelo público geral, inclusive, em estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de 2012, a taxa de desemprego é tratada pelo termo “taxa de desocupação”, demonstrando mais claramente que se trata da ausência de atividade remunerada, independentemente de ser formal ou informal. Ao ampliar o escopo, os estudos referentes ao desemprego, possibilitam melhores análises e políticas públicas, uma vez que em áreas com elevado desemprego, existe um aumento da pobreza e da desigualdade, o que pode aumentar os índices de violência e criminalidade na região. Tal fato indica que a perda de empregos não é apenas um problema financeiro para as famílias, mas também uma questão social que afeta profundamente a sociedade.

Isso posto, o objetivo deste artigo é analisar a variação da taxa de desemprego brasileira entre os anos de 1995 e 2022. Mais especificamente, discutiremos a taxa de desemprego Referência Semana, a taxa de desemprego Referência 30 dias e a PNAD Contínua.

Para cumprir o objetivo proposto, o artigo será dividido em quatro seções. Na primeira, trataremos do problema do desemprego no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Na segunda seção, debateremos a situação do desemprego no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Na terceira seção, estudaremos as oscilações da taxa de desemprego no governo de Dilma Vana Rousseff e Michel Miguel Elias Temer Lulia (2011-2018). Na quarta seção, analisaremos os desafios do desemprego no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Por fim, será apresentada a conclusão do artigo.

2 DESEMPREGO NO GOVERNO FHC (1995-2002)

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi conhecido por pontos positivos como a continuidade do Plano Real, criado em 1994 no governo de Itamar Franco, pela introdução inicial de programas sociais, pelo rígido combate à inflação e a estabilidade de preços. Contudo, também por pontos negativos, como desequilíbrio externo, elevadas taxas de juros e acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Analisando a Tabela 1, podemos notar uma taxa de desemprego crescente no primeiro governo FHC até alcançar o percentual em torno de 7%, quando se mantém razoavelmente estável até o final do segundo governo. Segundo Silva e Costa (2005), o desemprego desta segunda metade da década de 1990 pode ser considerado uma consequência da política monetária do período, pois uma taxa básica de juros elevada compromete os investimentos produtivos e com menor produção, o desemprego tende a aumentar. A relação entre taxa de juros e desemprego não é direta.

A Tabela 1 se fundamenta na Pesquisa Mensal do Emprego (PME), realizada pelo IBGE. O estudo seguiu pela Referência Semana entre os anos de 1981 e 2002, quando passou a utilizar a Referência 30 dias até o ano de 2016, quando encerrou sua continuidade. Esta pesquisa foi

realizada em 6 regiões metropolitanas (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife) mensalmente.

Tabela 1: Taxa média de desemprego - Ref.: Semana - 1995/2002

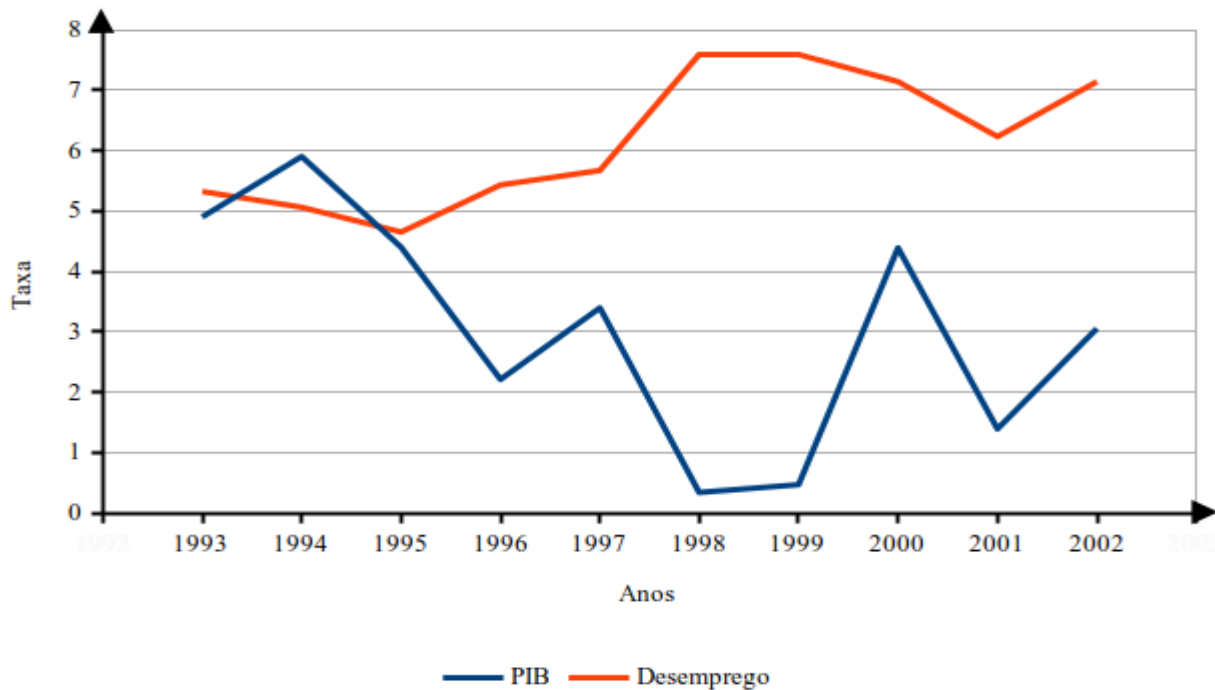
Anos	I Governo FHC	Anos	II Governo FHC
1995	4,65	1999	7,58
1996	5,43	2000	7,14
1997	5,67	2001	6,23
1998	7,60	2002	7,14
Média Anual	5,84	Média Anual	7,02

Fonte: Ipeadata (2024a).

Como demonstrado no Tabela 1, observa-se que no primeiro ano de governo, 1995, houve uma taxa de desemprego bastante positiva, 4,65%, sendo menor que as taxas de desemprego de seu antecessor, Itamar Franco, além de ser a menor da década de 1990. Entretanto, no ano seguinte, em 1996, a taxa de desemprego média anual subiu 0,78 pontos percentuais, passando para 5,43% e se estabeleceu acima da taxa de desemprego de 1994 (5,06%). Isso se deve ao menor crescimento do PIB, que vinha de três anos anteriores acima de 4% (1993 4,9%, 1994 5,9% e 1995 4,4%), e que em 1996 teve um crescimento menor, 2,2% evidenciando que o objetivo maior de estabilizar os preços, sacrificou o crescimento da produção (PIB) e isso levou a crescentes taxas de desemprego.

No ano de 1998, houve um aumento expressivo da taxa de desemprego, deixando a casa dos 5% de 1996 e 1997, para subir 2 pontos percentuais aproximadamente e alcançar 7,60%, neste ano o PIB atingiu seu menor percentual de crescimento em todo o governo FHC (0,3%). Após essa taxa máxima no período, o desemprego se manteve entre 1998 e 2000 na casa dos 7% embora tenham acontecido pequenas quedas.

Gráfico 1: Taxa média de desemprego (Ref.: Semana) e crescimento do PIB - 1993/2002



Fonte: Ipeadata (2024a) e IBGE (2024a).

Uma das âncoras do Plano Real, o câmbio fixo/administrado, utilizado a fim de estabilizar os preços barateando os custos dos produtos importados, e que desincentiva o avanço das exportações, também era considerado um limitador do aumento da produção e geração de empregos. Contudo, em janeiro de 1999 foi substituído pelo regime de câmbio flutuante sem o reflexo esperado no PIB do ano.

Como se pode notar no Gráfico 1, onde compara-se a taxa de crescimento do PIB com a taxa de desemprego há uma tendência de quando o PIB não cresce acima de 3,5%, ocorrer um aumento na taxa de desemprego. No ano de 2001, não há essa tendência, o PIB cresce apenas 1,4%, porém o desemprego cai quase 1 p.p., possivelmente impulsionado pelo crescimento do PIB no ano 2000, 4,4%, que estariam tendo impactos positivos posteriores.

Segundo Teixeira e Pinto (2012, p. 916), as políticas de Fernando Henrique Cardoso resultaram em uma queda massiva da formação bruta de capital em relação ao PIB entre os anos de 1995 e 2002, o que elevou o desemprego e diminuiu as taxas de crescimento, além da deterioração fiscal. As elevadas taxas de juros ou mesmo os menores gastos e investimentos públicos a fim de se conquistar o superávit primário impactaram fortemente na produção e por conseguinte em menor geração de empregos. Segundo Silva e Costa (2005), apesar da mídia da época atrelar o elevado desemprego a falta de qualificação da população “o trabalhador não pode ser considerado culpado pela situação de desemprego, ele sempre depende da capacidade da economia gerar vagas, para as quais ele deve buscar sua qualificação” (SILVA e COSTA, 2005, p. 33). Neste sentido, uma gestão sem o foco na geração de empregos prejudica o desenvolvimento econômico da nação, além de deteriorar as condições financeiras de inúmeras famílias.

3 O DESEMPREGO NO GOVERNO LULA (2003-2010)

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva se iniciou em um contexto de preços mais controlados e foi bastante marcado por melhor redistribuição de renda, inclusive com o avanço de programas sociais como o Bolsa Família, contudo foi muito além disso ao aproveitar o boom das commodities para saldar a dívida externa brasileira e manter a inflação dentro da meta a partir de 2005.

A Tabela 2, também se fundamenta na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, contudo utiliza a Referência 30 dias, logo, ao verificar taxas médias de desemprego mais elevadas no governo Lula em relação ao governo FHC, é preciso analisar que a mudança de referência tende a aumentar as taxas do indicador de desemprego. O ano de 2002, último ano da gestão FHC pode ser utilizado como base comparativa, em razão de haver dados da PME nas duas referências, semana e 30 dias. Pela Referência Semana o ano de 2002 obteve uma taxa média anual de desemprego de 7,14%, porém o mesmo período pela Referência 30 dias obteve uma taxa de desemprego de 11,68%. Deste modo, podemos afirmar que o desemprego aumentou no primeiro ano do governo Lula, entretanto ele não dobrou de valor.

A partir do segundo ano de governo, inicia-se uma tendência de queda na taxa de desemprego, que culminou na menor taxa média anual de desemprego do governo Lula em 6,73% em seu último ano de mandato, 2010. No segundo ano da gestão Lula o desemprego já seria menor do que o último ano da gestão FHC, e passando a ser uma taxa de apenas um dígito desde o terceiro ano até o final do mandato.

No segundo governo Lula, a média anual da taxa de desemprego caiu aproximadamente três pontos percentuais (8,01%), demonstrando que as políticas aplicadas pela gestão e orientadas à geração de empregos e redução da pobreza surtiram efeitos positivos de longo prazo.

Tabela 2: Taxa média de desemprego - Ref.: 30 dias - 2003/2010

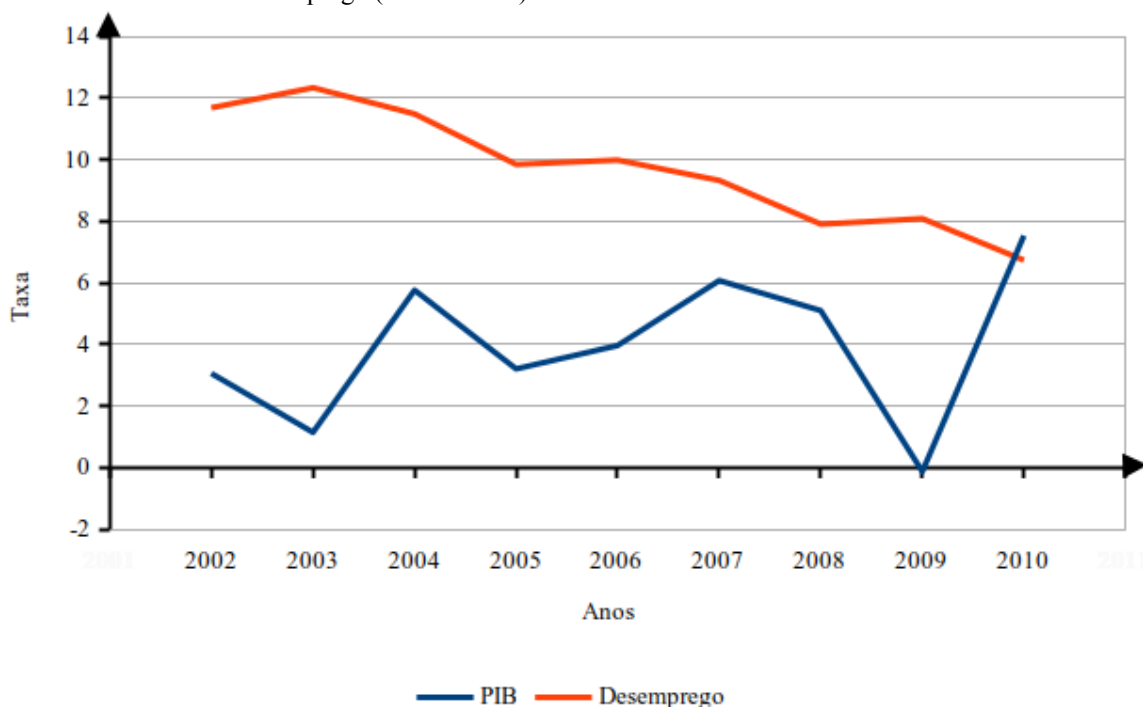
Anos	I Governo Lula	Anos	II Governo Lula
2003	12,33	2007	9,32
2004	11,48	2008	7,90
2005	9,84	2009	8,08
2006	9,98	2010	6,73
Média Anual	10,91	Média Anual	8,01

Fonte: Ipeadata (2024b).

Observando o Gráfico 2, onde se compara a taxa de crescimento do PIB à taxa de desemprego nos anos de 2002 a 2010, percebe-se claramente a tendência de baixa da taxa de desemprego. No primeiro ano do governo Lula, o aumento do desemprego esteve ligado a um menor crescimento do PIB (1,1%), entretanto entre 2004 e 2008 verificamos taxas de crescimento do PIB acima de 3% ao ano, indicando uma retomada do crescimento produtivo que estava subjugado nos governos FHC. Constata-se também que quando o PIB cresce a partir de 4%, isso impacta diretamente na queda da taxa de desemprego, pois uma vez que a produção aumenta, em uma combinação de fatores produtivos, isso pressiona tanto no aumento da quantidade quanto da remuneração. Para produzir não basta introduzir mais capital infinitamente, também é necessário aumentar o fator trabalho.

Em 2007 foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que impulsionou o crescimento da produção e geração de empregos. Neste período o crescimento do PIB atingiu a maior marca dos últimos 15 anos, 6,1% e neste sentido a taxa de desemprego caiu para 9,32%. No ano de 2008, continua esse movimento de queda na taxa de desemprego, que vai para 7,9%, uma queda de 1,42 pontos percentuais.

Gráfico 2: Taxa média de desemprego (Ref.: 30 dias) e crescimento do PIB - 2002/2010



Fonte: Ipeadata (2024b) e IBGE (2024a).

No ano de 2009, o PIB obteve crescimento negativo, fato não encontrado até então no período analisado, resultado de efeitos da crise do subprime iniciada em 2008. As empresas

mesmo em condições saudáveis tinham dificuldades na obtenção de crédito para novos investimentos, além das exportações terem sido impactadas. Estes fatores prejudicaram a produção das empresas e em razão disso a taxa de desemprego cresceu, porém apenas 0,18 pontos percentuais.

O ano de 2009 pode ser considerado fora da tendência, em 2010 a produção obteve um expressivo crescimento, 7,5%, o maior para a década e isso pressionou o desemprego para a menor taxa até então, 6,73%.

Segundo Teixeira e Pinto (2012), no governo Lula é possível apurar dois padrões, primeiramente entre 2003 e 2006, quando houve uma pequena redução na taxa de desemprego, porém com uma queda real de 5,0% na massa de rendimentos médios dos empregados das regiões metropolitanas e em segundo lugar de 2007 a 2010, quando percebe-se uma grande redução no desemprego aliada a uma melhora nos salários dos trabalhadores/ocupados, além do crescimento real do salário mínimo que resultou em efeitos positivos na demanda agregada e melhor distribuição de renda.

4 O DESEMPREGO NO GOVERNO DILMA/TEMER (2011-2018)

O primeiro mandato de Dilma Rousseff como presidenta se deu em meio à recuperação global da crise de 2008, enfrentando desafios como desaceleração econômica, alta da inflação e cenário político fragmentado, apesar de haver uma expectativa de continuidade das políticas sociais e econômicas do governo Lula e de no mesmo período haver um breve período de expansão econômica, impulsionado principalmente pelo aumento da demanda externa por commodities.

Dilma assumiu a presidência em janeiro de 2011, herdando uma taxa média de desemprego de 6,73% nas regiões metropolitanas no ano imediatamente anterior. Como é possível analisarmos na Tabela 3, em seu primeiro ano à frente da presidência essa taxa se reduziu para 5,93% e se manteve em sucessivas quedas até 2014, onde atingiu uma taxa mínima recorde em toda série histórica calculada pela PME, com 4,82% ao término do seu primeiro mandato.

A partir de 2014, o Brasil passou a enfrentar uma forte desaceleração econômica, com queda no crescimento do PIB e aumento no desemprego. Isso pode ser observado ao analisarmos o Gráfico 3. O primeiro mandato de Dilma foi um período de continuidade de políticas sociais e de investimentos em infraestrutura, mas também enfrentou desafios significativos, incluindo protestos populares, uma crise econômica emergente e escândalos de corrupção.

Já em 2015, ano que marca o início do segundo mandato de Dilma e ainda analisando a Tabela 3, nota-se que houve um salto na taxa média de desemprego para 6,83%. Isso pode ser explicado pela diminuição no PIB que se iniciou em trajetória de queda em 2013 até 2015, como podemos constatar analisando o Gráfico 3.

Tabela 3: Taxa média de desemprego - Ref.: 30 dias - 2011/2015

Anos	I Governo Dilma	Anos	Governo Dilma/Temer
2011	5,93	2015	6,83
2012	5,50	-	-
2013	5,40	-	-
2014	4,82	-	-
Média Anual	5,41	-	-

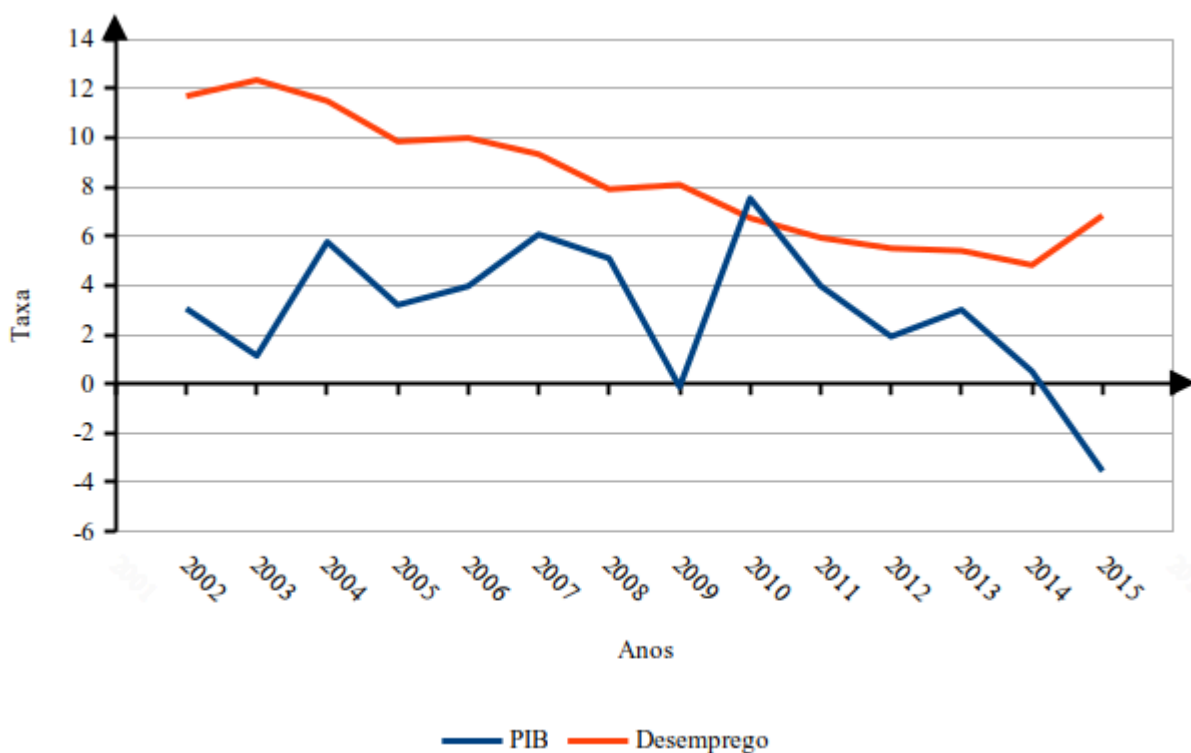
Fonte: Ipeadata (2024b).

Outro ponto a ser destacado sobre o ano de 2015 é que esse ano foi marcado por uma profunda recessão econômica no Brasil, marcada por diversos fatores, como a queda nos preços das commodities, a perda da confiança dos investidores e a instabilidade política.

Em 2015, o Brasil enfrentou um aumento significativo na taxa média de desemprego devido à crise política que havia sido instaurada com o início do processo de impedimento de Dilma. Observando a Tabela 4, notamos que a taxa média de desemprego foi de 8,6%, a maior desde o início da série histórica da PNAD Contínua, iniciada em 2012. O quarto trimestre de 2015 registrou uma taxa de 9%, continuando a subir durante os próximos trimestres até alcançar um recorde histórico de 13,9% no primeiro trimestre de 2017.

O Gráfico 3 nos mostra a evolução da taxa média de desemprego juntamente com a evolução do PIB brasileiro entre os anos de 2002 e 2015. Nota-se que há uma relação inversa entre esses dois indicadores, pois é sabido e já foi citado neste artigo, que um aumento no PIB leva à uma redução na taxa de desemprego, podendo comprovar que nos anos onde houve crise no Brasil as variações nas curvas do gráfico ficam bem evidentes.

Gráfico 3: Taxa média de desemprego (Ref.: 30 dias) e crescimento do PIB - 2002/2015



Fonte: Ipeadata (2024b) e IBGE (2024a).

A Pesquisa Mensal do Emprego (PME) foi utilizada como principal fonte de dados para o mercado de trabalho até 2012, quando o IBGE introduziu a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Essa transição foi uma mudança significativa na maneira como o Brasil analisa os dados sobre o desemprego. Dentre as principais diferenças, a mais significativa é que a PNAD Contínua tem uma abrangência maior do que a PME, o que gera uma estatística mais precisa sobre a taxa de desemprego.

A Tabela 4 traz informações para os anos de 2012 a 2018 com base nos dados obtidos pela pesquisa da PNAD Contínua. Podemos notar que, a taxa para os primeiros anos diverge

dos dados informados pela PME para os anos de 2012 a 2015, isso se deve pelo fato de que o desemprego no interior do país é maior do que nas regiões metropolitanas.

Os anos de 2015 e 2016 foram marcados por uma crise política que culminou com o impedimento da presidenta Dilma em 31 de agosto de 2016. A economia brasileira encolheu significativamente em 2016, com uma queda no PIB de cerca de 3,6%. A retração econômica resultou em menos investimentos e, conseqüentemente, menos oportunidades de emprego. A taxa média anual de desemprego em 2016 foi de 11,7%, um aumento considerável em relação aos 8,6% registrados em 2015.

Tabela 4: Taxa de desemprego - PNAD Contínua - 2012/2018

Trimestre	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1º Trimestre	8,0	8,1	7,2	8,0	11,1	13,9	13,2
2º Trimestre	7,6	7,5	6,9	8,4	11,4	13,1	12,6
3º Trimestre	7,1	7,0	6,9	9,0	11,9	12,5	12,0
4º Trimestre	6,9	6,3	6,6	9,1	12,2	11,9	11,7
Média Anual	7,4	7,2	6,9	8,6	11,7	12,9	12,4

Fonte: IBGE (2024b).

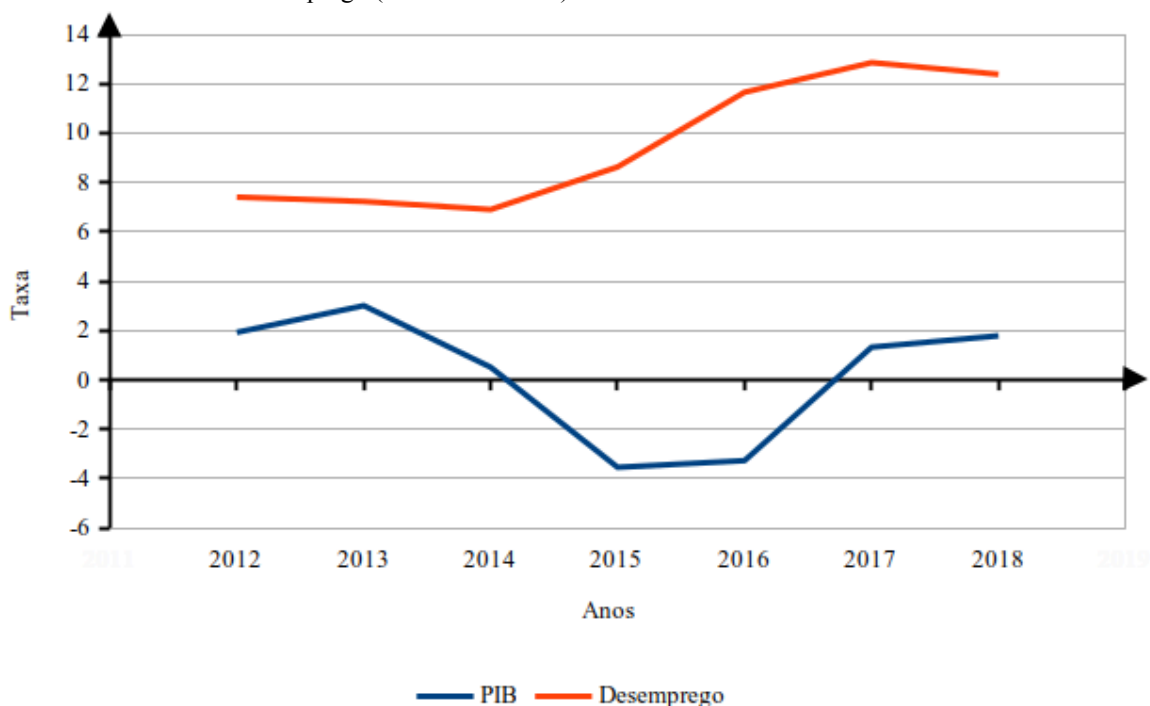
Michel Temer toma a frente do governo em meio ao agravamento da crise econômica causada pela instabilidade política, devido ao impedimento da presidenta Dilma. Temer assumiu temporariamente o governo em maio, já indicando sua equipe de ministros e oficialmente em agosto de 2016. Sua postura foi de austeridade, dando continuidade ao ajuste fiscal e promovendo reformas que trariam um duro impacto para a população brasileira, pautas que ficaram conhecidas como “pautas bombas”, aprovadas pelo Congresso Nacional. Dentre elas podemos citar a PEC dos gastos públicos, reforma da previdência e a lei das terceirizações, projetos que deterioraram as condições de vida dos trabalhadores.

O Gráfico 4 demonstra o cenário da evolução do desemprego no Brasil de 2012 a 2018, onde é possível analisar o aumento significativo da taxa de desemprego se compararmos os períodos antes e após o impedimento de Dilma. Em 2014 a taxa de desemprego representava uma estabilidade em todo o país a 6,9%, a partir de 2015 esse percentual se elevou para 8,6%, provocado pela crise fiscal deste ano, em 2016 com a instabilidade política e mudança de governo, o desemprego aumentou para 11,7%, em 2017 com a aprovação da reforma trabalhista o desemprego sobe mais uma vez para 12,9%. Por fim, em 2018 houve uma leve recuperação do emprego, tendo o ano se encerrado com uma taxa de 12,4%.

Segundo a PNAD, o emprego neste último semestre de 2018 foi puxado pela informalidade na economia, a população ocupada aumentou em média 1,5%, o que representou 1,3 milhões de pessoas a mais no trimestre de setembro, empurrando a taxa de desemprego para 11,7%. A queda na taxa de desocupação foi parcialmente provocada pelo aumento da subocupação, causada pela atividade informal, que bateu recorde neste ano.

Segundo a Agência de Notícias do IBGE (2018), a estimativa foi de que houve aumento de 1,1 milhão de pessoas ocupadas frente ao trimestre fechado em agosto. Contudo, a maior parte dessas ocupações foram no mercado informal, com 528 mil pessoas trabalhando por conta própria e aproximadamente 498 mil empregados no setor privado sem carteira assinada. Por conta disso, a informalidade do mercado de trabalho atingiu nível recorde desde o início da série histórica da pesquisa, que teve início em 2012.

Gráfico 4: Taxa média de desemprego (PNAD Contínua) e crescimento do PIB - 2012/2018



Fonte: IBGE (2024a; 2024b).

Michel Temer terminou seu governo com baixa popularidade, em grande parte devido à percepção negativa que a população tinha a respeito das medidas de austeridade implementadas pelo seu governo e à continuidade da crise econômica que havia se intensificado nos anos anteriores. Além do mais, Temer foi alvo de investigações sobre corrupção, fator que contribuiu de maneira significativa para sua baixa aprovação.

5 O DESEMPREGO NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)

Jair Bolsonaro chega à presidência em um momento de grande insatisfação por parte da população brasileira com a política tradicional. Mais especificamente com os esquemas de corrupção massiva que haviam sido expostos pela Operação Lava Jato, em que envolviam diversos partidos políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), que esteve à frente do governo do Brasil por 13 anos. O impeachment de Dilma Rousseff em 2016, a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a crise econômica que vinha se arrastando desde 2014, criaram um ambiente favorável ao surgimento de uma figura política que se posicionava contra tudo isso. Foi diante deste cenário que Bolsonaro obteve visibilidade, utilizando de um discurso agressivo contra a corrupção, a criminalidade e as políticas de esquerda.

Bolsonaro assumiu a presidência com o desafio de lidar com uma taxa de desemprego alta já no seu primeiro ano de mandato, vindo de uma média anual de 12,4% em 2018 e 11,7% no último trimestre do mesmo ano. A Tabela 5 traz dados sobre as taxas de desemprego para os anos de 2018 a 2022, compreendendo todo o governo bolsonarista. Podemos analisar que no início de 2019 houve um aumento no desemprego em relação ao trimestre anterior, com um aumento de 1,1 pontos percentuais, indo de 11,7% no quarto trimestre de 2018 para 12,8% no primeiro trimestre de 2019. Mais de 1,2 milhão de pessoas entraram para a população desocupada no primeiro trimestre do ano, em comparação ao último trimestre de 2018. Com isso, a quantidade de pessoas à procura de emprego chegou a 13,4 milhões. Apesar dos 12,8% representarem um crescimento em relação ao trimestre

anterior de 11,7%, ainda é inferior ao mesmo período do ano anterior que teve uma taxa de desemprego de 13,2%.

A taxa de desemprego caiu 12,4% em 2018 para 12,0% em 2019, segunda queda anual consecutiva. No final do último trimestre de 2019, a taxa de desocupação caiu para 11,1%, com uma redução de 883 mil pessoas, totalizando 11,6 milhões de desempregados. No trimestre de julho a setembro de 2019, a desocupação era estimada em 12,5 milhões de pessoas, ou 11,9%. Essa é a menor taxa para o trimestre encerrado em dezembro desde 2015, quando atingiu 9,0%.

Tabela 5: Taxa de desemprego - PNAD Contínua - 2018/2022

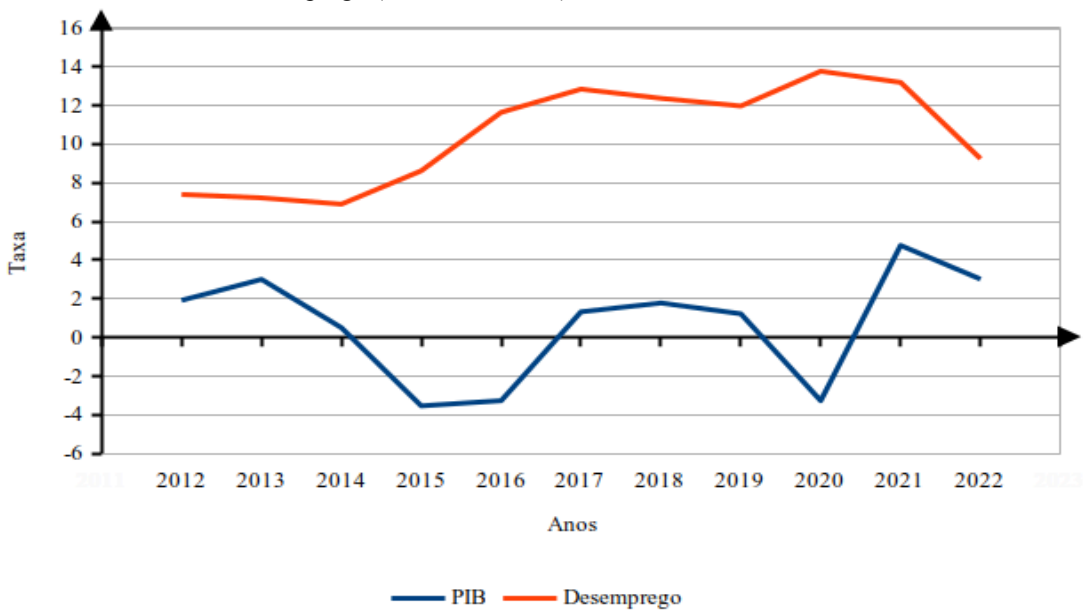
Trimestre	2018	2019	2020	2021	2022
1º Trimestre	13,2	12,8	12,4	14,9	11,1
2º Trimestre	12,6	12,1	13,6	14,2	9,3
3º Trimestre	12,0	11,9	14,9	12,6	8,7
4º Trimestre	11,7	11,1	14,2	11,1	7,9
Média Anual	12,4	12,0	13,8	13,2	9,3

Fonte: IBGE (2024b).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou no dia 11 de março de 2020, que havia uma pandemia em curso, a COVID-19. O vírus se espalhou rapidamente pelo mundo, causando impactos profundos na saúde pública e choques nunca antes vistos nas economias e nos mercados de trabalho. A avaliação inicial da Organização Internacional do Trabalho (OIT), feita em 3 de abril de 2020, aponta que mais de 1 milhão de pessoas já foram infectadas e mais de 50 mil perderam a vida. No Brasil, segundo as estatísticas do Ministério da Saúde (MS), até 2 de julho, o país registrava 1.496.858 casos confirmados, com 61.884 mortes.

O Gráfico 5 apresenta a evolução das taxas de desemprego em relação ao PIB, entre os anos de 2012 e 2022. Nota-se que especificamente em 2020, ano em que houve o isolamento social e o fechamento de diversas empresas, a produção teve uma queda bastante significativa.

Gráfico 5: Taxa média de desemprego (PNAD Contínua) e crescimento do PIB - 2012/202



Fonte: IBGE (2024a; 2024b).

Em momentos de queda no PIB, a taxa de desemprego tende a aumentar visto que a diminuição da produção significa menos postos de trabalho, logo crescimento na quantidade da população desocupada. Portanto, além da crise sanitária, uma outra grande consequência enfrentada pelo governo Bolsonaro foi o aumento da taxa de desocupação que no ano de 2020 foi de 12,4% no primeiro trimestre para 14,2% no último trimestre.

Contudo, no ano de 2021 a economia teve um aquecimento que pode ser parcialmente explicado por conta da repressão econômica que houve em 2020 causado pelo fechamentos das empresas, o isolamento social e o choque de oferta causado por isso. A taxa de desocupação caiu para 11,1% no trimestre encerrado em novembro, uma queda de 1,5 ponto percentual em relação ao trimestre anterior. Nesse período, o número de desempregados diminuiu 10,6%, chegando a 12,4 milhões, o que significa 1,5 milhão de pessoas a menos sem emprego. Comparando com o mesmo período do ano anterior, houve uma queda de 14,5%, o que representa 2,1 milhões a menos em busca de trabalho.

O mercado de trabalho seguiu em forte melhora durante todo o ano de 2022, começando o primeiro trimestre com 11,1% e terminando o ano com 7,9%, marcando a consolidação do processo de recuperação. O resultado anual de 9,3% foi o menor desde 2015, provando que o mercado de trabalho não somente confirma a recuperação depois do impacto da COVID-19, como ultrapassa o estágio pré-pandemia. Apesar da leve queda no PIB de 2021 para 2022, a taxa de desemprego foi na contramão da tendência anteriormente verificada na relação entre produto e desemprego.

Na Tabela 6, comparamos as taxas de desemprego das gestões presidenciais entre os anos de 1995 e 2022. Destacam-se as mudanças nas metodologias de cálculo da taxa de desemprego, iniciando na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) pela Referência Semana que foi alterada para a Referência 30 dias em 2002, até o advento da PNAD Contínua que expandiu grandemente a base de análise a partir de 2012 realizando pesquisas sobre o desemprego no interior do país, inclusive explicando movimentos de trabalhadores que se mudam para capitais em busca de empregos.

Tabela 6: Taxa média de desemprego - 1995/2022

Período	Referência	Taxa Média
1995/1998	Semana	5,84
1999/2002	Semana	7,02
2003/2006	30 Dias	10,91
2007/2010	30 Dias	8,01
2011/2014	30 Dias	5,41
2015/2018	PNAD Contínua	11,40
2019/2022	PNAD Contínua	12,10

Fonte: Ipeadata (2024a; 2024b) e IBGE (2024b).

Analisando os dados da Tabela 6, verifica-se que o primeiro governo Dilma atingiu a menor média anual por gestão para a taxa de desemprego entre governos, 5,41% pela PME Referência 30 dias, período chamado por estudiosos de pleno emprego, por outro lado, o governo Bolsonaro alcançou a maior média da taxa de desemprego por mandato 12,10%.

6 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho foi analisada a variação da taxa de desemprego brasileira entre os anos de 1995 e 2022. Conforme demonstrado em tabelas, gráficos e análises deste estudo, existe uma profunda relação entre a taxa de crescimento do PIB e a taxa de desemprego, isso se deve a pressão realizada pelo aumento na produção sobre os fatores produtivos, sendo o trabalho, um destes fatores. Por conseguinte, em períodos de baixa taxa de desemprego os salários tendem a aumentar, uma vez que quanto mais se aproxima do pleno emprego, menor será o desemprego involuntário e assim para que uma empresa contrate os funcionários que deseje, ela terá de oferecer melhores salários e condições de trabalho.

No período estudado houveram três metodologias no cálculo da taxa de desemprego, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) alterou sua referência de sete para trinta dias no ano de 2002 e posteriormente em 2012 surge a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). O uso da PNAD possibilitou analisar o desemprego em municípios do interior e verificar que o desemprego tende a ser menor nas capitais, o que explica que certos trabalhadores se mudem para as capitais em busca de empregos.

Apesar das mudanças de metodologia dificultarem a comparação das médias anuais de desemprego, é perceptível que o primeiro governo Dilma obteve a menor média anual do período analisado, sendo de 6,9% apurado pela PNAD no ano de 2014, ou 4,82% se apurado pela PME para o mesmo ano, o que marcou sua gestão com as menores taxas de desemprego vistas no Brasil, e atingindo inclusive o pleno emprego. A taxa de desemprego média do primeiro governo Dilma foi de 5,41%.

Por outro lado, o governo Bolsonaro obteve a maior média anual, 13,8% em 2020, quando a produção foi bastante impactada por desalinhamentos de cadeias produtivas globais influenciados pela pandemia e seu governo obteve a maior média por mandato, 12,10%. Jair Messias Bolsonaro foi o único presidente do período analisado que não conseguiu se reeleger, o elevado desemprego em comparação com seus anteriores, provavelmente influenciou nas decisões dos eleitores.

Todo governante precisa estar atento à taxa de desemprego de seu país, isto impacta diretamente na vida da população, seja no aumento da pobreza, da violência ou da desigualdade, logo, sempre demanda um acompanhamento constante.

REFERÊNCIAS

COSTA, S. L.; SANTANA, P. M. (2017). **As Políticas Fiscal e Monetária do Brasil no Governo Temer: Deterioração da Situação Fiscal e Recessão econômica**. Bahia análise de Dados, Salvador, N°2, pp. 175-189.

IBGE. **Estatísticas** - Sociais - Trabalho - PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Séries Históricas. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 25 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informalidade/notícias (2018)**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23465-desemprego-cai-para-11-6-mas-informalidade-atinge-nivel-recorde>>. Acesso em: 23 Ago. 2024.

IPEADATA. **Taxa de desemprego** - aberto - referência: semana - RMs. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 25 jul. 2024 (a).

IPEADATA. **Taxa de desemprego** - aberto - referência: 30 dias - RMs. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 27 jul. 2024 (b).

SILVA, E. L. COSTA, L. C. **O desemprego no Brasil na década de 1990**. 2005. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4022246>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SILVA, Fábio José Ferreira; PIRES, Leandro Siani. Evolução do desemprego no Brasil no período de 2003 a 2013: análise através das probabilidades de transição. **Trabalhos para Discussão**, n. 349, Fevereiro, 2014. Brasília: Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD349.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2024.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C.. (2012). A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, 21(spe), 909–941. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400009>



ISBN nº 978-65-01-11585-6

EMPREGOS E SALÁRIOS PARA PESSOAS POR ORIENTAÇÃO SEXUAL: UMA ANÁLISE POR COR E ATIVIDADES DE SETOR

Alexandre Nogueira Mugnaini Junior¹
Marina Silva da Cunha²

Área 5 – Economia Social e do Trabalho e Demografia

RESUMO

Este estudo investiga a desigualdade no mercado de trabalho no Brasil, focando nas disparidades salariais e de acesso ao emprego relacionadas à orientação sexual, considerando também o gênero, a cor e a atividade profissional. Para isso utiliza dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019 e aplicam o método de correção de seleção de Heckman (1979). Os resultados indicam que homens gays enfrentam menor probabilidade de emprego em comparação a homens heterossexuais, mas, uma vez empregados, conseguem salários mais altos. Em contraste, mulheres lésbicas têm maior probabilidade de estar empregadas, mas não apresentam um diferencial salarial significativo em relação às mulheres heterossexuais. Além disso, homens e mulheres bissexuais demonstram variações nos salários por hora, com homens bissexuais apresentando salários não significativamente diferentes dos heterossexuais, enquanto mulheres bissexuais têm salários por hora superiores. A análise também revela que a orientação sexual interage com a cor e a ocupação, afetando de forma diferenciada a probabilidade de emprego e os níveis salariais. Servidores públicos e trabalhadores em setores específicos mostram diferenciais salariais adicionais relacionadas à orientação sexual. Este estudo contribui para a compreensão das desigualdades no mercado de trabalho ao destacar como múltiplas dimensões de identidade influenciam o acesso ao emprego e a remuneração.

Palavras Chave: diferencial de salários; emprego; orientação sexual.

ABSTRACT

This study investigates labor market inequality in Brazil, focusing on wage disparities and access to employment related to sexual orientation, while also considering gender, race, and occupation. It uses data from the 2019 National Health Survey (PNS) and applies Heckman's (1979) selection correction method. The results indicate that gay men face a lower probability of employment compared to heterosexual men, but once employed, they earn higher wages. In contrast, lesbian women have a higher probability of being employed but do not show a significant wage differential compared to heterosexual women. Additionally, bisexual men and

¹ Economista. Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM), bolsista CAPES. Av. Colombo 5790, Bloco C34, Sala 5. CEP: 87020-900, Maringá (PR). alexandremugnaini@gmail.com

² Economista. Doutora em Economia Aplicada. Professora titular do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá. Bolsista produtividade em pesquisa do CNPq. Av. Colombo 5790, Bloco C34, Sala 5. CEP: 87020-900, Maringá (PR). mscunha@uem.br

women exhibit variations in hourly wages, with bisexual men earning wages not significantly different from heterosexual men, while bisexual women have higher hourly wages. The analysis also reveals that sexual orientation interacts with race and occupation, affecting employment probability and wage levels differently. Public sector employees and workers in specific sectors show additional wage differentials related to sexual orientation. This study contributes to the understanding of labor market inequalities by highlighting how multiple identity dimensions influence access to employment and remuneration.

Keywords: wage differential; employment; sexual orientation.

Classificação JEL: D31; J71.

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade no mercado de trabalho é um tema amplamente discutido, abrangendo diversas dimensões, incluindo gênero, raça, orientação sexual e tipo de atividade profissional. Embora avanços significativos tenham sido alcançados na promoção de igualdade, persistem lacunas importantes que afetam grupos historicamente marginalizados. No Brasil, a análise dessas desigualdades é essencial para compreender as dinâmicas sociais e econômicas que influenciam o acesso ao emprego e a distribuição de salários entre diferentes grupos demográficos.

A literatura existente sugere que pessoas LGBTQ+ enfrentam discriminação significativa no mercado de trabalho, resultando em menores taxas de emprego e salários mais baixos em comparação com seus pares heterossexuais. No entanto, essas disparidades podem variar substancialmente quando analisadas em conjunto com o gênero e a cor, devido às experiências únicas de discriminação e privilégio que cada grupo enfrenta (Burn, 2020; Christafore e Leguizamon, 2019; Del Río e Alonso-Villar, 2019b; Drydakis, 2022; Mills e Owens, 2023; Sarzosa, 2023; Tampellini, 2024; Wahid, Mantell e Kowalewski, 2022; Machado e Costa, 2022).

Este artigo tem como objetivo principal estimar o acesso ao emprego e o diferencial de salários por orientação sexual, segmentado por gênero, atividade profissional e cor. Ao explorar essas segmentações, buscamos identificar como acontece a inserção de pessoas com diferentes orientações sexuais impacta a posição dos indivíduos no mercado de trabalho. A orientação sexual, muitas vezes negligenciada em estudos quantitativos, é um fator crucial que, juntamente com o gênero e a cor, pode exacerbar ou mitigar desigualdades no ambiente de trabalho.

Para conduzir essa análise, foi utilizado dados da pesquisa nacional de saúde (PNS) para o ano de 2019 e aplicado o método sugerido por Heckman (1979) para corrigir o viés de seleção, que estima as probabilidades de inserção no mercado de trabalho e os diferenciais salariais. A segmentação por gênero, atividade e cor permite uma compreensão mais detalhada e contextualizada das desigualdades, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

Este estudo busca contribuir com a literatura sobre desigualdades no mercado de trabalho, destacando a importância de considerar múltiplas dimensões de identidade ao analisar questões de emprego e remuneração. Espera-se que os resultados possam informar debates acadêmicos e políticas públicas, promovendo um mercado de trabalho mais justo e equitativo para todos.

Para alcançar este objetivo, este artigo está organizado em quatro seções adicionais. Primeiramente, uma revisão da literatura recente sobre o tema é apresentada. Em seguida, a seção de metodologia detalha os métodos e os dados utilizados, além de oferecer uma análise

descritiva dos dados. A terceira parte é dedicada à exposição e exame dos resultados. Finalmente, o artigo encerra destacando as principais conclusões, na última seção.

2 REVISÃO DA LITERATURA RECENTE

A literatura existente sobre discriminação salarial e diferenças salariais com base na orientação sexual oferece uma visão variada e multifacetada. Alexeev (2023), ao investigar a discriminação salarial contra pessoas gays na Rússia utilizando Regressão por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e diferença-em-diferenças, não encontrou evidências substanciais de discriminação salarial e observou que a legislação não impacta negativamente os salários dos gays.

No Reino Unido, Bridges e Mann (2019) identificaram que coabitantes gays e lésbicas desfrutam de um prêmio salarial em relação aos heterossexuais. Este prêmio é associado a características observáveis para homens gays e a um retorno maior por essas características para lésbicas. No entanto, homens gays em parcerias legais enfrentam barreiras para posições seniores, evidenciando um teto de vidro. Em contraste, Burn (2020) constatou que um aumento de um desvio padrão na parcela de indivíduos preconceituosos em um estado está correlacionado com uma redução de 2,7% a 4,0% nos salários dos homens gays, sugerindo que o preconceito dos gestores é um fator importante.

Christafore e Leguizamon (2019) encontraram que a discriminação contra homens gays é mais prevalente em estados do Sul dos EUA e em regiões com alta religiosidade, onde o apoio público aos direitos gays é menor. Isso contrasta com regiões mais tolerantes, como o Nordeste e o Oeste dos EUA, onde a discriminação é menos significativa.

No contexto dos Estados Unidos, Del Río e Alonso-Villar (2019a) analisaram as conquistas ocupacionais e descobriram que o prêmio salarial para lésbicas é pequeno para pretas, maior para hispânicas e asiáticas e muito maior para brancas. As penalizações salariais para homens que se desviam do modelo heterossexual branco são significativas, com a penalização racial sendo maior para heterossexuais e a penalização por orientação sexual sendo maior para brancos. Del Río e Alonso-Villar (2019b) também observaram que, ao controlar para características como educação e perfil de imigração, os ganhos salariais para homens gays diminuem substancialmente, e mulheres lésbicas enfrentam desvantagens similares às mulheres heterossexuais casadas.

Drydakis (2022) encontrou uma redução contínua na probabilidade de entrevistas para homens gays de 2006 a 2018 na Grécia, além de uma oferta de vagas com menor remuneração, indicando uma discriminação persistente. Gorsuch (2019) analisou o impacto das normas de gênero e orientação sexual no mercado de trabalho sobre currículos em Durham, Carolina do Norte e descobriu que homens gays são avaliados negativamente, enquanto mulheres lésbicas enfrentam menos barreiras devido a normas comportamentais que afetam principalmente os homens.

Jepsen e Jepsen (2022) descobriram que a penalização salarial anual para homens gays tem permanecido estável desde 2008 nos EUA, e o prêmio salarial para lésbicas tem diminuído ligeiramente. Eles sugerem que a convergência com os salários das mulheres heterossexuais levaria pelo menos 15 anos. Levendis e Lowen (2023) encontraram que a legalização da adoção por casais do mesmo sexo reduziu a diferença salarial entre lésbicas e mulheres heterossexuais, mas não teve efeito sobre a diferença entre homens gays e homens heterossexuais. Medina (2023) encontrou que, nos EUA, homens gays ou bissexuais não apresentavam diferenças salariais significativas comparados a heterossexuais, mas mulheres bissexuais ganhavam menos que mulheres heterossexuais.

Machado e Costa (2022), entrevistaram 21 pessoas de Portugal e três delas trabalhavam em outros países. Relataram que no ambiente de trabalho ocorrem brincadeiras e piadas em

relação a orientação sexual e até mesmo segregação. Os que não eram assumidos no local de trabalho tinham medo de assumir a sexualidade e sofrer o que foi dito anteriormente.

Mills e Owens (2023) destacaram que trabalhadores LGBT enfrentam abuso e agressão no setor de serviços de baixa remuneração, refletindo normas cis e heteronormativas, especialmente para trabalhadores transgêneros. Preston, Birch e Timming (2020) identificaram que, na Austrália, homens gays tinham salários equivalentes aos dos heterossexuais, mas mulheres lésbicas altamente qualificadas sofreram penalizações salariais, enquanto mulheres no setor público receberam prêmios salariais significativos.

Sarzosa (2023) explorou a seleção para o emprego e encontrou que trabalhadores LGBT têm de 10 a 20 pontos percentuais menos probabilidade de estarem empregados comparados a heterossexuais, o que contribui para a eliminação das disparidades de renda observadas entre os empregados. Suliano, Jesus Filho e Irffi (2021) não encontraram diferenças estatísticas significativas nos salários de homens gays comparados a heterossexuais, mas para mulheres lésbicas, os ganhos aumentaram quando controladas medidas antropométricas.

Wahid, Mantell e Kowalewski (2022) encontraram que trabalhadores do sexo masculino identificados ou considerados como LGBT enfrentam desvantagens salariais significativas em relação a trabalhadores heterossexuais equivalentes no Paquistão.

Em estudos para o Brasil, Mantovani e Staduto (2023), usando dados da PNAD-C, revelaram que entre 2013 e 2019, há diferenças positivas de rendimentos para os homossexuais, notadamente na cauda superior da distribuição de rendimentos. Tampellini (2024) verificou que mulheres lésbicas têm maior probabilidade de trabalhar em tempo integral e ganham mais do que mulheres heterossexuais, especialmente em estados vencidos por Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022. No entanto, não há diferença significativa nos ganhos entre homens de minorias sexuais e heterossexuais, embora homens gays tenham maior probabilidade de serem vítimas de violência relacionada ao trabalho.

Essa revisão da literatura destaca disparidades salariais enfrentadas por minorias sexuais e revela como fatores regionais, legais e ocupacionais podem influenciar essas desigualdades. Assim, busca-se contribuir com a literatura sobre esta temática, identificando disparidades de inserção e de rendimentos no mercado de trabalho.

3 METODOLOGIA

Esta seção se dedica em expor os métodos e os dados utilizados. Para isso se divide em duas subseções. A primeira para explicar a correção de Heckman e a segunda para apresentar a base de dados e descrição das variáveis selecionadas.

3.2 Correção de Heckman

No contexto do mercado de trabalho, a análise de salários frequentemente enfrenta o problema de viés de seleção, especialmente quando a amostra está censurada. No nosso caso, a censura se refere ao fato de que apenas os trabalhadores empregados (e, portanto, com salários observáveis) são incluídos na amostra. Para tratar desse viés, utilizaremos o método de correção de seleção desenvolvido por James J. Heckman, conforme descrito em seu trabalho seminal *Sample Selection Bias as a Specification Error* de 1979.

O método de Heckman é composto por duas etapas principais para lidar com a seleção amostral, ajustando as estimativas para a censura dos salários.

A primeira etapa modela o processo de seleção que determina qual a probabilidade dos indivíduos incluídos na amostra observada (ou seja, quais trabalhadores estão empregados e têm salários observáveis) estar no mercado de trabalho. Utiliza-se um modelo probit para estimar a probabilidade de um trabalhador estar empregado. Este modelo inclui apenas

características individuais, domiciliares e regionais, que são melhor discutidas na próxima subseção.

A equação de seleção é dada por:

$$S^* = Z\gamma + u$$

Onde S^* é uma variável latente que determina a inclusão na amostra (emprego), Z é um vetor de variáveis explicativas, γ é um vetor de parâmetros a ser estimado, e u é o termo de erro. A variável S^* não é observada diretamente; Porém, observamos uma variável binária S que indica se o indivíduo está empregado ($S=1$) ou não ($S=0$).

A segunda etapa modela os salários dos trabalhadores empregados, ajustando a equação de resultado para o viés de seleção. Utiliza-se uma equação de MQO ou outro método apropriado para estimar os salários. Esta equação inclui controles adicionais que capturam características individuais, domiciliares, regionais, além de características do posto de trabalho.

A equação de salários é dada por:

$$Y = X\beta + \lambda\delta + \epsilon$$

Onde Y é o salário, X é um vetor de variáveis explicativas, incluindo controles individuais, domiciliares, regionais e características do posto de trabalho; β é um vetor de parâmetros a ser estimado, λ é a razão inversa de Mill, e δ é o parâmetro associado à razão inversa de Mill. A razão inversa de Mill é calculada a partir das estimativas do modelo probit da equação de seleção e é dada por:

$$\lambda = \frac{\phi(Z\hat{\gamma})}{\Phi(Z\hat{\gamma})}$$

Onde ϕ é a função densidade da distribuição normal padrão e Φ é a função distribuição acumulada da distribuição normal padrão. $Z\hat{\gamma}$ representa os valores previstos da equação de seleção.

A razão inversa de Mill ajusta a equação de resultado para o viés de seleção. Incluímos λ como uma variável explicativa adicional na equação de resultado para corrigir as estimativas dos salários. A inclusão dessa variável permite obter uma estimativa mais precisa dos parâmetros de interesse, ajustando o viés introduzido pela censura dos salários na amostra.

Portanto, o método de Heckman é aplicado da seguinte forma: primeiro, estimamos a equação de seleção usando a regressão probit para obter $\hat{\gamma}$ e calcular λ . Em seguida, incorporamos λ na equação de resultado para ajustar as estimativas dos salários. Esse processo permite obter uma estimativa mais precisa da relação entre variáveis, ajustando para o viés de seleção presente na amostra censurada.

3.2 Dados e descrição das variáveis

Os dados utilizados no presente artigo são da PNS de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada em parceria com o Ministério da Saúde (IBGE, 2020). Esta pesquisa cobre a percepção pessoal sobre a saúde, hábitos de vida, doenças crônicas e saúde bucal.

O tema saúde foi inicialmente explorado em suplementos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), com coletas regulares desde 1998, possibilitando comparações entre os anos de 1998, 2003 e 2008. Em 2013, a PNS foi realizada separadamente da PNAD para aprofundar a análise sobre saúde. Embora a pesquisa de 2018 tenha sido adiada para 2019, a PNS segue um ciclo de cinco anos.

A publicação inclui notas sobre a metodologia, uma análise detalhada dos principais indicadores e um glossário de termos técnicos. Os dados estão disponíveis no portal do IBGE, desagregados por variáveis como sexo, idade, escolaridade, cor ou raça, ocupação, renda, saúde sexual e orientação sexual, abrangendo diferentes regiões do Brasil.

Essas informações ampliam o entendimento sobre a saúde da população brasileira e são úteis para a formulação, acompanhamento e avaliação de políticas de saúde por gestores, profissionais e pesquisadores.

A Tabela 1 apresenta as variáveis escolhidas para o presente estudo e a descrição das mesmas. Como mencionado na seção anterior o método de Heckman estima duas equações, uma de seleção e outra de salários. A equação de seleção conta com as seguintes variáveis: *sexo, chefe, pardo, preto, indig, idade, casado, educ, cria.0-5, cria.6-10, cria.11-14, t.cuidado, aps.pens, pens.ali, urbano, r.metrop, homo, bi* e fatores de região e como dependente *selec*; já a equação de salários conta com as seguintes variáveis: *sexo, chefe, pardo, preto, indig, idade, casado, educ, industria, servicos, serv.pub, urbano, r.metrop, homo, bi*, fatores de região e fatores de ocupação e como variável dependente o logaritmo natural de *sal.h*.

Tabela 1 – Média das variáveis por sexo e orientação sexual

Variáveis	Descrição
<i>sal.h</i>	Salário hora dos indivíduos.
<i>selec</i>	1 se o indivíduo está empregado com salário hora
<i>mulher</i>	1 para mulher e 2 para homem.
<i>chefe</i>	1 se o indivíduo for a pessoa de referência do domicílio 0 se não.
<i>pardo</i>	1 se o indivíduo se identifica como pardo e 0 para outras cores.
<i>preto</i>	1 se o indivíduo se identifica como preto e 0 para outras cores.
<i>indig</i>	1 se o indivíduo se identifica como indígena e 0 para outros.
<i>idade</i>	Idade do indivíduo.
<i>casado</i>	1 se casado e 0 para não.
<i>educ</i>	1 sem instrução, ... e 10 para doutorado.
<i>cria.0-5</i>	Número de crianças de 0 até 5 anos no domicílio.
<i>cria.6-10</i>	Número de crianças maiores de 5 até 10 anos no domicílio.
<i>cria.11-14</i>	Número de crianças maiores de 10 até 14 anos no domicílio.
<i>t.cuidado</i>	Horas não remuneradas que o indivíduo gasta cuidando da casa ou de parentes.
<i>aps.pens</i>	Valor de pensão ou aposentadoria.
<i>pens.ali</i>	Valor de pensão alimentícia.
<i>urbano</i>	1 se o indivíduo reside em meio urbano e 0 para rural.
<i>r.metrop</i>	1 se o indivíduo reside em região metropolitana e 0 para não.
<i>homo</i>	1 se o indivíduo se declara homossexual e 0 para não.
<i>bi</i>	1 se o indivíduo se declara bissexual e 0 para não.
<i>industria</i>	1 se o indivíduo trabalha para na atividade industrial e 0 para outras atividades.
<i>servicos</i>	1 se o indivíduo trabalha para na atividade de serviços e 0 para outras atividades.
<i>serv.pub</i>	1 se o indivíduo é servidor público.
<i>regiao</i>	5 categorias regionais (uma será omitida).
<i>ocup</i>	10 categorias de ocupação de um dígito da COD 2010 (uma será omitida).

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da PNS (2019).

A equação de seleção é estimada pelo modelo probit e a equação de salário é estimada por MQO incluindo a razão inversa de Mill.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seção de resultados está dividida em duas subseções, a primeira faz uma análise rápida descritiva dos dados e a segunda apresenta os resultados do modelo de Heckman, com as várias

especificações da equação de seleção, a equação objetiva de resultados e, por fim, heterogeneidades sobre cor, setor de atividade e servidor público.

4.1 Análise descritiva dos dados

A Tabela 2 apresenta a média das variáveis selecionadas para todas as pessoas, no mercado de trabalho ou não e a Tabela 3 inclui apenas pessoas no mercado de trabalho, assim, oferecendo uma análise detalhada sobre a distribuição da oferta de trabalho entre diferentes grupos. Observa-se que as mulheres heterossexuais são as que menos ofertam trabalho, indicando uma possível menor participação ou acesso ao mercado de trabalho remunerado. Em contraste, as mulheres homossexuais são as que mais ofertam trabalho, possivelmente refletindo uma necessidade ou motivação maior para se engajar economicamente.

Tabela 2 – Média das variáveis por sexo e orientação sexual para todos os indivíduos, Brasil, 2019

Variáveis	Total	H	M	Homo	Bi	Homo		Bi	
						H	M	H	M
<i>selec</i>	0,69	0,80	0,59	0,79	0,74	0,79	0,81	0,77	0,72
<i>sal.h</i>	10,71	13,31	8,40	19,64	14,83	23,84	13,62	12,63	15,93
<i>mulher</i>	0,53	0,00	1,00	0,41	0,67	0,00	1,00	0,00	1,00
<i>chefe</i>	0,70	0,72	0,67	0,69	0,63	0,72	0,65	0,65	0,62
<i>pardo</i>	0,44	0,44	0,43	0,43	0,41	0,43	0,43	0,56	0,33
<i>preto</i>	0,12	0,12	0,12	0,11	0,12	0,13	0,07	0,12	0,13
<i>indig</i>	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,02
<i>idade</i>	42,33	42,26	42,38	35,21	31,58	36,24	33,72	34,14	30,31
<i>casado</i>	0,42	0,46	0,39	0,12	0,08	0,08	0,17	0,08	0,08
<i>educ</i>	4,29	4,15	4,42	5,52	5,40	5,61	5,39	5,18	5,51
<i>cria.0-5</i>	0,25	0,23	0,27	0,11	0,20	0,06	0,17	0,13	0,23
<i>cria.6-10</i>	0,22	0,20	0,23	0,09	0,12	0,05	0,14	0,06	0,16
<i>cria.11-14</i>	0,18	0,16	0,19	0,09	0,10	0,06	0,14	0,13	0,09
<i>t.cuidado</i>	17,87	11,19	23,79	13,43	14,56	11,65	15,97	11,00	16,34
<i>aps.pens</i>	263,64	252,54	273,48	160,63	162,87	186,87	123,00	260,89	114,00
<i>pens.ali</i>	26,10	8,13	42,01	86,36	93,07	39,04	154,19	20,93	129,03
<i>homo</i>	0,01	0,02	0,01	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
<i>bi</i>	0,01	0,01	0,01	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
<i>urbano</i>	0,87	0,84	0,89	0,96	0,93	0,95	0,97	0,90	0,95
<i>r.metrop</i>	0,41	0,39	0,42	0,54	0,56	0,56	0,51	0,54	0,57
<i>Norte</i>	0,07	0,07	0,07	0,05	0,07	0,05	0,06	0,10	0,05
<i>Nordeste</i>	0,26	0,25	0,26	0,19	0,21	0,19	0,18	0,28	0,17
<i>Sudeste</i>	0,44	0,43	0,44	0,52	0,48	0,55	0,49	0,41	0,51
<i>Sul</i>	0,16	0,17	0,16	0,16	0,18	0,14	0,18	0,13	0,20
<i>C.Oeste</i>	0,08	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07	0,09	0,07	0,06

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da PNS (2019).

Os salários por hora mais altos estão entre os homens gays e os menores entre as mulheres heterossexuais. Comparando a Tabela 2 com a Tabela 3, entre os empregados essa diferença é menor. Enquanto homens gays ganham quase três vezes mais do que mulheres heterossexuais, ao selecionar apenas aqueles que estão no mercado de trabalho, essa proporção

cai para um pouco mais que o dobro. Esse fato também pode ser observada entre homens e mulheres heterossexuais.

Tabela 3 – Média das variáveis por orientação sexual pertencentes ao mercado de trabalho, Brasil, 2019

Variáveis	Total	Homem	Mulher	Homo	Bi	Homo		Bi	
						Homem	Mulher	Homem	Mulher
<i>sal.h</i>	15,51	16,55	14,25	24,74	20,14	30,37	16,89	16,32	22,20
<i>mulher</i>	0,45	0,00	1,00	0,42	0,65	0,00	1,00	0,00	1,00
<i>chefe</i>	0,72	0,74	0,68	0,73	0,69	0,77	0,67	0,74	0,67
<i>pardo</i>	0,42	0,43	0,40	0,43	0,38	0,43	0,42	0,53	0,30
<i>preto</i>	0,12	0,12	0,12	0,08	0,11	0,11	0,05	0,13	0,10
<i>indig</i>	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,02	0,00	0,00	0,01
<i>idade</i>	41,17	41,31	40,99	35,70	33,47	37,02	33,87	35,09	32,60
<i>casado</i>	0,43	0,48	0,38	0,12	0,08	0,08	0,18	0,09	0,08
<i>educ</i>	4,58	4,31	4,90	5,76	5,54	5,89	5,58	5,27	5,69
<i>cria.0-5</i>	0,25	0,25	0,25	0,09	0,18	0,05	0,14	0,11	0,22
<i>cria.6-10</i>	0,22	0,21	0,23	0,08	0,12	0,04	0,13	0,05	0,16
<i>cria.11-14</i>	0,18	0,17	0,20	0,07	0,06	0,04	0,13	0,07	0,06
<i>t.cuidado</i>	15,12	10,84	20,29	12,62	14,14	10,98	14,90	10,87	15,90
<i>aps.pens</i>	112,50	98,37	129,56	54,41	117,61	47,76	63,70	96,03	129,20
<i>pens.ali</i>	20,37	4,31	39,78	99,48	78,56	47,62	171,87	15,21	112,61
<i>urbano</i>	0,88	0,85	0,93	0,96	0,93	0,94	0,98	0,91	0,94
<i>r.metrop</i>	0,42	0,39	0,45	0,54	0,58	0,56	0,50	0,52	0,61
<i>industria</i>	0,20	0,28	0,11	0,07	0,14	0,05	0,10	0,17	0,13
<i>servicos</i>	0,71	0,59	0,86	0,90	0,84	0,92	0,87	0,80	0,87
<i>serv.pub</i>	0,09	0,06	0,12	0,12	0,08	0,16	0,07	0,12	0,06
<i>homo</i>	0,02	0,02	0,01	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
<i>bi</i>	0,01	0,00	0,01	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00
<i>Norte</i>	0,07	0,07	0,06	0,05	0,06	0,04	0,06	0,11	0,04
<i>Nordeste</i>	0,23	0,24	0,22	0,17	0,18	0,19	0,15	0,22	0,15
<i>Sudeste</i>	0,45	0,44	0,47	0,53	0,51	0,53	0,53	0,45	0,55
<i>Sul</i>	0,17	0,17	0,17	0,17	0,18	0,16	0,19	0,14	0,21
<i>C.Oeste</i>	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07	0,07	0,06	0,08	0,06
<i>adm</i>	0,07	0,05	0,10	0,06	0,13	0,07	0,05	0,09	0,15
<i>agro</i>	0,06	0,09	0,02	0,02	0,00	0,02	0,01	0,00	0,00
<i>const</i>	0,13	0,20	0,05	0,04	0,04	0,06	0,02	0,05	0,03
<i>dir_ger</i>	0,04	0,05	0,04	0,07	0,04	0,07	0,07	0,04	0,03
<i>element</i>	0,17	0,14	0,22	0,11	0,11	0,08	0,15	0,14	0,08
<i>maq</i>	0,08	0,13	0,03	0,03	0,07	0,02	0,05	0,10	0,05
<i>militar</i>	0,01	0,02	0,00	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00
<i>prof_lib</i>	0,12	0,09	0,16	0,26	0,26	0,28	0,23	0,23	0,28
<i>ocup.serv</i>	0,23	0,17	0,30	0,26	0,27	0,23	0,32	0,21	0,30
<i>tec</i>	0,08	0,08	0,08	0,14	0,09	0,17	0,09	0,14	0,07

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da PNS (2019).

Outro destaque a se discutir é o número de crianças de até cinco anos no domicílio. Esse número é semelhante entre homens e mulheres heterossexuais empregados, mas quando se considera a população em geral, essa diferença aumenta. Uma possibilidade para esse resultado é que, entre os empregados, as responsabilidades de cuidado infantil podem ser distribuídas de maneira mais equilibrada. No entanto, na população em geral, as mulheres podem ter uma maior carga de cuidado infantil, refletindo papéis de gênero tradicionais. Além disso, mulheres lésbicas tendem a ter menos filhos que mulheres heterossexuais, possivelmente devido a diferentes escolhas de vida ou acesso a métodos de reprodução assistida. Homens gays são os que têm menos filhos, o que pode ser influenciado por barreiras sociais para casais do mesmo sexo.

Pessoas empregadas têm mais anos de estudo do que a população em geral. Homens gays são os mais instruídos, porém, entre os heterossexuais, as mulheres são mais qualificadas. Uma possibilidade para esse resultado é que homens gays podem investir mais em educação como estratégia para compensar possíveis discriminações no mercado de trabalho. Entre os heterossexuais, as mulheres podem buscar níveis mais altos de educação para superar barreiras de gênero e alcançar oportunidades semelhantes às dos homens. Além disso, a maior escolaridade entre pessoas empregadas pode ser reflexo das exigências do mercado de trabalho, que tende a valorizar qualificações acadêmicas e profissionais.

Existem mais pessoas casadas entre heterossexuais, com maior porcentagem entre homens do que entre mulheres. Entretanto, essa diferença é maior entre os empregados. Entre não heterossexuais, os bissexuais são os que menos se casam, e as que mais se casam são as mulheres lésbicas. Essas taxas parecem não se alterar muito da população geral para os empregados.

Uma possibilidade para essas constatações é que as normas sociais e culturais que incentivam o casamento são mais prevalentes entre heterossexuais, especialmente entre homens, o que pode se intensificar entre os empregados devido à estabilidade econômica associada ao emprego. Entre não heterossexuais, os bissexuais podem enfrentar mais barreiras e preconceitos, tanto da comunidade heterossexual quanto da comunidade LGBTQ+, o que pode impactar suas taxas de casamento. Mulheres lésbicas, por outro lado, podem encontrar maior aceitação e apoio em suas comunidades, facilitando o casamento. As taxas consistentes de casamento entre a população geral e os empregados sugerem que o estado civil entre não heterossexuais é menos influenciado pelo emprego do que entre heterossexuais.

Esses resultados indicam que há interação entre orientação sexual, gênero, estado civil, escolaridade e participação no mercado de trabalho, influenciando significativamente as condições socioeconômicas dos diferentes grupos. A análise dos dados descritivos é evidente que existe seleção no mercado de trabalho, inclusive quanto a orientação sexual.

4.2 Análise dos Resultados econométricos

Nesta seção, apresentamos os resultados econométricos utilizando a correção de Heckman para abordar a seleção amostral. A variável objetivo é o salário por hora, e o foco é analisar a inclusão no mercado de trabalho e os diferenciais salariais para pessoas de diferentes orientações sexuais. A Tabela 4 apresenta a equação de seleção, subdivididas para todos os indivíduos, em apenas homens e apenas mulheres. Primeiro são apresentadas os parâmetros referente as características pessoais, depois regionais e, por fim, de orientação sexual. As equações 1, 3 e 5 diferenciam parâmetros para homossexuais e bissexuais, enquanto as equações 2, 4 e 6 utilizam um único parâmetro agregando homossexuais e bissexuais.

Várias variáveis mantêm a mesma direção para a probabilidade de participar do mercado de trabalho independentemente da especificação, mudando apenas a intensidade, com chefe, idade e educação contribuindo para o aumento da probabilidade; e tempo de cuidado, valor de

pensão e/ou aposentadoria, pensão alimentícia para a redução. Outras possuem sinal contrário, como ser casado e ter filhos de até 5 anos, com redução de probabilidade para mulheres. Ser preto ou indígena aumenta a probabilidade para mulheres, mas não é significativo para homens e indígena com significância de 10% e pardo reduz a probabilidade para homens, mas não para mulheres.

Os resultados revelam diferenças entre orientação sexual, gênero e probabilidade de estar no mercado de trabalho. De forma geral, ser homossexual não parece afetar significativamente a probabilidade de estar empregado quando não se distingue por gênero. No entanto, ao desagregar os dados por gênero, observam-se diferenças significativas. Homens gays têm uma menor probabilidade de estar empregado em comparação com homens heterossexuais, enquanto mulheres lésbicas apresentam uma maior probabilidade de estar empregadas em relação às mulheres heterossexuais.

Tabela 4 – Equação de seleção para o mercado de trabalho

Variáveis	Todos		Homens		Mulheres	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
<i>intercepto</i>	-2,384 ***	-2,382 ***	-2,261 ***	-2,258 ***	-2,946 ***	-2,952 ***
<i>mulher</i>	-0,523 ***	-0,523 ***				
<i>chefe</i>	0,273 ***	0,273 ***	0,404 ***	0,404 ***	0,144 ***	0,144 ***
<i>pardo</i>	-0,030 **	-0,030 **	-0,040 **	-0,040 **	-0,008	-0,008
<i>preto</i>	0,075 ***	0,075 ***	0,038	0,038	0,108 ***	0,108 ***
<i>indig</i>	0,013	0,013	-0,148	-0,148	0,183 *	0,180 *
<i>idade</i>	0,141 ***	0,141 ***	0,141 ***	0,140 ***	0,137 ***	0,137 ***
<i>idade²</i>	-0,002 ***	-0,002 ***	-0,002 ***	-0,002 ***	-0,002 ***	-0,002 ***
<i>casado</i>	-0,028 **	-0,028 **	0,171 ***	0,171 ***	-0,169 ***	-0,169 ***
<i>educação</i>	0,159 ***	0,159 ***	0,149 ***	0,149 ***	0,165 ***	0,165 ***
<i>cria.0-5</i>	0,024 **	0,024 **	0,162 ***	0,162 ***	-0,059 ***	-0,059 ***
<i>cria.6-10</i>	0,020 *	0,020 *	0,096 ***	0,096 ***	-0,023	-0,023
<i>cria.11-14</i>	0,005	0,005	0,040 *	0,041 *	-0,014	-0,014
<i>t.cuidado</i>	-0,018 ***	-0,018 ***	-0,014 ***	-0,014 ***	-0,018 ***	-0,018 ***
<i>aps.pens</i>	-0,000 ***	-0,000 ***	-0,000 ***	-0,000 ***	-0,000 ***	-0,000 ***
<i>pens_ali</i>	-0,000 ***	-0,000 ***	-0,001 ***	-0,001 ***	-0,000 ***	-0,000 ***
<i>Nordeste</i>	-0,043 *	-0,043 *	-0,189 ***	-0,189 ***	0,066 **	0,066 **
<i>Sudeste</i>	0,163 ***	0,163 ***	0,027	0,026	0,274 ***	0,273 ***
<i>Sul</i>	0,177 ***	0,177 ***	0,052	0,052	0,280 ***	0,280 ***
<i>C.Oeste</i>	0,141 ***	0,141 ***	0,125 ***	0,125 ***	0,173 ***	0,174 ***
<i>urbano</i>	0,101 ***	0,101 ***	-0,020	-0,020	0,250 ***	0,251 ***
<i>r.metrop.</i>	-0,021 *	-0,021 *	-0,036 *	-0,036 *	-0,012	-0,012
<i>homo</i>	0,003	-	-0,227 ***	-	0,351 ***	-
<i>bi</i>	0,111 *	-	-0,069	-	0,126	-
<i>homo ou bi</i>	-	0,042	-	-0,191 ***	-	0,242 ***
n.obs	73.903	73.903	35.268	35.268	38.635	38.635
chi2	21,3mi***	21,3 mi***	8,1 mi***	8,1 mi***	9,6 mi***	9,6 mi***

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da PNS (2019). Equação 1,3 e 5 são para bissexual ou homossexual e as equações 2, 4 e 6 não diferencia homossexuais de bissexuais. Significância (*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01).

Uma possível explicação para a menor probabilidade de emprego entre homens gays pode ser a presença de barreiras e discriminações específicas enfrentadas por esse grupo no

mercado de trabalho. Esses obstáculos podem incluir preconceitos institucionais ou sociais que limitam suas oportunidades de emprego ou forçam uma maior participação em setores com menor estabilidade no emprego. Por outro lado, a maior probabilidade de emprego entre mulheres lésbicas pode refletir uma maior necessidade ou desejo de estabilidade econômica, possivelmente por menor influência de homens no domicílio e exigências da sociedade.

Tabela 5 – Equação de salário hora com a correção de Heckman

Variáveis	Todos		Homens		Mulheres	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
intercepto	0,256 ***	0,257 ***	0,138 **	0,137 **	0,110	0,113
mulher	-0,273 ***	-0,273 ***	-	-	-	-
chefe	0,075 ***	0,075 ***	0,098 ***	0,098 ***	0,046 ***	0,046 ***
pardo	-0,111 ***	-0,111 ***	-0,103 ***	-0,103 ***	-0,126 ***	-0,127 ***
preto	-0,153 ***	-0,153 ***	-0,173 ***	-0,173 ***	-0,139 ***	-0,139 ***
indig	-0,178 ***	-0,178 ***	-0,156 ***	-0,155 ***	-0,223 ***	-0,221 ***
idade	0,044 ***	0,044 ***	0,049 ***	0,049 ***	0,036 ***	0,036 ***
idade ²	-0,000 ***	-0,000 ***	-0,000 ***	-0,000 ***	-0,000 ***	-0,000 ***
casado	0,062 ***	0,062 ***	0,087 ***	0,087 ***	0,040 ***	0,040 ***
educ	0,132 ***	0,132 ***	0,137 ***	0,137 ***	0,127 ***	0,128 ***
Nordeste	-0,166 ***	-0,166 ***	-0,200 ***	-0,200 ***	-0,129 ***	-0,129 ***
Sudeste	0,161 ***	0,161 ***	0,131 ***	0,132 ***	0,190 ***	0,190 ***
Sul	0,251 ***	0,251 ***	0,233 ***	0,234 ***	0,260 ***	0,261 ***
C.Oeste	0,259 ***	0,259 ***	0,267 ***	0,267 ***	0,246 ***	0,246 ***
urbano	0,141 ***	0,141 ***	0,141 ***	0,141 ***	0,128 ***	0,127 ***
r.metrop	0,149 ***	0,149 ***	0,101 ***	0,101 ***	0,200 ***	0,200 ***
agro	-0,199 ***	-0,199 ***	-0,228 ***	-0,227 ***	-0,079 *	-0,080 *
const	0,002	0,002	0,077 ***	0,078 ***	-0,163 ***	-0,164 ***
dir.ger	0,638 ***	0,638 ***	0,655 ***	0,655 ***	0,671 ***	0,670 ***
element	-0,111 ***	-0,111 ***	-0,157 ***	-0,157 ***	-0,065 ***	-0,066 ***
maq	0,020	0,020	0,089 ***	0,089 ***	-0,059	-0,060
militar	0,798 ***	0,798 ***	0,828 ***	0,829 ***	1,182 ***	1,180 ***
prof.liber	0,576 ***	0,576 ***	0,654 ***	0,654 ***	0,543 ***	0,542 ***
serv	-0,069 ***	-0,070 ***	0,017	0,018	-0,107 ***	-0,107 ***
tec	0,297 ***	0,297 ***	0,359 ***	0,360 ***	0,267 ***	0,266 ***
industria	0,027	0,027	0,002	0,001	0,084 *	0,085 *
servicos	0,069 ***	0,069 ***	-0,019	-0,019	0,184 ***	0,185 ***
serv.pub	0,237 ***	0,237 ***	0,275 ***	0,275 ***	0,225 ***	0,225 ***
homo	0,061 **	-	0,095 ***	-	0,013	-
bi	0,088 **	-	-0,013	-	0,124 ***	-
homo ou bi	-	0,070 ***	-	0,071 **	-	0,059 *
invMills	0,122 ***	0,122 ***	0,211 ***	0,211 ***	0,069 ***	0,070 ***
n.obs	49.333	49.333	27.881	27.881	21.452	21.452
R2 ajust.	0,457	0,457	0,460	0,460	0,462	0,462

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da PNS (2019). Equação 1,3 e 5 são para bissexual ou homossexual e as equações 2, 4 e 6 não diferencia homossexuais de bissexuais. Significância (*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01).

A análise também revelou que bissexuais mostram uma maior probabilidade de estar no mercado de trabalho, com 10% de significância, mas esse efeito não é estatisticamente significativo quando desagregado por gênero. Isso sugere que a tendência observada pode ser influenciada por outros fatores não totalmente capturados ou variar dependendo do contexto de gênero.

Quando utilizamos uma equação de seleção que combina homossexuais e bissexuais em um único parâmetro, os resultados permanecem semelhantes aos encontrados para homossexuais, tanto de forma agregada quanto ao desagregar por gênero.

Essas observações sugerem que o impacto da orientação sexual no mercado de trabalho é influenciado por uma combinação de fatores sociais, econômicos e culturais, que variam entre diferentes grupos e contextos.

Na Tabela 5 pode ser observado as estimativas para a equação de salários com a correção de Heckman, sendo a variável dependente o logaritmo natural do salário por hora. As seis especificações desta tabela são as mesmas da Tabela 4, organizadas primeiramente em características pessoais, características regionais, características do posto de trabalho e, por fim, a sexualidade.

Em todas as especificações, a equação razão inversa de Mill se mostrou significativa a um nível de 1% e positiva. Ou seja, tanto para dados agregados, somente para homens ou somente para mulheres, existe seleção no mercado de trabalho, e quanto maior a probabilidade de se estar empregado, maior o salário por hora. Como essa variável captura a seleção, as outras variáveis explicam seus efeitos sobre o viés de seleção.

Percebe-se que existe menos diferença entre as especificações em comparação com a equação de seleção. Quanto às características pessoais, ser chefe de família, a idade, ser casado e a escolaridade contribuem para aumentar o salário por hora; já ser preto, pardo ou indígena contribui para a redução do salário por hora. O parâmetro para mulheres existe apenas nas duas primeiras especificações, pois as outras quatro estão desagregadas por gênero. Esses parâmetros mostram que as mulheres ganham menos do que os homens, mesmo considerando todos os outros fatores.

As variáveis regionais também apresentam os mesmos resultados independentemente das especificações, com pessoas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em meio urbano e em regiões metropolitanas, tendo salários mais elevados do que outras regiões. Quanto às características de ocupação e atividade, os resultados foram heterogêneos, com servidores públicos apresentando, em média, salários maiores.

Quando focamos na orientação sexual, homossexuais e bissexuais, de forma agregada ou desagregada, mostraram salários por hora mais elevados que heterossexuais. Entretanto, uma análise mais detalhada revela nuances significativas. Homens gays, por exemplo, ganham mais por hora que homens heterossexuais, mesmo tendo menor probabilidade de estarem empregados. Esse dado sugere que, apesar das barreiras iniciais de entrada no mercado de trabalho, uma vez empregados, homens gays conseguem alcançar salários mais altos. Por outro lado, homens bissexuais não possuem um diferencial salarial significativo quando analisados isoladamente. Contudo, ao agrupar homens homossexuais e bissexuais, observa-se que esse grupo apresenta salários maiores que homens heterossexuais com 5% de significância.

Para as mulheres, a dinâmica é diferente. Mulheres lésbicas, apesar de apresentarem maior probabilidade de estarem no mercado de trabalho, não mostraram ganhos salariais maiores em relação a mulheres heterossexuais com significância estatística. Em contraste, mulheres bissexuais apresentaram salários por hora significativamente maiores. Quando agregamos mulheres lésbicas e bissexuais, o grupo combinado apresenta salários maiores em comparação a mulheres heterossexuais, embora com uma significância estatística de 10%.

A Tabela 6 mostra os mesmos resultados da Tabela 5 para as especificações 2, 4 e 6, porém adicionando um parâmetro de interação entre ser homossexual ou bissexual e outras

variáveis selecionadas. Nas últimas três especificações são apresentadas apenas a equação de resultado, pois são parâmetros do mercado de trabalho, não alterando as respectivas especificações já apresentadas na Tabela 4. Já a primeira especificação que interage com a cor de pele preta, que é uma característica pessoal e, por isso, também está presente na equação de seleção, assim, foi apresentado além da equação de resultado, a equação de seleção, como é possível verificar na tabela.

Como pode ser visto, sem desagregar por gênero, ser homossexual ou bissexual aumenta as chances de estar no mercado de trabalho, entretanto, não ser heterossexual e ser preto reduz essa chance, um uma magnitude superior à soma dos parâmetros para preto e homossexual. Ou seja, ser preto e ser heterossexual aumenta a probabilidade de estar no mercado de trabalho, assim como não ser preto e ser homossexual, no entanto, ser preto e não heterossexual reduzem essas chances. Esse resultado persiste para mulheres homo ou bissexuais pretas e para gays também. A diferença é que não ser heterossexual não preto não interfere na probabilidade de estar empregado e se preto heterossexual aumenta a probabilidade com apenas 10% de significância.

Por mais que ser preto e não heterossexual simultaneamente reduzem a probabilidade de estar no mercado de trabalho, não foi verificado essa diferença no salário por hora. Ser preto reduz os ganhos, porém, também ser homossexual ou bissexual, não traz perdas adicionais no salário. O parâmetro para homo ou bissexual é positivo e significativo o que confere maiores salários, mas não supera o parâmetro de ser preto. Ao desagregar por gênero, vemos que esse resultado se mantém, alterando apenas a significância estatística.

Tabela 6 – Equação de seleção e salário hora por cor, atividade e servidor público

Equação	Parametro	Todos	Homens	Mulheres
<i>selec</i>	<i>preto</i>	0,090 ***	0,056 *	0,120 ***
	<i>homobi</i>	0,135 ***	-0,097	0,324 ***
	<i>homo.p</i>	-0,683 ***	-0,605 ***	-0,677 ***
<i>ln(sal.h)</i>	<i>preto</i>	-0,152 ***	-0,171 ***	-0,139 ***
	<i>homobi</i>	0,074 ***	0,079 **	0,056 *
	<i>homo.p</i>	-0,036	-0,063	0,052
<i>ln(sal.h)</i>	<i>serv.pub</i>	0,240 ***	0,280 ***	0,228 ***
	<i>homobi</i>	0,082 ***	0,086 ***	0,072 **
	<i>homo.sp</i>	-0,113 *	-0,104	-0,194 *
<i>ln(sal.h)</i>	<i>industria</i>	0,027	0,001	0,087 **
	<i>serviços</i>	0,071 ***	-0,019	0,195 ***
	<i>homobi</i>	0,267 **	0,194	0,410 **
	<i>homo.ind</i>	-0,073	-0,061	-0,121
	<i>homo.ser</i>	-0,217 *	-0,133	-0,388 **

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da PNS (2019). Significância (*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01).

sp=servidor público, *p*=preto.

Outra interação foi com servidor público, e vemos que sem desagregar, servidores públicos não heterossexuais tem menor remuneração que servidores públicos heterossexuais com 10% de significância e esse resultado se mantém para mulheres lésbicas ou bissexuais. Já homens bissexuais ou gays não apresentaram significância estatística nesta segmentação. Lembrando que servidores públicos ganham mais que outros profissionais, entretanto esse diferencial é menor para bissexuais ou bissexuais.

Finalmente este trabalho se propôs a estimar esse diferencial também para os setores de atividade, sendo que o setor primário ficou como referência. Ao analisar de forma agregada,

não há diferença salarial para aqueles no setor industrial que são homo ou bissexual, mas homossexuais ou bissexuais no setor de serviços ganham menos do que outros profissionais no setor de serviços heterossexuais com 10% de significância. Esse resultado se mantém para mulheres lésbicas ou bissexuais com 5% de significância, contudo, não há significância estatística para homens.

Mesmo desagregando os resultados por gênero, mostrou-se necessário analisar outras características que podem modificar esses resultados. Uma vez que vemos uma diversidade de respostas a essa questão na literatura para diferentes especificações nesse trabalho.

5 CONCLUSÃO

A análise detalhada dos dados da PNS de 2019, utilizando o método de Heckman para correção de viés de seleção, permitiu compreender melhor as disparidades no acesso ao emprego e os diferenciais salariais por orientação sexual, segmentados por gênero, atividade profissional e cor. Nossos resultados confirmam a presença de desigualdades significativas no mercado de trabalho brasileiro, com variações importantes dependendo da interação entre essas diferentes especificações.

Primeiramente, constata-se que homens gays possuem menor probabilidade de estarem empregados em comparação aos homens heterossexuais, enquanto mulheres lésbicas apresentam maior probabilidade de emprego em relação às mulheres heterossexuais. Esse resultado sugere a existência de barreiras específicas para homens gays, que podem enfrentar discriminação mais intensa, ao passo que mulheres lésbicas podem ter uma maior motivação para inserção no mercado de trabalho.

No que diz respeito aos diferenciais salariais, observou-se que homens gays, uma vez empregados, tendem a receber salários mais altos que homens heterossexuais, enquanto mulheres lésbicas não apresentam ganhos salariais significativos em relação às mulheres heterossexuais. Em contraste, mulheres bissexuais mostraram salários por hora significativamente maiores. Essas diferenças salariais indicam que, apesar das barreiras de entrada no mercado de trabalho, há um reconhecimento e valorização diferenciada de acordo com a orientação sexual e gênero.

A interação entre orientação sexual e cor revelou que ser preto e não heterossexual reduz a probabilidade de estar no mercado de trabalho, enquanto a interação com o setor de atividade e o status de servidor público indicou que servidores públicos não heterossexuais, especialmente mulheres, possuem remuneração inferior em comparação a seus pares heterossexuais.

Esses achados evidenciam desigualdades no mercado de trabalho, sugerindo que múltiplos fatores interagem para moldar as oportunidades e remuneração de diferentes grupos demográficos. Assim, é essencial que políticas públicas e iniciativas empresariais considerem essas interseccionalidades para promover um mercado de trabalho mais justo e inclusivo.

Esperamos que este estudo contribua para o avanço da literatura sobre desigualdades no mercado de trabalho e informe a formulação de políticas públicas mais eficazes, visando a redução das disparidades e a promoção da equidade para todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual, gênero, cor ou atividade profissional.

REFERÊNCIAS

Alexeev, S. Wage equation misrepresents gay wage discrimination: overlooked evidence from Russia. **International Journal of Manpower**, 44(3), 470–483, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/IJM-08-2021-0475>>.

Bridges, S., & Mann, S. Sexual Orientation, Legal Partnerships and Wages in Britain. **Work, Employment and Society**, 33(6), 1020–1038, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0950017019873265>>.

BURN, I. A. N. The relationship between prejudice and wage penalties for gay men in the united states. **Industrial & Labor Relations Review**, 73(3), 650–675, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0019793919864891>>.

Christafore, D., & Leguizamon, S. (2019). Taste-Based Discrimination, Tolerance and the Wage Gap: When Does Economic Freedom Help Gay Men? **Kyklos** (Basel), 72(3), 426–445, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/kykl.12206>>.

del Río, C., & Alonso-Villar, O. (2019a). Occupational Achievements of Same-Sex Couples in the United States by Gender and Race. **Industrial Relations**, 58(4), 704–731, 2019a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/irel.12246>>.

_____. (2019b). Occupational segregation by sexual orientation in the U.S.: exploring its economic effects on same-sex couples. **Review of Economics of the Household**, 17(2), 439–467, 2019b. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11150-018-9421-5>>.

Denier, N., & Waite, S. (2019). Sexual orientation at work: Documenting and understanding wage inequality. **Sociology Compass**, 13(4), e12667-n/a, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/soc4.12667>>.

Drydakis, N. (2022). Sexual orientation discrimination in the labor market against gay men. **Review of Economics of the Household**, 20(3), 1027–1058, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11150-021-09581-8>>.

Gorsuch, M. M. (2019). Gender, Sexual Orientation, and Behavioral Norms in the Labor Market. **ILR Review**, 72(4), 927–954, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0019793919832273>>.

HECKMAN, James J. Sample selection bias as a specification error. **Econometrica: Journal of the econometric society**, p. 153-161, 1979.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde: 2019**: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e grandes regiões. Coordenação de Trabalho e Rendimento. IBGE; 2020. 113p.

Jepsen, C., & Jepsen, L. (2022). Convergence over time or not? U.S. wages by sexual orientation, 2000–2019. **Labour Economics**, 74, 102086, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.labeco.2021.102086>>.

Johnson, O. C. A. (2021). The Future of Labor Localism in an Age of Preemption. **ILR Review**, 74(5), 1179–1201, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0019793920970932>>.

Levendis, J., & Lowen, A. (2023). What Same-Sex Adoption Laws Can Tell Us About the Gender Wage Gap in the United States. **Journal of Family and Economic Issues**, 44(2), 473–489, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10834-022-09835-2>>.

Machado, C. F., & Costa, A. L. (2022). Diversity Management: Homosexuality and the Labor Market. **Administrative Sciences**, 12(4), 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/admsci12040134>>.

Mantovani, G. G., & Staduto, J. A. R. (2023). The rainbow reality: income difference and discrimination based on sexual orientation and occupations. **International Journal of Manpower**, 44(5), 825–858, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/IJM-12-2021-0686>>.

Medina, J. (2023). Measuring the effect of self-reported sexual orientation on earnings: evidence from the general social survey. **Review of Social Economy**, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00346764.2023.2189745>>.

Mills, S., & Owens, B. (2023). Customer Abuse and Aggression as Labour Control Among LGBT Workers in Low-Wage Services. **Work, Employment and Society**, 37(3), 776–793, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/09500170211045843>>.

OPENAI. **ChatGPT**. Assistente **virtual** para correção e revisão de texto acadêmico. 2024. Disponível em: <https://www.openai.com>. Acesso em: 19/07/2024.

Preston, A., Birch, E., & Timming, A. R. (2020). Sexual orientation and wage discrimination: evidence from Australia. **International Journal of Manpower**, 41(6), 629–648, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/IJM-08-2018-0279>>.

Sarzosa, M. (2023). Sexual Orientation and Labor Market Disparities. **Journal of Economic Behavior and Organization**, 212, 723–755, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jebo.2023.06.007>>.

Suliano, D., Jesus Filho, J. de, & Irffi, G. (2021). Sexual orientation and wage differentials using anthropometric and health measures. **Estudos Econômicos - Instituto de Pesquisas Econômicas**, 51(1), 111–142, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-41615114djjg>>.

Tampellini, J. (2024). Latin American pride: Labor market outcomes of sexual minorities in Brazil. **Journal of Development Economics**, 167, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2023.103239>>.

Wahid, A., Mantell, E. H., & Kowalewski, O. Earnings differentials associated with sexual orientation in the Pakistan labour market. **Economic and Labour Relations Review**, 33(4), 754–765, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/10353046221135381>>.



ISBN nº 978-65-01-11585-6

REVISÃO SISTEMÁTICA DE ESTUDOS SOBRE O IMPACTO DO BOLSA FAMÍLIA NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL E INFORMAL E NA ESCOLARIDADE

AUTOR

Carolina dos Santos Ferreira¹

ÁREA

Economia Social e do trabalho demográfica

Classificação JEL: J80

RESUMO

Diversos autores notaram nos últimos anos um aumento significativo de trabalhadores na informalidade e também de crianças e jovens que não trabalham e nem estudam. O objetivo desse estudo é fazer uma revisão sistemática de estudos que abordam a relação do programa Bolsa Família no mercado formal e informal e na escolaridade. Por meio da seleção e análise de quinze estudos encontrados conclui-se que o programa aumenta a quantidade de trabalhadores no mercado de trabalho e apresenta resultado positivo na diminuição da evasão escolar entre crianças e jovens e também no aumento da escolaridade dos indivíduos.

Palavras-chave: Bolsa Família; Trabalho Formal; Trabalho Informal; Escolaridade.

¹ Mestranda bolsista pela CAPES no Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Contato: pg405019@uem.br.

ABSTRACT

Several authors have noted in recent years a significant increase in informal workers and also in children and young people who do not work or study. The objective of this study is to carry out a systematic review of studies that address the relationship of the Bolsa Família program in the formal and informal market and in schooling. Through the selection and analysis of fifteen studies found, it is concluded that the program increases the number of workers in the job market and presents a positive result in reducing school dropout among children and young people and also in increasing individuals' education.

Keywords: Bolsa Família; Formal Work; Informal Work; Education.

1 INTRODUÇÃO

Durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi instituído um programa federal de transferência de renda, a fim de atender famílias de extrema pobreza, por meio da Medida Provisória n.º 132 da lei n.º 10836, em 20 de outubro de 2003, denominado como Bolsa Família (BRASIL, 2003). Desde então, Weissheimer (2006) apresenta que o programa segue dois objetivos principais: ajudar as famílias mais pobres a saírem da situação de miséria e promover a emancipação dessas famílias, além disso o programa exige que as crianças que são beneficiadas tenham frequência escolar e controle de vacinação. Até os dias atuais o programa já contribuiu com mais de 11 milhões de famílias pobres no país.

Diversos autores apresentam a importância dos programas de transferência de renda como o Bolsa Família e o quanto o programa tem contribuído para a diminuição da pobreza no Brasil, e o quanto a existência do programa afeta o trabalho formal e informal no país.

Araújo e Lombardi (2013) apresentam como exemplos de formas de trabalho informal o trabalho autônomo e atividades realizadas por meio da terceirização, ou seja, indivíduos que trabalham em microempresas, oficinas e cooperativas de trabalho sem carteira assinada.

Costa (2010) resgata a ideia de que o trabalho informal surge da necessidade de que haja um exército de reserva desempregado em um sistema capitalista que precisa encontrar formas alternativas de garantir o seu sustento.

Tanto esses estudiosos como aqueles que analisam a escolaridade notaram um crescimento na informalidade no mercado de trabalho, e um aumento significativo de jovens que não trabalham e nem estudam nos últimos anos e analisam a relação com o programa Bolsa Família. Levando-se em consideração a importância de programas de transferência de renda e o aumento de informalidade e de jovens que se distanciam dos estudos aponta-se a questão: a existência do Bolsa família tem contribuído para o aumento da informalidade e menor escolarização de jovens e adultos?

O objetivo do presente trabalho é fazer uma revisão sistemática de estudos sobre o impacto do Bolsa Família no mercado de trabalho formal e informal e na escolaridade e concluir, por meio do compilado de estudos, se o programa Bolsa Família contribuiu ou não para o aumento de evasão escolar e índice de informalidade no mercado de trabalho entre jovens e adultos.

2 METODOLOGIA

Esse presente estudo é uma revisão sistemática de trabalhos científicos com o objetivo de avaliar o impacto do Bolsa Família no mercado de trabalho formal e informal e na escolaridade.

A busca por artigos foi realizada por meio das seguintes plataformas de busca para pesquisas acadêmicas: *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), o portal de periódicos da Capes, o repositório digital da UFRGS (Lume) e o google acadêmico (*Scholar Google*). Os trabalhos foram pesquisados com as seguintes palavras chaves: bolsa família, trabalho formal, trabalho informal e escolaridade nos idiomas português e inglês.

Os artigos publicados que foram encontrados abrangem o período de 2003 (início da vigência do programa) até o ano de 2023. A maioria dos artigos que foram descartados não se enquadravam na temática desejada, pois apresentaram comparativos com outros países com programas de transferência de renda.

Os trabalhos que foram incluídos neste estudo seguiram os seguintes critérios: os artigos que tratam sobre a questão do trabalho formal e informal de indivíduos que são beneficiários do Programa Bolsa Família, artigos que analisam uma possível diminuição da oferta de trabalho formal e informal “efeito preguiça” de beneficiários do programa e artigos que analisam o nível de escolaridade de crianças e jovens.

No total foram selecionados quinze estudos que analisaram a questão da formalidade e informalidade e estudos que realizaram uma análise da escolaridade das crianças e jovens para beneficiários do programa.

3 RESULTADOS

A partir dos quinze estudos selecionados foi possível encontrar estudos que abrangem os temas de forma separada as temáticas entre o mercado de trabalho formal e informal e a escolaridade dos indivíduos. Também é possível perceber que os estudos sobre os impactos do bolsa família no mercado de trabalho seguiram uma linha mais heterogênea do que os estudos que discutem sobre a escolaridade e a relação com o bolsa família. A seguir o Quadro 1 exhibe o compilado de estudos coletados e seus respectivos objetivos, metodologias e resultados obtidos.

Quadro 1 Resumo dos trabalhos pesquisados sobre o tema

Referência	Local	Objetivo	Método	Amostra	Resultados
Alvim, A. M; Godward, C. D. (2020)	Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).	Investigar o potencial destes programas de estimular a permanência dos trabalhadores brasileiros de baixa renda no mercado informal, com o propósito de se manterem “invisíveis” aos gestores do programa e, assim, receberem os benefícios do Bolsa Família	Vetor de Correção de Erros (VEC).	Dados agregados de março de 2004 até fevereiro de 2016, para as seis regiões metropolitanas incluídas na Pesquisa Mensal de Emprego – PME – do IBGE.	Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre o mercado informal se mostraram pequenos no período analisado. Já no mercado formal, houve uma relação positiva entre o número de beneficiários do Bolsa Família e o número de pessoas no mercado trabalho.
Barbosa e Corseuil (2014)	Brasil	Analisar o impacto do Programa Bolsa Família (PBF) na composição do mercado de trabalho no Brasil e em que medida a transferência os torna mais propensos a optar por uma ocupação informal.	Modelo de regressão descontínua (fuzzy RDD).	Micro dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006	O programa não tem impacto sobre a escolha ocupacional dos beneficiários entre os postos formais e informais.
Carraro <i>et. al</i> (2018)	Brasil	Investigar qual é a relação do Programa Bolsa Família com a probabilidade de jovens adultos entre 18 e 29 anos não estudarem e nem trabalhareem.	Modelo teórico de maximização do lazer, trabalho e estudo e Modelo empírico de pareamento por escore de propensão.	Dados do Censo Demográfico de 2010.	O Programa Bolsa Família reduz as chances de que os jovens adultos não trabalhem e nem estudem.

Continua

Quadro 1 Continuação

Referência	Local	Objetivo	Método	Amostra	Resultados
Batista et. al (2010)	Brasil	Analisa o impacto do Programa Bolsa Família sobre a incidência de trabalho infantil e a frequência escolar das crianças de famílias pobres no Brasil em 2004, segundo a situação censitária e regional.	Modelo probit bivariado, que estima conjuntamente as opções trabalhar e estudar dos jovens.	Micro dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004.	O programa é eficiente em atingir um de seus objetivos fundamentais: elevar o atendimento escolar das crianças.
Junior et. al (2019)	5570 municípios brasileiros	Investigar os impactos do PBF, no mercado de trabalho formal dos 5.570 municípios brasileiros, no período de 2004 a 2013.	Método de estimação dos mínimos quadrados ordinários (MQO), modelos de dados em painel e modelos dinâmicos.	Dados totais de cada um dos municípios da União, obtidos no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e no Cadastro Central de Empresas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Os resultados indicam que o programa Bolsa Família tem impacto positivo no trabalho formal, ou seja, aumenta a quantidade de trabalhadores no trabalho formal.
Nazareno, L. A (2014)	Brasil	Testar a relação entre o recebimento de benefícios e uma eventual escolha por uma ocupação informal, a partir de uma das fases de expansão do Bolsa Família, que ficou conhecida como ação Brasil Carinhoso.	Análise descritiva de dados e análise empírica por meio da aplicação de mínimos quadrados ordinários.	Informações de indivíduos distintos coletadas nos anos 2011 e 2012 na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).	O trabalho conclui que houve um indicativo de que poderia haver uma relação entre transferências de renda e a redução pela informalidade.

Continua

Quadro 1 Continuação

Referência	Local	Objetivo	Método	Amostra	Resultados
Brandão et.al (2009).	Capitais e municípios do interior do Nordeste.	Investigar os impactos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre o perfil educacional das famílias Beneficiárias Do Nordeste brasileiro.	Pesquisa de avaliação do programa por meio de entrevistas.	Amostra de entrevistas semiestruturadas.	O estudo concluiu que houve melhora no acesso educacional da população pobre a partir da entrada em vigor do programa, principalmente no crescimento nas taxas de matrícula e regularidade da frequência das crianças pobres às escolas.
Filho, N. M et. al (2017).	Brasil	Examinar a duração do emprego formal entre indivíduos de famílias pobres beneficiárias do Programa Bolsa Família.	Modelos de riscos proporcionais de Cox para comparar a duração no emprego entre beneficiários e não beneficiários do programa.	Base de dados com mais de três milhões de indivíduos pertencentes a famílias de baixa renda oriundos de três principais fontes: Cadastro Único, Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e das folhas de pagamento do Programa Bolsa Família (PBF).	Concluiu-se que as chances de os beneficiários do Programa Bolsa Família permanecerem no emprego formal são maiores do que para os não beneficiários.
Jesus, W. S (2023).	Bahia	Analisar a relação entre a expansão do Programa Bolsa Família e o emprego formal e as horas contratadas dos municípios do Estado da Bahia entre os anos de 2004 e 2019.	Modelo de efeitos fixos de dados em painel.	Dados do IBGE, Cadastro Único e RAIS, a nível municipal, entre os anos de 2004 e 2019.	A expansão do programa está positivamente correlacionada com o emprego formal e as horas contratadas, principalmente através de aumentos dos valores médios do benefício.

Continua

Quadro 1 Continuação

Referência	Local	Objetivo	Método	Amostra	Resultados
Brauw et. al (2012).	Brasil	Analisar se as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família estão em melhor situação em 2009 do que em 2005, por causa do programa.	Ponderação através de pareamento por escore de propensão.	Amostra do Cadastro Único do Programa Bolsa Família.	Apresenta alguma evidência de que os homens trabalharam menos horas por semana no setor formal e mais horas no informal durante o período.
Duarte e Melo (2010).	Pernambuco, Ceará, Sergipe e Paraíba.	Avaliar o impacto do programa de transferência de renda condicionada Bolsa Família sobre a frequência escolar de crianças e adolescentes de cinco a 14 anos na agricultura familiar dos estados de Pernambuco, Ceará, Sergipe e Paraíba.	Utilização do método de Propensity Score.	Pesquisa de campo (dato primário) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) como dato secundário, ambos para o ano de 2005.	Os resultados indicam que, de forma geral, o programa eleva a frequência escolar das referidas crianças no intervalo de 5,4 a 5,9 pontos percentuais.
Reichert (2012).	Rolante (RS)	Investigar em que medida o Programa Bolsa Família atingiu seus objetivos no índice de frequência e evasão escolar dos beneficiários do programa.	Pesquisa exploratória bibliográfica e análise comparativa das pesquisas.	Dados do Projeto Frequência fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura do município de Rolante (RS) e do Índice de Desenvolvimento Econômico e Social da Fundação de Economia e Estatística.	O programa apresentou influência positiva na redução da taxa de evasão escolar.

Continua

Quadro 1 Continuação

Referência	Local	Objetivo	Método	Amostra	Resultados
Mello (2020).	São Luís (MA).	Discutir os possíveis impactos do Programa Bolsa Família sobre a inserção de seus beneficiários no mercado de trabalho no município de São Luís (MA)	Análise descritiva dos dados quantitativos e entrevistas semiestruturadas de gestores locais e beneficiários.	Micro dados do Cadastro Único, cedidos pela Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas)	Não houve uma “preferência” dos beneficiários pela informalidade, ou seja, se mostrou indiferente sobre a preferência entre formalidade e informalidade.
Neto (2010).	Brasil	Apresentar estimativas do impacto do Bolsa Família sobre a frequência à escola das crianças de 7 a 14 residentes em domicílios beneficiados com os recursos do referido programa.	Técnicas semiparamétricas (propensity score matching).	Micro dados da PNAD de 2004.	As estimativas obtidas indicam que o programa propiciava elevação em torno de 2,2 p.p da frequência escolar.
Prósperi (2015).	Brasil	Investiga a existência do efeito “preguiça” e como o Programa Bolsa Família lida com sua possibilidade. Analisa o perfil do beneficiário do PBF e a literatura empírica sobre.	Revisão bibliográfica dos principais estudos econométricos sobre a relação dos beneficiários com o mercado de trabalho.	Compilado de estudos anteriores.	A conclusão da pesquisa é que o PBF não reduz a oferta de trabalho dos beneficiários tanto no trabalho formal quanto informal.

Fonte: elaboração própria, com base nos estudos coletados.

4 DISCUSSÃO

Os autores Alvim, A. M; Godward, C. D. (2020); Junior et. al (2019); Nazareno, L. A (2014); Filho, N. M et. al (2017); Prósperi (2015) e Jesus, W. S (2023) concluíram por meio de seus estudos, que o Programa Bolsa Família tem um impacto positivo no mercado de trabalho, ou seja, os beneficiários do programa apresentaram aumento na participação do mercado de trabalho formal no Brasil e Jesus, W. S (2023) concluiu esse impacto para o estado da Bahia.

Nazareno, L. A (2014) apresentou que houve redução do trabalho informal quando os indivíduos se encontram como beneficiários do programa no Brasil e Prósperi (2015) concluiu que o programa Bolsa Família não reduziu a procura por emprego pelos trabalhadores tanto no setor formal quanto no setor informal no Brasil.

Dos artigos encontrados, apenas Brauw et. al (2012) concluiu que os homens trabalharam mais horas no setor informal do que no setor formal no período estudado no Brasil. Em nível regional, Mello (2020) apresentou que no município de São Luís (MA) não houve preferência entre os trabalhadores beneficiários do programa pelos setores formais ou informais de trabalhos.

De oito artigos encontrados relacionando a relação entre o Bolsa Família e o mercado de trabalho formal e informal, seis apresentaram que o programa influenciou positivamente os trabalhadores a conseguirem postos formais de trabalho, terem maior preferência por serviços formais do que informais e não reduziu a procura por emprego pelos trabalhadores tanto formais quanto informais.

Dois artigos indicaram uma transição maior do setor formal para o informal e indiferença entre os dois tipos de setores, respectivamente. Em um âmbito geral, nenhum estudo mostrou relação negativa entre o Bolsa Família e quantidade de indivíduos empregados no mercado de trabalho.

Carraro *et. al* (2018); Duarte e Melo (2010); Reichert (2012); Neto (2010); Batista et. al (2010) e Brandão et.al (2009) concluíram por meio de seus estudos, que o Programa Bolsa Família teve um impacto positivo na escolaridade dos beneficiários do programa.

Carraro *et. al* (2018) apresentou que no Brasil o programa contribuiu para que menos jovens fiquem sem estudar, outro estudo realizado em nível nacional pelo Batista et. al (2010) concluiu que o programa elevou o atendimento escolar das crianças.

Os estudos realizados em nível estadual e municipal por Duarte e Melo (2010), Reichert (2012) e Brandão et.al (2009) também apresentaram que nos estados do Sergipe, Paraíba, Ceará e Pernambuco, o Programa Bolsa Família contribuiu para a elevação da frequência escolar em mais de cinco pontos percentuais, no estudo elaborado no município de Rolante (RS) houve uma diminuição da evasão escolar dos beneficiários do programa e, por fim, o último estudo apresentou que nas capitais e municípios do interior do Nordeste houve aumento das taxas de matrículas e da frequência escolar daqueles que são beneficiados pelo Bolsa Família, respectivamente.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo tinha como objetivo fazer uma revisão sistemática de um compilado de estudos sobre o impacto do programa Bolsa Família no mercado de trabalho formal e informal e com o aumento de crianças e jovens que não trabalham e nem estudam, ou seja, se os beneficiários do programa teriam maior índice de informalidade e maior probabilidade de não procurar um emprego “efeito preguiça” e se o programa teria relação com a evasão escolar de crianças e jovens.

A partir quinze estudos encontrados e analisados é possível notar que o programa Bolsa Família apresentou resultados positivos tanto para o mercado de trabalho formal, quanto para a permanência de crianças e jovens estudantes na escola. Tanto os estudos elaborados em âmbito nacional, quanto estadual e municipal seguiram a mesma linha.

Portanto, de acordo com o compilado de estudos encontrados, o presente estudo conclui que o programa Bolsa Família não teve ligação com o aumento de trabalhadores na informalidade, pelo contrário, aumenta o número de trabalhadores em serviço formal e contribui para que permaneçam no mercado de trabalho. Além disso, o Bolsa Família contribuiu em todos os estudos encontrados para o aumento de número de crianças e jovens na escola, não tendo ligação com o aumento de crianças e jovens da geração que não trabalham e nem estudam.

6 REFERÊNCIAS

- ALVIM, A. M; GODWARD, C. D. **O Programa Bolsa Família Estimula a Permanência dos Trabalhadores Brasileiros de Baixa Renda no Mercado Informal?** Redes- Revista do Desenvolvimento. Universidade de Santa Cruz do Sul. Porto Alegre, (2020).
- ARAÚJO, A. M. C; LOMBARDI, M. R. **Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI.** Trabalho e Gênero. Cadernos de Pesquisa, 2013.
- BARBOSA, A. L. N.H; CORSEUIL. **Bolsa Família, escolha ocupacional e Informalidade no Brasil.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 2014.
- BATISTA, N. F; CACCIAMALI, M. C; TATEI, F. **Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar.** Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, 2010.
- BRAUW, A. et al. **The Impact of Bolsa Família on Child, Maternal, and Household Welfare.** AIBF - International Food Policy Research Institute, United Nations Development Program, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.
- BRANDÃO, A; DALT, S; SILVA, A.P. **Educação e pobreza: o impacto das condicionalidades do programa Bolsa Família.** Revista Contemporânea de Educação. Rio de Janeiro, 2009.
- BRASIL. **Medida provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2003.
- CARRARO, A; GRIEBELER, M. C; RIBEIRO, F. G; VASCONCELOS, A. M. **Geração “nem-nem”: Efeito do programa Bolsa Família?** Anais do XLIV Encontro Nacional de Economia, 2018.
- COSTA, M, S. **Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira.** Revista quadrimestral de Ciências Sociais editada pelo centro de recursos humanos da Universidade Federal da Bahia, 2010.
- DUARTE, G. B; MELO, R. M. S. **Impacto do Programa Bolsa Família sobre a Frequência Escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural, 2010.
- FILHO, N. M; LEICHSENDRING, A. R; SANTOS, D. B; SILVA, W. M. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a duração do emprego formal dos indivíduos de baixa renda.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 2017.
- JESUS, W.S. **Programa Bolsa Família e emprego formal nos municípios da Bahia no período de 2004 a 2019.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Ciências Econômicas (FCE). Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bahia, 2023.
- JUNIOR, C. B. C; MELLO, C. H. P; TREVISAN, L. N. **Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho dos municípios brasileiros.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 2019.
- MELLO, L. M. M. J. **O Bolsa Família e seus impactos sobre a inserção laboral de beneficiários no município de São Luís.** Serviço Social e Sociedade. a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). São Luís, 2020.
- NAZARENO, L. A. **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O MERCADO DE TRABALHO INFORMAL: uma análise de impacto da ação Brasil Carinhoso.** Universidade de Brasília. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade. Departamento de Economia. Brasília, 2014.
- NETO, R. M. S. **Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência à escola: estimativas a partir de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**

(PNAD). Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 2010.

PRÓSPERI, L. O. O Programa Bolsa Família, o “efeito preguiça” e o mercado de trabalho. Universidade Federal de Alfenas. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade. Varginha, Minas Gerais.

REICHERT, J. R. Impacto do Programa Bolsa Família na Educação no município de Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

WEISSHEIMER, M. A. Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.



ISBN nº 978-65-01-11585-6

UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO NA OFERTA DE TRABALHO NO BRASIL PARA O ANO DE 2023

Marcos Vinicius de Souza da Silva ¹ e Marina Silva da Cunha²

Área 5 – Economia Social e do Trabalho e Demografia

RESUMO

O objetivo central desse estudo é analisar o impacto do Programa Bolsa Família na oferta de trabalho no Brasil para o ano de 2023. O impacto é mensurado a partir da comparação das horas médias de trabalho entre os beneficiários e os não beneficiários. Para a obtenção dos grupos de comparação foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua com o suplemento “Rendimento de todas as fontes” publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Utilizou-se o *Propensity Score Matching* para agrupar as observações nos grupos de controle e de tratamento. Como resultado, observou-se que em média os beneficiários do PBF registram três horas de trabalho a menos do que os não beneficiários. Essa diferença se observa também para os subgrupos compostos, por exemplo, pelas mulheres, não brancos e responsáveis pelos domicílios. Porém, mesmo com reajuste no valor recebido, as horas de trabalho dos beneficiários cresceram nos dois últimos anos, mas em proporção menor do que os não beneficiários.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, Oferta de Trabalho, *Propensity Score Matching*.

ABSTRACT

The central objective of this study is analyze the impact of the Programa Bolsa Família on labor supply in Brazil for the year 2023. The impact is measured by comparing the average working hours between beneficiaries and non-beneficiaries. To obtain the comparison groups, the data used is from the Continuous National Household Sample Survey with the supplement 'Income from all sources,' published by the Brazilian Institute of Geography and Statistics. The Propensity Score Matching was employed to group the observations into control and treatment groups. As a result, it was observed that, on average, Bolsa Família beneficiaries work three hours less than non-beneficiaries. This difference is also observed in subgroups, for example, of women, non-whites and heads of households. However, even with an increase in the amount received, the working hours of beneficiaries grew over the last two years, but at a lower rate than non-beneficiaries.

Key-words: Programa Bolsa Família, Labor Supply, Propensity Score Matching.

Classificação JEL: H53, J22.

¹ Graduando do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá. Email: ra124110@uem.br

² Professora titular do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá. Email: mscunha@uem.br

1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) surgiu por meio da Medida Provisória nº132 de 20 de outubro de 2003, sendo transformado pelo Congresso na Lei nº10.836 de 9 de janeiro de 2004 como uma forma de transferência de renda que unificou diversos outros programas de caráter social existentes na época. O objetivo é garantir uma renda básica para famílias em situação de pobreza, com o intuito de auxiliá-las no processo de saída da situação de vulnerabilidade social. O PBF impõe diversos condicionantes para o seu recebimento, dentre eles temos a limitação da renda recebida por membro da família, sendo o valor máximo de R\$ 218,00 mensais por pessoa no ano de 2023 (MDS, 2023a). Em termos gerais, o benefício é de no mínimo R\$ 600,00 por família, sendo acrescido de um adicional de R\$ 150,00 por criança entre 0 e 6 anos, além disso há outro adicional por criança ou adolescente entre 7 a 18 anos de R\$ 50,00 por pessoa.

Ao longo dos anos, observa-se o aumento da quantidade de famílias participantes do PBF. Entretanto, a partir de 2022 temos um crescimento de 47,9% no número de famílias, o que se sustentou em 2023. O período de aumento dos participantes coincide com o aumento do benefício em 2022. Ao longo da série histórica, vê-se o salário mínimo e o valor médio do PBF variando positivamente e mantendo uma relação de em média 20%. Em 2022, o salário mínimo aumentou em 10,2% e o valor médio do PBF em 171%, passando de R\$ 224,00 em 2021 para R\$ 607,00 em 2022. Dessa forma, a relação entre ambas variáveis passou de 20,4% em 2021 para 50,1% em 2022 e 51,6% em 2023.

Porém, ao possuir a regra de limitação da renda, qualquer família que ultrapasse a renda de R\$ 218,00 mensais por pessoa estará submetida Regra de Proteção, que durante um período de 24 meses irá transferir 50% do benefício desde que o aumento do salário não torne a renda mensal por pessoa maior que meio salário mínimo. Desta forma, a participação no Programa está condicionada a oferta de trabalho e o salário do beneficiário. Tal regra pode gerar questionamentos sobre ofertar ou não trabalho dado que o indivíduo já tem uma renda mensal por meio do Programa. Assim sendo, o presente trabalho busca analisar a relação entre a participação no PBF e a oferta de trabalho, o que pode levar a quebra do objetivo geral do Programa levando a um possível ciclo vicioso de pobreza.

Além disso, acresce como justificativa, o fato de o Programa abranger todo o país e afetar 21,14 milhões de famílias. Por fim, considera-se como justificativa o crescimento considerável ao passar dos anos do valor do benefício. Em 2003, o valor médio recebido por beneficiário era de R\$73,00 correspondendo a 30,42% do salário mínimo daquele ano. Porém, em 2023, o valor médio recebido foi de R\$681,00 correspondendo a 51,59% (MDS, 2023b), o que representa uma contribuição relativa mais significativa para o orçamento familiar, em relação aos anos anteriores, o que pode impactar ainda mais na oferta de trabalho, o que sugere possíveis alterações nas avaliações de impacto realizadas na literatura.

Neste contexto, o objetivo central desse estudo é analisar o impacto do Programa Bolsa Família na oferta de trabalho no Brasil, com o intuito de identificar se o Programa cumpre seu objetivo inicial de retirar as pessoas da pobreza. São consideradas as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua com o suplemento “Rendimento de todas as fontes” publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o ano de 2023.

O presente trabalho está dividido em introdução, seguida de uma seção que apresenta um referencial teórico sobre a oferta de trabalho, programas de redistribuição de renda e as possíveis consequências dessa relação, incluindo também uma revisão de literatura sobre o tema. Na sequência, a metodologia expõe uma visão geral dos dados e do método utilizado na análise. Posteriormente, temos os resultados seguidos pelas considerações finais e das referências.

2 DOS FATORES QUE LEVAM A OFERTA DE TRABALHO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A TEORIA, AS EVIDÊNCIAS E O SURGIMENTO DO PBF

2.1 RELAÇÃO TRABALHO E LAZER, PROGRAMAS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA E SUAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS

O presente tópico tem como objetivo apresentar os conceitos principais do tema central do trabalho, baseando-se no que a teoria econômica já estabelece. Dessa maneira, a primeira parte apresenta como se dá a oferta de trabalho, abordando o possível *trade-off* entre trabalho e lazer. Na sequência, são apresentados os conceitos e evidências de alguns autores sobre os programas de transferência de renda. Por seguinte, discute-se as consequências da relação entre programas de transferência de renda e a oferta de trabalho, buscando estabelecer a conceituação dos efeitos preguiça e estigma.

2.1.1 Oferta de trabalho: o trade-off entre trabalho e lazer

De acordo com Becker (1976), os indivíduos são produtores assim como consumidores. Seguindo a abordagem tradicional de maximização de utilidade, eles produzem *commodities* com uma combinação entre trabalho e tempo, de modo que o trabalho seria aquele ligado à obtenção dos bens por meio da remuneração salarial. A maximização seria derivada dos preços e da restrição de recursos, sendo este a soma da renda total e daquela renunciada pelo uso de tempo e bens para se obter utilidade. Sendo assim, o ofertante de trabalho se encontra num cenário semelhante ao da firma, em que deve manejar recursos, no caso o tempo, para produzir ou não.

Segundo Borjas (2012), o valor do consumo de bens é definido pela quantidade de horas trabalhadas multiplicada pela taxa salarial por hora somado com a “renda não trabalho”. Essa última se refere a renda obtida de forma independente a suas horas de trabalho. Desta forma, podemos calcular uma restrição orçamentária que guia a relação *trade-off* entre trabalho e lazer. Assim sendo, dado o tempo limitado do indivíduo, deve-se decidir alocá-lo entre horas de trabalho ou horas de lazer de forma a maximizar sua utilidade.

Por seguinte, o autor diz que um aumento na taxa salarial leva a um aumento na quantidade de horas trabalhadas, o chamado efeito substituição. Porém, um aumento na renda não trabalho proporciona ao indivíduo um aumento na sua curva de indiferença para um ponto em que as horas de lazer aumentam e as horas de trabalho diminuem, dado um salário constante, o chamado efeito renda. Deste modo, a oferta de trabalho é condicionada pelas variações nas taxas salariais e na disputa entre os efeitos substituição e renda.

Ainda para o autor, um incremento na renda não trabalho diminui a chance de o indivíduo ofertar trabalho, ao passo que um aumento dos salários o induz a ofertar. A oferta então seria condicionada a um valor mínimo recebido (salário) que supere o salário de reserva, sendo esse influenciado dentre outros fatores pelas preferências pessoais, valorização do lazer e da renda não trabalho. No geral, a condição de ofertar trabalho é definida pela taxa salarial, rendas que não advém do trabalho e das preferências dos trabalhadores.

Para Barbosa (2018), a definição utilizada de lazer pelas pesquisas domiciliares é pouco precisa pelo fato desta ser relacionada quase exclusivamente ao tempo não destinado ao trabalho. O lazer, como tal é utilizado, pode englobar trabalho doméstico, voluntário e atividades não classificadas como trabalho como por exemplo a educação, apesar de ser estritamente ligada a produção futura do trabalho por ser aumentadora de capital humano.

2.1.2 Programas de redistribuição de renda

Friedman (1984)³ defende um mecanismo governamental que auxilie e mitigue a pobreza e a miséria. Para ele, o programa de ajuda não deveria se restringir a grupos sociais específicos: “O programa, portanto, deve ser estabelecido para ajudar as pessoas como pessoas [...]” (Friedman, 1984, p. 174). Ademais, este não deveria distorcer o mercado ou impedir sua dinâmica. Desta forma, o programa se daria por meio de um imposto de renda negativo:

Temos atualmente uma isenção de 600 dólares por pessoa em termos de imposto de renda federal (mais um mínimo de 10% de dedução uniforme). Se um indivíduo receber renda de 100 dólares em excesso, após o cálculo da isenção e da dedução, pagará certo imposto. De acordo com nossa proposta, se a renda for menos 100 dólares, isto é, 100 dólares abaixo da isenção mais a dedução, terá que pagar um imposto negativo, isto é, receber subsídio. Se a taxa do subsídio for, digamos, 50%, receberá 50 dólares. Se não tiver nenhuma renda e, para efeitos de simplicidade, nenhuma dedução, e a taxa for constante, receberá 300 dólares. (FRIEDMAN, 1984, p. 174).

Deste modo, Friedman (1984) alega que ao incidir diretamente sobre a diferença da renda recebida pelo indivíduo e da renda mínima estipulada, a pobreza seria diretamente atacada por esse pagamento realizado pela transferência do governo para o cidadão. As possíveis desvantagens estariam ligadas a administração do dinheiro, não necessariamente sobre a ação de redistribuir, contudo, por meio da simplificação propiciada pela forma de seleção dos indivíduos, a carga administrativa seria reduzida, dado o cenário conturbado da época. Dessa forma, é passível considerar na visão do autor, que pode não haver realmente uma desvantagem.

Para Suplicy (2022), uma das formas para mitigar a pobreza seria por meio de uma renda de cidadania, isto é, um valor entregue diretamente do Estado para o cidadão que não tem uma remuneração capaz de garantir sua sobrevivência digna, assim, ele teria sua renda complementada. Além disso, há também outra ideia que apresenta a renda de cidadania incondicional, ou chamada por alguns de universal, entregue para todos os cidadãos independentemente da sua remuneração atual, sendo este um método considerado mais econômico em termos de burocracia ao passo que diminui os gastos com a identificação de quem realmente precisa receber o complemento de renda.

Por sua vez, os programas de transferência de renda condicionada, de acordo com Neri (2017), agem na superação da pobreza em duas frentes. A primeira pela transferência monetária direta, isto é, ao entregar diretamente para o indivíduo o valor em questão. A segunda está ligada ao fator condicionante, em que o indivíduo somente receberá a transferência monetária caso cumpra alguns requisitos, sendo a educação dos filhos um condicionante clássico. A ideia seria que com os filhos frequentando as redes de ensino, os pais ou responsáveis continuariam recebendo as transferências, de modo que no futuro essas crianças e adolescentes teriam uma maior produtividade devido à educação, contribuindo para a superação da pobreza.

Segundo Serra (2016), a pobreza se perpetua como um ciclo vicioso. A falta de recursos propicia à população afetada a continuidade da pobreza pela ausência de ampliação da capacidade produtiva e, portanto, do acúmulo de poupança. Tal situação, por ser um ciclo, não se resolve sozinho, sendo necessário a intervenção de um outro agente, nesse caso, pode-se considerar o fornecedor dos Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) como

³ A primeira edição deste livro é de 1962.

o interventor do ciclo. Esses programas, levam então, a uma ampliação da produtividade e renda no longo prazo.

Soares *et. al* (2007) destacam o papel dos PTCR na redução da desigualdade de países principalmente na América Latina. Desta forma, considerando a caracterização desses países como “em desenvolvimento”, esses programas seriam uma forma de fazer muito gastando pouco. Essa conclusão se daria pelos impactos registrados na educação e saúde das famílias, além é claro, da redução da pobreza. Destaca-se também, os impactos sobre a mortalidade e o trabalho infantil. Por fim, consideram que os PTCR são uma estratégia eficaz no combate dessas mazelas com características particulares da região, remetendo-se desde a colonização até no trato com os povos indígenas.

Roque e Ferreira (2015) apresentam uma coletânea de estudos sobre os PTCR. Dentre os pontos destacados temos a existência de mecanismos de saída dos programas, ligados principalmente ao amparo às famílias e ao acesso dos jovens ao mercado de trabalho. Ao final, os autores destacam a necessidade de investimento em sistemas de saúde pública e educação, já que ao exigir que os beneficiários cumpram condicionalidades ligadas a essas áreas, o provedor do benefício deve fornecer os meios necessários para cumpri-las.

Ferreira, Peruffo e Valério (2021) fazem uma análise dos Programas de Renda Básica Universal (UBI em inglês), abordando suas armadilhas e alternativas. O destaque dado ao UBI se dá na simplificação burocrática e de monitoramento, ao passo que todo cidadão receberia o benefício. Além disso, seu impacto seria superior para as classes mais pobres do que as mais ricas. Entretanto, a crítica salienta os altos custos envolvidos, o possível desincentivo ao trabalho, poupança e até educação. Por sua vez, os PTCR surgem como alternativa mais barata e focalizada, apesar de possuir custos de monitoramento. Como resultado da análise, os autores evidenciam que os programas UBI tem efeito positivo no curto prazo, mas que ao longo do tempo ele cria um declínio na atividade econômica por meio da redução de investimentos. Os PTCR, por outro lado, têm impacto positivo superior ao longo do tempo, principalmente devido ao seu incentivo à educação. Por fim, destacam também, que os UBI podem ser úteis em momentos pontuais, como em choques provocados por cenários semelhantes aos vistos na pandemia da Covid-19.

2.1.3 Consequências: efeitos preguiças e estigma

Uma das críticas aos programas de assistencialismo exposto por Borjas (2012), é que acabam por alterar o equilíbrio competitivo do mercado de trabalho pois criam subsídios aos indivíduos de modo a estabelecer um desincentivo ao trabalho. A ideia é que tais programas seriam financiados por meio de tributações daqueles que estão no mercado de trabalho. Dessa maneira, uma vez que a transferência de renda representa um aumento da renda do não trabalho, aqueles que estão trabalhando obtêm incentivo para diminuir as horas trabalhadas e aqueles que não estão, acabam por não adentrar na força de trabalho.

Um outro ponto salientado pelo autor se refere aos programas que mudam com as condições do indivíduo, isto é, aquele que ainda não trabalha e recebe a renda adicional, pode ter seu benefício cortado ao passar a trabalhar. Nesse caso, podemos ter um cenário que o indivíduo teria a mesma renda, mudando apenas as horas destinadas ao trabalho. Em outras palavras, ele estaria ganhando o mesmo, mas com tempo superior alocado ao trabalho. O mesmo poderia ser visto para aquele que trabalha, mas recebe abaixo da linha de corte, assim sendo beneficiado também. Um incremento de seu salário via expansão das horas trabalhadas poderá retirá-lo do benefício, fazendo com que continue ganhando o mesmo, diferenciando-se apenas pela ampliação das horas destinadas ao trabalho. Tem-se então, um possível desincentivo à oferta de trabalho.

Para Tavares (2010), a crítica aos programas por parte daqueles que a fazem está

baseada no efeito renda. A oferta de trabalho de algum indivíduo do núcleo familiar pode ser reduzida mantendo o nível orçamentário constante. Portanto, tem-se o desincentivo ao trabalho e um aumento da dependência do Estado. Desse modo, a existência de tais programas poderia criar um “efeito preguiça”.

Conforme Oliveira e Soares (2012), os contrários aos mecanismos de transferência utilizam uma possível distorção dos objetivos gerais dos programas como maneira de justificar o efeito preguiça. Para os críticos, ao condicionar o indivíduo a receber a transferência somente em situação de pobreza, acabaria gerando a situação da acomodação e, assim sendo, redução da produtividade. Ao final, a situação da pobreza não seria reduzida, mas sim continuada.

Por outro lado, de acordo com Mattos e Ponczek (2009), ao participar dos programas de transferência de renda, os indivíduos podem estar expostos ao “efeito estigma”. Este se associa a uma desutilidade causada possivelmente pelo receio ou medo do beneficiário de ser julgado de forma preconceituosa por terceiros pelo simples fato de participar do programa. O julgo de dependente do Estado e de pobre, acaba levando o indivíduo a procurar trabalho ou tentar elevar sua renda e conseqüentemente tentar se desvincular dos programas como maneira de não aparentar mais pertencer a uma classe supostamente dependente. Assim, participar dos programas poderia criar um incentivo a ofertar trabalho ou aumentar sua oferta já existente como modo de evitar preconceito ou discriminação.

2.2 LITERATURA EMPÍRICA: O QUE SE SABE DA RELAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E OFERTA DE TRABALHO

Com o objetivo de entender o estado da arte sobre o tema a ser pesquisado, o presente item apresenta os trabalhos de natureza científica que já abordaram temas semelhantes sobre a relação estudada. Em termos de objetivos, os autores optam em grande parte por realizarem os estudos voltados a um grupo específico da população. De forma destacada temos as análises sobre os efeitos para as mulheres e nos diferentes graus de formalidade do trabalho. Os diferentes resultados quando considerado os subgrupos sugerem que o Programa pode afetar de forma distinta cada beneficiário, a depender de critérios ligados a sexo, localização e características do trabalho exercido.

A maioria dos trabalhos realizados utilizaram a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda nesse sentido, tem-se destaque os anos correspondentes a cada uma das pesquisas utilizadas. Mesmo para aqueles trabalhos considerados mais recentes, nota-se a distância entre a publicação do trabalho e a pesquisa utilizada, em que, majoritariamente tal situação se refere a não disponibilidade de perguntas pertinentes aos objetivos dos trabalhos nessas respectivas pesquisas, levando assim, ao uso das últimas que apresentaram os questionamentos de interesse. Acrescenta-se também, que em alguns casos, os autores precisaram realizar transformações para chegar por exemplo nos valores recebidos do benefício, explicado pela falta de uma pergunta que considerava como resposta exclusivamente o PBF, já que aquelas que existiam, traziam sua resposta de forma agrupada com outros valores recebidos.

No que tange aos métodos, o *Propensity Score Matching* é o mais utilizado. Justifica-se seu uso pela capacidade de dividir os grupos tratado e controle de modo que a única diferença entre ambos é a participação ou não no PBF. Dessa maneira, as demais características dos indivíduos são consideradas semelhantes, ou seja, o efeito do PBF é isolado.

Autores como Soares, Ribas e Osorio (2017), Costa e Cunha (2014) e Vasconcellos e Cunha (2019) encontraram resultados positivos na relação de oferta de trabalho e PBF para as mulheres. Teixeira (2010) não encontrou efeitos nessa relação. Cavalcanti et al. (2016) encontraram resultados negativos principalmente para o grupo de mulheres que tinham jornadas

curtas de trabalho. Tavares (2010) concluiu que o recebimento do benefício estimulou aumento da oferta de trabalho das mães, ao passo que Oliveira e Soares (2012) encontrou um desincentivo para esse grupo.

Quanto à formalidade, Filho (2010) concluiu que as transferências reduzem as horas trabalhadas pelos chefes de família e tendem a alocar os demais membros no setor informal. Para Santos et al. (2017) a chance de permanência no mercado de trabalho por parte de quem participa é maior do que quem não participa. Junior, Trevisan e Mello (2019) encontraram uma relação positiva entre PBF e o mercado de trabalho. Ademais, Alvim e Godward (2020) obtiveram uma relação positiva entre o PBF e a informalidade, entre desemprego e informalidade e entre o PBF e o desemprego especialmente em recessões. Além disso, o efeito do PBF sobre a informalidade é pequeno e persistente.

Para Neto et al. (2012) e Martins, Ramos e Frias (2019) a relação é positiva, com a participação no Programa aumentando a oferta. Uceli et al. (2014) concluiu que a participação em programas de transferência não geram efeitos negativos na oferta de trabalho. Quando se olha para o trabalho rural, para Costa et al. (2018) os resultados mostram que os participantes tiveram uma redução nas horas trabalhadas bem como na renda do trabalho em todas as regiões do Brasil, especialmente Centro-Oeste e Norte.

No geral, há poucas evidências de que os programas de transferência de renda, em especial o Programa Bolsa Família, produziram algum nível de desincentivo à oferta de trabalho. Oliveira e Soares (2012) consideram que a redução observada se vê principalmente no grupo de mulheres com filhos, ao passo que os demais apresentam uma redução nula ou muito reduzida. Teixeira (2010) afirma que não há efeito sobre a probabilidade de trabalhar, porém, houve uma redução das horas. Outros trabalhos também consideram nulos os efeitos, mesmo quando chegam a um resultado de redução nas horas trabalhadas. Isso se deve ao fato de considerarem a redução encontrada não significativa.

Além disso, os demais trabalhos mostraram que não há relação significativa ou que tais programas geraram um efeito positivo na oferta de trabalho. Na verdade, a maioria das pesquisas não corroboram com a tese do “efeito preguiça”, indicando por meio de testes e modelos econométricos que não há relação significativa entre participar dos programas e a oferta de trabalho por parte dos beneficiários. Portanto, como em grande parte dos temas da economia, a literatura empírica sugere que não há consenso.

2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a relação entre oferta de trabalho e lazer, destacadas tanto por Becker (1976) quanto Borjas (2012), notamos descrições semelhantes para a melhor alocação do tempo resultando em quanto e se o indivíduo irá fornecer trabalho. Assim, o *trade-off* entre trabalho e lazer busca explicar por meio da quantidade de horas limitadas do indivíduo, a sua escolha baseada nos retornos em forma de renda vindas tanto do salário quanto de fontes externas e da sua categorização do seu lazer, a sua escolha por ofertar mais ou menos trabalho. Portanto, estaríamos seguindo uma abordagem semelhante à Teoria do Consumidor, considerando o indivíduo alocador de recursos escassos.

Por seguinte, vários autores abordaram formas de se combater a pobreza e a miséria. Para tanto, as políticas de transferência de renda se mostraram uma alternativa ao fornecer de maneira direta dinheiro para o beneficiário. Deste modo, o indivíduo seria capaz de ter para si uma renda capaz de fornecer, nas palavras de Suplicy (2022), dignidade. Tem-se também, os métodos de transferência condicionadas, aqueles que exigem uma contrapartida não monetária do beneficiário, como matricular e manter seus filhos na escola, o que representa uma via dupla de combate à pobreza.

Considerando a interferência do Estado, é de se esperar algumas críticas. Segundo

alguns autores, ao transferir renda para os cidadãos, estes estariam num cenário de acomodação, levando-os a diminuir ou cessar sua oferta de trabalho, o chamado “efeito preguiça”. Por outro lado, o medo e o receio de sofrer preconceito ou se submeter ao julgo de “dependente do Estado” poderia levar o beneficiário a buscar trabalhos que forneçam maiores rendas, como maneira de se desvincilhar do programa de auxílio, gerando assim o “efeito estigma”.

Portanto, a relação entre programas de transferência de renda, tal qual o Programa Bolsa Família, e a oferta de trabalho aparenta estar condicionada a dominância de um efeito renda ou de um efeito substituição. Tendo como objetivo combater a pobreza, o indivíduo pode estar submetido a um desses efeitos e no final das contas, corroborar na disputa entre o “efeito preguiça” e o “efeito estigma”, ou simplesmente ter outras motivações que não sejam essas para explicar a sua situação, não necessariamente precisa estar associado a uma delas.

Ao analisar a literatura existente sobre o tema central desse estudo, nota-se a não presença de consenso entre os autores. Embora grande parte evidencie que não há influência do PBF sobre a oferta de trabalho, ainda existem aqueles que consideram tanto uma influência positiva quanto negativa. De modo que, o impacto nas horas ou na probabilidade de trabalhar se mostra diferente para cada grupo estudado. Ademais, os métodos e bases de dados variam, porém, há grande presença dos dados da PNAD e o uso do *Propensity Score Matching*.

3 METODOLÓGIA

3.1 FONTE

Como forma de se chegar ao objetivo central do trabalho, realizou-se uma pesquisa de natureza aplicada. Deste modo, está presente o caráter explicativo alinhado a uma abordagem quantitativa devida à análise econométrica dos dados. No que se refere aos dados principais utilizados, são originados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais precisamente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) para o ano de 2023. Além disso, foi utilizada uma de suas pesquisas suplementares, a pesquisa “Rendimentos de Todas as Fontes 2023” divulgada em abril de 2024.

De modo geral, a pesquisa tem como principal variável a ser medida a participação no mercado de trabalho de cada indivíduo em termos de horas, elencando juntamente o fator recebimento do benefício do PBF, o valor recebido e as principais características gerais do indivíduo (sexo, cor, idade, macrorregião, anos de escolaridade, localização da residência quanto a área urbana ou rural e a condição do indivíduo no que se refere a ser ou não chefe da família).

3.2 MODELO ECONOMÉTRICO

Após a coleta e seleção dos dados, é necessário dividir os indivíduos alvos da análise em dois grupos, sendo o primeiro aquele que recebe o benefício e o segundo aquele que não recebe para aplicar o modelo Logit. Essa divisão se faz necessária para que possamos comparar ao final da obtenção dos resultados, o verdadeiro impacto da participação no PBF sobre a oferta de trabalho. Dessa maneira, teremos um grupo tratado (participa) e um grupo de controle (não participa), sob os quais será realizada a comparação, em que a possível diferença entre os grupos quanto a oferta de trabalho poderá explicar e responder o problema de pesquisa.

Para que seja viável e adequado a realização dessa comparação, os grupos deverão possuir características gerais semelhantes. Realizar a comparação com diferenças em tais características poderia inferir em resultados incorretos, pois não seria possível distinguir o impacto verdadeiro e direto sobre pessoas que podem estar sujeitas a condições completamente diferentes. Além disso, a explicação para dividir em grupos os indivíduos é que não é possível

medir o impacto do PBF nesse cenário por um único grupo ou indivíduo, pois o mesmo não poderia ao mesmo tempo participar e não participar do Programa.

Assim sendo, se faz necessário o uso de um método de seleção de indivíduos que os agrupem em conjuntos semelhantes. Para tanto, o *Propensity Score Matching* foi utilizado. O método identifica as características gerais das observações de maneira a calcular a chance de o indivíduo participar do PBF por meio de um modelo Logit. Após a obtenção das chances, os dois grupos são divididos de modo que ambos tenham chances semelhantes de participação entre eles. O único fator que diferencia esses grupos é que no grupo de tratamento os indivíduos recebem o benefício, enquanto o grupo de controle não.

Em síntese, como método de mensuração do impacto do PBF sobre a oferta de trabalho, se faz necessário ter uma comparação entre dois grupos de indivíduos possuidores de chances semelhantes de participação no PBF. Para a seleção dos participantes de cada grupo, ou seja, para a obtenção das chances, foi o escolhido *Propensity Score Matching* que atribui tal chances por meio de um modelo Logit que considera as características gerais dos indivíduos.

Desse modo, neste trabalho foi utilizado inicialmente o Logit. De acordo com Wooldridge (2018), os modelos Logit são utilizados quando a variável dependente da regressão é qualitativa. Ao possuir essa característica, a resposta obtida se dá entre o intervalo de 0 a 1, logo, se tratando de uma chance.

Podemos explicar os efeitos de um conjunto de variáveis \mathbf{x} sobre a chance de resposta em outra variável Y dada pela equação (1):

$$P=E(Y=1|\mathbf{x}) \quad (1)$$

O que pode ser descrito como a chance de Y ser igual a 1 dado que \mathbf{x} aconteça. Desse modo podemos considerar o cenário do estudo, em que a pergunta a ser respondida nessa etapa é: qual a chance de ser beneficiário do PBF ($Y=1$) dado que o indivíduo possui determinadas características (\mathbf{x})? Esse caso considera apenas a mudança na variável \mathbf{x} , mantendo as demais que possam constar no modelo constantes, como descreve a equação (2):

$$Y_i = \beta_0 + \beta \mathbf{x}_i + u_i \quad (2)$$

Dessa maneira, temos \mathbf{x} representando um vetor de variáveis que agrupa as demais características do indivíduo e de seu domicílio que podem inferir em alterações na chance de ser beneficiário. Portanto, na segunda etapa, será realizada um pareamento com base nessas chances com o intuito de encontrar indivíduos que se assemelham nas características descritas por \mathbf{x} cuja a única diferença se dá por ser ou não beneficiário do PBF. Desse modo, é utilizado como método de pareamento, junto ao *Propensity Score Matching*, o *Nearest Neighbor Matching* (método do vizinho mais próximo) que busca a observação no grupo de controle mais próxima possível que se assemelhe a observação presente no grupo de tratamento.

Por fim, dado a construção de uma base de dados que fornece observações dos grupos de tratamento e de controle que se assemelham, pode-se então, realizar a comparação entre a média das horas trabalhadas pelos indivíduos de cada grupo. Dessa forma, será utilizado os resultados obtidos por meio da análise via Efeito de Tratamento Médio (ATT) descrita na equação (3):

$$\Delta^{ATT} = E(\Delta_i | P = 1) = E(Y_{1i} - Y_{0i} | P = 1) \quad (3)$$

A equação representa, em formato de esperança, a diferença entre dois sujeitos. O primeiro sujeito pertence ao grupo tratado e o segundo ao grupo de controle, com ambos possuindo $P=1$, isto é, os dois possuem características dos pertencentes ao tratamento. Assim,

sendo, com essas características semelhantes e considerando a soma para todos os indivíduos, podemos calcular se eles realmente possuem alguma diferença.

4 IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A OFERTA DE TRABALHO NO BRASIL PARA O ANO DE 2023

Primeiramente, antes das análises envolvendo o *Propensity Score Matching*, faz-se necessário uma análise descritiva dos dados obtidos na PNAD Contínua. De antemão, foram incluídas nos dados apenas pessoas entre 16 e 64 anos. Além disso, como forma de evitar possíveis erros na coleta dos dados, foram excluídas as observações que possuíam o valor recebido do benefício superior a R\$ 1.200,00. Por fim, foram excluídas as observações que apresentavam “na” ou “não disponível” nas horas de trabalho e constavam como pessoa dentro da força de trabalho. Na Tabela 1 pode ser observada a composição da amostra analisada para o ano de 2023.

Tabela 1 – Análise descritiva: Proporção e médias para os dados de 2023

Variável	Proporção ou Média
Mulher	51,21%
Homem	48,79%
Branco	39,13%
Não Branco	60,87%
Idade	39
Sem Instrução	4,68%
Fundamental Incompleto	24,68%
Fundamental Completo	8,14%
Médio Incompleto	9,23%
Médio Completo	32,11%
Superior Incompleto	5,06%
Superior Completo	16,10%
Responsável pelo domicílio	43,89%
Número de pessoas no domicílio	3
Renda per capita	R\$ 1.839,18
Área Urbana	73,92%
Área Rural	26,08%
Região Metropolitana	36,15%
Norte	13,51%
Nordeste	32,79%
Centro-Oeste	10,30%
Sudeste	26,05%
Sul	17,36%
Número de Observações	235.585

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC.

O recorte obtido consegue, em grande parte, refletir a composição geral da população brasileira. O indivíduo médio seria uma mulher, não branca, com ensino médio completo, não responsável pelo seu domicílio, moradora de uma área urbana, fora da área metropolitana e residente na região nordeste. A única característica presente na amostra que não reflete a população geral do Brasil é a região de moradia, sendo que, a predominância nacional é da região sudeste. Essa situação pode ter sido originada após os recortes realizados anteriormente nos dados.

Dessa forma, na Tabela 2, será realizado o *Matching* de modo a selecionar uma melhor composição dos dados com o intuito de realizar a comparação entre beneficiários e não beneficiários. As médias obtidas no grupo controle devem ser semelhantes as encontradas no grupo tratado.

Tabela 2 – Médias antes e depois do *Matching*

Variável	Antes do Matching			Depois do Matching		
	Tratados	Controle	Dif. Média	Tratados	Controle	Dif. Média
Homem	0,117	0,533	-1,295	0,117	0,12	-0,011
Não branco	0,791	0,587	0,501	0,791	0,782	0,022
Idade	38,701	39,516	-0,073	38,701	39,306	-0,054
Fundamental Incompleto	0,398	0,229	0,345	0,398	0,373	0,05
Fundamental Completo	0,105	0,079	0,086	0,105	0,103	0,008
Médio Incompleto	0,097	0,092	0,019	0,097	0,104	-0,021
Médio Completo	0,293	0,325	-0,07	0,293	0,306	-0,028
Superior Incompleto	0,017	0,055	-0,284	0,017	0,019	-0,012
Superior Completo	0,022	0,178	-1,077	0,022	0,022	-0,005
Responsável	0,641	0,415	0,472	0,641	0,599	0,089
Número de pessoas	3,468	3,338	0,084	3,468	3,434	0,022
Renda per capita	665,108	1980,998	-2,749	665,108	706,957	-0,087
Área rural	0,433	0,24	0,389	0,433	0,401	0,064
Área metropolitana	0,247	0,375	-0,299	0,247	0,269	-0,053
Norte	0,166	0,131	0,093	0,166	0,176	-0,025
Nordeste	0,575	0,298	0,56	0,575	0,544	0,061
Centro-Oeste	0,057	0,109	-0,222	0,057	0,064	-0,029
Sul	0,054	0,188	-0,597	0,054	0,057	-0,013

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC.

Para a realização do *Matching*, foi considerado o grupo tratado como aquele que participa do PBF, enquanto o controle aquele que não participa. Dessa forma, após selecionar no grupo de controle apenas as observações que se assemelhavam às características do grupo tratado, temos um total de 25.389 observações em cada grupo, sendo essas o alvo da análise.

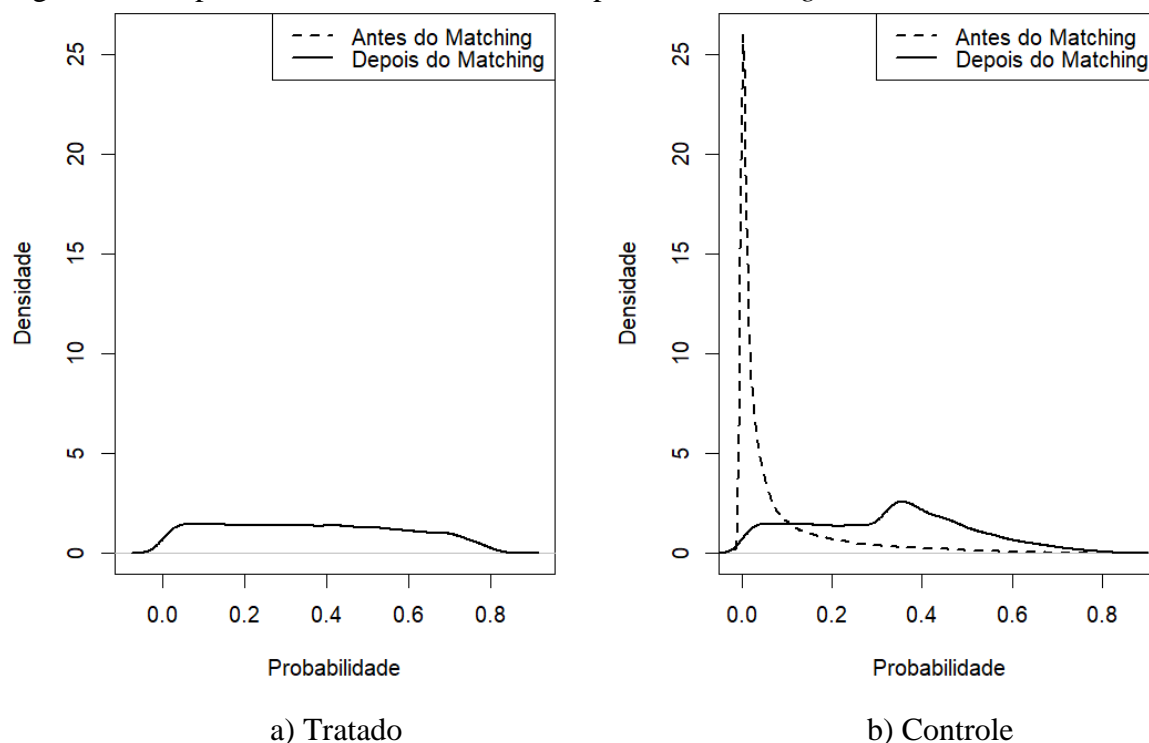
Em relação a análise descritiva realizada na Tabela 1, temos algumas mudanças a partir da obtenção das médias após o *Matching*. De início, a população feminina no grupo tratado é de 88,3%, sendo de apenas 46,7% no grupo controle antes do pareamento, após o processo, temos 88% de mulheres representadas no grupo controle. Essa diferença também se observou na cor, passando de 58,7% para 78,2% de não brancos no grupo controle. No que tange a escolaridade, antes 17,8% do grupo controle possuía ensino superior completo, o que passou para 2,2%. Ademais, os indivíduos em sua maioria possuíam ensino médio completo, porém, agora 37,3% possuem ensino fundamental incompleto no grupo controle. A renda per capita, por sua vez, passou de R\$ 1.981,00 para R\$ 706,96.

No que se refere ao domicílio, foi registrado um aumento da população rural contida nos dados de análise, passando de 24% para 40,1% após o *Matching*. Da mesma maneira, houve o aumento de 41,5% para 59,9% no número de indivíduos considerados responsáveis pelo domicílio. Além disso, houve uma redução das observações que residem em área metropolitana, de 37,5% para 26,9%. Por fim, o grupo controle registrou um aumento da população residente na região nordeste, passando de 29,8% para 54,4%.

Dessa maneira, o indivíduo médio passou a ser uma mulher, não branca, com ensino fundamental incompleto, responsável pelo domicílio, residente da área urbana e não

metropolitana, além de morar na região nordeste. Por meio dos valores obtidos e apresentados, podemos concluir que o grupo controle se assemelha em grande parte ao grupo tratado, o que pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 – Grupo tratado e controle antes e depois do *Matching*



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC.

Conforme a Figura 1, observa-se que após o *Matching* as probabilidades do grupo de controle se comportaram de maneira semelhante ao grupo tratado, ou seja, assim como exposto pela Tabela 2, temos que o pareamento dos grupos mantendo suas características semelhantes foi bem executada. Dessa forma, conforme sugere o método do *Propensity Score Matching*, a única diferença entre ambos é a participação no PBF.

Considerando o êxito na obtenção do pareamento, o próximo passo é a análise da variável de interesse, ou seja, das horas de trabalho. A PNAD Contínua divide o trabalho em principal, secundário e total. A maior parte das observações apenas possui trabalho principal e total. Dessa maneira, as horas consideradas são as referentes a essas variáveis, o que é apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Teste *t* para as médias de horas de trabalho

Variável	Controle	Tratado	Valor <i>t</i>
Horas de Trabalho	14,627	11,674	18,037***
Horas de Trabalho Totais	14,735	11,792	17,795***
Somente responsáveis pelo domicílio			
Horas de Trabalho	18,239	12,583	26,815***
Horas de Trabalho Totais	18,395	12,721	26,586***

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC.

Portanto, o grupo controle apresentou em média três horas de trabalho a mais que o grupo tratado, tanto no trabalho principal quanto no total. Assim, a comparação das médias

indica que aqueles que não participam do PBF registraram em média uma carga horária de trabalho superior aqueles que participam. Quando considerado apenas os responsáveis pelo domicílio o cenário se repete. Todos os testes de médias se mostraram significativos. Como complemento, a Tabela 4 divide as observações em subgrupos.

Tabela 4 – Teste t para as médias de horas de trabalho para os subgrupos e considerando responsáveis pelo domicílio

Variável	Controle	Tratado	Valor t
Mulher	17,224	11,147	27,463***
Homem	27,724	21,407	10,696***
Branco	17,842	13,398	9,381***
Não Branco	18,688	12,372	26,710***
Sem Instrução	12,709	10,215	3,432***
Fundamental Incompleto	16,298	11,311	15,469***
Fundamental Completo ou mais	21,634	13,902	26,178***
Norte	19,390	14,535	8,877***
Nordeste	17,404	10,846	24,630***
Centro-Oeste	20,804	16,777	4,339***
Sudeste	19,988	15,303	8,135***
Sul	18,604	13,813	5,367***
Apenas não brancos			
Mulher	17,667	11,026	26,791***
Homem	27,193	20,893	9,455***
Sem Instrução	12,602	10,261	2,911***
Fundamental Incompleto	16,350	11,200	14,350***
Fundamental Completo ou mais	22,355	13,612	26,394***
Norte	19,374	14,217	8,860***
Nordeste	17,381	10,740	22,668***
Centro-Oeste	21,394	17,010	4,155***
Sudeste	20,400	15,031	8,026***
Sul	19,279	14,128	3,943***

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC.

Ao dividir as observações em subgrupos considerando sexo, cor, nível de instrução e macrorregião, sendo todos responsáveis pelos domicílios e apenas levando em consideração o trabalho principal, temos que, conforme a Tabela 4, a diferença entre os grupos se mantem. Apesar de que em alguns casos essa diferença média das horas de trabalho seja inferior àquela registrada no cenário geral, como é o caso das pessoas sem instrução, ainda sim as diferenças são significativas. Quando considerado apenas os não brancos, continuamos com um nível superior de horas de trabalho para aqueles que não participam do PBF.

Após a separação das observações em grupos por meio do *Matching*, registrou-se uma elevação da proporção de mulheres, haja vista que o PBF é recebido prioritariamente por esse grupo. Tornando pertinente a comparação das médias de trabalho para esse grupo em separado, temos a análise por faixa etária na Tabela 5 com o intuito de entender se a fase da vida modifica de algum modo as horas de trabalho ofertadas.

Tabela 5 – Teste t para as médias de horas de trabalho para diferentes faixas etárias de mulheres responsáveis pelo domicílio

Faixa Etária	Controle	Tratado	Valor t
16 - 24	18,704	8,671	13,688***
25 - 39	25,649	11,850	41,460***
40 - 49	19,594	12,241	17,050***
50+	11,139	9,057	4,503***
Apenas não brancas			
16 - 24	20,711	8,243	15,413***
25 - 39	27,203	11,670	42,494***
40 - 49	20,380	12,276	16,743***
50+	11,218	8,953	4,314***

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC.

Considerando quatro faixas etárias distintas para as mulheres responsáveis pelo domicílio, temos que novamente o grupo controle registra em média mais horas de trabalho do que o grupo tratado. Ademais, mesmo considerando apenas não brancas, o resultado se repete de maneira significativa. Assim, nota-se que a maior diferença entre os grupos se dá entre 25 e 39 anos, com a menor sendo para aquelas com 50 anos ou mais.

A Tabela 6 retoma o Teste t para as médias de horas de trabalho principal para o cenário geral, porém, com o objetivo de entender se o resultado obtido se refere apenas ao ano de 2023, ela apresenta as médias entre os anos de 2016 e 2023.

Tabela 6 – Teste t para as médias de horas de trabalho principal ao longo dos anos

Ano	Controle	Tratamento	Valor t
2016	12,134	12,674	-3,248***
2017	11,674	12,167	-2,922***
2018	11,371	11,503	-0,798
2019	11,756	11,632	0,730
2020	9,395	10,489	-4,304***
2021	10,550	10,221	1,320
2022	14,735	11,524	11,787***
2023	14,627	11,674	18,037***

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC.

Quando a comparação entre os grupos é realizada ao longo dos anos, temos algumas diferenças conforme a Tabela 6. Entre os anos de 2016 e 2017 a média de horas de trabalho dos beneficiários é superior à daqueles que não são, o que se repetiu em 2020. Já nos anos de 2018, 2019 e 2021, as médias são estatisticamente idênticas. O caso em que os beneficiários registraram uma menor média de horas se deu em 2022 e 2023, o que coincide com o período de reajuste do valor do benefício.

Entretanto, ao olhar o comportamento dessa média de horas, verifica-se um claro ponto de mudança de trajetória em 2020, em que até aquele ano as horas vinham em uma trajetória de redução, o que acabou por se inverter. Fato é que tanto os beneficiários quanto os não beneficiários tiveram em 2020 seu ponto mínimo, muito em razão da pandemia da Covid-19, porém, os dois grupos passaram a aumentar tais horas, mas dessa vez em magnitudes diferentes. Ou seja, o aumento do valor do benefício não reduziu a quantidade de horas trabalhadas pelos beneficiários, pois na verdade causou um pequeno aumento, o que se teve foi uma elevação da

diferença das horas trabalhadas pelos dois grupos, não por uma redução do tratamento, mas por um aumento em níveis superiores por parte do controle.

A partir da comparação das horas de trabalho, temos que os não beneficiários registraram em média três horas a mais de trabalho do que os beneficiários do Programa. Dessa forma, no cenário geral, os resultados aqui obtidos não corroboram com os trabalhos de Neto et al. (2012), Martins, Ramos e Frias (2019) e Junior, Trevisan e Mello (2019) que apresentam uma relação positiva, isto é, os beneficiários com uma carga horária de trabalho superior aos não beneficiários. Por outro lado, os resultados do presente estudo estão de acordo com os obtidos por Costa et al. (2018), Cavalcanti et al. (2016), Oliveira e Soares (2012) e Filho (2010), em que os não beneficiários possuem um maior tempo de trabalho.

Quando se analisam os subgrupos, a diferença se mantém, mas em proporções distintas. Assim, as relações positivas obtidas por Soares, Ribas e Osorio (2017), Costa e Cunha (2014), Vasconcellos e Cunha (2019) e Tavares (2010) que destacaram o aumento das horas de trabalho no grupo composto por mulheres beneficiárias, não foram encontradas. Ademais, ainda há estudos que não encontraram uma relação significativa, como os estudos de Uceli et al. (2014) e Teixeira (2010).

As diferenças entre os resultados do presente estudo e a literatura podem ser explicadas por diferenças no desenho do PBF. Os estudos citados utilizam dados que vão de 2004 a 2017, ou seja, um período diferente do presente estudo, causando uma mudança de cenário que pode dificultar a comparação dos resultados e das conclusões. Como exemplo disso, tem-se o recente acréscimo dos valores recebidos em 2022. Portanto, essa diferença de resultados pode ser explicada pelas distinções de 2023 em relação aos anos analisados nos outros estudos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de entender se o PBF afeta a oferta de trabalho de seus beneficiários, este estudo comparou indivíduos com características semelhantes. Como forma de obtenção dos grupos de controle e tratamento, foram utilizados os dados da PNAD Contínua com a pesquisa suplementar “Rendimento de todas as fontes” do ano de 2023. Dessa maneira, foram obtidos o controle e o tratamento por meio da metodologia do *Propensity Score Matching*.

Como resultado, os beneficiários registraram em média três horas de trabalho a menos em comparação aos não beneficiários, quando considerado o trabalho principal. Essa diferença se manteve em proporções diferentes nos subgrupos e também quando foram considerados todos os trabalhos do indivíduo. Em especial, devido à grande presença de mulheres após o *Matching*, foram comparadas por meio de faixa etária as possíveis diferenças dentro deste grupo, que corroborou o que foi apresentado antes. Ademais, quando considerados tanto os não brancos quanto os responsáveis pelo domicílio, a diferença se manteve.

Adicionalmente, foram comparadas as médias das horas do trabalho principal em 2023, e também para os anos de 2016 a 2022. O que se obteve foi um cenário em que os beneficiários tiveram uma média de horas superior em 2016, 2017 e 2020, além da igualdade estatística observada em 2018, 2019 e 2021. Já quando consideramos 2022 e 2023, os não participantes passaram a registrar uma quantidade de horas superior aos que participam, justamente no período de reajuste do valor do PBF.

Apesar da diferença nesses dois últimos anos, as horas médias de trabalho registradas pelos beneficiários aumentaram. O que se teve foi um cenário de elevação das horas de ambos os grupos, porém, em proporções distintas. Mesmo que se considere o impacto da pandemia da Covid-19, que de fato reduziu as horas de trabalho, os valores obtidos pelo grupo de tratamento se assemelham aos níveis anteriores à pandemia. Dessa forma, podemos considerar que os participantes do Programa Bolsa Família registram em média menos horas de trabalho do que aqueles que não participam, considerando o ano de 2023.

Mesmo com a atualização do benefício em 171%, o valor médio recebido de R\$ 681,00 não pode ser considerado como suficiente para a saída dos beneficiários do mercado de trabalho, principalmente quando analisamos os responsáveis pelo domicílio. Esse valor médio, que corresponde a 51,59% do salário mínimo daquele ano, não corresponde ao nível necessário para sustentar uma família. Assim, considerando as despesas com aluguel, energia, água e alimentação é inviável no cenário brasileiro de 2023 e também dos outros anos, um indivíduo ou família se manter com apenas R\$ 681,00.

O Programa pode sim permitir que algum membro da família escolha reduzir suas horas de trabalho em virtude de outra atividade de importância semelhante, como estudar ou cuidar de sua casa e de seus filhos. Deve-se lembrar que se trata de um programa de redistribuição de renda condicionada, ou seja, a saída da pobreza vai além da transferência monetária, o impacto na educação e saúde das gerações mais novas tem influência primordial na superação da pobreza que se encontra sua família.

Para estudos futuros, podem-se incluir mais variáveis ligadas às características do domicílio. O IBGE faz a pesquisa “Características gerais dos domicílios e dos moradores” que inclui perguntas relacionadas ao tipo de moradia, acesso aos serviços essenciais de saneamento básico como abastecimento de água e tratamento de esgoto, além da coleta de lixo e disponibilidade de energia elétrica. Porém, até a elaboração deste trabalho, a mesma ainda não havia sido publicada para o ano de 2023. Sua inserção pode fortalecer o *Matching* de maneira a tornar mais semelhante as observações coletadas e comparadas de cada grupo.

6 REFERÊNCIAS

ALVIM, A. M.; GODWARD, C. O Programa Bolsa Família Estimula a Permanência dos Trabalhadores Brasileiros de Baixa Renda no Mercado Informal?. **Redes**, v. 25, p. 2227-2250, 2020. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/17384/2/O_Programa_Bolsa_Familia_Estimula_a_Permanencia_dos_Trabalhadores_Brasileiros_de_Baixa_Renda_no_Mercado_Informal.pdf. Acesso em: 6 jan. 2024.

BARBOSA, A. L. N. H. Tendências na alocação do tempo no Brasil: trabalho e lazer. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/3RdGSCRG33rm38XwTk49FR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 24 ago. 2024.

BECKER, G. S. **The Economic Approach to Human Behavior**. Chicago: University of Chicago Press, 1976. p. 112-113.

BORJAS, G. **Economia do Trabalho**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2012. p. 41-113.

BRASIL. Medida Provisória nº132, 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 21 out. 2003.

____. Lei nº10.836 de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 12 jan. 2004.

CAVALCANTI, D. M.; *et al.* Impactos Do Programa Bolsa Família Na Renda E Na Oferta De Trabalho Das Famílias Pobres: Uma Abordagem Usando o Efeito Quantílico De Tratamento. **Economia Aplicada**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 173-201, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/117010>. Acesso em: 6 jan. 2024.

COSTA, D. J.; CUNHA, M. S. O Programa Bolsa Família e a Oferta de Trabalho: Evidências para o Brasil e Paraná. **Revista de Economia** (UFPR), v. 40, p. 105-128, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/37290/26022>. Acesso em: 6 jan. 2024.

COSTA, R. A.; *et al.* Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho e na renda dos trabalhadores rurais. **Nova Economia**, v. 28, n. 2, p. 385–416, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/7f8rqRq4vSnJ7B738VKMKqF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2024.

FERREIRA, P. C.; PERUFFO, M.; VALÉRIO, A. C. **Universal Basic Income in Developing Countries: Pitfalls and Alternatives**. Rio de Janeiro: FGV EPGE, 2021. 39p. (Ensaio Econômico; 821). Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/4b2ebab8-114e-4a5e-84d9-6fb3f38ed04e/content>. Acesso em: 25 ago. 2024.

FILHO, S. M. O. **Impactos Das Transferências De Renda Governamentais No Mercado De Trabalho Brasileiro**. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade De Economia, Administração, Atuária, Contabilidade E Secretariado, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5352/1/2010_dissert_smoliveirafilho.pdf. Acesso em: 6 jan. 2024.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Abril Cultura, 1984. p.174.

JUNIOR, C. B. C.; TREVISAN, L. N.; MELLO, C. H. P.; Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 5, p. 838–858, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/dHzgLDQVc5MhGpZkxsCfyTS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2024.

MARTINS, W. G. T.; RAMOS, P. S.; FRIAS, L. O Programa Bolsa Família faz as pessoas trabalharem menos? Uma análise utilizando pareamento por escore de propensão. **Sigmae**, v. 8, n. 1, p. 16-34, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/sigmae/article/view/890/1223>. Acesso em: 6 jan. 2024.

MATTOS, E.; PONCZEK, V. **O efeito estigma sobre os beneficiários de programas de transferência no Brasil**. São Paulo: Escola de Economia de São Paulo, 2009. (Texto para Discussão, n. 226). Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/0e145cd1-2823-4259-a065-775f77a3afda/content>. Acesso em: 6 jan. 2024.

MDS. **Bolsa Família**. Brasília, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 2 dez. 2023.

_____. **2023 é o ano com maior média de beneficiários, de valor médio e de investimento federal na história do Bolsa Família**. Brasília, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/12/2023-e-o-ano-com-maior-media-de-beneficiarios-de-valor-medio-e-de-investimento-federal-na-historia-do-bolsa-familia>. Acesso em: 19 mai. 2024.

NERI, M. Uma próxima geração de programas de transferência de renda condicionada. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 2, p. 168–181, mar. 2017. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/papers/CCTs_RAP_Neri_Port.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.

NETO, E. R.; *et al.* **Pesquisa Avaliação De Impacto Do Programa Bolsa Família**: Primeira Rodada. [S.l.]: Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa (FUNDEP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), 2012. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/PainelPEI/Publicacoes/C5%20n%2008%20-%20AVALIACAO%20DO%20IMPACTO%20DO%20PROGRAMA%20BOLSA%20FAMILIA.pdf>. Acesso em: 6 jan 2024.

ROQUE, D. M.; FERREIRA, M. A. M. O que realmente importa em programas de transferência condicionada de renda? Abordagens em diferentes. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 4, p. 1193-1207, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2015.v24n4/1193-1207/pt>. Acesso em: 25 ago. 2024.

OLIVEIRA, L. F. B.; SOARES, S. S. D. **O Que Se Sabe Sobre Os Efeitos Das Transferências De Renda Sobre A Oferta De Trabalho**. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1738). Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1738.pdf. Acesso em 2 dez. 2023.

SANTOS, D. B.; *et al.* Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a duração do emprego formal dos indivíduos de baixa renda. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 5, p. 708–733, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/Gb9j9VCPwYWrjWb7JBWcWfP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2024.

SERRA, G. P. **Programas de transferência condicionada de renda em longo prazo**: uma análise baseada na simulação computacional de um modelo teórico. 2016. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-07102016-161613/publico/OriginalGustavo.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SOARES, F.; RIBAS, R.; OSORIO, R. **Avaliando O Impacto Do Programa Bolsa Família**: Uma Comparação Com Programas De Transferência Condicionada De Renda De Outros Países. Brasília, 2007. Disponível em: <https://ipcig.org/sites/default/files/pub/pt-br/IPCEvaluationNote1.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2024.

SOARES, S.; *et al.* **Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: impactos sobre a desigualdade**. Brasília: Ipea, 2007. (Texto para Discussão, n. 1293). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1845/1/TD_1293.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

SUPLICY, E. M. **Renda de Cidadania**: A Saída é Pela Porta. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022.

TAVARES, P. A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 613–635, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/Mq84cMfVHNnMdzp9S7scQ6S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2024.

TEIXEIRA, C. G. Análise da Heterogeneidade do Programa Bolsa Família Na Oferta De Trabalho dos Homens E das Mulheres. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Org). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios** – v. 2. Brasília, 2010. cap. 4, p. 89-109. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol2.pdf. Acesso em: 6 jan. 2024.

UCELI, A. F.; *et al.* O Programa Bolsa Família E A Oferta De Trabalho Na Região Nordeste No Ano De 2009. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, n. 4, p. 7-16, 2014. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/105/84>. Acesso em: 6 jan. 2024.

VASCONCELLOS, P.; CUNHA, M. S. Uma análise sobre a influência de programas sociais na oferta de trabalho feminino. In: XXII Encontro de Economia da Região Sul, 2019, Maringá. **Anais do XXII Encontro de Economia da Região Sul**, 2019. v. I. p. 1-20. Disponível em: https://www.anpec.org.br/sul/2019/submissao/files_I/i2-be4423511a173058a6d0025cb7958db1.pdf. Acesso em: 6 jan. 2024.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.



ISBN nº 978-65-01-11585-6

O JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO

Raquel Tiemi Oguido¹
Marina Silva da Cunha²

ÁREA: Área 5 – Economia Social e do Trabalho e Demografia

RESUMO

Este estudo investigou as tendências do mercado de trabalho juvenil entre 2013 e 2022, analisando seis países: África do Sul, Alemanha, Brasil, Canadá, Estados Unidos e Noruega. O foco foi compreender as diferenças nas taxas de desemprego, emprego, inatividade e o percentual de jovens que não estudam nem trabalham (nem-nem). Os resultados indicam que jovens de países desenvolvidos tendem a enfrentar menores taxas de desemprego e melhores condições de trabalho, enquanto os de países em desenvolvimento, como o Brasil e a África do Sul, enfrentam maiores dificuldades de inserção no mercado, intensificadas por crises econômicas e falta de políticas públicas eficazes. Assim, se destaca a importância de políticas direcionadas à educação e formação profissional para melhorar a empregabilidade juvenil e reduzir a informalidade.

Palavras-chave: Juventude, Desemprego Juvenil, Nem-Nem, Inserção Laboral.

ABSTRACT

This study investigated trends in the youth labor market between 2013 and 2022, analyzing six countries: South Africa, Germany, Brazil, Canada, the United States and Norway. The focus was on understanding the differences in unemployment rates, employment, inactivity and the percentage of young people who neither study nor work (neet). The results indicate that young people in developed countries tend to face lower unemployment rates and better working conditions, while those in developing countries, such as Brazil and South Africa, face greater difficulties in entering the market, intensified by economic crises and a lack of effective public policies. This highlights the importance of policies aimed at education and vocational training to improve youth employability and reduce informality.

Key-words: Youth, Youth Unemployment, NEET, Labor Insertion.

Classificação JEL: J13

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: ra124083@uem.br

² Docente do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: mescunha@uem.br

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos de 2013 a 2022, a integração dos jovens no mercado de trabalho global exibiu variedade de tendências e padrões. Houve uma notável diversificação nos tipos de empregos disponíveis para os jovens, com um marcante aumento de oportunidades nos setores de tecnologia e serviços. Contudo, essa evolução não foi uniforme em todas as regiões do mundo. Os países desenvolvidos, em geral, proporcionaram melhores oportunidades de emprego para os jovens, registrando taxas menores de desemprego juvenil e melhores condições laborais em comparação com os países em desenvolvimento. Nessas nações, os jovens enfrentaram desafios adicionais, como a escassez de acesso à educação e treinamento adequados, além de uma maior prevalência de empregos informais e de baixa remuneração.

No cenário brasileiro, os jovens entre 15 e 29 anos constituíam 48,5 milhões de pessoas em 2023, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entretanto, projeções indicam que essa faixa etária tende a diminuir nos próximos anos, acompanhando uma tendência global de declínio na população jovem (ROSAS, 2024). Esse fenômeno demográfico traz profundas implicações para a sociedade, impactando o mercado de trabalho e o crescimento econômico do país.

A educação é um pilar essencial para o desenvolvimento econômico de uma sociedade. Um estudo realizado pelo Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para a África Lusófona e o Brasil (FGV EESP Clear) verificou que a qualidade da educação está positivamente associada a maiores taxas de crescimento econômico. Segundo o estudo, a escolaridade explica boa parte das diferenças na renda dos trabalhadores, uma vez que está intimamente ligada à produtividade. Além de que há evidências na literatura especializada de que é precisamente a qualidade da educação, medida pelos resultados em testes padronizados, que está correlacionada com o crescimento econômico, e não apenas a quantidade de anos de escolaridade (QUALIDADE, 2024).

No entanto, a realidade de muitos jovens brasileiros durante o ensino regular é marcada pela necessidade de conciliar estudos e trabalho. Essa difícil conciliação pode resultar em elevados índices de abandono escolar. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2023 revelam que 41,7% dos jovens entre 14 e 29 anos deixaram os estudos devido à necessidade de trabalhar (SILVA, 2024).

A entrada precoce no mercado de trabalho expõe os jovens a diversas dificuldades, sendo a principal a falta de experiência profissional, que se torna um obstáculo para a inserção em empregos formais. Como consequência, muitos jovens acabam ocupando postos de trabalho informais, enfrentando inseguranças como a ausência de direitos trabalhistas, salários baixos e condições de trabalho precárias. Além disso, a exigência de experiência prévia pelo mercado de trabalho cria um ciclo vicioso, dificultando ainda mais a obtenção de empregos de qualidade. Esse ciclo é agravado pelo abandono escolar, que não só limita as oportunidades futuras desses jovens, como também perpetua um ciclo de vulnerabilidade e exclusão social. Sem a conclusão do ensino formal, as chances de acessar postos de trabalho que ofereçam segurança e boas condições diminuem consideravelmente, tornando a informalidade no emprego a única opção e perpetuando as condições desfavoráveis que inicialmente motivaram o abandono escolar.

Também há muitos jovens que não trabalham nem estudam. Dados do IBGE indicam que, em 2023, um em cada cinco jovens entre 15 e 29 anos se encontrava nessa situação, somando 9,6 milhões de indivíduos. A maioria desses jovens é composta por mulheres, pretas ou pardas, e de baixa renda (ABDALA, 2024). Diversos fatores contribuem para essa condição, como a baixa qualidade do ensino, a falta de acesso ao mercado de trabalho e a desigualdade nas oportunidades educacionais e profissionais. O número de jovens que não estão na escola nem no trabalho é um indicador crucial para revelar a vulnerabilidade juvenil e também para avaliar a perda potencial de produtividade de uma economia – tanto no presente quanto no

futuro, uma vez que se trata de uma força de trabalho que poderia contribuir por várias décadas (CARNEIRO, 2024).

É importante destacar que em 2017 ocorreu a Reforma Trabalhista, o que acabou modificando algumas normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como a ampliação da flexibilização nas relações de trabalho. Ainda, existe uma tendência em direção à plataformização do trabalho e à ampliação do número de microempreendedores individuais. Assim, o processo de flexibilização se refere a formas alternativas e menos formais de estabelecer relações laborais, que se diferenciam do tradicional vínculo empregatício. Impactando na inserção dos jovens no mercado de trabalho de qualidade.

Dada essa preocupação, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) – por meio da iniciativa Um Milhão de Oportunidades (1MiO) – lançaram, em 2023, o Pacto Nacional pela Inclusão Produtiva das Juventudes. Esse pacto tem o objetivo de unir esforços para melhorar a empregabilidade e a formação profissional de jovens em situação de vulnerabilidade no Brasil até 2030. O Pacto aponta para gerar melhores oportunidades de empregos e garantir os direitos dos jovens, por meio da colaboração entre diversos setores do país (MINISTÉRIO, 2023).

O objetivo central deste trabalho é discutir o mercado de trabalho juvenil entre 2013 e 2022, apontando as diferenças globais. Para alcançar esse objetivo, o estudo investiga as diferenças entre países na inserção dos jovens no mercado de trabalho, considerando fatores como taxa de desemprego, taxa de emprego, taxa de inatividade e proporção dos jovens que nem estudam e nem trabalham.

2 EVIDÊNCIAS DO JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO

2.1 A INSERÇÃO JUVENIL

O Brasil passou, nos últimos tempos, por momentos de significativas mudanças econômicas e sociais, incluindo períodos de crescimento econômico, recessão, mudanças políticas e sociais. Essas mudanças influenciaram diretamente as oportunidades de emprego disponíveis para os jovens, assim como as condições em que esses empregos estavam inseridos. Ademais, o Governo Temer (2016 a 2018) implantou várias mudanças na legislação trabalhista, agora, as relações tinham maior flexibilidade. Possibilitando maior facilidade a prestação de serviços às empresas por terceiros, ainda mais em um contexto de novos aplicativos associados a prestação de serviço (CORSEUIL *et al.*, 2020).

Durante ciclos econômicos, o mercado de trabalho tende a se tornar mais dinâmico, afetando especialmente os jovens, que são mais sensíveis às flutuações econômicas e enfrentam maiores taxas de desemprego. Alguns estudos indicam que, quando os jovens estão empregados, tendem a acumular menos capital humano e têm menos proteção contra demissões (O'HIGGINS, 1997; DUNSCH, 2016 *apud* CORSEUIL, 2020).

Já outro estudo indica que durante períodos recessivos, os empresários tendem a se tornar mais seletivos nos critérios de contratação de novos trabalhadores. Eles podem optar por contratar indivíduos mais qualificados, mesmo para funções que tradicionalmente requerem menos qualificação. Essa mudança de postura empresarial afeta especialmente os jovens trabalhadores, pois a experiência é considerada um fator importante da qualificação. Essa maior exigência cria ou intensifica uma barreira de entrada no mercado de trabalho (HUCKFELDT, 2020 *apud* CORSEUIL, 2020).

No contexto brasileiro, o estudo de Reis (2015) analisou a transição dos jovens do desemprego para o primeiro emprego utilizando dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Comparando jovens em busca do primeiro emprego com aqueles que já tinham experiência e

com trabalhadores mais velhos, os resultados mostraram que os jovens têm mais dificuldade em encontrar o primeiro emprego. No entanto, após adquirirem experiência, suas condições se equiparam às dos adultos. A escolaridade influenciou de maneira diferente a transição para o emprego dependendo da experiência prévia, e empregos considerados de melhor qualidade são mais acessíveis para aqueles com experiência anterior. Empregos temporários e informais oferecem oportunidades relativamente melhores para os jovens ingressarem no mercado de trabalho pela primeira vez.

Em uma pesquisa mais recente, Corseuil *et al.* (2020) examinaram a evolução do mercado de trabalho dos jovens brasileiros entre 2012 e 2019. Durante esse período, houve um aumento significativo na taxa de desemprego entre os jovens, especialmente entre 2015 e 2017. A análise revelou que a transição dos jovens para o desemprego aumentou durante o período recessivo, assim como a retenção dos jovens desempregados, contribuindo para o aumento geral do desemprego juvenil. Além disso, houve um aumento na proporção de jovens desempregados que buscavam emprego por mais de um ano, sinalizando uma preocupação para aqueles que estão iniciando suas carreiras. A dificuldade em encontrar emprego levou os jovens a aceitarem ocupações de baixa qualidade, com um aumento do emprego informal e do trabalho por conta própria a partir de 2015.

Ainda, o estudo destacou mudanças no perfil das empresas onde os jovens trabalham, com uma diminuição na participação do emprego formal em empresas grandes e um aumento nas empresas menores. A remuneração dos jovens também diminuiu a partir de 2015, associada ao aumento da jornada de trabalho parcial.

2.2 CONCILIAÇÃO ENTRE ESTUDO E TRABALHO

Diversos trabalhos evidenciaram que níveis mais elevados de escolaridade estão associados a salários mais altos, redução da propensão ao crime, melhoria da saúde e menor taxa de desemprego. Além de que, para o país como um todo, uma população mais qualificada impulsiona o crescimento econômico, aumenta a produtividade das empresas e potencializa os benefícios da globalização (MENEZES-FILHO, 2007).

Conforme Neri (2009) muitos estudos apontam para uma estreita relação entre evasão escolar e pobreza, indicando que o trabalho infantil prejudica o alcance de níveis educacionais mais elevados. O autor argumenta que a indisponibilidade de serviços educacionais de qualidade, aliada à falta de percepção acerca dos retornos futuros, pode conduzir os alunos ao trabalho precoce e à obtenção de níveis educacionais mais baixos. Além disso, afirmou que outras pesquisas privilegiam os efeitos das restrições de renda e de crédito como causas de desvios da trajetória individual ótima de longo prazo.

Já o estudo realizado por Abramo *et al.* (2020) revelou que 27 dos 32 jovens entrevistados – sendo distribuídos de forma equivalente por gênero e quase equivalentes por raça; em relação a idade, seis entrevistados tinha idade entre 15 e 17 anos, treze entre 18 e 24 anos, e treze entre 25 e 29 anos; de acordo com a escolaridade, três não chegaram no ensino médio, sete estavam cursando e 22 já haviam concluído. Dos quais 13 chegaram ao ensino superior – passou pela experiência de trabalhar e estudar conjuntamente. Os autores ressaltam que as consequências de estudar e trabalhar ao mesmo tempo, são distintas e depende das condições sociais e econômicas da família do jovem, além da idade e da etapa da escolarização. O estudo revelou que o "primeiro emprego" dos adolescentes pesquisados abrange uma ampla variedade, desde trabalhos precários e intensivos até tipos de trabalho protegido, além de alguns realizarem tarefas no âmbito familiar.

Ainda, cerca de metade dos que trabalharam durante o ensino médio enfrentaram dificuldades escolares, como reprovações e queda no rendimento acadêmico. No entanto, nenhum abandonou os estudos definitivamente, apesar das interrupções temporárias. Todos os

participantes estão próximos de concluir o ensino médio, inclusive através da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Observando o contexto de reforma do ensino médio, que foi realizado no governo Temer, o trabalho de Oliveira (2018) analisou que a promoverá a formação precarizada de muitos trabalhadores. Destacou que a conclusão do ensino médio representa uma conquista significativa para garantir oportunidades de emprego mais estáveis. Paradoxalmente, apesar do aumento nos níveis de escolarização, os jovens enfrentam desafios consideráveis, como taxas elevadas de desemprego, condições de trabalho precárias e remuneração salarial reduzida.

Ademais, o autor abordou o aumento da presença dos jovens de 18 a 24 anos no mercado de trabalho, o que consequentemente melhorou as condições financeiras impactando diretamente na qualidade de vida deles e de suas famílias. Contudo, mais de 76% desses jovens abandonaram os estudos, o que levanta preocupações sobre como essa transição para o trabalho pode limitar suas oportunidades futuras. A entrada no mercado de trabalho não apenas afeta imediatamente a vida dos jovens, mas também compromete sua educação e qualificação profissional.

2.3 OS JOVENS NEM-NEM

Nos últimos anos, o termo "nem-nem" tem ganhado destaque nas discussões sociais e acadêmicas para descrever um grupo específico de jovens que nem estudam nem trabalham. A falta de envolvimento tanto no mercado de trabalho quanto no sistema educacional pode estar associada a uma série de fatores, incluindo dificuldades econômicas, falta de oportunidades, problemas de saúde mental e uma desmotivação geral. Esse cenário não apenas limita as perspectivas de futuro desses jovens, mas também pode ter repercussões duradouras para o desenvolvimento socioeconômico das sociedades em que vivem. Assim, nos últimos anos muitos estudos foram elaborados para entender essa situação.

Shirasu e Arraes (2019) analisaram os fatores que influenciam as decisões dos jovens urbanos entre estudar e/ou trabalhar ou nem estudar nem trabalhar. O estudo adotou o modelo *probit* bivariado para analisar conjuntamente a participação de jovens na escola e no mercado de trabalho, considerando a heterogeneidade de gênero e idade. Os resultados mostram que variáveis como a maternidade precoce têm um impacto significativo, especialmente para mulheres de 15 a 19 anos, enquanto a educação dos pais influencia a continuidade nos estudos e a inserção no mercado de trabalho de diferentes maneiras conforme a faixa etária e o gênero. A pesquisa destacou a necessidade de políticas públicas específicas para diferentes grupos etários e de gênero. Para jovens de 15 a 19 anos, é essencial reduzir a evasão escolar, tornar a escola mais atrativa e diminuir a gravidez precoce. Para jovens de 20 a 24 anos, são necessárias políticas de qualificação, apoio à inserção no mercado de trabalho e suporte para jovens cuidadores. A análise também identificou dois subgrupos entre os nem-nem: os não vulneráveis, com capital humano e social, e os vulneráveis, com baixo capital e risco de marginalização. Os autores concluem que políticas efetivas devem considerar essas diferenças e evitar abordagens generalizadas, se adaptando às diversas necessidades e características desses subgrupos.

Outro estudo é de Tillmann e Comim (2016), que identificaram características dos jovens ligadas à decisão entre trabalhar e estudar, comparando duas definições de trabalho: uma tradicional, que considera apenas o trabalho remunerado, e outra mais abrangente, que inclui tarefas domésticas e trabalho não remunerado. A análise buscou, pelo modelo *logit* multinomial entender melhor o perfil dos jovens "nem-nem", que frequentemente estão envolvidos em afazeres domésticos.

Os principais fatores identificados foram a escolaridade dos pais e as condições domiciliares, que revelaram a transmissão intrageracional de escolaridade e renda, essenciais

para o desenvolvimento do capital humano dos jovens. A maternidade também foi um fator significativo, impactando a decisão de não continuar estudando. A comparação entre as definições de trabalho destacou diferenças de gênero. Para as mulheres, incluir as tarefas domésticas como trabalho aumentou a influência de residir no meio rural e de estar casada na decisão de não estudar. Além disso, a presença de filhos, que inicialmente estava associada a uma maior probabilidade de ser "nem-nem", indicou maior probabilidade de estar apenas trabalhando quando as tarefas domésticas foram incluídas na definição de trabalho.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo utilizou dados anuais da Organização Internacional do Trabalho para a análise da taxa de desemprego, taxa de emprego, taxa de inatividade e proporção dos jovens que nem estudam e nem trabalham. Durante os anos de 2013 a 2022, para os países da África do Sul, Alemanha, Brasil, Canadá, Estados Unidos, México, Noruega, Portugal e Uruguai. Como método foi utilizado a análise descritiva dos dados, a fim de verificar o comportamento das variáveis durante os anos e em diferentes países.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

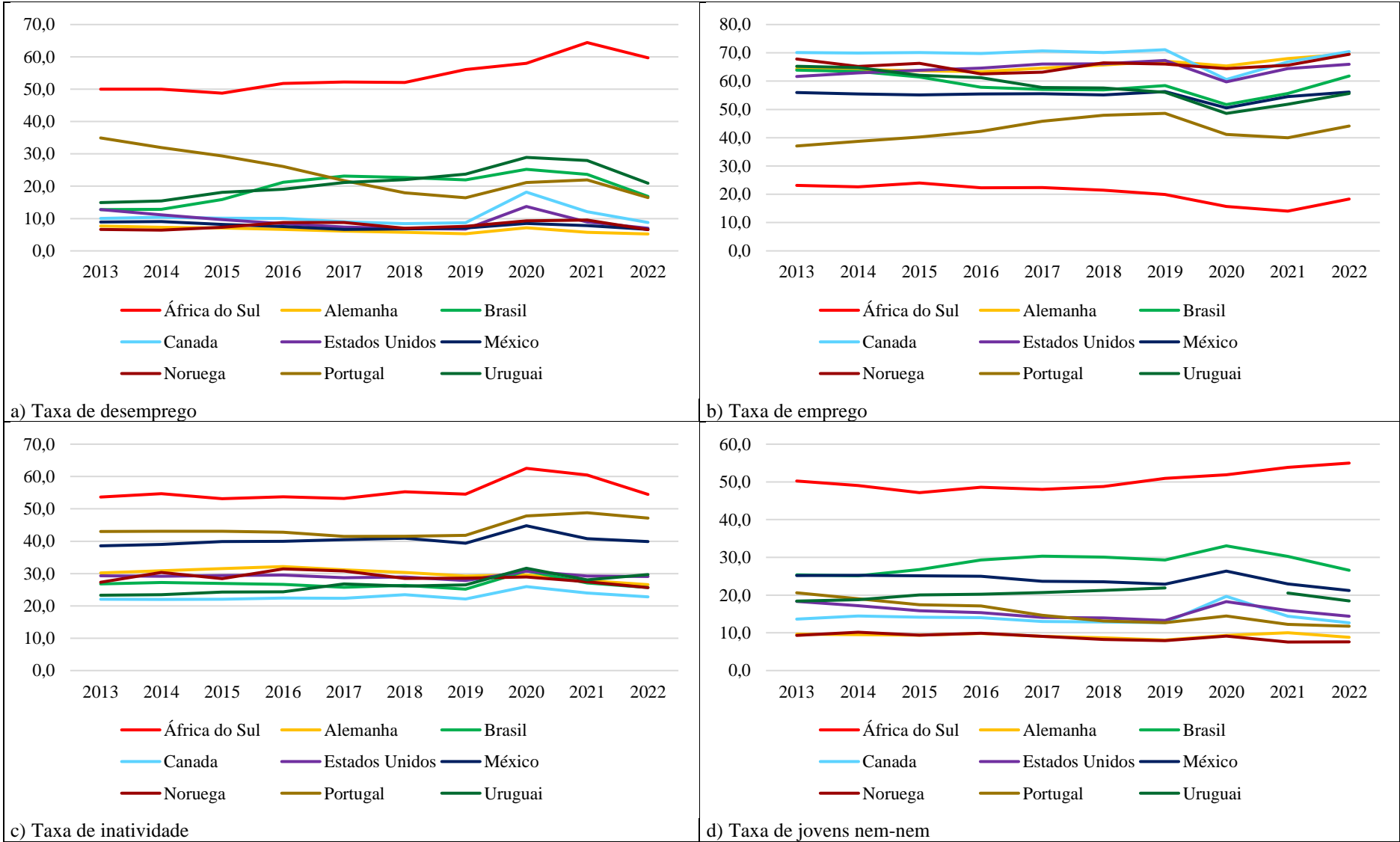
A análise das condições vivenciadas pelos jovens ao redor do mundo revela um conjunto diversificado de desafios e oportunidades, moldados por fatores econômicos, sociais e culturais. As diferenças regionais são evidentes na maneira como os jovens acessam educação e se inserem no mercado de trabalho. Em nações desenvolvidas, os jovens geralmente têm maior acesso à educação de qualidade e encontram mercados de trabalho mais estáveis, embora também enfrentem desafios como a competitividade acirrada e a necessidade de constante atualização de habilidades.

Por outro lado, nos países em desenvolvimento, os jovens frequentemente lidam com barreiras significativas, como o acesso limitado à educação e a alta informalidade no mercado de trabalho. Essas dificuldades são exacerbadas por contextos econômicos mais vulneráveis, onde crises políticas e econômicas podem ter um impacto direto sobre as oportunidades disponíveis para a juventude.

A análise comparativa entre diferentes países permite uma compreensão mais profunda das desigualdades e dos desafios enfrentados pelos jovens em diferentes partes do mundo. Essa comparação evidencia como as condições socioeconômicas, políticas públicas e outras variáveis influenciam a trajetória dos jovens em cada contexto, destacando as complexidades envolvidas na transição da educação para o mercado de trabalho.

De acordo com a Figura 1, que retrata as taxas de desemprego, emprego, inatividade e jovens nem-nem, é possível observar essa dinâmica dos jovens de 15 a 24 anos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Em relação à taxa de desemprego, os dados indicam uma variação substancial entre os países analisados. Na África do Sul, a taxa de desemprego juvenil manteve-se elevada durante todo o período, atingindo seu pico em 2021, com 65,2%, e ligeiramente recuando para 61,5% em 2022. A América do Norte apresentou taxas de desempregos consistentemente abaixo de 20%, com destaque para o México, onde essa taxa permaneceu inferior a 10% ao longo de todo o período. O Brasil registrou um aumento significativo na taxa de desemprego a partir de 2016, permanecendo acima de 20% nos anos seguintes. Já a Alemanha mostrou a menor taxa da série, em torno de 6% ao longo do período. Esses dados refletem a maior estabilidade econômica, beneficiando a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Figura 1: Taxas de emprego, desemprego, inatividade e jovens nem-nem entre 15 a 24 anos, 2013 a 2022



Fonte: OIT (2024).

No que se refere à taxa de emprego, também se observam diferenças marcantes. O Canadá se destaca com resultados positivos, uma média próxima de 55% ao longo dos anos, mesmo com uma queda em 2020 devido à pandemia. Em seguida, a Noruega também teve uma taxa de emprego elevada, acima de 49% em toda série. Estes bons desempenhos podem ser atribuídos à estabilidade econômica e ao acesso a uma educação de qualidade, que proporcionam melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho para os jovens. Em contraste, países como a África do Sul e o Portugal registraram as menores taxas de emprego, com média de 11% e 24%, respectivamente, retratando dificuldades da inserção juvenil.

A taxa de inatividade dos jovens, inclui aqueles que não estão na força de trabalho e estão apenas estudando. A África do Sul apresentou a maior taxa de inatividade, acima de 70%. Em contraste, Alemanha, Brasil, Estados Unidos e Noruega mostram taxas de inatividade mais moderadas, visto que todos os países apresentam queda no último ano e permanecendo em torno de 45% ao longo do período. Esses jovens, portanto, não estão disponíveis para o mercado de trabalho porque estão dedicados exclusivamente aos estudos.

Quanto à taxa de jovens nem-nem, que abrange aqueles que não estão empregados, nem estudando ou em treinamento, a África do Sul novamente se destacou negativamente, com taxas que chegaram a 35,2% em 2022, o que indica uma crise profunda na transição dos jovens para o mercado de trabalho e na continuidade dos estudos. O Brasil também enfrentou desafios, atingindo um pico de 26% em 2020, embora tenha reduzido para 21% em 2022. Em contrapartida, países como Alemanha e Noruega mantiveram taxas de jovens nem-nem significativamente mais baixas, abaixo de 8%, refletindo a eficácia de políticas educacionais e de emprego que incentivam a continuidade nos estudos e a entrada no mercado de trabalho.

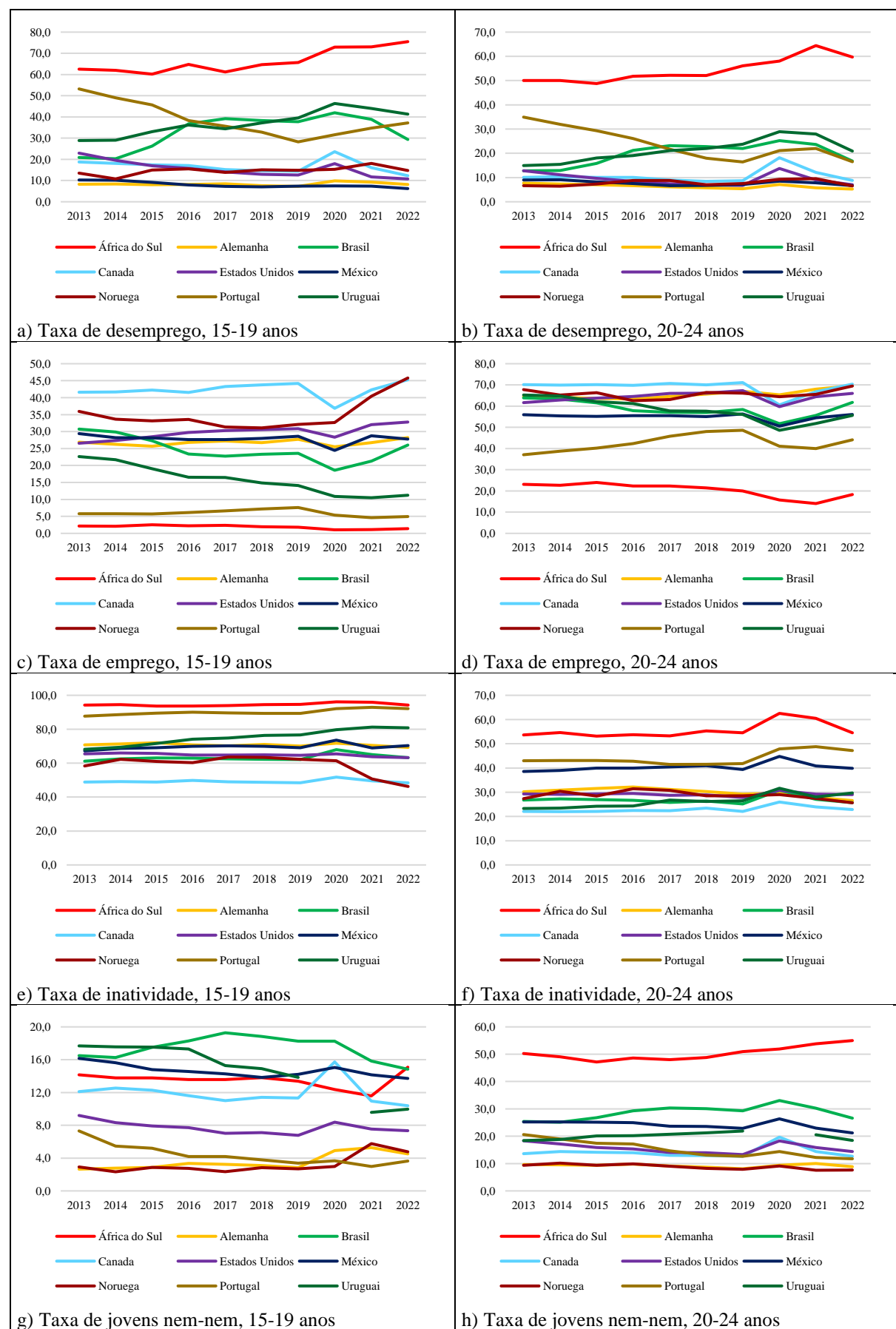
Dessa forma, é evidente as desigualdades existentes entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento no que se refere à inserção dos jovens no mercado de trabalho. Enquanto as nações desenvolvidas, em sua maioria, apresentam melhores indicadores, fruto de economias mais estáveis e políticas públicas mais eficazes, os países em desenvolvimento enfrentam desafios significativos, que são exacerbados por crises econômicas e políticas, dificultando a transição dos jovens para o mercado de trabalho e sua permanência em atividades produtivas ou educacionais.

Segmentando as taxas de desemprego, emprego, inatividade e dos jovens nem-nem, distribuídas em duas faixas, conforme a Figura 2. A primeira coluna se refere aos jovens de 15 a 19 anos, enquanto a segunda abrange aqueles de 20 a 24 anos. Observa-se que a dinâmica entre essas faixas etárias é bastante similar, exceto na taxa de jovens nem-nem, em que se nota uma mudança de comportamento.

Os jovens entre 15 a 19 anos se observa uma persistente alta taxa de desemprego em diversos países ao longo do período de 2013 a 2022. A África do Sul apresentou a maior taxa de desemprego do período, ultrapassando 70% em alguns anos, atingindo 75,5% em 2022. Este alto índice reflete a dificuldade dos jovens em ingressar no mercado de trabalho, possivelmente devido à falta de experiência e qualificações específicas.

Em contraste, países como a Alemanha apresentaram uma taxa de desemprego significativamente mais baixa para essa faixa etária, com uma média de aproximadamente 8% durante a série. Esta diferença pode ser atribuída ao fato de muitos jovens permanecem no sistema educacional ou em programas de formação até estarem bem preparados para entrar no mercado de trabalho, o que contribui para uma menor taxa de desemprego nessa faixa etária. Quanto à taxa de emprego, na Alemanha se observava estabilidade, com um leve crescimento ao longo dos anos, indicando um mercado de trabalho relativamente favorável para os jovens. Já no Brasil, houve uma queda na taxa de emprego nos primeiros anos do período, seguida por uma leve recuperação em 2022. Este cenário reflete as oscilações econômicas e os desafios estruturais enfrentados pelo mercado de trabalho brasileiro. Além de que a África do Sul apresentou uma média de 2%, o que reflete um cenário alarmante para os jovens no país.

Figura 2: Taxas de emprego, desemprego, inatividade e jovens nem-nem, 2013 a 2022



Fonte: OIT (2024).

A taxa de inatividade entre os jovens de 15 a 19 anos também apresenta variações significativas. Na Alemanha, por exemplo, essa taxa se manteve em torno de 70%, sugerindo que uma parcela considerável dessa população está fora do mercado de trabalho, possivelmente estudando. No Brasil, a taxa de inatividade teve uma tendência de queda ao longo do tempo, o que pode indicar um aumento na participação dos jovens no mercado de trabalho. No entanto, no último ano, essa taxa voltou a subir, alcançando 26%.

Além disso, a taxa de jovens nem-nem revela um cenário preocupante em alguns países. No Brasil, essa taxa permaneceu acima de 14% ao longo de todo o período analisado, atingindo 14,8% em 2022, ficando atrás apenas da África do Sul, que registrou 15,1%. Em contraste, a Alemanha manteve essa taxa significativamente mais baixa, em torno de 3%, o que sugere melhores oportunidades de educação e emprego para os jovens.

Para a faixa etária de 20 a 24 anos, a dinâmica apresenta algumas similaridades com a faixa etária anterior, mas com diferenças importantes, especialmente na taxa de jovens nem-nem. Na África do Sul, por exemplo, a taxa de desemprego permaneceu extremamente alta, ultrapassando 50% em vários anos, chegando a 64,4% em 2021. Essa taxa elevada sugere uma grave crise de emprego juvenil que pode impactar negativamente a economia a longo prazo. Em contraste, a Alemanha manteve a taxa de desemprego para essa faixa etária em níveis baixos, o que indica que o mercado de trabalho alemão consegue absorver melhor os jovens adultos, talvez devido a uma combinação de experiência acumulada e políticas públicas eficazes.

A taxa de emprego entre os jovens de 20 a 24 anos no Canadá atingiu as maiores taxas da série, apresentando um desempenho semelhante ao da Alemanha e Noruega. Enquanto no Brasil houve uma queda inicial seguida por uma estabilização. Este cenário brasileiro pode refletir as dificuldades econômicas enfrentadas durante o período, que afetaram particularmente os jovens adultos. Quanto à taxa de inatividade, a África do Sul enfrenta as maiores taxas do período. Diferente do Canadá que apresentou as menores taxas, sendo quase metade das taxas registradas na África do Sul. No Brasil, a taxa de inatividade também apresentou variações, mas de forma menos acentuada, o que indica uma estabilidade na participação dos jovens em atividades fora do mercado de trabalho.

A taxa de jovens nem-nem para esta faixa etária é um indicador crucial. No Brasil, ela permaneceu alta, embora com uma tendência de queda nos últimos anos, alcançando 26,6% em 2022. Isso revela um desafio significativo para a integração desses jovens no mercado de trabalho ou no sistema educacional, ficando atrás apenas da África do Sul, que apresentou uma taxa quase duas vezes maior. Por outro lado, a Alemanha e a Noruega mantiveram uma taxa mais baixa da série, em torno de 9%, refletindo um ambiente mais favorável para os jovens adultos.

Assim, tanto para os jovens de 15 a 19 anos quanto para aqueles de 20 a 24 anos, as taxas de desemprego, emprego, inatividade e de jovens nem-nem revelam desafios e oportunidades distintas em cada país. Enquanto alguns, como a Alemanha, Noruega e Canadá, conseguiram manter um ambiente mais estável e favorável para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, outros, como o Brasil e a África do Sul, enfrentam dificuldades persistentes que demandam políticas públicas eficazes para reverter esses quadros.

5 CONCLUSÃO

Portanto, ao longo dos anos de 2013 a 2022, a inserção dos jovens no mercado de trabalho global apresentou tendências diversas. Houve um aumento de empregos nos setores de tecnologia e serviços, especialmente nos países desenvolvidos, que proporcionaram melhores oportunidades de trabalho. Já nos países em desenvolvimento, os jovens enfrentaram dificuldades como falta de acesso à educação e formação, além de uma maior prevalência de

empregos informais e de baixa remuneração. No Brasil, em 2023, havia 48,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, mas a redução dessa faixa etária nos próximos anos deve impactar o mercado de trabalho e a economia do país.

Segundo o IBGE (2024), no Brasil, os jovens que se dedicavam exclusivamente aos estudos tendiam a apresentar taxas mais baixas de desemprego, embora enfrentassem dificuldades para adquirir experiência profissional relevante. Por outro lado, os jovens que estavam empregados em tempo integral ou que se enquadravam na categoria "nem estudam e nem trabalham" geralmente enfrentavam taxas de desemprego mais elevadas e tinham maior probabilidade de assumir empregos informais e precários. Aqueles que conciliavam estudo e trabalho enfrentavam o desafio de equilibrar essas duas atividades, o que frequentemente os levava a desistir dos estudos.

Ainda, as disparidades no mercado de trabalho entre os jovens foram pronunciadas. Fatores como gênero, raça e nível de escolaridade exerceram uma influência significativa nas oportunidades de emprego. Jovens mulheres, indivíduos negros e aqueles com baixo nível de escolaridade enfrentaram dificuldades substanciais para ingressar no mercado de trabalho e eram mais propensos a ocupar posições informais e mal remuneradas. As principais dificuldades enfrentadas pelos jovens brasileiros incluíam a falta de acesso a oportunidades de educação e treinamento, a escassez de experiência profissional, a discriminação no ambiente de trabalho e as condições precárias de emprego, como salários baixos e ausência de benefícios.

Nesta perspectiva, investir na educação e na qualificação profissional dos jovens é investir no futuro do país. Um jovem melhor qualificado tem maior potencial de contribuir de forma significativa para a economia e para o desenvolvimento social. Portanto, as ações voltadas para essa faixa etária devem ser prioritárias, garantindo que a juventude brasileira tenha acesso a oportunidades justas e igualitárias, contribuindo para uma sociedade mais equilibrada e próspera.

O presente estudo analisou o mercado de trabalho juvenil entre os anos de 2013 e 2022, com foco nas taxas de desemprego, emprego, inatividade e a proporção dos jovens que nem estudam nem trabalham em diferentes países. A análise evidenciou desigualdades significativas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à inserção dos jovens no mercado de trabalho. Nações como Alemanha, Canadá e Noruega, caracterizadas por economias mais estáveis e políticas públicas eficazes, demonstraram melhores condições de emprego e menores taxas de jovens inativos ou na categoria nem-nem. Por outro lado, países como Brasil e África do Sul apresentaram desafios consideráveis, com taxas elevadas de desemprego juvenil e uma alta proporção de jovens fora do mercado de trabalho e do sistema educacional.

O caso brasileiro é particularmente preocupante, com um aumento nas taxas de desemprego juvenil desde 2016 e a permanência de um número elevado de jovens em situação de vulnerabilidade, especialmente entre aqueles que não estudam nem trabalham. Esses dados indicam a necessidade urgente de políticas públicas que melhorem o acesso à educação de qualidade e criem oportunidades reais de inserção no mercado de trabalho, a fim de evitar que a juventude brasileira se perpetue em ciclos de exclusão social e informalidade laboral.

Assim, os resultados deste estudo reafirmam a importância de investimentos contínuos em educação e capacitação profissional, não apenas como meios de melhorar as oportunidades individuais, mas fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de longo prazo. A inclusão produtiva dos jovens, especialmente os mais vulneráveis, deve ser prioridade, pois formarão a base da força de trabalho futura. Políticas mais eficazes de inclusão, que combatam a informalidade e promovam a equidade de oportunidades, são essenciais para garantir um futuro mais próspero e equilibrado.

6 REFERÊNCIAS

- ABDALA, V. Um em cinco jovens brasileiros de 15 a 29 anos não estuda nem trabalha. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 22 mar. 2024. Disponível em: agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-03/um-em-cinco-jovens-brasileiros-de-15-29-anos-nao-estuda-nem-trabalha . Acesso em: 12 jun. 2024.
- ABRAMO, H. W.; VENTURI, G.; CORROCHANO, M. C. Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, n. 3, p.523-542, 2020.
- CARDOSO, A. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH**, v. 26, n. 68, 2013.
- CARNEIRO, J.D. O drama dos jovens nem-nem, que não estudam nem trabalham. **DW**, Brasil, 28 jan. 2024. O drama dos jovens nem-nem, que não estudam nem trabalham. Disponível em: www.dw.com/pt-br/o-drama-dos-jovens-nem-nem-que-n%C3%A3o-estudam-nem-trabalham/a-68062186. Acesso em: 4 jun. 2024.
- CORSEUIL, C. H. L.; POLOPONSKY, K.; FRANCA, M. P. Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, 2020.
- FERREIRA, E. C. da S.; OLIVEIRA, N. M. de. Evasão escolar no ensino médio: causas e consequências. **Scientia Generalis**, v. 1, n. 2, p. 39–48, 2020.
- GUERRA, D. L. B.; SANTOS, T. G. D. S. O impacto do capital humano sobre o crescimento das economias: uma análise empírica em dados em painel. **A Economia em Revista - AERE**, v. 25, n. 2, p. 1 – 17. 2017.
- IBGE. Educação 2023. **Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios**, Rio de Janeiro, 2024.
- MENEZES-FILHO, N. Os determinantes do desempenho escolar no Brasil. Instituto Futuro Brasil, **IBMEC São Paulo e Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo**. Sumário Executivo, 2007.
- MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego, OIT e UNICEF lançam Pacto Nacional pela Inclusão Produtiva das Juventudes. **Unicef**, São Paulo, 11 dez. 2023. Disponível em: www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/ministerio-do-trabalho-e-emprego-oit-e-unicef-lancam-pacto-nacional-pela-inclusao-produtiva-das-juventudes . Acesso em: 20 jun. 2024.
- NERI, M. C. Motivos da Evasão Escolar. **Fundação Getúlio Vargas**, Rio de Janeiro, 2009.
- OLIVEIRA, R. de. O Ensino Médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 1, 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Data Explorer**: Disponível em: rshiny.ilo.org/dataexplorer24/?lang=en&id=POP_XWAP_SEX_AGE_NB_A . Acesso em: 14 ago. 2024.

QUALIDADE da educação está associada a maiores taxas de crescimento, revela estudo. **FGV**, Brasil, 14 mar. 2024. Disponível em: portal.fgv.br/noticias/qualidade-educacao-esta-associada-maiores-taxas-crescimento-revela-estudo . Acesso em: 10 jun. 2024.

REIS, M. Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, n. 1, p. 125-143, 2015.

ROSAS, H. QEDu Juventudes e Trabalho: novos dados permitem retrato atualizado dos jovens do Brasil. **Fundação Roberto Marinho**, Brasil, 27 de jun. de 2024. Disponível em: www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/noticia/qedu-juventudes-e-trabalho-novos-dados-permitem-retrato-atualizado. Acesso em: 04 de set. de 2024.

SHIRASU, M. R.; ARRAES, R. A. E. Decisão dos Jovens Brasileiros: Trabalhar e/ou Estudar ou Nem-Nem. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 49, p. 97-130, 2019.

SILVA, C. Abandono escolar atinge recorde histórico entre crianças e adolescentes do Ensino Fundamental, mostra IBGE. **Carta Capital**, 22 mar. 2024. Disponível em: www.cartacapital.com.br/educacao/abandono-escolar-atinge-recorde-historico-entre-criancas-e-adolescentes-do-ensino-fundamental-mostra-ibge/. Acesso em: 18 jun. 2024.

SILVA, G. L. R.; SANTANA, Z. Jovens concluintes do Ensino Médio e o mercado de trabalho. **Conjecturas**, v. 22, n. 3, p. 293–314, 2022.

TILLMANN, E. A.; COMIM, F. Os Determinantes da Decisão entre Estudo e Trabalho dos Jovens no Brasil e a Geração Nem-Nem. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 46, p. 47, 2016.

VIANA, G.; LIMA, J. F. de. Capital humano e crescimento econômico. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 2, p.137-148, dez. 2010.